



Início: 01/02/2011 – Término: 28/02/2011

Confira as contribuições da consulta pública realizada pela Assembleia de Minas com o objetivo de construir a agenda de debates e atividades para os próximos dois anos. Promovida entre os dias 1º e 28 de fevereiro de 2011, a consulta reuniu centenas de sugestões em relação aos 10 grandes temas propostos. A realização da consulta pública demonstra a preocupação da ALMG em atuar em sintonia com a sociedade na identificação e no enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado.

Como foi

Os participantes da consulta pública escolheram um ou mais temas para enviar sua contribuição. Também puderam avaliar outras sugestões já enviadas, quantas vezes quisessem. Cada participante foi responsável pelo conteúdo de sua contribuição, que foi publicada na íntegra, observadas as regras estabelecidas nos "Termos de Uso e Política de Privacidade" da Consulta Pública da Assembleia.

Temas

Educação	107
Desenvolvimento Econômico e Inovação	50
Meio Ambiente	54
Direitos Humanos	34
Saúde	34
Assistência Social	53
Cultura	55
Esporte e Juventude	24
Governança Regional e Urbana	224
Defesa Social	57

107 contribuições

Educação

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 14:30

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Articulação entre as áreas da Educação, Cultura e Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e Universidades públicas do Estado de Minas Gerais para o desenvolvimento de programas de cursos técnicos profissionalizantes na área cultural para o desenvolvimento estratégico e econômico do setor, para geração de renda e inclusão social de jovens e adultos do estado de Minas Gerais.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:27

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Promovers a incorporação das diretrizes do macroprograma setorial das culturas populares, seção integrante do plano nacional de cultural que prevê a criação de um programa estadual de "Transmissão de Saberes e Práticas das Culturas tradicionais" que tenha na interação entre educadores Mestre(s), Mestra(s) e alunos sua centralidade. O que poderá ser alcançado por meio de uma política estadual de incentivo à transmissão desses saberes com a criação de editais específicos na área de educação que preveja recursos específicos para área, com intuito de afirmar tais valores intrínsecos (a sabedoria do lidar com a terra, a reverência e o respeito a natureza), para incorporações de muitas de suas sábias e boas práticas as práticas educacionais reconhecidas, de forma que possamos reconhecer o valor e a importância da diversidade cultural de nosso estado assim como para reconhecimento social e, porque não, social e econômico de seus guardiões, mestres, mestras e mantenedores desses conhecimentos, assegurando através do direito geracional que esses conhecimentos possa ser acessibilizados pelas novas próximas gerações.

0👍 | 0👎

28/02/2011 09:33

Por **Neusa Pereira de Assis** | Contagem/MG

Pensar a educação deve ser, antes de tudo pensar os sujeitos envolvidos neste processo, e, mais ainda; pensar os sujeitos excluídos deste. Sendo assim é de fundamental importancia que este fórum se debrusse sobre as relações étnico raciais e indígenas e a efetiva aplicação da Lei 11645 levando em consideração não apenas a diversidade cultural de nosso país mas principalmente a DIVERSIDADE HUMANA que constitui a população brasileira. Esta diversidade não está contemplada na maioria esmagadora dos currículos escolares que apresentam e reproduzem o modelo hegemônico. Este modelo de currículo, presente em uma educação dita para todos, segrega e exclui boa parte da população de forma explícita ou oculta. Se "ninguém nasce odiando" alguém pela cor da sua pele, sabemos que isto pode ocorrer ao longo da vida e, o que é mais triste, a escola muitas vezes é o espaço privilegiado para esta aprendizagem. Lutar pela efetivação da Lei 11645 é lutar por uma educação de qualidade, humanizadora, democrática e inclusiva.

0👍 | 0👎

28/02/2011 08:52

Por **Viviani Helena de Melo** | Lagoa da Prata/MG

É preciso valorizar mais os professores, aumentando o ganho real de seus salários que estão demasiadamente defasados. A Educação é a minha grande esperança para nosso estado.

0👍 | 0👎

28/02/2011 00:23

Por **Cláudia Marques de Oliveira** | Pedro Leopoldo/MG

O padrão de qualidade nas avaliações da educação de MG não melhora devido ao distanciamento do currículo com a cultura, produção e vivência dos alunos além do preconceito e racismo tão forte e cruel no meio escolar que destrói a auto-estima e a perspectiva das crianças negras. É importante lembrar que mais de 60% da população de MG é negra e esse percentual se repete entre os alunos da maioria das escolas, sobretudo das de periferia e das de pior índice de qualidade. Por isso é importante que a Assembléia legislativa busque e crie as formas reais de contemplar a diversidade cultural de maneira efetiva no currículo escolar de Minas Gerais.

0👍 | 0👎

28/02/2011 00:18

Por **Cláudia Marques de Oliveira** | Pedro Leopoldo/MG

É necessário uma revisão nos padrões de nossa educação. Não podemos nos esquecer de que nosso currículo escolar é moldado nos padrões da cultura européia com objetivos de discriminar, minorizar e excluir aqueles de padrões diferentes. E é por isso que temos baixa aprendizagem e muitos problemas de baixo nível de qualidade e de satisfação, envolvimento e auto-estima dos alunos. Investir na educação sem mudar o padrão não irá melhorar os índices de qualidade.

0👍 | 0👎

28/02/2011 00:14

Por **Cláudia Marques de Oliveira** | Pedro Leopoldo/MG

A educação das relações étnico-raciais e a implementação da lei 10.639/03 que altera a LDB nacional e torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da educação brasileira, deve permear e estar pautada em todos os documentos, discussões e espaços de discussões para que se efetive na prática de maneira a combater o racismo e a discriminação criando o sentimento de pertencimento, identificação, valorização, auto-estima e capacidade para todos: brancos, negros e indígenas.

0👍 | 0👎

25/02/2011 17:02

Por **Gessica Braga de Almeida** | Abadia dos Dourados/MG

Em Minas Gerais existem 18 EFAs organizadas através da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - AMEFA. Em 2003 foi aprovada a lei 14.614/03 que institui um programa de apoio Administrativo e Pedagógico às EFAs, conforme o artigo 77 da LDB. Esta lei foi reulamentada em 2005, por um decreto 43.978 e em 2008, pelo decreto 44.984. cujo apoio consiste no repasse de uma bolsa de estudo percapta que pela própria lei não pode ultrapassar o valor do FUNDEB. A questão é que as EFAs funcionam em tempo integral e estes valores não são suficientes. Além disso, o Decreto ao definir como apoio, unicamente as bolsas de estudo, restringe o apoio que poderia ser alocado de outros programas que os cidadãos que estudam na educação básica têm, por direito, como o transporte e alimentação escolar, etc.

0👍 | 0👎

25/02/2011 16:56

Por **Gessica Braga de Almeida** | Abadia dos Dourados/MG

Gostaria que o poder público, valoriza-se o trabalho das Escolas Famílias Agrícolas, que faz um trabalho maravilhoso para os jovens do campo, evitando assim a saída desses jovens tão esquecido do espaço de origem que é o ambiente rural. Porém as Escolas Famílias precisa de apoio do estado mineiro na construção e manutenção das 18 EFAS no estado de Minas. Somos referência em Educação do Campo.

0👍 | 0👎

25/02/2011 16:16

Por **Dariane Andrade Hadad** | Passos/MG

A adoção de políticas de incentivo e atualização dos profissionais da educação é a chave para o desenvolvimento pleno do sistema educacional mineiro. Professores, servidores e demais envolvidos que possam

ser plenamente atendidos, também na questão salarial, mas não apenas nisso. Salário digno, infraestrutura, cursos de atualização, incentivos para aquisição de material (livros, computadores etc) de uso pessoal do professor e servidor, tudo isso contribui para a satisfação profissional e conseqüentemente para a melhoria na atuação dentro das escolas.

0👍 | 0👎

23/02/2011 13:15

Por **Virgínia Lúcia Menezes Pacheco** | Sabará/MG

O TEMA EDUCAÇÃO DEVE SER UM DOS TEMAS PRIORITÁRIOS A SEREM DISCUTIDOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. O ACESSO À EDUCAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA TODOS NÓS BRASILEIROS. ATUALMENTE PRESENCIAMOS UMA INVERSÃO DE VALORES MORAIS E ÉTICOS, ONDE AS AGRESSÕES MÚTUAS ENTRE ALUNOS, TEM SIDO CONSTANTES. NÃO PODEMOS MAIS ADMITIR A PRÁTICA DE QUAISQUER FORMA DE BULLYNG, TANTO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO OU SUPERIOR. É UM ATENTADO À DIGNIDADE HUMANA. COM RELAÇÃO AOS VALORES MORAIS, É DE FUNDAMENTAL IMPORTANTE, REINSERIR NA GRADE CURRICULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS, AS MATÉRIAS DE MORAL E CÍVICA, COMO TAMBÉM AULAS INCLUINDO O TEMA: ÉTICA. NECESSÁRIO TAMBÉM A INCLUSÃO TOTAL DAS AULAS DO PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS), EXECUTADO PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, COMO UMA FORMA PREVENTIVA DE ATUAÇÃO JUNTO AOS ALUNOS DAS QUARTAS E SEXTAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROMOVENDO A CAPACITAÇÃO DE NOVOS POLICIAIS INSTRUTORES, PARA MINISTRAREM SUAS AULAS JUNTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA.

0👍 | 0👎

23/02/2011 00:31

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que a Secretaria de Estado da Educação implante um programa de formação docente em parceria com as Universidades Públicas existentes no Estado, com cursos superiores de licenciatura, sobretudo de pedagogia, utilizando-se os espaços das escolas estaduais. Que seja erradicado, definitivamente, o curso normal, modalidade ensino médio, implantado pelo governo estadual, pois trata-se de um anacronismo e um desserviço à formação de professores.

0👍 | 0👎

22/02/2011 20:56

Por **Marina Lucia de Paula Veronese** | Eugenópolis/MG

Que a Educação de Minas esteja sempre em alta valorizando sempre os Educandos, pois é daí o ponto de partida da nossa vida, a educação é nosso primeiro degrau de subida na vida, e para isso dependemos dos professores com vontade de ensinar e se ele é valorizado tudo melhora.

3👍 | 0👎

22/02/2011 01:05

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Por quanto tempo ainda o Governo de Minas vai postergar um concurso público para os profissionais da educação. Que a Assembleia Legislativa exija concurso público já.

2👍 | 0👎

22/02/2011 01:01

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

O programa Acelerar para Vencer da SEE é uma panaceia pedagógica, além de um grande desrespeito com os estudantes e professores. Como colocar numa mesma sala de aula de 25 a 30 alunos como dificuldade de aprendizagem, problemas de bullying etc. e querer que eles aprendam - uma verdadeira aberração pedagógica. Os alunos e alunas com dificuldades de aprendizagem devem ser tratados individualmente e com professores devidamente preparados para isto. Custa dinheiro, mas o Estado e a Sociedade devem assumir este investimento. Por uma educação de qualidade para todos.

0👍 | 0👎

22/02/2011 00:54

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que a UTRAMIG seja descentralizada e transforme-se numa rede de escola técnicas profissionalizantes pelo interior de Minas. A formação técnica de nossos jovens é urgente, o Brasil carece de profissionais bem formados. Que o Governo Estadual solicite até empréstimo ao BNDES, ao Banco Interamericano e outros para expandir a UTRAMIG, tendo como exemplos redes de escolas técnicas como os estados de São Paulo, Rio de Janeiro dentre outros, além dos IF do MEC.

0👍 | 0👎

21/02/2011 17:38

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Um cursinho pré vestibular a partir do primeiro ano do ensino preparando os alunos para a UFMG. Sendo isto feito no próprio horário de aula sendo que alguns destes estudantes trabalham e estudam...

0👍 | 0👎

21/02/2011 14:44

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Implementar a EJA nos moldes do programa Brasil Alfabetizado (governo federal), dando mais flexibilidade de carga horária e, com isso, contribuir para a permanência do aluno na escola.

1👍 | 0👎

21/02/2011 14:38

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Criar programas e políticas de atendimento à saúde do professor, através de medicina alternativa.

0👍 | 0👎

21/02/2011 14:35

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Criar programas de esporte, para os alunos da rede pública, praticados no contra turno escolar, com disponibilização de transporte e alimentação.

0👍 | 0👎

21/02/2011 14:27

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Considerar como prioridade para o ensino público, a disponibilização de profissionais da área da saúde, tais como: fonaudiólogo, neuropediatra, psicólogo, psicopedagogo, assistente social, etc, dentre outras interfaces que influenciam no desenvolvimento pedagógico dos alunos.

2👍 | 0👎

21/02/2011 14:23

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Cobrar que o estado assuma o Transporte Escolar para os alunos da sua rede de ensino, conforme disposto na LDB

0👍 | 0👎

21/02/2011 14:21

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Municipalizar o ensino público do 1º ao 5º ano, para as escolas estaduais que atuem somente neste nível de ensino

0👍 | 0👎

21/02/2011 14:20

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Criar mecanismos para acesso aos profissionais da educação aos programas de qualificação profissional, através de bolsas em instituições particulares, e, também, em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado)

0👍 | 0👎

21/02/2011 14:20

Por **Samuel Gazolla Lima** | Ubá/MG

Criar mecanismos para acesso aos profissionais da educação aos programas de qualificação profissional, através de bolsas em instituições particulares, e, também, em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado)

0👍 | 0👎

21/02/2011 12:46

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

Sobre a Plataforma Freire. Já que o objetivo é capacitar professores que estão em sala de aula e, a demanda em alguns lugares é menor do que as vagas oferecidas, peço que o MEC disponibilize as vagas excedentes para nós,

SECRETÁRIAS de escolas que, afinal, somos cadastradas no EDUCACENSO e também gostaríamos de fazer uma faculdade, mas com o nosso salário, é praticamente impossível. Portanto, tenho certeza que muitos profissionais da área de educação seriam beneficiados com as vagas excedentes desse programa.

0👍 | 0👎

21/02/2011 09:24

Por **Valéria Carvalho** | Muriaé/MG

Com base nos Projetos de Lei (PL) n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 05 de julho de 2005, que dispõem sobre a introdução do Assistente Social no quadro de profissionais da educação da escola pública, com objetivo de identificar a aproximação teórica e prática do profissional Assistente Social ao campo educacional, conhecendo e estudando os problemas socioeducativos e as contribuições do Serviço Social no sistema escolar, visando à realidade social da educação, como também mapeando-a quanto a estes problemas de forma a garantir aos educandos a melhoria das condições de estudo. A partir de quando teremos realmente os profissionais de Serviço Social inseridos na área da educação??

7👍 | 0👎

20/02/2011 16:38

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

Como secretária de uma escola municipal de Ensino Fundamental, sugiro que o Estado torne OBRIGATÓRIA a informatização das secretarias escolares estaduais e municipais (públicas e particulares), a fim de se criar um cadastro único dos alunos. Isso facilitaria a vida de todos nós, pois durante o ano, inúmeras crianças entram e saem das nossas escolas e tem que levar com elas documentos que, até hoje, são feitos à mão, à máquina de escrever ou apenas digitados. Se houvesse um sistema comum, a exemplo do EDUCACENSO, todas essas informações poderiam ser transmitidas para as escolas de destino (ficha individual, histórico, dados cadastrais, bolsa-família, notas e faltas, etc...). Além de profissionalizar o setor, eliminaria quase que 100% da burocracia e também a quantidade de papel nas escolas. A resistência dos burocratas das secretarias é notória, mas a necessidade é urgente.

1👍 | 0👎

19/02/2011 00:41

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que se tome muito cuidado para que a burocracia não afogue nossas escolas públicas como vêm ocorrendo e que o SIMADE seja um facilitador na vida escolar e não um estorvo burocrático.

2👍 | 0👎

19/02/2011 00:39

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que a Universidade do Estado de Minas Gerais deixe de ser tão modesta, transforme-se realmente numa universidade pública e gratuita e se interiorize por todas as regiões de Minas e siga o exemplo das Universidades Paulistas (USP-UNICAMP-UNESP), das universidades do RJ (UERJ-UENF), das universidades do Paraná (UEPG-UEM-UEL etc) e demais universidades estaduais, de estados mais pobres do que MG, como o Ceará, o Mato Grosso, a Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e outros mais.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:09

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Muitas escolas estaduais de Minas já possuem mais de 100 anos de existência, assim possuem, certamente, de acervos documentais, bibliográficos e museológicos de grande valor cultural. Então, que a Secretaria de Estado de Educação em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, incentive a criação de centros de documentação e memória em nossas escolas. Como exemplo, cita-se o Centro de Documentação e Memória da Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida de Passa Quatro, educandário este criado em 1913.

0👍 | 0👎

18/02/2011 17:40

Por **Cássia Mara de Jesus Pinto Santos** | Belo Horizonte/MG

ACHO QUE CRIANÇAS COM DÉFIC DE ATENÇÃO DEVERIAM TER UM POUCO MAIS DE ACESSO ÀS TRATAMENTOS ADEQUADOS JÁ QUE A ESCOLA HOJE DIZ EXISTIR UM PROJETO MARAVILHOSO CHAMADO: INCLUSÃO...DEVERIAM REVER ESTE PROJETO E INCLUIR ASSISTÊNCIA MÉDICA DIRETA ÀS CRIANÇAS/ ADOLESCENTES QUE NECESSITEM DELE, NA REDE PÚBLICA NÃO SE TEM UM PSICOPEDAGOGO PARA DIAGNOSTICAR DOENÇAS COMO O TDAH OU DDA, UM PSICÓLOGO TAMBÉM SERIA DE SUMA IMPORTÂNCIA JÁ QUE CRIANÇAS TRAZEM CONSIGO UMA BAGAGEM MUITO GRANDE DE SUA VIDA FAMILIAR (INFELIZMENTE MUITAS VEZES NEGATIVA).DOENÇAS E DISTÚRBIOS QUE PODERIAM SER DIAGNOSTICADOS E TRATADOS EM TEMPO HÁBIL INFELIZMENTE PASSAM DESAPERCEBIDOS POR FALTA DE SUPORTE TANTO DA ESCOLA (INSTITUIÇÃO) QUANTO DO GOVERNO . ESTA PARCERIA É IMPRESCINDÍVEL PARA OS PORTADORES DE ALGUM TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL.

1👍 | 0👎

18/02/2011 09:18

Por **Amefa** | Belo Horizonte/MG

Ampliação dos dispositivos da lei 14.614/03 que institui apoio administrativo e Pedagógico às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) de Minas Gerais, afim de permitir o acesso, dentro da SEE, do programa de educação profissional, capacitação de educadores, reforma e construção de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), além de participar de programas de outras secretarias, como a de agricultura, reordenamento agrário, assistência social, saúde, cultura, esporte etc, resguardando a autonomia da gestão, pelas famílias associadas às Associações mantenedoras das EFAs..

0👍 | 0👎

17/02/2011 23:42

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Que os Professores possam ter a sua disposição cursos de mestrado e possam se ausentar do serviço, durante o período do mestrado, sem perdas (salariais e carreira), com o objetivo de aprimoramento de sua função.

1👍 | 0👎

17/02/2011 21:50

Por **Huberto Andrade** | Belo Horizonte/MG

Criar escolas de tempo integral, com inclusao de aulas profissionalizantes, onde as crianças iniciem suas aulas pela manha, tenha lanche, almoço, a tarde pratique esportes, leitura, estudos, internet, banho e jantar, retornando a seus lares a noite.

1👍 | 0👎

17/02/2011 18:51

Por **Antônia Coelho** | Belo Horizonte/MG

Para ter uma educação de qualidade seria necessário a criação de uma lei que garanta um trabalho conjunto do governo federal, estadual e municipal. Não vejo razão em separar responsabilidades como ensino fundamental e médio do governo estadual e ensino superior do governo federal. Isto leva a diversidades de salários dos profissionais, assistência aos alunos e até do ingresso às universidades. Cito como exemplo a UFMG, onde há cotas que beneficiam alguns alunos e prejudicam outros e que deveriam ser repensados pelos nossos representantes na assembléia, pela secretaria de educação e pelo MEC.

1👍 | 0👎

17/02/2011 15:12

Por **Marinalva Jardim Franca Begnami** | Belo Horizonte/MG

Apoio às reivindicações das Escolas Famnílias Agrícolas, a saber: Apliação la Lei Estadual 14.614/2003 que institui um programa de apoio administrativo e Pedagógico às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) de Minas Gerais. Em minas Gerais existem 18 EFAs organizadas através da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - AMEFA. Em 2003 foi aprovada a lei 14.614/03 que institui um programa de apoio Administrativo e Pedagógico às EFAs, conforme o artigo 77 da LDB. Esta lei foi reulamentada em 2005, por um decreto 43.978 e em 2008, pelo decreto 44.984. cujo apoio consiste no repasse de uma bolsa de estudo percapta que pela própria lei não pode ultrapassar o valor do FUNDEB. A questão é que as EFAs funcionam em tempo integral e estes valores não sao suficientes. além disso, o Decreto ao definir como apoio, unicamente as bolsas de estudo, restringe o apoio que poderia ser alocado de outros programas que os cidadãos que estudam na educação básica têm, por direito, como o transporte e alimentação escolar, etc. Nossa proposta visa ampliar o dispositivo legal, afim de permitir o acesso, dentro da SEE, de recursos do programa de educação profissional, capacitação de educadores, reforma e construção de escolas, além de participar de programas de outras secretarias, como a de agricultura, reordenamento agrário, assistencia social, saude, cultura, esporte etc. Justificativa: O que justifica a apliação do lei de apoio Administrativo e Pedagógico às EFAs: -Pela ação social que estas desempenha, na escolarização, profissionalização e inserção profissional de jovens no meio rural; redução do êxodo rural; -A segurança alimetar, uma vez que estamos profissionalizando jovens, o campo da produção, agregação de valor e qualidade dos produtos tem nivel de qualidade; -A produção de alimentos saudáveis para a população em geral, inclusive para a merenda escolar, a partir da lei 11.947; -A medida que as familias têm perspectivas de vida no campo, elas não saem para as cidades, o que alivias os problemas sociais existentes nas cidades.

1👍 | 1👎

17/02/2011 15:01

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Minas Gerais sempre esteve na vanguarda do ensino público no Brasil, entretanto, nosso Estado carece de uma política consistente para o ensino técnico-profissionalizante. O Estado de São Paulo possui desde 1969 uma rede de escola técnicas e faculdades tecnológicas lidada ao Centro Paula Souza. São 198 escolas técnicas e 48 faculdades tecnológicas, cobrindo todo o território paulista. Por que Minas não poderia desenvolver essa experiência tão bem sucedida de São Paulo e de outros estados como o Rio de Janeiro também.

1👍 | 2👎

17/02/2011 14:27

Por **Marlene de Moura Teixeira** | Belo Horizonte/MG

Sou Marlene de Moura Teixeira e estou plenamente de acordo com a proposta do Guilherme Bragança. Por: Guilherme Bragança | Belo Horizonte - MG a lei federal 11769/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) instituindo a obrigatoriedade do conteúdo de música no currículo da Educação Artística, dando o prazo até agosto de (...) 2011 para os Estados e Municípios se adaptarem. Como a lei é muito vaga, há o perigo de que o "ensino" da música se restrinja a algumas atividades recreativas. É necessário fazer um projeto que inclua carga horária mínima dedicada à música, conteúdo progressivo a ser ministrado em cada série, e principalmente de preparação dos professores, já que na lei não há habilitação mínima para se ministrar o conteúdo. Proponho que se incentive a formação de corais, orquestras, bandas e outros conjuntos vocais e/ou instrumentais e que se trabalhe a música de forma interdisciplinar com a História, a Educação Física, Ciências, Português, matemática e com outros conteúdos da Educação Artística.

0👍 | 1👎

17/02/2011 13:06

Por **Marcelo Loures dos Santos** | Belo Horizonte/MG

A educação do campo merece atenção especial. A situação em que se encontram as Escolas Família Agrícola é lastimável. Professores sem receber, dificuldade no reconhecimento dos cursos, etc... É preciso garantir o acesso aos jovens do campo.

3👍 | 2👎

17/02/2011 12:21

Por **Marinalva Jardim Franca Begnami** | Belo Horizonte/MG

É relevante que a ALEMG inclua em sua agenda a Educação do Campo, na perspectiva de avaliar, discutir e construir junto às organizações sociais e instituições públicas, política de educação do campo que atendam às demandas da população do campo desde o acesso à educação infantil ao ensino superior integradas a uma política maior de sustentabilidade do campo.

1👍 | 1👎

17/02/2011 09:13

Por **João Batista de Oliveira** | Belo Horizonte/MG

--Qualificação e capacitação dos servidores estaduais da área da Educação. Possibilidade desses profissionais participar de cursos Superiores à Distância e, ainda, ajuda de custo. O Ensino à Distância geralmente é mais

acessível para os servidores devido ao menor custo se comparado aos demais no mercado; -Aumento de convênios do Estado com Universidades e Faculdades para atendimento da demanda existente no meio dos servidores públicos de nosso Estado; -Condições de financiamento voltados para os servidores da área de Educação no sentido da aquisição de livros para estudos e equipamentos (computadores, impressoras, etc.); - Cursos de reciclagem dos professores e demais servidores públicos, especialmente na área da Educação. É comum não haver profissionais qualificados para utilizar os equipamentos disponíveis e tão necessários ao ensino; -Ampliação de vagas nos cursos do PEP para melhor atender à demanda existente no setor. A valorização do profissional da educação é imprescindível. Não somente melhores salários como também possibilidade de capacitação, treinamento para uma educação digna e de qualidade para nossos alunos. Só assim podemos almejar um futuro tranquilo e consistente.

1👍 | 0👎

17/02/2011 00:38

Por **João Carlos Ribeiro de Andrade** | Belo Horizonte/MG

É necessário investir no trabalho com o cinema junto às escolas. Trabalhar filmes educativos entre professores e com os alunos. Entre outras temos uma ótima coleção organizada por Teixeira e Lopes: a escola vai ao cinema; a diversidade cultural vai ao cinema; a infância vai ao cinema; a mulher vai ao cinema; a juventude vai ao cinema. Estes trabalhos citados oportunizam as professoras e professores iniciar a construção de sua formação em serviço quanto ao trabalho educativo com o cinema cultural. É fundamental garantir acesso a filmes educativos para professores e alunos nos espaços da escola e em salas de cinema.

0👍 | 0👎

17/02/2011 00:07

Por **João Carlos Ribeiro de Andrade** | Belo Horizonte/MG

É fundamental incentivar parcerias entre Escolas e os diversos Museus que temos em nosso Estado. Este movimento pode contribuir para reorganizarmos o currículo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Um material que pode contribuir para iniciar este movimento é o livro: Escola e Museu, Diálogos e Práticas. São pouquíssimas as escolas públicas municipais e estaduais que tem este material que pode contribuir para a formação em serviço dos docentes acerca do trabalho com museus.

1👍 | 0👎

16/02/2011 21:49

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

criar escolas técnicas na rede estadual, para atender à crescente demanda por profissionais mais qualificados e, por outro lado, capacitar o jovem para o mercado de trabalho. O ideal seria criar essas instituições pelo menos nas cidades pólo do Estado.

3👍 | 0👎

16/02/2011 21:47

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

implantar o ensino profissionalizante em todas as escolas de ensino médio do Estado, possibilitando inserir o jovem no mercado de trabalho antes mesmo da faculdade.

1👍 | 1👎

16/02/2011 21:46

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

inserir o tema "meio ambiente", de maneira transversal, em todas as disciplinas, desde o ensino infantil até o médio, para estimular a mudança de cultura e postura a partir das crianças.

0👍 | 0👎

16/02/2011 17:28

Por **Adriane Rejane Lima Moreira** | Belo Horizonte/MG

Abordagem da melhoria da qualidade da educação, considerando os eixos: - qualificação profissional do corpo docente aliado à política de carreira e remuneração justas; - oferta de estrutura segura, bem equipada, facilidade de acesso, acessibilidade, conforto para a comunidade escolar, principalmente nas áreas mais carentes; - garantia de uma política pedagógica que garanta aprendizagem real para os alunos, principalmente nos níveis fundamentais de ensino, inclusive com inclusão de temas de arte e cultura, educação para cidadania, novas tecnologias, saúde e direitos humanos; - investimento no ensino técnico de forma a garantir mão-de-obra qualificada para as novas demandas do mercado.

0👍 | 0👎

16/02/2011 15:30

Por **Elzi Maria de Fátima** | Muriaé/MG

Gostaria de saber se O Anastazia vai contratar profissionais da área humana para educação. Psicólogos e assistentes sociais???? Pq foram abertas as inscrições para o cargo AEB, portanto pra qdo serão solicitados estes profissionais? Aguardo resposta...

7👍 | 1👎

16/02/2011 15:20

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

A educação de música nas escolas NÃO PODE DE FORMA ALGUMA estar adstrita apenas a licenciados em música. Os mestres de cultura popular devem ser incluídos nas adaptações nas escolas para o ensino de música. A escola não pode ser palco de institucionalização da DISCRIMINAÇÃO, pois a área cultural é ampla a admite essa pluralidade. Minha sugestão, portanto, é que PELA INCLUSÃO DOS MESTRES POPULARES no ensino de música das escolas e, caso seja necessário, se façam cursos de capacitação rápido para facilitar a atuação desses mestres nas escolas.

1👍 | 0👎

16/02/2011 15:18

Por **João Carlos Ribeiro de Andrade** | Belo Horizonte/MG

Quanto aos profissionais da Educação: É fundamental garantir formação específica para os docentes da educação básica que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos e Idosos no Estado de Minas Gerais. Quando aos alunos da Educação de Jovens e Adultos e idosos: garantir vagas em escolas próximas às suas residências desde a alfabetização ao Ensino Médio. Usar espaços comunitários com profissionais efetivos ou seja concursados para atender às demandas da alfabetização ao Ensino Médio para pessoas Jovens, Adultos e Idosas que desejam estudar. Por fim garantir chamada pública para a Educação de Jovens, adultos e Idosos em TODOS os municípios do Estado de Minas Gerais.

1👍 | 0👎

16/02/2011 15:10

Por **Ramuth Pereira Marinho** | Belo Horizonte/MG

Fortalecimento da política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Minas Gerais, com a oferta diversificada – no que tange à estruturação pedagógica, temporal e geográfica – dessa modalidade. Fomento às iniciativas das comunidades locais de EJA, balizado pelas demandas oriundas dos movimentos sociais, poder público local e outros atores sociais. Estreitamento dessa modalidade com outros setores, secretarias e fóruns – já instituídos – com intensa interface com a EJA: Economia Solidária, Formação profissional, Direitos Humanos, relações étnico-raciais, etc.

1👍 | 0👎

16/02/2011 14:42

Por **Eduardo Moraleida Gomes** | Belo Horizonte/MG

Contribuições 1. É necessário que se garanta o retorno do direito de transferência do professor efetivo (mudança de lotação) 2. Concurso público já 3. Mudanças na Lei 18975/10 (subsídio) garantindo a valorização do tempo do servidor 4. Os percentuais que diferenciam as carreiras devem retornar ao que garantia a Lei 15293/04 (Plano de Carreira), ou seja, 22% (vinte e dois por cento) a mais para cada nível de formação 5. Aplicação da Lei Federal 11738/08, levando em consideração o PISO como vencimento básico

1👍 | 0👎

16/02/2011 11:55

Por **Roberto Galdino de Souza Jesus** | Belo Horizonte/MG

Devemos tomar como exemplo a CHINA, que investiu em educação e que agora é a 2 economia do mundo, passando o JAPÃO. Somente a educação é capaz de desenvolver um PAÍS.

2👍 | 0👎

16/02/2011 11:23

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Remuneração adequada aos profissionais da área da Educação ou equiparação do salário e plano de carreira da polícia militar. Melhor infra estrutura das Escolas em todo o Estado.

1👍 | 0👎

16/02/2011 11:04

Por **Fábio de Souza Luiz** | Betim/MG

Todos os temas são importantes, mas comungo com o pensamento de Cristóvão Buarque que defende a educação como base para tudo: melhores governantes, erradicação da pobreza, minimização da violência, fim da corrupção, desenvolvimento econômico e social...

0👍 | 0👎

16/02/2011 09:25

Por **Jordana Domingos Ferreira** | Pouso Alegre/MG

Pela igualdade na liberação de servidores administrativos de todas as Secretarias para a realização de estudos de Mestrado e Doutorado no exterior, com ônus para o Estado.

0👍 | 1👎

16/02/2011 08:40

Por **Valéria Carvalho** | Muriaé/MG

Inclusão obrigatória de uma Equipe mínima RH na área da educação, principalmente nas escolas públicas, que possam ofertar os serviços dos Profissionais de Serviço Social e Psicólogo.

9👍 | 3👎

16/02/2011 00:37

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

criação da coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoas em situação de vulnerabilidade e violência.

2👍 | 0👎

16/02/2011 00:35

Por **Cláudia Marques de Oliveira** | Pedro Leopoldo/MG

No plano decenal para a Educação de MG não consta nenhuma referência ou menção à educação das relações étnico-raciais. O plano só considera fator de desigualdade as questões sócio-econômicas contrariando os dados e a realidade brasileira em demonstram que o racismo, o preconceito e a discriminação produzem desigualdades profundas e atingem diretamente a formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Ítem 2.3.1 é Equidade e justiça social. (anexo II do plano decenal da educação de MG) Proponho que a temática e a legislação que trata da educação das relações étnico-raciais seja considerada e inserida nas demais discussões e proposições.

2👍 | 4👎

15/02/2011 21:03

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

O segredo para termos uma educação de qualidade, está muito próximo, há escolas que são exemplo de ensino público e de qualidade na rede Estadual de Minas. O Colégio Tiradentes deve ser tomado como exemplo e copiado para o restante da Educação Estadual. Quais seriam as medidas adotadas nestas escolas, por que

nestas instituições de ensino os alunos realmente aprendem a matéria ministrada, por que há disciplina e respeito nestes educandários. Por que não seguirmos o que realmente funciona, alunos estudando gratuitamente e com ensino de qualidade ministrado por professores do Estado, em um ambiente onde há respeito e aprendizagem.

1👍 | 5👎

15/02/2011 20:51

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

O governo do Estado deveria promover a valorização de nossos queridos docentes não apenas na questão salarial, isto não basta, um bom salário não garante que um funcionário permaneça num determinado emprego. Já está na hora, de realmente reconhecermos o professor como uma autoridade, para isto o governo deveria baixar portarias através da SEE-MG, que devolvessem esta autoridade, claro que respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente. O aprendizado é muito maior em classes onde há disciplina e respeito entre as pessoas, logo o professor deseja condições de poder lecionar, então para isso este nobre profissional precisa de normas mais rigorosas para poder manter a disciplina e o respeito no ambiente escolar, demonstrando que é uma autoridade e deve ser reconhecido como tal por alunos e pela sociedade.

4👍 | 3👎

15/02/2011 16:32

Por **Rosemarie de Fátima Cancela Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Para mim as ações e políticas públicas relacionadas aos jovens devem ser cada vez mais aprimoradas. O jovem de hoje é o adulto de amanhã. Então, tudo que envolva a formação dos nossos jovens merece total atenção. As drogas, a violência nas escolas, a falta de cidadania são problemas gravíssimos que devem ser enfrentados. E a escola, então, tem papel relevante nesse cenário. Deveríamos fazer desse lugar o mais desejado pelo jovem. Nesse contexto merece atenção especial a formação dos professores.

2👍 | 0👎

15/02/2011 13:38

Por **Marcelo de Menezes Ramos Rodrigues** | Belo Horizonte/MG

Projeto de Excelência na Educação A ineficiente educação pública é tema de vários debates. Aponta-se falta de estrutura, falta de preparo dos professores, baixa remuneração dos docentes, dentre outros. No entanto o desinteresse e a baixa qualidade do corpo discente nunca é apontado como fator. São vítimas do sistema que são premiados com o sistema de cotas nas universidades públicas. Proponho que se separe no ensino público os alunos realmente interessados no aprendizado e com bom desempenho nos últimos quatro anos no ensino público e os encaminhe a escolas de referência a serem criadas dentre as escolas públicas já existentes. Nestas escolas seriam agregados os melhores alunos de escolas públicas havendo acesso para todas as séries a partir do 6º anos do ensino fundamental (oportunidades todos os anos) para alunos de todas as escolas da rede pública que estejam há pelo menos quatro anos no ensino público - não há vestibular, o bom desempenho na escola de origem dá direito à vaga na escola de excelência. O governo promoverá o transporte destes alunos, a alimentação e o pagamento de monitores (escolhidos dentre os alunos). A escolha dos professores seguirá também o mesmo critério de bom desempenho em sala de aula. A efetivação deste programa criará um círculo virtuoso já que haverá incentivo aos melhores alunos que buscarão melhor desempenho escolar.

10👍 | 7👎

15/02/2011 11:08

Por **Fábio da Silva** | São João del-Rei/MG

Não pode haver educação se não valorizarmos os educadores. Nosso professor precisa de um piso salarial melhor (como aconteceu com os policiais no início do mandato de Aécio Neves). Não pode ser só conversa tem que haver um plano de melhora no salário desses profissionais. Outra questão é o investimento em educação nos jovens e adultos fora da escola, que pararam de estudar, isso é fundamental para que essas pessoas, que por ventura estejam fora do mercado de trabalho formal, possam voltar.

1👍 | 0👎

15/02/2011 07:44

Por **Marcelo Rodrigo Barbosa** | Belo Horizonte/MG

O direito do consumidor é um direito garantido pela Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor dita que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Um dos princípios a serem atendidos para a execução dessa política é a educação para o consumo, garantindo aos consumidores informação quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo. Sendo assim, e dentro de uma visão de Política Pública Educacional do Estado de Minas Gerais, o direito do consumidor deveria ser inserido na grade curricular das escolas públicas de ensino fundamental e/ou médio, como matéria interdisciplinar ou isolada. O Estado de Minas Gerais tem 853 Municípios e apenas 110 Procons. Sendo assim, 88% dos Municípios mineiros estão sem a defesa do consumidor. O Poder Público, através das escolas, contribuiria sobremaneira para trazer ao cidadão mineiro, em especial aos alunos, as informações básicas sobre os direitos do consumidor e a sua proteção, garantindo assim a educação para o consumo, um direito previsto na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor.

0👍 | 0👎

15/02/2011 07:44

Por **Marcelo Rodrigo Barbosa** | Belo Horizonte/MG

O direito do consumidor é um direito garantido pela Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor dita que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Um dos princípios a serem atendidos para a execução dessa política é a educação para o consumo, garantindo aos consumidores informação quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo. Sendo assim, e dentro de uma visão de Política Pública Educacional do Estado de Minas Gerais, o direito do consumidor deveria ser inserido na grade curricular das escolas públicas de ensino fundamental e/ou médio, como matéria interdisciplinar ou isolada. O Estado de Minas Gerais tem 853 Municípios e apenas 110 Procons. Sendo assim, 88% dos Municípios mineiros estão sem a defesa do consumidor. O Poder Público, através das escolas, contribuiria sobremaneira para trazer ao cidadão mineiro, em especial aos alunos, as informações básicas sobre os direitos do consumidor e a sua proteção, garantindo assim a educação para o consumo, um direito previsto na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor.

0👍 | 0👎

15/02/2011 00:13

Por **Julio Cesar de Souza** | Uberaba/MG

Valorização do profissional da educação, com salário digno, condições mínimas de trabalho, formação inicial e continuada de qualidade.

3👍 | 0👎

14/02/2011 17:08

Por **Guilherme Bragança** | Belo Horizonte/MG

a lei federal 11769/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) instituindo a obrigatoriedade do conteúdo de música no currículo da Educação Artística, dando o prazo até agosto de 2011 para os Estados e Municípios se adaptarem. Como a lei é muito vaga, há o perigo de que o "ensino" da música se restrinja a algumas atividades recreativas. É necessário fazer um projeto que inclua carga horária mínima dedicada à música, conteúdo progressivo a ser ministrado em cada série, e principalmente de preparação dos professores, já que na lei não há habilitação mínima para se ministrar o conteúdo. Proponho que se incentive a formação de corais, orquestras, bandas e outros conjuntos vocais e/ou instrumentais e que se trabalhe a música de forma interdisciplinar com a História, a Educação Física, Ciências, Português, matemática e com outros conteúdos da Educação Artística.

23👍 | 6👎

14/02/2011 14:02

Por **Pedro Antonio Cardoso Vieira** | Ribeirão das Neves/MG

O Retorno nas escolas estaduais da hora Cívica para cultivar o hábito de cantar os hinos cívicos e prestar as devidas homenagens à Pátria;

1👍 | 3👎

14/02/2011 13:47

Por **Diego José Lobato Landim de Almeida Maculano** | Belo Horizonte/MG

Sempre com muito descaso foram tratados nossos professores, já passou da hora de rever a situação de nossos mestres.

0👍 | 0👎

14/02/2011 10:56

Por **Paulo** | Belo Horizonte/MG

Implementar a lei que determina o ensino de música nas escolas, realizado por professores especializados e com a infra-estrutura necessária (instrumentos, salas adequadas, etc.)

3👍 | 2👎

14/02/2011 10:52

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

O Estado deve tomar todas as medidas cabíveis para a valorização do magistério, principalmente com o aumento da remuneração. Os vencimentos atuais são irrisórios e não servem de estímulo para a formação de profissionais qualificados. Portanto, é preciso instituir política pública que valorize os servidores públicos em geral e, em especial, a classe de magistério.

4👍 | 0👎

14/02/2011 10:36

Por **Paulo** | Belo Horizonte/MG

Realização de concurso público para educadores e recuperação do vexaminoso salário pago pelo estado mínimo, digo, de minas.

2👍 | 2👎

12/02/2011 19:19

Por **Lília Borges Rego** | Belo Horizonte/MG

Governo do Estado deve implementar a política de concursos públicos para provimento dos cargos efetivos nas Superintendências Regionais de Ensino, pois há mais de 5 anos não se realiza concursos. Os servidores estão exonerando de seus cargos e não há nomeações para novos servidores. Não aguentamos mais a sobrecarga de trabalho. CONCURSO PÚBLICO JÁ!! Urgência para revisão das tabelas salariais de Assistente Técnico Educacional: realizamos o mesmo trabalho que o Analista Educacional faz e nosso salário é muito menor.

2👍 | 2👎

11/02/2011 17:03

Por **Antonio Luiz M. Osse** | Belo Horizonte/MG

Boa parte das teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de especializações produzidas em Minas Gerais são trabalhos meramente acadêmicos, que não trazem nenhuma contribuição real para o desenvolvimento do Estado em termos tecnológicos, científicos, econômicos, sociais ou quaisquer outros. Apesar de todo o tempo, esforço e recursos usados para produzir esses trabalhos, seu destino é, em geral, uma estante de biblioteca ou arquivo de computador. Eu considero importante que a Assembleia crie mecanismos de incentivo para que mais trabalhos de especialização, mestrado e doutorado tragam real contribuição para o desenvolvimento do Estado. Os mecanismos poderiam incluir desde prêmios, bolsas e financiamentos até nova legislação sobre o assunto, aplicável a instituições públicas estaduais como UEMG, FAPEMIG, CETEC e outras.

4👍 | 1👎

11/02/2011 13:36

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

A Secretaria de Estado da Educação e demais órgãos ligados a comunicação institucional, deveriam veicular na mídia televisiva, imprensa escrita e através do rádio, propagandas enaltecendo a função primordial e a importância da carreira do professor para a sociedade mineira e os bons resultados alcançados por estes profissionais na busca pela qualidade da educação no estado de Minas Gerais. Com esta medida estes nobres profissionais do saber iriam se sentir reconhecidos e mais motivados.

0👍 | 1👎

11/02/2011 12:23

Por **Ivone Luíza Moreira Silva** | Belo Horizonte/MG

EJA norte de Minas - Transformar o Polo Regional em sub-polos utilizando os mesmos 60% de recursos do FUNDEF, com o objetivo de otimizar o funcionamento e o acesso dos idosos a alfabetização.

0👍 | 0👎

11/02/2011 09:44

Por **João Paulo Furtado de Oliveira** | Mutum/MG

A educação de qualidade acessível a todos é o primeiro passo para se construir a justiça social. Para se ter uma boa educação é preciso que os profissionais sejam melhores remunerados e haja uma formação pedagógica para que eles possam exercer bem suas funções. Às escolas deve ser dada estrutura adequada, sendo essa física e na gestão. Aos alunos deve serem dadas condições de que esses possam estudar com dignidade, amparados por programas sociais os que não possuem as mesmas condições de ter um bom desempenho escolar que os demais, além de impulsionar esses para, desde já, uma participação política nos colegiados e grêmios estudantis, sendo que para isso é necessário haver orientação para que ocupem esses espaços. Tendo em vista os alunos de ensino médio, é essencial uma formação especial no que diz respeito à escolha da profissão, com acompanhamento psicológico periódico dentro das instituições de ensino, além de oferecer formas com que as particularidades de cada um seja levado em conta e seja focado. Sobretudo, é essencial que se crie, amplie, universalize e melhore de forma significativa as escolas técnicas e instituições de ensino superior tendo como foco principal a revitalização da UEMG e o acesso dessa e demais instituições no interior do estado, principalmente nas áreas mais carentes de instituições públicas de educação superior como é o caso do leste de Minas.

1👍 | 0👎

10/02/2011 23:34

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

A situação na disciplina de física é deplorável, uma vez que são poucos os licenciados na disciplina e também são poucos os cursos oferecidos em nível superior na área. Logo o governo de Minas para aumentar o número de licenciados em física para atender a demanda nas escolas estaduais, poderia através de convênio com instituições de nível superior criar um curso EAD, com pólos em todas as regiões para pessoas que desejassem se graduar em física e lecionar na rede pública estadual.

0👍 | 0👎

10/02/2011 23:11

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

O Governo do Estado de Minas, através das Secretarias Regionais de Ensino deveria procurar uma aproximação com as Secretarias Municipais de Educação, no sentido de orientar e contribuir para valorizar também os profissionais da educação a nível municipal, pois muitos municípios não se preocupam com estes valorosos e importantes servidores da educação, de maneira que muitos trabalham com baixos salários e sem estabilidade nos cargos que ocupam.

0👍 | 0👎

10/02/2011 22:45

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

A rede de Ensino Estadual de Minas Gerais deveria implantar nas aulas da disciplina de matemática o xadrez escolar, pois está comprovado por vários estudos científicos que: o xadrez melhora a capacidade de raciocínio lógico, a concentração, a disciplina, além de ser uma ótima atividade em que coloca professores e alunos em interação.

1👍 | 2👎

10/02/2011 00:47

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criar dotação orçamentária específica sob a Gestão da CAADE para a contratação de intérprete de libras, aquisição de literatura em Braille e obras de infra-estrutura para a adequação das instalações nas escolas para receber pessoas com deficiência de toda sorte

3👍 | 0👎

10/02/2011 00:41

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Formular um relatório a cada quadrimestre sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com deficiência - CAADE e a Secretaria Estadual da Educação que acompanhe o cumprimento de ações de acessibilidade nas escolas estaduais de ensino, recursos estes a saber, disponibilidade de intérprete de LIBRAS, profissional que auxilie pedagogicamente os alunos com deficiência com maior comprometimento, e disponibilidade de literatura escolar produzida em BRAILLE

3👍 | 0👎

09/02/2011 22:26

Por **Célia Corrêa** | Belo Horizonte/MG

Retomar o ensino de ética e moral no ensino de nível fundamental e médio

3👍 | 1👎

09/02/2011 22:23

Por **Célia Corrêa** | Belo Horizonte/MG

A idade do idoso para concessão de gratuidade nos ônibus municipais e em todo e qualquer benefício deveria ser padronizada em 60 anos. Em alguns casos a idade reconhecida é de 60 e em outros é 65. Porque o tratamento diferenciado. idoso é idos a partir dos sessenta.

0👍 | 5👎

09/02/2011 14:00

Por **Marcelo de Souza Cruz** | Montes Claros/MG

O Estado de Minas investe muito pouco em Educação Superior, quadro que precisa mudar imediatamente para o avanço da Educação em Minas. Como são poucas as cidades com universidades federais, muitas cidades carecem de investimentos em educação superior, já que o Estado é extremamente omissor nessa área. Enquanto estados como São Paulo investem pesado na rede estadual de educação superior, com universidades de ponta no mundo como USP, UNICAMP, UNESP, o estado de Minas deixa as poucas instituições existentes (UEMG e UNIMONTES) vivendo num caos, com um orçamento extremamente pequeno, sem investimentos e sem uma política para evolução da educação superior em Minas.

4👍 | 0👎

09/02/2011 11:53

Por **Adylio Neto** | Belo Horizonte/MG

sugiro criação de bolsas de formação de pilotos civis e investimentos no aeroclubes de Minas para fortalecer o desenvolvimento da aviação no estado

0👍 | 7👎

09/02/2011 11:24

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Gostaria que o processo de formação de um condutor de veículos fosse vinculado á educação.Onde houvesse a participação de alunos de auto escola junto á autoridades competentes para rever essas questões de transito pois o que se aprende lá dentro é puco usado depois da conquista da CNH.

0👍 | 4👎

09/02/2011 09:56

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

As Superintendências Regionais de Ensino e Dirigentes das Escolas Estaduais de Minas, deveriam criar um certificado que seria confeccionado na própria escola ao final de cada ano letivo, para alunos que se destacassem em cada turma da Escola como medida de insentivar estes dicentes a procurem o conhecimento e para que sejam reconhecidos pelo seu esforço, sendo motivo de orgulho para sua familia, professores, comunidade escolar e colegas de classe.

1👍 | 0👎

09/02/2011 09:39

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

O professor para lecionar bem precisa estar seguro em relação a sua situação na carreira não apenas salarial mas também quanto a estabilidade no cargo, por isso é imperioso que seja realizado concurso publico para lotar estes profissionais valorosos nas diversas regiões do Estado de Minas Gerais. Professor concursado trabalha melhor, pois o caminho natural que deve seguir é buscar o crescimento pessoal e da instituição a qual serve com intuito de prestar um bom serviço para o povo mineiro.

1👍 | 0👎

08/02/2011 18:36

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Ampliar para todo o Estado o Programa Cidadao Nota 10 executado pela SEDVAN que na sua quase totalidade alfabetiza Idosos.

2👍 | 0👎

08/02/2011 18:19

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criação no ambito do PEPS do Curso de Cuidador de Idosos conforme oficio enviado à Secretaria de Educação pelo CEI-MG.

1👍 | 0👎

08/02/2011 09:23

Por **Leôncio Caetano de Farias** | Betim/MG

É imprescindível a valorização do professor com salário digno (que compreenda, no mínimo, o valor estipulado pela lei 11.738/2008 em uma jornada de 2/3 em sala de aula e 1/3 de preparação de aulas e atendimento nas escolas).

9👍 | 0👎

07/02/2011 19:00

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

Poderia ser implantado nas escolas estaduais de Minas um sistema de reforço escolar feito por alunos estagiários dos cursos de licenciatura e também poderia ser criado um cursinho com professores voluntários em cada escola para preparar os alunos para prestarem vestibular ou realizarem as provas do ENEM.

1👍 | 1👎

07/02/2011 18:32

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

O Governo do Estado de Minas deveria criar um curso EAD gratuito de pós graduação na área de educação acessível a qualquer pessoa portadora de diploma de licenciatura plena que deseje lecionar na rede pública de ensino estadual, com pólos em todas regiões do Estado com tutores capacitados pelas respectivas superintendências de ensino ou instituições de ensino superior. Esta medida melhoraria o currículo dos docentes que por sua vez estariam sempre atualizados e mais motivados na sua missão de ensinar.

0👍 | 0👎

07/02/2011 15:08

Por **Brenda de Castro Cabral Gonçalves** | Viçosa/MG

O melhoramento das escolas públicas seria essencial. Hoje, o Ensino Médio mineiro não conta com aulas de geografia, nem de língua estrangeira, matérias cobradas em todos os vestibulares e até no ENEM. Além disso, seria necessário uma maior carga horária de aulas, com professores melhores preparados para levar o aluno a aprender realmente a matéria.

2👍 | 0👎

05/02/2011 20:20

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais deveria criar um prêmio para a superintendência regional de ensino, escolas estaduais e professores que se destacassem em projetos inovadores que realmente conseguissem melhorar os índices da educação em Minas Gerais. O governo de Minas deveria estender as boas práticas para todo o Estado visando a melhoria e posteriormente o alcance da qualidade e excelência de ensino.

1👍 | 1👎

05/02/2011 19:59

Por **Nísio Lourenço Júnior** | Romaria/MG

Realização de prova de conhecimento anual como critério para classificar professores que concorrem a designação na rede publica estadual de ensino em Minas Gerais. Assim alguns professores recém formados teriam a chance de ingressar na carreira e a qualidade do ensino melhoraria. Pois pelos atuais criterios de designação muitos professores nunca conseguem lecionar na rede publica estadual, pois não têm contagem de tempo.

0👍 | 0👎

05/02/2011 14:29

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criação, nas escolas de tempo integral, de disciplinas profissionalizantes no ensino médio, adequadas às realidades regionais.

9👍 | 1👎

05/02/2011 14:29

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Estímulo à participação do professor em atividades curriculares e extracurriculares de prevenção ao uso de drogas, promovidas ou não pela Secretaria de Estado da Educação, sendo um dos fatores de progressão na carreira, nos termos a serem definidos em lei

4👍 | 0👎

05/02/2011 14:20

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Desenvolver programas e ações que visem promover uma maior integração entre Secretaria de Estado de Educação e os órgãos de segurança pública em todo o Estado

3👍 | 0👎

05/02/2011 14:17

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Formação de parcerias com o objetivo de difundir o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd -, coordenado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a todas as escolas do sistema estadual de ensino, tendo em vista a relevância dos resultados já obtidos pelo programa

4👍 | 0👎

05/02/2011 13:32

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Inclusão, na grade curricular da rede de ensino, nos cursos de formação e capacitação de profissionais da segurança pública, e na inserção da Educação não-formal através de comunidades de bairro bem estruturadas,

em todos os níveis, de disciplina que vise à contextualização social da violência, nos moldes de um novo paradigma de cultura de paz, à luz dos direitos humanos, sob orientação pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, em diálogo permanente com a coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoas em situação de vulnerabilidade e violência.

4👍 | 0👎

04/02/2011 23:05

Por **Valeria Tavares Junqueira** | Belo Horizonte/MG

É importante que se invista mais nas escolas estaduais de tempo integral. Favorece o bem-estar e a educação das nossas crianças e ao mesmo tempo as mães que precisam trabalhar.

2👍 | 0👎

04/02/2011 16:11

Por **Guilherme Gonçalves Rodrigues** | Belo Horizonte/MG

Deve ser criada uma complementação à Lei Federal onde será obrigatória a presença de professores de Música nas escolas. Mas na Lei federal, cita que pessoas com habilidades musicais podem desenvolver atividades e dar aulas. Isso é muito errado onde o ESTADO deve complementar a lei para que APENAS MÚSICOS COM LICENCIATURA PLENA No curso de Música ou Educação Musical Escolar podem lecionar e desenvolver atividades. Isso garantirá um melhor ensino e seriedade nas atividades desenvolvidas nas instituições escolares.

3👍 | 3👎

03/02/2011 16:52

Por **Tiago de Moraes Faria Novais** | Divinópolis/MG

É imprescindível o desfecho de uma luta que se arrasta desde a Constituição Estadual: a estadualização das fundações da UEMG. Os recursos para tal ação não são irrealis como afirmaram as gestões anteriores. Ensino Superior Público Estadual, chegou a hora da consolidação!

8👍 | 2👎

50 contribuições

Desenvolvimento Econômico e Inovação

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 14:37

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Partindo da constatação de Williams (1981), para que a cultura constitui uma dimensão de todas as instituições econômicas, sociais e políticas. Buscar a elaboração de legislação que inclua a cultura como elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico do estado de Minas Gerais, tendo em vista o seu caráter transversal, inovador e de articulador entre áreas tais como: (turismo, meio ambiente, educação, cultura,

tecnologia etc).

0👍 | 0👎

27/02/2011 22:47

Por **Ana Cláudia Schneider Raslan** | Belo Horizonte/MG

Precisamos expandir as linhas de Metrô na grande Belo Horizonte, pois o trânsito está cada dia mais caótico! Transporte público eficiente significa mais qualidade de vida.

0👍 | 0👎

22/02/2011 18:21

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Zerar o icms da cesta básica de alimentos, pois, nós que moramos na fronteira, sabemos o quão é elevado o preço dos alimentos com relação, por exemplo, com os praticados no Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

0👍 | 1👎

22/02/2011 17:35

Por **Jonas Fonseca Reis Rezende** | Leopoldina/MG

Gostaria de comentar que, o estado não é só BH, e o estado não deve trabalhar apenas para os problemas interno de BH, existe camara municipal para isto. Se uma cidade de 3 mil habitantes tiver problema de transporte, o governo com certeza não irá dar atenção, mas se uma rua de BH der um buraco o governo vai em cima. Acho que o governo deveria dar mais atenção aos problemas de educação, saúde, acessibilidade, DESENVOLVIMENTO, para todo o estado. E gostaria de dar parabéns ao fórum, que está muito coerente.

2👍 | 1👎

22/02/2011 17:28

Por **Jonas Fonseca Reis Rezende** | Leopoldina/MG

Bom, seria viável em outras situações um carro de dois lugares, pois polue menos e tem outros aspectos favoráveis. Se estou me equivocando me desculpe, porém s[ó] li o seu comentário, e não li a proposta do ECO2. Porém, se varias pessoas usassem o carro de dois lugares, seria o oposto de se criar o transporte coletivo...se fossem andar em 3 pessoas, seriam dois carros, mesmo com dimensões pequenas, inviabilizaria o transito, já que o tempo de reação às situações do transito de cada carro, aumentaria, já que aumentaria os numeros do carro. Coisa de algune segundos, mas num trânsito de BH, seria imenso, fazendo o trânsito mais lento. Por exemplo, o sinal abre, o primeiro carro anda, aí o segundo engata a marcha e anda, assim sucessivamente, se os carros forem de dois lugares, aumentará esse tempo de reação.

0👍 | 1👎

21/02/2011 13:31

Por **Luiz Fernando Pedroso** | Belo Horizonte/MG

Gostei muito da proposta ECO2, sobre o desenvolvimento e produção de um carro de 2 lugares. O trânsito na cidade está cada vez pior, e esta é uma ótima solução, já que a maioria dos motoristas anda sozinho no carro.

1👍 | 2👎

19/02/2011 12:10

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Minas Gerais é um exportado de "commodities", que o Estado invista maciçamente em políticas de incentivo à industrialização, fomentando a implantação de empresas em todas as regiões, sobretudo nas mais pobres, como o Norte e o Vale do Jequitinhonha.

1👍 | 1👎

19/02/2011 12:10

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Minas Gerais é um exportado de "commodities", que o Estado invista maciçamente em políticas de incentivo à industrialização, fomentando a implantação de empresas em todas as regiões, sobretudo nas mais pobres, como o Norte e o Vale do Jequitinhonha.

1👍 | 1👎

19/02/2011 10:23

Por **Maria Lúcia** | Belo Horizonte/MG

A proposta do carro urbano de 02 lugares, "Eco2", se aprovada, será um excelente recurso, contribuindo para a preservação do meio ambiente e do transporte urbano que, hoje, enfrenta sérias dificuldades.

2👍 | 1👎

18/02/2011 13:47

Por **Wellington Alvim da Cunha** | Muriaé/MG

Rever a política de royalties de minério, aumentando o repasse aos municípios e investir parte dos recursos em educação e meio ambiente.

1👍 | 1👎

18/02/2011 13:43

Por **Wellington Alvim da Cunha** | Muriaé/MG

Proibição de emplacar veículos fora de Minas Gerais, pois muitos proprietários de veículos em Minas emplacam seus automóveis em estados onde o IPVA é mais barato. Tem que haver uma reforma na tributação para uma uniformidade do IPVA. Evitando assim o alocamento de impostos para estados onde não se tem os desgastes sócio-ambientais com os veículos.

0👍 | 2👎

18/02/2011 09:44

Por **Mateus** | Elói Mendes/MG

Concordo com você Adilson, a os funcionários da MGS carregam o estado nas costas, não temos os mesmos direitos dos funcionários efetivos, muitos de nós trabalham sobre pressão, e um sindicato atuante faz muita falta sim, instituições como os correios, a copasa em benefícios bem maiores do que os nossos, acho que é por isso que o símbolo da MGS é uma formiga, porque a formiga trabalha muito e nem sequer é enxergada, somos todos formigas.

1👍 | 0👎

17/02/2011 12:44

Por **Adilson** | Varginha/MG

Prezados Senhores (a), Uma casa, uma empresa, um ESTADO para seguir em frente com sucesso precisa de pessoas de bem com vida dispostos a trabalhar com orgulho no que fazem, mas em MINAS temos uma empresa (MGS- Minas Gerais Serviços) somos em torno de 20.000 funcionários que trabalham em todas secretarias do estado, onde não temos um sindicato, não temos progressão etc..., enfim por sermos uma classe que não temos ninguém para dar nos um apoio somos discriminados até mesmos humilhados. Como vamos fazer nossos progressos com todos estes trabalhadores que estão na frente das secretarias trabalhando com este baixo astral, para melhorar precisam reverem a situação dos TRABALHADORES DA MGS - URGENTE

1👍 | 1👎

16/02/2011 12:16

Por **Glauber Novaes de Sousa** | Teófilo Otôni/MG

PRECISAMOS, COM URGÊNCIA, DE UM AEROPORTO EM TEÓFILO OTONI/MG; A CIDADE DE TEÓFILO OTONI/MG REPRESENTA DUAS GRANDES REGIÕES (VALE DO MUCURI E PARTE DO VALE DO JEQUITINONHA), PORÉM, NA CIDADE NÃO EXISTE NENHUM AEROPORTO QUE ATENDA Á POPULAÇÃO.

2👍 | 1👎

16/02/2011 11:03

Por **Luciana Alkmim Guimaraes** | Teófilo Otôni/MG

Tendo em vista o crescimento sócio econômico do Vale do Mucuri e a importância de Teófilo Otoni para a região, há uma enorme necessidade que seja reativado o aeroporto desta cidade, com vôos diários comerciais, interligando este município à capital do Estado e outras cidades.

2👍 | 0👎

15/02/2011 16:52

Por **Simone Alvarenga Borja** | Brumadinho/MG

Criar fundos para agricultores que cumpram metas ambientais, incentivando à quem mantem areas preservadas além de suas obrigações legais e que produzem usando tecnicas inovadoras organicas comprovadamente sustentaveis.

2👍 | 0👎

15/02/2011 16:52

Por **Luiz Geraldo Crespo Arruda** | Belo Horizonte/MG

Sugiro como alavanca para a Inovação a adoção da metodologia da ENGENHARIA DO VALOR(EV), surgida na General Electric em 1947. Tal metodologia foi responsável direta pelo milagre japonês no início da década de 50, e responsável pelos projetos que fizeram da Toyota uma líder global. É também a metodologia base do programa SPRINT de inovação e competitividade da Comunidade Europeia. No Departamento de Transporte dos EUA já foram realizados mais de 6mil estudos de EV e economizados somente no ano de 2008 cerca de US\$ 3bi. Na China foram treinadas apenas em um ano 200mil pessoas na metodologia da ENGENHARIA DO VALOR. Não adianta inventarmos, temos que buscar o que os países inovadores utilizaram para descomoditizar suas economias. Infelizmente no Brasil, é pouco conhecida e muito menos ainda utilizada, apesar de recentemente o DER e a SUDECAP já exigirem projetos de EV para gastos acima de R\$ 10 milhões.

0👍 | 0👎

15/02/2011 16:45

Por **Simone Alvarenga Borja** | Brumadinho/MG

Criar leis que no mínimo, obriguem as empresas mineradoras a desenvolver toda a cadeia produtiva dentro do estado para termos valor agregado aos produtos e um real desenvolvimento.

1👍 | 1👎

15/02/2011 16:36

Por **Simone Alvarenga Borja** | Brumadinho/MG

Incentivar o turismo e cultura, corrigindo a defasagem nestes setores, tomando como exemplo o município de Brumadinho que hoje já emprega mais no turismo que na mineração.

4👍 | 0👎

15/02/2011 09:58

Por **Nair Aparecida de Andrade** | Belo Horizonte/MG

Sugiro a inserção do tema relacionado às micro e pequenas empresas nas discussões das políticas de desenvolvimento econômico e inovação. Esse contingente de empresas representam 99% do total de empresas existentes e respondem por quase 60% do emprego gerado. Dado a sua importância econômica, faz-se coerente uma discussão sobre esse segmento

0👍 | 0👎

15/02/2011 09:48

Por **Flávio Hannas Resende Guimarães** | Belo Horizonte/MG

Criação do "PROGRAMA MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DO VEÍCULO URBANO DE DOIS LUGARES", ou simplesmente "PROGRAMA ECO2", que terá os seguintes objetivos: I - fomentar o desenvolvimento, a produção e o uso de veículos urbanos de dois lugares no Estado de Minas Gerais; II - promover o crescimento da indústria automobilística instalada no Estado de Minas Gerais; III - fomentar o desenvolvimento e o uso de tecnologias limpas no Estado de Minas Gerais; IV - reduzir a poluição e a produção de gases de efeito estufa resultante do uso dos veículos automotores; V - racionalizar a utilização das vias públicas nos médios e grandes municípios do Estado de Minas Gerais. O Programa ECO2 será implementado com a participação de órgãos e entidades da

administração pública direta e indireta, de empresas públicas controladas pelo Estado de Minas Gerais, em parceria com os governos municipais e com a iniciativa privada. O Programa ECO2 atenderá ao desenvolvimento e à produção de veículos com dois tipos de motorização: I é veículo automotor com motorização flexível em combustível; II é veículo automotor com motorização elétrica. O texto integral do Programa Eco2, incluindo toda sua fundamentação, encontra-se em: <http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=4948865783>

33  | 1 

14/02/2011 22:37

Por **Luís Felipe Lima do Carmo** | Belo Horizonte/MG

Transporte, eis o maior gargalo de investimentos públicos na RMBH. E a minha opinião é a de que só há uma saída: metrô. Qua esta questão esteja na pauta da assembléia neste ano.

6  | 0 

14/02/2011 15:27

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

Acho interessante, para o desenvolvimento do Estado, a intensificação das relações entre o poder público e as empresas particulares, por meio das Parcerias Público-Privadas - PPPs, para a prestação de serviços e obras de grande interesse da população. Minas foi pioneira na edição da lei que regula as PPPs, mas, até o momento, o instituto foi pouco utilizado. Igualmente, o Estado deve dispensar mais atenção à atividade de fomento à iniciativa privada, de modo a interagir mais com as entidades do Terceiro Setor (ONGs), que não perseguem fins lucrativos, visando a execução de atividades de interesse social de forma mais eficiente e com reflexos positivos na vida do cidadão.

1  | 0 

14/02/2011 12:51

Por **Sabino José Fortes Fleury** | Belo Horizonte/MG

Além da pobreza persistente em algumas macrorregiões, das quais o Jequinhonha/ Mucuri e o Norte de Minas são os exemplos mais conhecidos e mencionados, persistem, em Minas, indicadores ruins em determinadas microrregiões em todo o Estado, como é o caso, por exemplo, do Vale do Piranga. Há, também, indicadores ruins em partes da RMBH, por exemplo. Portanto, ao lado de políticas amplas, é necessária a implementação de ações específicas e direcionadas. Sugere-se, para tanto, um conjunto de ações concatenadas, nos moldes a seguir descritos: a) promover, por meio da Fundação João Pinheiro - e de outros parceiros, se necessário - a atualização do Atlas IDH, com a utilização dos dados do Censo 2010, tão logo isso seja possível, disponibilizando o programa para download gratuito, como na versão anterior; b) com base nos dados atualizados, identificar as microrregiões nas quais persistem, desde 1990, condições de baixa qualidade de vida (em comparação com outras regiões) e analisar as possíveis causas da sua persistência; c) com base nos dados de 1990, 2000 e 2010, planejar ações específicas voltadas para cada uma das microrregiões; d) incluir essas ações no PPAG 2012-2015, no contexto de um projeto estruturador; e) monitorar o processo de implementação de forma ampla, com participação de cidadãos e de entidades, anualmente.

1  | 0 

14/02/2011 11:03

Por **Leonardo Claudino Graça Boechat** | Belo Horizonte/MG

É essencial para o desenvolvimento do Estado que este promova um fórum de debate sobre o seu regime próprio

de previdência, mediante estudo e propostas para o equilíbrio atuarial do sistema. Atualmente, o Estado compromete mais da metade de sua receita líquida de ICMS com o pagamento da folha previdenciária, na medida em que a receita de contribuições é complementamente insuficiente para arcar com os benefícios já concedidos de aposentadoria e pensão. Ressalte-se que o FUNFIP não possui nenhum centavo de reserva atuarial e enquanto a expectativa de vida do brasileiro era de 42 anos na década de 40, hoje ultrapassa os 73 anos. Saliente-se ainda que o comprometimento crescente de recursos do caixa do governo com o regime previdenciário próprio acaba sacrificando os investimentos e a execução das políticas sociais.

0👍 | 1👎

14/02/2011 10:25

Por **Makota Kisandembu** | Belo Horizonte/MG

Felizmente o MinC reconheceu a importância da moda no cenário cultural brasileiro, sua diversidade, sua economia criativa que movimenta boa parte da economia do país, sua importância. O Minc reconheceu a importância da moda no cenário cultural brasileiro e sua importância na economia nacional, etc. Então esta casa precisa também incluir o tema moda e economia criativa neste debate não esquecendo a moda -afro neste cenário. Coloco-me a disposição para contribuir. Makota Kizandembu- Mestra em indumentária Africana & Designer de Moda Makota Kizandembu- Mestra em indumentária afriaba & designer de Moda-afro

0👍 | 0👎

14/02/2011 09:48

Por **Márcio Roberto Alves dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Promoção do desenvolvimento sustentável do Estado tendo como espaços privilegiados de abordagem econômica, social e cultural as bacias hidrográficas.

1👍 | 0👎

14/02/2011 00:56

Por **Luciano Gontijo** | Belo Horizonte/MG

Manutenção de uma política séria de fortalecimento e fomento ao cooperativismo. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico NÃO providenciou a elaboração de minuta de projeto de lei para envio pelo Governador ao Legislativo Mineiro instituindo o Fundo de Apoio ao Cooperativismo do Estado de Minas Gerais - FUNDECOOP-MG, visando incentivar as cooperativas a viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema cooperativista no Estado, conforme estipula o art. 9.º da Lei nº 15.075, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a política estadual de apoio ao cooperativismo.

2👍 | 0👎

13/02/2011 13:18

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

Incentivar o fomento à pesquisa e extensão universitária, não só nas áreas de exatas e biológicas, mas principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. As faculdades e universidades só cumprem seu papel constitucional quando oferecem ensino, pesquisa e extensão. Ademais, elas podem e devem ser grandes parceiros na administração pública para criação e execução das políticas públicas, notadamente na área de direitos humanos.

1👍 | 1👎

13/02/2011 13:14

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

O Desenvolvimento Econômico deve ser visto como um desdobramento do desenvolvimento social. Os projetos de inovação tecnológica e produção de renda deve visar melhor distribuição de renda, respeito às culturas e povos tradicionais, e o equilíbrio ambiental.

2👍 | 0👎

12/02/2011 01:21

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Para se ter um desenvolvimento econômico sustentável incluindo a inovação como mais um de seus pilares, é necessário exigir menor contra-partida financeira e alienativa dos empreendedores inovadores ao mesmo tempo que é preciso aumentar o controle e a fiscalização do capital público disponibilizado, pode-se, por exemplo, desenvolver ferramentas tecnológicas inteligentes e interativas que obriguem aos empreendedores registrar nessa ferramenta, dia a dia, cada passo sobre o que estão fazendo com o capital público, havendo dúvidas, enviar imediatamente uma comissão fiscalizadora para apurar o fato, esta é a minha sugestão colaborativa.

1👍 | 0👎

11/02/2011 12:48

Por **Ivone Luíza Moreira Silva** | Belo Horizonte/MG

Melhorar o aproveitamento da oferta de equipamentos e serviços turísticos nas baixas temporadas, com eventos específicos para o público da melhor idade. Estimular o turismo doméstico com geração de emprego e renda e melhoria na qualidade de vida do idoso.

0👍 | 0👎

11/02/2011 11:48

Por **Sandro Queiroz** | Belo Horizonte/MG

INOVAÇÃO É UMA CULTURA PARA AUMENTAR EFICIÊNCIA E SUA EFICÁCIA,PRECISAMOS DE PROGRAMAS DE INOVAÇÃO REGIONAL INTEGRADO AOS SEUS PRINCIPAIS SETORES DE SEU PARQUE INDUSTRIAL. TODO MUNICIPIO DEVE TER O SEU PROJETO DE INOVAÇÃO, AS PREFEITURAS E PARCEIROS LOCAIS DEVEM CONSTRUI-LO E GERI-LO, OS PROJETOS DE INOVAÇÃO DEVEM TER FOCO NAS POTENCIALIDADES REGIONAIS, O ESTADO E FEDERAÇÃO DEVEM SER PARCEIROS ESTRATÉGICOS PARA ALAVANCAREM OS PROJETOS REGIONAIS DE INOVAÇÃO.

0👍 | 0👎

10/02/2011 16:04

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Estabelecimento de convênios com entidades como Senac, Senai, Senat, Sesi, entre outros, através dos Programas de Inclusão Produtiva para as pessoas em situação de vulnerabilidade e violência, para promover a inserção socioeconômica da mulher e do homem em todos os segmentos de vulnerabilidade social, visando à reestruturação familiar

2👍 | 0👎

10/02/2011 15:22

Por **Www.Engenheirobastos.Zip.Net** | Itapagipe/MG

a marginalização do trabalho braçal nos impoe na exploração de quase escravidão de subsistencia e ainda esporádica nem todo dia temos trabalho remunerado mesmo que seja de forma irrisória, esta é nossa realidade em uma cidade de pequeno porte com menos de 3000 imóveis, e os que encontram trabalho na ansia de ter o que comer é explorado pela falta de autoridade do estado, em meu caso a construção civil a maior construtora da cidade é o poder público em obras de caráter estruturantes, mas o estado só garante o pagamento e não exige qualidade e garantias nas obras e muito menos proteção ao trabalhador, se vier uma auditoria em itapagipe do tribunal de contas tal qual foi na cidade vizinha de fronteira mg que culminou no afastamento pela justiça de todos os vereadores que tem sua prisão solicitada pelo promotor público devido ao mau uso do dinheiro público, teremos a mesma punição aos 9 vereadores de itapagipe mg, basta dar uma voltinha na cidade e constatar que a maioria dos ultimos asfaltamentos a preço de ouro em licitações que ninguém nunca ouviu falar foram dissolvidos pela ultimas chuvas, e o pagamento foi efetuado basta olhar as grandes placas e obviamente seus gordos aditivos para pagar a corrupção dos maus serviços, e as construções praticamente sem engenheiro e sem registros de empregados assim falta cidadania e seriedade do dinheiro fácil. eng. bastos crea mg 35.417/d

0👍 | 0👎

10/02/2011 11:44

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criação do programa do Turismo Social com ênfase na geração de emprego e renda para a pessoa idosa, "Minas Sem Fronteira", que já conta com a adesão de outros Estados que propiciará e fortalecerá o desenvolvimento artístico e cultural regional principalmente na baixa temporada contando com incentivo do Estado com foco na Pessoa Idosa.

2👍 | 0👎

09/02/2011 23:32

Por **Renato Gontijo** | Belo Horizonte/MG

Parceria com a iniciativa privada para a construção e expansão da malha ferroviária no estado, tanto para o transporte de cargas quanto de passageiros.

3👍 | 0👎

09/02/2011 14:19

Por **Gildásio Ribeiro Catta Preta** | Teófilo Otôni/MG

Falar em desenvolvimento regional dos vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, sem incluir a ZPE de T. Otoni é uma grande injustiça, pois esta, apesar de já ter todas as condições técnicas e documentais iniciais, (com exceção do alfandegamento), necessárias para o início das atividades, ainda não saiu do papel por falta de dinamicidade dos agentes públicos e entendimento entre o governo e a ZPEX-. Importante frisar que os benefícios econômicos e sociais serão muito importantes para o desenvolvimento dos vales, considerados por alguns como os mais pobres do Estado, mas que possui uma riqueza mineral esplendorosa, talvez uma das mais ricas do país, mas infelizmente, ainda não foi devidamente explorada. Não esqueçam que estamos sobre uma das maiores jazidas de minérios preciosos, semi-preciosos e industriais, basta observar os mapas gemológico e geológico de Minas Gerais. O PLV, proveniente da MP 418/08, foi que regulamentou a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em (ZPEs). São sete os impostos isentos nos produtos exportados: Imposto de Importação; (IPI); (Cofins); Cofins- Import; PIS/Pasep; PIS/Pasep Import.e Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).  Um sonho que se sonha s ,   só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto à realidade .

1  | 0 

09/02/2011 14:11

Por **Marcelo de Souza Cruz** | Montes Claros/MG

O desenvolvimento econômico e tecnológico depende da formação de uma rede de inovação forte. Para isso, o Estado de Minas precisa fortalecer e fomentar as instituições que fazem pesquisa em Minas, investindo nas universidades estaduais existentes, criando novas universidades e incentivando a pesquisa aplicada para a melhoria das condições de cada região. Por exemplo, a região norte carece de engenheiros. Por que? A Unimontes não possui nenhum curso de engenharia, não ajuda em nada o Norte do Estado nessa área.

2  | 0 

09/02/2011 11:46

Por **Adylio Neto** | Belo Horizonte/MG

melhorar a infraestrutura de aeroportos do interior de minas, reformando aqueles que estão precários e construir novos para fomentar a aviação e desenvolver a economia de Minas

0  | 0 

08/02/2011 18:41

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criação de um programa de fomento da Pessoa idosa no mercado de trabalho. Quer seja na criação de micros e pequenas empresas, quer na área de capacitação aproveitando o conhecimento e a sabedoria que somente os anos propiciam. Lembro que a partir de 2030 teremos a total inversão da pirâmide etária.

3  | 0 

07/02/2011 16:16

Por **Elisa Maria Pinto da Rocha** | Belo Horizonte/MG

No século XXI, a inovação tecnológica vem se posicionando como um dos principais temas da agenda de desenvolvimento de países, regiões, localidades e empresas. Qual é a situação das empresas de Minas Gerais em termos de inovação tecnológica? Quais são os principais avanços e desafios da inovação tecnológica das empresas localizadas no Estado de Minas Gerais. Elisa Maria Pinto da Rocha Pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

07/02/2011 15:59

Por **Ricardo Candéa Sá Barreto** | Belo Horizonte/MG

Observei a opção sobre desenvolvimento econômico e inovação, após uma leitura do texto disponível observei que existem temas que se relacionam com a base de dados de contas satélites derivadas das tabelas de recursos e usos. A assembléia poderia apoiar a criação de contas satélites como uma conta para economia do turismo, uma conta de serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e uma conta para economia da cultura. Minas Gerais pode fazer tais contas por possuir uma matriz de insumo-produto para o ano de 2005. O estado de Pernambuco que também elabora tal pesquisa disponibilizou um Edital da FACEPE 14/2010 sobre essas contas disponível no link: http://www.facepe.br/pub_files/EDITAL_FACEPE_14-2010_PPE_EconSet.pdf. Minas Gerais e Pernambuco são os únicos Estados que elaboraram uma matriz de insumo-produto para o ano de 2005. Minas Gerais deveria seguir o exemplo de Pernambuco e apoiar um trabalho semelhante. Os resultados criados com essas 3 bases de dados seriam de extrema importância para o planejamento do Estado além de permitir verificar, de forma inédita, como a economia da cultura, economia do turismo, e a economia dos serviços de tecnologia da informação e de comunicação são importantes para o desenvolvimento econômico. Minhas afirmações se baseiam na minha experiência como economista e meus conhecimentos sobre a matriz de insumo-produto MG para o ano de 2005

1👍 | 0👎

05/02/2011 16:39

Por **Jorge Arcanjo da Rocha** | Teófilo Ottoni/MG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem o dever e a obrigação de discutir sobre a ZPE (Zona de Processamento de Exportação) de Teófilo Ottoni, que traz grandes reduções de impostos para os empresários, aumenta em grande número a geração de empregos, traz divisas e rendas para os Vales do Mucuri, Jequitinhonha, São Mateus e Norte de Minas, está com os decretos: Federal, Estadual e Municipal autorizando o funcionamento, bem como toda sua documentação totalmente hábil, onde será a redenção econômica e social de toda essa região, mas porém os técnicos do Governo do Estado fizeram levantamento minucioso para a aquisição de 51% das ações da ZPE e imediatamente o funcionamento da Zona de Exportação, porém o Governo ainda não deu uma posição oficial. Com a palavra os Deputados de Minas Gerais. Se for necessário, me coloco à disposição da Assembleia para participar de debates, plenárias e outras discussões acerca da ZPE. Em nome do povo desta região e em nome da ZPEX (agência administradora) que estou autorizado para tal, convoco os Senhores Deputados, Deputadas para discutir e colocar em prática este grandioso projeto. Vale ressaltar que das 17 ZPEs do Brasil, a nossa está mais adiantada em documentação, mas em articulação política a ZPE do Acre, através do Senador Tião Viana, está bem na nossa frente. Os Deputados precisam reagir em nome do Povo Mineiro. Jorge Arcanjo (Teófilo Ottoni-MG)

4👍 | 0👎

05/02/2011 14:35

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Fomentar a publicação de editais elaborados pela FAPEMIG para o aprimoramento, garantia ou aquisição de equipamentos para a instalação de unidades especializadas em crimes cibernéticos

1👍 | 0👎

05/02/2011 14:14

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criação de espaços de formação profissional para o desenvolvimento de habilidades visando à reinserção social, com monitoramento e encaminhamento para o mercado de trabalho

3👍 | 0👎

05/02/2011 14:12

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Efetivação das propostas de criação de taxas sobre atividades das indústrias de bebida alcoólica e de tabaco, para financiar tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional de dependentes químicos e familiares

4👍 | 2👎

04/02/2011 16:16

Por **Guilherme Gonçalves Rodrigues** | Belo Horizonte/MG

Seria interessante que no Estado tivesse uma lei que obrigariam as empresas públicas e privadas da área de Trânsito e Transporte terem Técnicos em Transportes e Trânsito no seu quadro de funcionários. No que daria mais coerência nos projetos e soluções viárias. A carga tributária deveria ser diminuída onde haveria uma maior circulação de dinheiro movendo a economia no Estado.

0👍 | 0👎

04/02/2011 14:15

Por **Gustavo Garcia Vieira de Almeida** | Belo Horizonte/MG

Fortalecimento da competitividade das empresas mineiras, por meio do mapeamento dos "gargalos" e ações que busquem reduzi-los, bem como projetos que visem o fortalecimento da cultura da inovação empresarial.

0👍 | 0👎

04/02/2011 12:58

Por **Thiago Ferreira Almeida** | Belo Horizonte/MG

Seria interessante promover capacitações gratuitas ao público interessado em expandir empresas em Minas Gerais, bem como aqueles que desejam criar empresas, e mesmo incentivar a exportação de produtos e bens produzidos em Minas Gerais, instruindo o empresário e os interessados sobre os procedimentos, benefícios e facilidades no Estado.

6👍 | 0👎

Meio Ambiente

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 16:45

Por **Celso Pereira de Mello Filho** | Belo Horizonte/MG

Tendo em vista a descoberta de grandes reservas de gás natural no Norte de Minas, a ALMG deveria antecipar-se e preocupar-se com os aspectos ambientais da prospecção e da exploração do gás. Penso especialmente na contaminação de lençóis freáticos nos EUA em decorrência da técnica de prospecção denominada "hydraulic fracturing", que tem transformado, em várias localidades, a água de torneira, pretensamente potável, em fonte de doenças, chegando mesmo, em certos casos, a ser inflamável (vide documentário "Gasland", de Josh Fox).

0👍 | 0👎

27/02/2011 14:15

Por **Andre Ribeiro dos Santos** | Belo Horizonte/MG

É fato que o mundo procura por uma matriz energética renovável. E seguindo essa linha o Brasil possui um grande trunfo que são os biocombustíveis, principalmente o Etanol produzido a partir da cana-de-açúcar. Com o avanço desse setor agroindustrial as áreas tradicionais de produção como São-Paulo estão tornando-se estagnadas, ocorrendo uma expansão especialmente para o triângulo mineiro. Então dado essa contextualização, sugiro que o poder público personificado na legislação da ALMG, deve realizar projetos técnicos para impedir ou mitigar os impactos ambientais provindos dessa atividade agroindustrial. Para tanto é preciso aplicar tecnologias que atuem na dinâmica da poluição ambiental. Além disso, aplicar modelos mais eficientes para o gerenciamento dos recursos hídricos e da biodiversidade local.

0👍 | 0👎

25/02/2011 16:12

Por **Dariane Andrade Hadad** | Passos/MG

A criação e implementação de políticas públicas que incentivem a proteção ao meio ambiente são elementos fundamentais para a efetivação das agendas protetivas. Em especial para o empresariado e para os produtores rurais, faltam normas que instituam benefícios fiscais para as empresas que atuem em setores de proteção ambiental ou que utilizem mecanismos de proteção em suas indústrias ou atuações em geral. A redução da carga tributária para essas empresas terá o condão não apenas de incentivar a prática de ações ambientalmente corretas, mas também poderá tornar os produtos mais competitivos, haja vista seu custo, em geral, ser mais alto do que o dos produtos que, grosso modo, agredem o meio ambiente (ou não se preocupam com preservá-lo). Redução no ICMS, por exemplo (e não apenas o maior repasse deste aos Municípios), incentivos para obtenção de financiamentos etc. A política tributária, no que se refere à competência estadual da matéria, é de importância fundamental para incentivar não apenas o empresariado e os produtores, mas a comunidade em geral, a atuar efetivamente na proteção ao meio ambiente. A comunidade empresária e os produtores rurais se ressentem de benefícios, carecendo deles para tornar seu produto mais competitivo. E quem ganha somos todos nós.

1👍 | 0👎

25/02/2011 10:19

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que o Governo de MG e a Assembleia Legislativa iniciem contatos com o Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente e ICMBIO) a fim de criar o Parque Nacional dos Altos da Mantiqueira.

2👍 | 0💬

24/02/2011 12:57

Por **Maria Thereza Nunes Martins Fonseca** | Belo Horizonte/MG

As políticas públicas de defesa animal devem estar inscritas no plano plurianual, com dotação orçamentária, fontes de recursos e responsáveis pela gestão e fiscalização

2👍 | 0💬

23/02/2011 14:27

Por **Patricia Borges Rego** | Belo Horizonte/MG

Devemos iniciar as discussões acerca do tema "abate humanitário". Todos os dias milhares de animais passam por processos de sofrimento extremo, durante o confinamento até o abate. O abate humanitário é uma prática que merece e deve ser disseminada o quanto antes.

4👍 | 0💬

23/02/2011 09:42

Por **Pedro Lacerda** | Belo Horizonte/MG

O Estado deve injetar todas as energias em torno na nova Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política essencial para minimizar inúmeros impactos ambientais. Contribuir para melhoria da qualidade dos recursos hídricos superficiais, que infelizmente, encontram-se em situação caótica em todas as partes do Estado de MG.

1👍 | 0💬

19/02/2011 18:20

Por **Luna Moreira** | Divinópolis/MG

proibir em âmbito estadual a exibição de circos com animais... eles não são palhaços

2👍 | 0💬

19/02/2011 18:18

Por **Luna Moreira** | Divinópolis/MG

proibir em âmbito estadual a venda de animais em pet shops e em comércio de produtos agrícolas e similares. Animais não são mercadoria, são seres sencientes e como nós sofrem, sentem dor...

1👍 | 0💬

19/02/2011 11:58

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Uma medida prática para ampliar a área florestada do Estado seria a obrigatoriedade legal de se plantar árvores, de preferência nativas, nas margens de todas as rodovias estaduais, numa parceria de DER/MG com o Instituto Estadual de Florestas e as Prefeituras Municipais.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:27

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Programas voltados para os jovens, como o Projovem, devem ser mantidos, ampliados e melhorados constantemente. Que seja criado um Observatório Estadual da Juventude, onde sejam incluídas as mais variadas experiências de apoio à juventude, assim como um Fórum Permanente da Juventude.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:27

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Programas voltados para os jovens, como o Projovem, devem ser mantidos, ampliados e melhorados constantemente. Que seja criado um Observatório Estadual da Juventude, onde sejam incluídas as mais variadas experiências de apoio à juventude, assim como um Fórum Permanente da Juventude.

1👍 | 0👎

18/02/2011 18:34

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Redução de tributos para fabricantes e comerciantes de insumos e equipamentos para energia solar (térmica e fotovoltaica) e eólica e incentivo ao uso dessas formas, principalmente na área rural.

0👍 | 0👎

18/02/2011 18:34

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Redução de tributos para fabricantes e comerciantes de insumos e equipamentos para energia solar (térmica e fotovoltaica) e eólica e incentivo ao uso dessas formas, principalmente na área rural.

0👍 | 0👎

18/02/2011 18:33

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Liberação, ao empreendedor, de alvará de construção de prédios residenciais ou industriais, somente se o projeto adotar medidas para uso da energia solar (no aquecimento da água, pelo menos) e para reaproveitamento da água de chuva (para aguar jardim, pomar e horta).

0👍 | 0👎

18/02/2011 18:32

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Adoção, na área rural, de outros métodos de tratamento de resíduos, tais como banheiro seco, fossa séptica, fossa séptica com biodigestor, com previsão de incentivos para o morador que adotar um dos sistemas (governo do Estado e prefeituras poderiam inclusive distribuir gratuitamente kits para instalação em propriedades rurais).

0👍 | 0🗨

18/02/2011 18:32

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Adoção, na área rural, de outros métodos de tratamento de resíduos, tais como banheiro seco, fossa séptica, fossa séptica com biodigestor, com previsão de incentivos para o morador que adotar um dos sistemas (governo do Estado e prefeituras poderiam inclusive distribuir gratuitamente kits para instalação em propriedades rurais).

2👍 | 0🗨

18/02/2011 18:31

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Em municípios com vocação rural adotar medidas de incentivo a compostagem do lixo orgânico. O cidadão que fizesse sua compostagem receberia descontos nas contas de água e luz, por exemplo. A prefeitura se incumbiria de recolher o excedente, usando em praças, jardins públicos, hortas comunitárias.

3👍 | 0🗨

18/02/2011 18:31

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Em municípios com vocação rural adotar medidas de incentivo a compostagem do lixo orgânico. O cidadão que fizesse sua compostagem receberia descontos nas contas de água e luz, por exemplo. A prefeitura se incumbiria de recolher o excedente, usando em praças, jardins públicos, hortas comunitárias.

0👍 | 0🗨

18/02/2011 10:56

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Tornar o licenciamento ambiental mais rígido, Tendo como parceiros as ONGs e defensores ambientais e Estudantes nas discussões de todo o processo.

0👍 | 0🗨

18/02/2011 10:56

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Tornar o licenciamento ambiental mais rígido, Tendo como parceiros as ONGs e defensores ambientais e Estudantes nas discussões de todo o processo.

0👍 | 0🗨

17/02/2011 20:30

Por **Adriana Torres** | Belo Horizonte/MG

A pauta do cuidado e defesa animal encontra-se, em minha visão, equivocadamente aos cuidados da área de Saúde Pública. Isso transforma o animal em um ser coadjuvante do tema que lhe diz respeito! Defendo que essa política pública seja direcionada para a Secretaria do Meio Ambiente e, através dela, sejam reformuladas as atuais estratégias orçamentárias, o necessário apoio às centenas de organizações sem fins lucrativos que apoiam a causa e a criação de leis mais rígidas relativas a crimes contra os animais e guarda responsável.

2👍 | 0👎

17/02/2011 15:08

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

A questão ambiental tem sido discutida por todo mundo. Unidades de conservação são de extrema importância para a preservação de eco-sistemas e para o lazer da população em geral. Que o Governo de Minas Gerais incentive todos os municípios do Estado a terem suas próprias unidade de conservação municipal. Que seja aprovado um projeto de lei determinando que cada município destine uma área mínima para ser transformada em unidade de conservação, sob orientação técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do IEFA e outros órgãos técnicos competentes.

0👍 | 0👎

17/02/2011 11:10

Por **Juliana Martins Pereira** | Belo Horizonte/MG

Incluir no tema meio ambiente a questão da proteção e defesa animal, destinando uma porcentagem das multas aplicadas a infratores do meio ambiente a abrigos de animais sustentados por organizações não governamentais e campanhas para adoção. Criando legislação que regule a guarda e o comércio de animais. Destinando os 5 milhões gastos anualmente com a captura e devolução de animais a ruas a abrigos provisórios, campanhas públicas para adoção e cuidado do animal.

5👍 | 0👎

16/02/2011 21:42

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

inserir a preocupação com o ambiente em todas as disciplinas dos ensinos fundamental e médio, de maneira transversal, estimulando a mudança de cultura já desde a primeira infância.

2👍 | 0👎

16/02/2011 21:40

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Inserir o componente meio ambiente em todas as secretarias de Estado, para que todos os programas contemplem a preocupação com a preservação da natureza e da qualidade de vida, além da responsabilidade no uso dos recursos naturais.

0👍 | 0👎

16/02/2011 21:38

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Estipular um prazo (sugestão de 10 anos) para que os municípios alcancem 100% de esgoto tratado. O ideal é atingir o nível terciário, que garante a limpeza completa da água, mas a adaptação deve ser gradual em função dos investimentos exigidos. Para dar suporte às prefeituras, o governo estadual deve oferecer uma linha de crédito, via BDMG, por exemplo, a juros subsidiados ou a custo zero para assegurar os recursos.

0👍 | 0👎

16/02/2011 21:35

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Exigir, para o licenciamento de empreendimentos de conjuntos habitacionais, que as unidades contemplem projetos de aproveitamento de água de chuva e iluminação solar

3👍 | 0👎

16/02/2011 15:21

Por **Natalia Coelho Braga** | Belo Horizonte/MG

Acho importante a abordagem do tema " proteção animal", tendo em vista a situação de falta de abrigos públicos para animais de rua, que atendam à demanda (principalmente nas comarcas do interior), falta de consciência da população (em relação ao abandono de animais na rua), falta de uma campanha pública educativa de massa para a população, tanto em relação ao abandono, quanto à adoção de animais já retirados das ruas e também sobre castração. Além disso, sugiro também a criação de leis mais específicas sobre a questão de maus tratos e crueldade em relação a animais domésticos e domesticados.

4👍 | 0👎

16/02/2011 11:29

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Promover a conservação e a preservação do ambiente mineiro. Maior fiscalização de nossas florestas, matas, rios, animais e vegetais. Garantir maior cultura social para a preservação ambiental. Tornar crime a aquisição de qualquer espécie em cativeiro e evitar a entrada de espécies estranhas.

1👍 | 0👎

16/02/2011 10:08

Por **Simone Alvarenga Borja** | Brumadinho/MG

Efetivar, ampliar e aprimora o bolsa verde.

1👍 | 0👎

15/02/2011 19:27

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Adoção de coleta seletiva em todos os municípios mineiros, adotando-se escala progressiva começando dos mais populosos, (BH primeiro, depois os com mais de 500 mil, e assim por diante) de modo que, em 2014, todos

sejam atingidos. Prever incentivos para municípios que implantarem o sistema. * Em municípios com vocação rural adotar medidas de incentivo a compostagem do lixo orgânico. O cidadão que fizesse sua compostagem receberia descontos nas contas de água e luz, por exemplo. A prefeitura se incumbiria de recolher o excedente, usando em praças, jardins públicos, hortas comunitárias. * Adoção, na área rural, de outros métodos de tratamento de resíduos, tais como banheiro seco, fossa séptica, fossa séptica com biodigestor, com previsão de incentivos para o morador que adotar um dos sistemas (governo do Estado e prefeituras poderiam inclusive distribuir gratuitamente kits para instalação em propriedades rurais). * Liberação, ao empreendedor, de alvará de construção de prédios residenciais ou industriais, somente se o projeto adotar medidas para uso da energia solar (no aquecimento da água, pelo menos) e para reaproveitamento da água de chuva (para aguar jardim, pomar e horta). * Redução de tributos para fabricantes e comerciantes de insumos e equipamentos para energia solar (térmica e fotovoltaica) e eólica e incentivo ao uso dessas formas, principalmente na área rural.

1👍 | 0👎

15/02/2011 19:27

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Adoção de coleta seletiva em todos os municípios mineiros, adotando-se escala progressiva começando dos mais populosos, (BH primeiro, depois os com mais de 500 mil, e assim por diante) de modo que, em 2014, todos sejam atingidos. Prever incentivos para municípios que implantarem o sistema. * Em municípios com vocação rural adotar medidas de incentivo a compostagem do lixo orgânico. O cidadão que fizesse sua compostagem receberia descontos nas contas de água e luz, por exemplo. A prefeitura se incumbiria de recolher o excedente, usando em praças, jardins públicos, hortas comunitárias. * Adoção, na área rural, de outros métodos de tratamento de resíduos, tais como banheiro seco, fossa séptica, fossa séptica com biodigestor, com previsão de incentivos para o morador que adotar um dos sistemas (governo do Estado e prefeituras poderiam inclusive distribuir gratuitamente kits para instalação em propriedades rurais). * Liberação, ao empreendedor, de alvará de construção de prédios residenciais ou industriais, somente se o projeto adotar medidas para uso da energia solar (no aquecimento da água, pelo menos) e para reaproveitamento da água de chuva (para aguar jardim, pomar e horta). * Redução de tributos para fabricantes e comerciantes de insumos e equipamentos para energia solar (térmica e fotovoltaica) e eólica e incentivo ao uso dessas formas, principalmente na área rural.

2👍 | 0👎

15/02/2011 15:46

Por **Evelyn Zajdenweg** | Brumadinho/MG

Gostaria de propor a implantação do zoneamento econômico e ecológico de Minas Gerais. Também frisar a importância da criação dos corredores ecológicos. E a criação de mais unidades de conservação. Ampliar recursos para a regularização fundiária. Proponho também que a Serra da Calçada seja transformada em monumento natural de acordo com o projeto do Délio Malheiros que está em tramitação na Assembléia.

2👍 | 0👎

14/02/2011 18:47

Por **Luciene Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Estimular a coleta seletiva em todos os municípios mineiros seria uma boa maneira de se evitar que tanto lixo aproveitável seja desperdiçado nos lixões e ainda contribuam para poluir todo o ambiente, em particular os recursos hídricos.

1👍 | 0👎

14/02/2011 16:20

Por **Maria Thereza Nunes Martins Fonseca** | Belo Horizonte/MG

Incluir no tema "meio ambiente" questões relativas à proteção animal

6👍 | 0👎

14/02/2011 11:10

Por **Sergio Ricardo Paula** | Belo Horizonte/MG

A necessidade de preservação ambiental é suprimida pela necessidade da extração de matérias primas que são o combustível do desenvolvimento industrial e tecnológico. A criação de projeto de recompensa ambiental, que normatize a remuneração por empresas exploradoras dessas matérias primas, a pequenos e médios produtores rurais que preservem áreas e mananciais. Gera degradação e fomenta preservação. Ficando o estado com a responsabilidade apenas da normatização e da fiscalização deste contrato entre empresas e produtores rurais.

1👍 | 0👎

13/02/2011 21:00

Por **Aloisio Lopes** | Belo Horizonte/MG

Pronover um ciclo de debates permanente sobre desenvolvimento sustentável, que possa percorrer as regiões de Minas, envolvendo os setores sociais, empresariais e meio acadêmico.

3👍 | 0👎

12/02/2011 16:11

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Fomentar a execução do Plano Nacional de Resíduos Sólidos aos Programas de Estado e Projetos Estruturadores, dentro de cada área de resultados delimitada pelo Governo de Minas. Estes Plano deve ser lembrado dentro dos Polos de Mineração e Recursos Hídricos, projetos em andamento dentro da Ciência e Tecnologia

7👍 | 0👎

12/02/2011 11:53

Por **Flávio Gomes Guimarães** | Brumadinho/MG

Não existe lei estadual de política mineral sem que esteja contemplado no seu corpo "ouvir" toda a comunidade de todo o Estado, antes de se autorizar a mineração. A palavra final é de todos os mineiros. Tem que ser por plebiscito. Os benefícios e malefícios se refletirão neles e só eles tem a autoridade para aprovar. Fim à troca de mineração por reforma no coreto da praça. Precisamos de tributos e royalties à altura dos danos que a mineração provoca. Ser apenas a 7a. fonte de arrecadação do Estado é muito pouco. É preciso que seja a 1a. A Lei deve prever também condicionantes inegociáveis para autorização de mineração tais como: existência de manancial hidrográfico e nascentes, área de preservação ambiental, região habitada por indígenas, presença de vestígios arqueológicos e pré-históricos. O "amarelo" de nossa bandeira já se foi; o "azul" está tampado pela fumaça do progresso; o "verde" está se acabando e aí o "branco" da paz já não existirá mais.

3👍 | 0👎

12/02/2011 01:50

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Disponibilizar mais capital com juros baixos e a longuíssimos prazos para empreendedores do agronegócio que utilizam técnica de manejo sustentáveis e que mantenha e preservam matas nativas em suas propriedades, esta é a minha sugestão colaborativa.

0👍 | 0👎

11/02/2011 08:45

Por **Rosimary de Freitas Bakir** | Belo Horizonte/MG

Apoiar o projeto Manuelzão para que seja possível continuar revitalizando o rio das velhas. Quando passamos pelo rio, logo após Lagoa Santa, dá vergonha ver o que fizemos com as águas. Estou disponível pra colaborar.

1👍 | 0👎

10/02/2011 12:01

Por **Ronaldo Donizete Alves** | São Sebastião do Paraíso/MG

Desenvolver um projeto junto às prefeituras municipais para o esclarecimento junto á população da grave questão do lixo residencial, levando em conta sua geração, descarte, acondicionamento, reciclagem e resíduos gerados. Fazer com que as prefeituras passem a dialogar com as comunidades e os cidadãos a respeito da melhor forma de seleção e coleta do lixo residencial, incluindo sobras de construção e descarte de móveis e eletroeletrônicos, processos que são ignorados pelas prefeituras e que acabam gerando grande quantidade de entulho espalhado pelas cidades. Colocar os coletores de lixo em contato direto com o gerador do lixo para que os dois cheguem a acordos que facilitem a coleta e seleção dos resíduos gerados, seja em residências ou empresas. Buscar o fortalecimento de associações de catadores oferecendo oportunidade de participação no processo de reciclagem de resíduos empresariais e comerciais promovendo geração de emprego e renda.

2👍 | 0👎

09/02/2011 16:47

Por **Marília Noronha** | Cambuquira/MG

Que o governo de estado atente para o grave problema da gestão das águas minerais do Sul de Minas,e que o marco regulatório do Gov Federal,nos beneficie com a proteção adequada para que não sejam exauridos os aquíferos de água nobre.O conflito de gestão tem propiciado a outros interesses que não os nossos,a morosidade na proteção de tamanha riqueza. Parafraseando:Em caso de dúvida,pró natura sempre!!!

3👍 | 0👎

09/02/2011 16:05

Por **Sônia Maria Moreira Mariquito Naime Silva** | Pará de Minas/MG

O Ministério das Cidades sabe, através do SNIS anual, quais municípios estão trabalhando o saneamento, ou seja, coleta seletiva, erradicação de lixões,mapeamento dos recursos hídricos e outros. Portanto fica fácil cobrar atitudes, multar,limitar verbas do Fundo Nacional dos Municípios. Todas sabem que investindo no saneamento, diminuimos gastos com a saúde. O Brasil tem muitos prefeitos incompetentes e teimosos.

2👍 | 0👎

08/02/2011 18:46

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Promover através de políticas de meio ambiente a intergeracionalidade utilizando o Idoso como ferramenta de conhecimento.

3👍 | 1👎

08/02/2011 14:47

Por **Ulisses Bifano Comini** | Viçosa/MG

O país inteiro precisa de melhorias urgentes na política de uso e ocupação do solos, de forma a minimizar os impactos de eventos extremos, cada vez mais constantes. Tendo em vista a necessidade é importante que se coloque em pauta mecanismos para que sejam levados a sério os planos diretores existentes e formulação de novos planos que levem em consideração a adequação urbana necessária, sem que fatores externos, como a especulação imobiliária afetem as decisões.

5👍 | 0👎

07/02/2011 13:48

Por **Elias Haddad Filho** | Confins/MG

O Estado de Minas tem um total de 853 municípios. Desses a Copasa opera o sistema de esgoto de menos de 200. O Estado precisa atuar e resolver de que forma ele pretende apoiar os municípios restantes na implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgoto (inclusive tratamento) para se evitar a pior das formas de poluição das águas que é aquela feita por meio de esgotos não tratados. Não adianta exigir dos municípios o cumprimento de prazos para atender às Deliberações do COPAM se não for dado a eles (municípios) as condições técnicas e financeiras de cumpri-las. O Estado deve propor ações em algumas frentes: 1. Capacitação gerencial nos municípios; 2. Capacitação técnica de pessoas nos municípios; 3. Implantar um sistema de financiamento não oneroso para atender à implantação de sistemas de tratamento. 4. Manter uma mínima estrutura de assistência técnica para atender os municípios ao longo do tempo. Proponho a discussão do tema junto à ALMG e aos organismos governamentais e não governamentais para se estabelecer a diretrizes de atendimento às essas demandas...

6👍 | 1👎

07/02/2011 12:59

Por **Izabel Cristina Chiodi de Freitas** | Contagem/MG

Promover um seminário sobre capacitação para trabalhadores em saneamento visando tornar a capacitação um pilar estratégico na transformação desses trabalhadores em agentes ambientais privilegiados porque lidam diretamente com os serviços que mais prejudicam o meio ambiente tipo água, esgoto, lixo e drenagem das águas pluviais. Envolver os órgãos de educação, prestadores de serviços, universidades afins, órgãos federais como o MMA/ MCidades.

2👍 | 0👎

05/02/2011 23:20

Por **Eduardo Barbosa Monteiro de Castro** | Juiz de Fora/MG

Como medidas efetivas de redução dos resíduos sólidos, deveriam as administrações municipais intensificar a

aplicação de Educação Ambiental nas escolas somada a ação de gestão sobre estes resíduos com a efetiva implantação de coleta seletiva. Só assim poderíamos minimizar o impacto negativo transferido ao meio ambiente com a operação dos lixões hoje existentes em vários municípios que sabemos não ser um problema somente de nosso estado, se espalhando por todo o Brasil

3👍 | 0👎

05/02/2011 13:19

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Ampliar o Programa AMBIENTAÇÃO na atuação de responsabilidade social no entorno da cidade administrativa ou em alguma comunidade local fomentando nela a criação de projetos de reaproveitamento de resíduos e economia de alimentos através da articulação com a economia solidária, conselho já em atuação dentro do executivo

3👍 | 0👎

04/02/2011 16:22

Por **Guilherme Gonçalves Rodrigues** | Belo Horizonte/MG

As áreas de proteção ambiental deveriam ser mais fiscalizadas. Na região de São José da Serra / Jaboticatubas - MG no complexo da Serra do Cipó já está abusivo. São pessoas que cercam e impedem o acesso à água, são pessoa scobrando 10, 15 ou até 20 reais por pessoa sem ter alguma estrutura no local (Exemplo: Cachoeira do Rala Bunda) e enfim. Há muita exploração e as invasões estão livres no local.

4👍 | 1👎

04/02/2011 11:40

Por **José Geraldo Lucindo** | Betim/MG

O ideal seria o não uso do papel nas funções administrativas, contudo ainda não é possível aboli-lo. Entretanto, seria ecologicamente correto que os poderes do Estado e seus órgãos usassem prioritariamente o papel reciclado.

1👍 | 0👎

03/02/2011 08:48

Por **Luiz Carlos Ribeiro** | Curvelo/MG

Várias pessoas andam de bicicleta fazendo trilha. Sugiro enviar pra lojas de bicicletas e oficinas vários tipos de sementes. Aí os cicleteiros, durante seus passeios, jogariam sementes pelas trilhas pra reflorestar áreas desmatadas.

0👍 | 5👎

34 contribuições

Direitos Humanos

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação

e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 12:52

Por **Dalcira Pereira Ferrão** | Belo Horizonte/MG

Regulamentar e implementar a Lei nº 14.170 de 15 de janeiro de 2002, que determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.

0 👍 | 0 💬

28/02/2011 12:49

Por **Dalcira Pereira Ferrão** | Belo Horizonte/MG

Fortalecer a Política LGBT a nível estadual, de modo a garantir direitos ao público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nosso Estado.

0 👍 | 0 💬

28/02/2011 11:20

Por **Dalcira Pereira Ferrão** | Belo Horizonte/MG

Gostaria de reforçar a necessidade de se propor uma legislação que criminalize a homofobia em nosso Estado. Temos que acabar com a violência que tem acometido lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

0 👍 | 0 💬

26/02/2011 17:34

Por **Jose Gouvea Teixeira Junior** | Manhuaçu/MG

Autonomia Plena da Perícia Criminal Oficial. Isto promoverá os Direitos Humanos no Estado! Alguém tem dúvidas disto?

1 👍 | 0 💬

25/02/2011 09:26

Por **Ivone Luiza Moreira Silva** | Belo Horizonte/MG

Criação de varas especializadas e exclusivas para processamento e julgamento de causas do idoso conforme previsto no art.70 da Lei Federal 10.741/2003, fato que resultará na intervenção positiva do Estado para garantia do acesso à Justiça desta comunidade.

0 👍 | 0 💬

24/02/2011 17:25

Por **Cristiane Nazareth da Silva** | Belo Horizonte/MG

Fiscalizar os processos de implantação de empreendimentos hidrelétricos / barragens no que se refere a violação dos direitos humanos da população atingida.

0 👍 | 0 💬

23/02/2011 17:41

Por **Cláudio V. Rodrigues** | Três Corações/MG

Uma contribuição fundamental para a operacionalização de uma política de Direitos Humanos é a constituição autônoma dos órgãos periciais: autonomia administrativa, orçamentária e funcional. Em casos de violações de Direitos Humanos praticadas por agentes do Estado, a prova pericial é relevante para a elucidação do caso, principalmente, porque estes crimes normalmente são cometidos na clandestinidade. Assim, a perícia criminal no local da violação e nos instrumentos utilizados para a sua prática mais a perícia médico legal no corpo da vítima podem auxiliar na elucidação do fato e na produção de uma prova contundente contra os autores destes delitos. A questão é: Como é que em Minas Gerais a Perícia Oficial Criminal (perícia criminal e medicina legal) vai prestar este serviço à Justiça e à sociedade, se o órgão pericial mineiro integra as estruturas policiais e se os peritos oficiais (peritos criminais e médicos legistas) são subordinados aos delegados de polícia?

1👍 | 1👎

22/02/2011 23:45

Por **Antônia Coelho** | Belo Horizonte/MG

A Constituição Federal reza direitos iguais a todo cidadão sem distinção de raça, cor ou religião. Mas infelizmente ainda deixa a desejar esses direitos, principalmente quando o direito em questão se refere à justiça. As Defensorias Públicas Federal e Estadual são de fácil acesso. Difícil é dar continuidade ao processo, que algumas vezes é até arquivado sem nenhum conhecimento do assistido. E o pior, nunca sabemos de onde partiu o erro. Sabemos que há poucos defensores para um grande número de processos e assistidos, mas há também aqueles profissionais descomprometidos com o trabalho. A justiça é muito séria e deveria ser tratada por profissionais que trabalham por amor à profissão. Nada adianta ficarmos numa fila nas defensorias públicas acompanhando durante anos um processo e depois este mesmo não ter uma solução. Digo isto, porque o meu processo sobre uma compra de imóvel foi arquivado na Defensoria Pública em BH sem o meu conhecimento. Os nossos representantes na assembléia precisam criar novas leis e meios mais eficazes para resolver as questões judiciais de nosso Estado.

1👍 | 0👎

20/02/2011 16:43

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

É direito de todo ser humano ter acesso à leitura e à cultura. Portanto, apóiem os Pontos de Leitura e as bibliotecas comunitárias.

0👍 | 1👎

19/02/2011 17:04

Por **Cristiano Costa de Carvalho** | Belo Horizonte/MG

Como efetivar os direitos humanos no Estado de Minas Gerais sendo que as políticas sociais estão na perspectiva de "alta rotatividade", constituindo-se apenas "vistos temporários para o mundo da proteção social". Na direção de temporários, essas atenções, são extremamente precárias e de baixa qualidade, não garantindo a autonomia e /o desejo da segurança social dos usuários dos programas e projetos. Situação que é ainda agravada pelo caráter descontínuo atribuído às políticas sociais, que ao invés de serem tomados como uma ação de Estado, portanto de responsabilidade permanente, são considerados, como "programas de governo". Isto lhes dá marcas pessoais do governante, fragilizando a conquista dos direitos sociais e humanos.

0👍 | 0👎

19/02/2011 16:59

Por **Cristiano Costa de Carvalho** | Belo Horizonte/MG

No contexto de influência do paradigma neoliberal, as políticas sociais, não raramente assume o princípio de atribuir ao indivíduo à responsabilidade de superação de sua condição social, de psicologização da questão social. Assim assistimos uma acelerada dinâmica, conduzida pelo pragmatismo, banaliza o conceito de universalização dos direitos sociais, de cidadania e de justiça social, pois os sistemas classificatórios e os critérios de permanência dos programas, projetos e serviços propostos pelas políticas sociais constituem ferramentas reais de controle dos pobres. Os resultados desses processos, além da reiteração e aprofundamento das desigualdades, aparecem na desmobilização de atores políticos relevantes na luta por direitos. Impõe-se a defesa do pensamento crítico para que se consiga discernir por que tipo de política social trabalha-se para universalizar e por que tipo de direitos humanos está se lutando. Deixa-se aqui o compromisso de resistir e partir para o embate de idéias.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:57

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é pouco conhecida da grande público, para que seja mais divulgada, que o Estado de Minas Gerais faça uma impressão dela em um cartaz publicitário e determine, por lei, a sua fixação em paredes visíveis de todas as escolas, postos de saúde, hospitais, repartições públicas estaduais, delegacias de polícia, cadeias e presídios, bibliotecas públicas, sedes de comarcas, cartórios e demais espaços públicos de circulação etc.

0👍 | 0👎

18/02/2011 17:26

Por **Cássia Mara de Jesus Pinto Santos** | Belo Horizonte/MG

ACREDITO QUE UM DIA POSSAMOS VIVER EM UM LUGAR JUSTO E ACESSÍVEL A TODOS À QUALQUER SER HUMANO, INDIFERENTE DE SUA RAÇA, POSIÇÃO SOCIAL, ESTATUS. PRINCIPALMENTE AS PESSOAS QUE APRESENTAM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA SEJA ELA FÍSICA OU INTELECTUAL, TODOS NÓS TEMOS NOSSOS LIMITES, MAS TENHO VISTO MUITAS BARREIRAS NESTE MUNDO QUANDO O ASSUNTO É " DIFERENÇA", SEJA ELA QUAL FOR. A SOCIEDADE NÃO ESTÁ PREPARADA PARA TRATAR COM NOSSAS CRIANÇAS ESPECIAIS(EM DIFERENTES NÍVEIS) , A ESCOLA, INSTITUIÇÃO QUE TERIA QUE DAR SENÃO TODO ,O MAIOR SUPORTE, SE ESGUIA E FINGE NÃO VER AS DIFICULDADES QUE GRITAM POR SOCORRO,MUITAS ESTAMPADAS NO ROSTO DE MUITAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, MAS PREFERIMOS FINGIR NÃO VER, A INCLUSÃO, COMO A PRÓPRIA PALAVRA DIZ, NÃO EXERCE TOTALMENTE/PARCIALMENTE O PAPEL A QUAL SE PROPÕE...TUDO SE REUNE EM BLABLABLA...COISA E TAL... PELO MENOS UM FATOR POSITIVO VEJO NESTE UNIVERSO SEM TANTAS PERSPECTIVAS...AS

EMPRESAS COM SUAS PARCERIAS ESTÃO INSERINDO CADA VEZ MAIS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM DIVERSOS SETORES. CRIANÇAS COM ALGUM TIPO DE DIFICULDADE/ TRANSTORNO TERIAM QUE TER PORTAS ABERTAS PARA FAZEREM SEUS TRATAMENTOS (POIS SÓ ASSIM PODEM TER UMA CHANCE DE INCERSÃO NA SOCIEDADE) MAS AO CONTRARIO DO QUE ACONTECE SÃO INFORMAÇÕES DESENCONTRADAS E MUITA DIFICULDADE ATÉ CONSEGUIR-MOS A AJUDA NECESSÁRIA Á NOSSAS CRIANÇAS... ISSO É MUITO SÉRIO.

0👍 | 0👎

18/02/2011 00:00

Por **Ricardo Duarte** | Belo Horizonte/MG

Se queremos um Policial-Cidadão, devemos trata-lo como tal : Equipamentos básicos de segurança, Direito ao voto nas eleições, Serviço Profissional de Higienação das Viaturas que sofrerem riscos biológicos e Contágio, Previsão de Carga Horária Máxima de Trabalho, Condições salúbres de trabalho nas Delegacias e Companhias, Adequação de Carga Horária para Estudar, Transporte, Alimentação, Gratificação por atividade de risco, Condição de Moradia longe de áreas de riscos, Convenio com Universidades pra aprimorar o trabalho policial.

0👍 | 0👎

17/02/2011 21:54

Por **Augusto Luiz Fernandes de Matos Oliveira** | Uberaba/MG

É de extrema relevância a adequação da Lei Complementar Estadual 65 com a atual redação de Lei Complementar Federal 80. Sugiro que, pelo menos, seja criado o Fundo de Assistência Judiciária, o que permitirá a necessária estruturação da Defensoria Pública Estadual, o que beneficiaria milhares de mineiros.

1👍 | 0👎

15/02/2011 09:11

Por **Paulo Alves de Oliveira** | Belo Horizonte/MG

É urgente exigir do Poder Público o cumprimento com mais clareza seu dever de entregar aos cidadãos livres, que pagam altos impostos, serviços que são prerrogativas do Estado. Enumero dois: segurança nas ruas, segurança nas estradas. Para tanto, sugiro: radares móveis localizados em pontos variáveis das estradas, e sem aviso de advertência, e policiamento ostensivo para conter os desrespeitos às regras de circulação, como forma de preservar a vida vida de inocentes e respeitadores da lei (100% das mortes nas estradas se devem à ação do homem, não às características da estrada). Paulo Alves

0👍 | 1👎

13/02/2011 13:11

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

É de fundamental importância que seja criado o Plano Mineiro de Educação em Direitos Humanos, que coloque como prioridade mais do que formar técnicos nas escolas e universidades, nos meios de comunicação e no sistema de justiça, mas cidadãos comprometidos com a realização dos direitos humanos.

3👍 | 0👎

13/02/2011 13:07

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

O conceito de direitos humanos está diretamente ligado ao de democracia. É fundamental a participação dos cidadãos na construção das leis e políticas públicas que lhes afete. Assim, a ALMG deve incentivar e contribuir com a participação da sociedade civil, principalmente com as conferências de direito, audiências públicas e fóruns como este.

2👍 | 0👎

12/02/2011 01:31

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

É preciso ampliar a divulgação dos Direitos Humanos por meio dos diversos meios de comunicação (panfletos, cartilhas, histórias em quadrinhos, internet, uma agenda palestras ampla e previamente divulgada e que precisam ser realizadas em cidades pólos, pois tem pessoas que não sabe ler, e por isso precisam ouvir, etc.) para que o máximo de pessoas tome consciência sobre onde ir e o que cada Órgão Público ligado aos direitos humanos é capaz de resolver, esta é a minha sugestão colaborativa.

0👍 | 0👎

11/02/2011 10:00

Por **Ivone Luiza Moreira Silva** | Belo Horizonte/MG

Criação de uma central de atendimento exclusiva e específica para o idoso vítima de violência, nos moldes do recém lançado disque 180 para as mulheres, tendo em vista o crescente aumento de violência contra os idosos.

0👍 | 0👎

10/02/2011 11:54

Por **Ronaldo Donizete Alves** | São Sebastião do Paraíso/MG

Desenvolver junto à população campanha para esclarecimento de direitos e deveres do cidadão, através de campanhas públicas via imprensa e por meio de ações junto às comunidades. A partir destas campanhas os cidadãos ficarão sabendo com clareza como devem agir ao serem abordados por representantes do estado e qual a forma que estes agentes do estado devem agir em relação aos cidadãos. Esclarecer quais os deveres que o cidadão tem em relação aos representantes do estado e quais os direitos que os representantes do estado possuem ao abordarem os cidadãos. Incluir nestas campanhas esclarecimento sobre onde, quando e como reclamar dos serviços prestados pelo estado em todos os seus níveis, municipal, estadual e federal. Desenvolver programas de atuação para os servidores públicos e esclarecer à população a forma de atuação destes direcionando suas conduta para o respeito à cidadania.

0👍 | 0👎

10/02/2011 11:48

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Revisao e adequação da lei que cria a Política Estadual do Idoso, 12.666/2007 adaptando-a à nova realidade da Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, Conferencias, Encontros e às novas realidades das Políticas Publicas.

4👍 | 0👎

10/02/2011 09:55

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criação do Forum Permanente de Conselhos promovendo assim a articulação entre os Conselhos de Segmentos (Direitos) com os Conselhos de Políticas Setoriais. Faço lembrar que ambos tem caráter deliberativo estas que não são "lidas" entre eles. Esta discussão ajudaria na promoção das Políticas Públicas e melhor alocação de recursos orçamentários.

5👍 | 1👎

09/02/2011 13:33

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Que todo presidiário pudesse trabalhar dentro do próprio presídio, concertando carteiras escolares, macas de hospitais, dentre tantas coisas e as presas pudessem ter dentro do presídio trabalhos como lavanderias de hospitais, fábricas em geral para poderem trabalhar em troca de um pagamento mas que o dinheiro fosse passado para as famílias já que elas gastam tanto com o preso...

1👍 | 0👎

08/02/2011 18:37

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criar a Frente Parlamentar de Atenção à Pessoa Idosa no âmbito da Assembleia Legislativa.

2👍 | 2👎

08/02/2011 18:25

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Ampliação do atendimento dos Núcleos de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos para também atender aos crimes praticados contra a população idosa.

3👍 | 0👎

08/02/2011 18:17

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criação do Fundo Estadual do Idoso nos mesmos moldes do Fundo Nacional. De forma urgente para que tenhamos mais uma fonte de recursos de atenção à Pessoa Idosa.

3👍 | 1👎

05/02/2011 16:06

Por **Cristiano Alves** | Aimorés/MG

Os direitos humanos estão ligados diretamente no atendimento do cidadão pelos órgãos públicos. Passando por um atendimento digno em um hospital público, delegacias, escolas etc., até a assistência da alimentação ao cidadão. Os direitos humanos devem ser focados primeiramente dentro do próprio governo. Onde seus agentes devem ser melhor qualificados e constantemente reciclados para que atendam melhor o público que é seu verdadeiro cliente.

0👍 | 0👎

05/02/2011 14:18

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Implementação de projetos e parcerias que objetivem aumentar a participação, a mobilização e o envolvimento comunitário na questão da segurança pública e na promoção da paz social

3👍 | 0👎

05/02/2011 14:10

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criação e implantação, no prazo de 180 dias, a contar da aprovação desta proposta, da coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoa em situação de vulnerabilidade e violência, unificando as coordenadorias já existentes, visando à integração operacional dos conselhos e centros de referência estaduais com as Redes de Enfrentamento à Violência, as comunidades tradicionais, o segmento LGBT : Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais : e grupos vulneráveis, respeitando-se a autonomia administrativa de cada instituição participante

3👍 | 0👎

05/02/2011 13:26

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Inclusão, na grade curricular dos cursos de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, de conhecimento básico para correta identificação de pessoas com deficiência, incluindo o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais : Libras :, visando ao atendimento adequado e humanizado

2👍 | 0👎

03/02/2011 18:13

Por **Rony Enderson** | Montes Claros/MG

sugiro que a Assembleia crie uma comissão para avaliar e acompanhar os assentamentos rurais, para que os mesmos encontrem apoio no Estado.

2👍 | 0👎

03/02/2011 16:11

Por **Raquel Brandão Toussaint** | Belo Horizonte/MG

Discutir qual o papel do legislativo na efetividade do Programa Mineiro de Direitos Humanos, seja pela fiscalização ou pela criação de leis que viabilizem as ações apresentadas no programa.

4👍 | 0👎

03/02/2011 15:56

Por **Raquel Brandão Toussaint** | Belo Horizonte/MG

O que deverá estar na agenda da Assembleia para promover o desenvolvimento do Estado? Trabalhar por meio de conferências, debates públicos e/ou fóruns temáticos para revisão e atualização das propostas do PROGRAMA MINEIRO DE DIREITOS HUMANO.

9👍 | 1👎

34 contribuições

Saúde

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 16:09

Por *Rosana Pontes Cognalato* | Viçosa/MG

Os psicólogos são a única categoria dos profissionais de saúde que não conseguem conquistar uma carga horária de 30h semanais. Isso desvaloriza a profissão, já que traz subentendida a realidade de que a sua hora de trabalho é mais barata e menos importante do que as demais. Hoje, somos mais de 160 mil psicólogos no Brasil. Isso é um absurdo. Isso é um descaso com o trabalho!!!! Precisamos equiparar a carga horária de trabalho dos profissionais da área de saúde!!!!

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:39

Por *Célio Augusto Souza Pereira* | Belo Horizonte/MG

Integração de políticas públicas para a juventude com o desenvolvimento de ações e projetos transversais capilarizados que conjuguem os interesses de desenvolvimento social e humano nas áreas da Cultura, Educação, Esporte, Direitos Humanos, Assistência Social, Defesa Social e Saúde que possam contribuir ao enfrentamento do grave problema psicossocial das drogas e da violência, nas várias regiões do estado de Minas Gerais, em suas zonas rurais e urbanas.

0👍 | 0👎

27/02/2011 07:59

Por *Vivianni Cardoso de Abreu* | Belo Horizonte/MG

O SUS precisa de fontes de recursos consistentes e permanentes. Investimento em recursos humanos no que diz respeito não só a capacitação mas também a condições adequadas de trabalho e a saúde do trabalhador. É imprescindível a ampliação do PSF pois é o agente principal na prevenção e promoção da saúde.

0👍 | 0👎

23/02/2011 15:35

Por *Daniel Ramos Bittar e Silva* | Juiz de Fora/MG

É necessário um grande investimento na área de saúde em Minas Gerais. Existem problemas tanto estruturais quanto conceituais a serem avaliados. Faltam profissionais, equipamentos, materiais de uso básico,

medicamentos, etc. Acredito que a população deva trazer esses problemas para as autoridades, que são os responsáveis por resolver tais situações, sejam elas pontuais ou globais. Peço atenção também para a valorização dos profissionais da saúde, que estão no esquecimento, trabalhando em vários locais para complementar a renda, gerando assim um grande desgaste para os mesmos, o que afeta o usuário do sistema, que não conta com profissionais descansados tanto física como mentalmente para atendê-los. Outro fator é que os profissionais preferem trabalhar para hospitais privados a trabalhar para o SUS, justamente devido ao reconhecimento e remuneração. Estamos parados no tempo, enquanto a demanda é crescente.

0👍 | 0👎

23/02/2011 11:22

Por **Virgínia Lúcia Menezes Pacheco** | Sabará/MG

A SAÚDE NO BRASIL ESTÁ UM CAUS! OS HOSPITAIS; UPAS E POLICLÍNICAS ESTÃO LOTADOS DE PACIENTES PARA SEREM ATENDIDOS. FALTAM LEITOS PARA INTERNAÇÃO, PRINCIPALMENTE VAGAS EM CTIS INFANTIL E ADULTO, COMO TAMBÉM REMÉDIOS E SENSIBILIDADE POR PARTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. OS MÉDICOS, RESIDENTES E ENFERMEIROS ESTÃO COM OS SALÁRIOS DEFASADOS! PENSO QUE JÁ ESTÁ NA HORA DE PROMOVER UMA MUDANÇA EFETIVA E IMEDIATA NESTE QUADRO. O ATENDIMENTO AO PACIENTE TEM QUE SER COMPLETO, OU SEJA, COM CONSULTA, EXAMES LABORATORIAIS, RAIOS X, ULTRASSOM E AQUISIÇÃO DE REMÉDIOS. PRECISAMOS SAIR DA DISCUSSÃO E ADOTAR AS DEVIDAS MUDANÇAS A CURTO E MÉDIO PRAZO! O SISTEMA DE SAÚDE ESTÁ PEDINDO SOCORRO! A QUESTÃO DA SAÚDE DEVE ESTAR SEMPRE EM PAUTA, NA AGENDA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. MUITO OBRIGADA. TENENTE VIRGÍNIA (PMMG).

1👍 | 0👎

22/02/2011 17:01

Por **Lucia Helena Gonçalves Araujo** | Uberaba/MG

lucia araujo/universidade federal triangulo mineiro-uberaba integração dos setores de saúde na gestão pública.

0👍 | 0👎

21/02/2011 17:43

Por **Italo Marcio o Consoli** | Divinópolis/MG

Gostaria de ver a possibilidade de reestruturação da equipe de transplantes em minha cidade - Divinópolis/MG. Tenho 37 anos, faço hemodiálise desde 08/05/2010 e não entendo como uma cidade de 220.000 habitantes e que se diz referência na saúde regional não tenha uma equipe apta para estes procedimentos. Atenciosamente.

0👍 | 0👎

20/02/2011 16:10

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

Aqui na minha cidade existe uma prática realmente prejudicial aos cidadãos. A chamada "Tabela Social". Quando não conseguimos agendar exames (o que já é difícil, pois não conseguimos agendar com menos de 2 meses de antecedência) como mamografia, tomografia, colonoscopia, etc... ou até mesmo exames de sangue, fezes, urina... nos é imposto a opção de pagar "a metade" do valor do exame. Os convênios regionais de saúde tem pouquíssimas vagas e então, não temos opção, ou aguardamos mais de 2 meses ou pagamos. Gostaria de solicitar que as regionais de saúde definissem de maneira mais democrática, via PPA, a destinação das verbas, especialmente, com a participação de representantes da sociedade civil. Em 2010 houve mudança no Conselho Municipal de Saúde, os membros desse conselho deveriam fazer um treinamento para conhecer o funcionamento dos mecanismos de distribuição de verbas do Estado.

0👍 | 0👎

19/02/2011 16:37

Por **Cássia Mara de Jesus Pinto Santos** | Belo Horizonte/MG

É UM ABSURDO UM POSTO MÉDICO NÃO MUITO LIMPO,MEU TIO TEM PROBLEMA DE ÚLCERAS NA PERNA E SINCERAMENTE ACHO QUE DEVERIA SER FEITO UMA ACEPCIA MAIS CUIDADOSA AO SE ATENDER OUTROS PACIENTES NAQUELA MESMA SALA.

0👍 | 0👎

18/02/2011 15:00

Por **Romário Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Criação de lei para acabar com as intermináveis filas para atendimento nos postos de saúde. As pessoas precisam dormir na fila para conseguir uma consulta. As consultas poderiam ser agendadas por telefone, amenizando um pouco o sofrimento de quem necessita do serviço público de saúde.

0👍 | 0👎

16/02/2011 22:02

Por **Gilson Linhares Frota da Mota** | Araxá/MG

Defendo maior participação ou mesmo a intervenção do Estado nas questões de Recursos Humanos do SUS para os municípios de MG, minha justificativa se baseia na falta de políticas consistentes de Recursos Humanos para o SUS no interior, baixos salários, inexistência de plano de carreira, gerando desconfiança do servidor que leva o profissional a preferir a iniciativa privada em detrimento do SUS, que conseqüentemente sofre a sucateamento nesta área. O SUS evoluiu na questão de descentralização, mas na questão de RH não evoluiu, ao contrário, por isto defendemos uma espécie de centralização nesta questão até que haja dispositivos concretos para mudar a realidade precária da atual situação dos profissionais que atuam na ponta do sistema.

0👍 | 0👎

15/02/2011 11:06

Por **Paulo Cesar Evaristo Sotero** | Belo Horizonte/MG

Muito se fala em que deveria ser feito para a real melhoria do SUS, sem antes pensar de onde virá os recursos necessários para a sua efetivação. O SUS atualmente faz "milagre" com os recursos que tem. O SUS gasta 1/3 do que o setor privado com os seus clientes, mesmo tendo uma cartela de usuários bem mais ampla. Discussões sérias sobre o financiamento da saúde exigem a explicitação de posições sobre a reforma tributária, bem como a regulação do setor privado, incluindo a questão dos subsídios públicos.

0👍 | 0👎

15/02/2011 09:13

Por **Isabel Cristina dos Santos** | Pirapora/MG

A saúde precisa de maior atenção de todos nós e do poder público, pois apesar dos investimentos os serviços prestados ainda são um caos...

2👍 | 0👎

13/02/2011 00:44

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Avaliar e acompanhar a política de órtese e prótese além de monitorar a liberação destes equipamentos e se atendem a demanda para aqueles que necessitam adquiri-los, no âmbito das ações do Conselho Estadual de Saúde e dentro da linha de resultados do Programa "vida saudável" visto que tais recursos oferecem uma melhoria significativa na qualidade de vida para este contingente

4👍 | 0👎

12/02/2011 00:48

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Devemos buscar soluções para a área da saúde em países que possuam um modelo que funciona muito bem e que podem ser adaptados a nossa realidade, não precisamos inventar a roda de novo. O estado precisa investir na preparação de pesquisadores para cumprir essa finalidade, esta é a minha sugestão colaborativa.

0👍 | 0👎

11/02/2011 20:21

Por **Gilson Linhares Frota da Mota** | Araxá/MG

-Projeto de Lei inserindo obrigatoriamente um dentista para cada PSF de MG. - ISONOMIA salarial para Médicos e Cirurgiões dentistas a exemplo de Projeto de Lei do Senado. - projeto de Lei para PCCS (Plano de Carreiras Cargos e Salários da Saúde) e atualização do piso salarial de todas as categorias da Saúde para todos os municípios de MG. A Justificativa é que os Municípios remuneram muito mal os profissionais de Saúde em geral, por exemplo, o salário Básico do dentista em algumas cidades de Minas é de R\$845,00 para 20 horas semanais. O PL Senado Nº 140/2009 - R\$7000,00. 20Hs/semanais, para Médicos e Dentistas.O piso salarial que propomos é o mínimo tolerável para o resgate da dignidade profissional dos médicos e cirurgiões-dentistas, que trabalham, nos mais diversos setores, mediante uma remuneração, na maioria das vezes, irrisória e aviltante, obrigando-os a assumir vários empregos e prejudicando, em consequência, o atendimento à saúde da população.

0👍 | 0👎

11/02/2011 12:28

Por **Ivone Luiza Moreira Silva** | Belo Horizonte/MG

Criação de um programa na área da saúde com o objetivo de otimizar e tratar preventivamente a anemia nas pessoas com mais de 60 anos, para reduzir a incidência de mielodisplasia, doença grave que acomete os idosos e muitas vezes é tratada como anemia persistente, promovendo a longevidade, melhoria na qualidade de vida, e economia para o orçamento público.

1👍 | 0👎

10/02/2011 20:49

Por **Daniel Paulo Alves da Silva** | Ribeirão das Neves/MG

Com relação à proposta da Sra. Maria Aparecida Pereira Viana, gostaria de complementar que já foi aprovado na Câmara dos Deputados o PL 3730/2004 , e que a ALMG poderia solicitar a aprovação do referido PL no Senado Federal.

0👍 | 0👎

10/02/2011 12:01

Por **Maria Aparecida Pereira Viana** | Governador Valadares/MG

Solicito à Assembleia de Minas Gerais proposta de publicação de Lei de Isenção de ICMS para o filtro solar (todos os fatores de proteção e marca) com a finalidade de o cidadão ter acesso ao produto Filtro Solar, com preço popular, atualmente o filtro solar a média de custo é de R\$45,00, e considerando que o índice de câncer de pele na população do Brasil e do mundo, tem crescido nas últimas décadas. A medida trará um benefício social muito grande, prevenção do câncer de pele é questão de preocupação social. É mais barato para o Estado prevenir o câncer de pele. É um direito do cidadão simpaticamente chamado de "contribuinte" de tributos que as autoridades que possuem competência para gerir o dinheiro arrecadado através da captação dos tributos tenham a preocupação de como aplicar a arrecadação - "prevenir é mais barato do que remediar". A Lei de isenção deverá ser solicitada/proposta ao Deputados Federais para o IPI filtro solar. Sugiro, ainda, a distribuição de protetor solar , nas farmácias populares e distribuição gratuita aos associados/beneficiados do SUS. Cida Viana

11👍 | 1👎

10/02/2011 11:51

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Com referencia à distribuição gratuita de medicamentos nos Postos de Saude levar em consideração o tamanho das letras muito pequenas para o Idoso assim como a diferenciação por cor dos mesmos levando em consideração a população analfabeta evitando assim a possibilidade de troca de medicamentos o que provoca entra outras situações uma alta dosagem.

6👍 | 0👎

09/02/2011 21:02

Por **Daniel Paulo Alves da Silva** | Ribeirão das Neves/MG

O Estado poderia construir e manter Hospitais Regionais , para proporcionar um atendimento digno e de qualidade para os mineiros que residem no interior. Assim evitariamos o deslocamento dos cidadãos para a Capital à procura de tratamento médico. O Tratamento Fora de Domicílio poderia ser restringido por regiões , além de economizar tempo e dinheiro com combustível, proporcionando um atendimento mais humano.

0👍 | 0👎

09/02/2011 17:39

Por **Francisco Aparecido Teles** | Belo Horizonte/MG

Aprovação de Leis e Emendas no que tange a área de saúde, precisa-se de melhorias no atendimento, redução do tempo de espera na fila por especialistas, exames, consultas. Mais investimentos na area de Saúde, tal como contratação de mais profissionais capacitados. investimento em equipamentos e aparelhos modernos nos

postos, UPAS e hospitais. Realização de programa de atendimento para acompanhamento e prevenção de doenças para crianças, adultos, e idosos, para a população de baixa renda. Planos de ação do governo e divulgação na mídia para conscientização dos cidadãos quanto à educação e prevenção de doenças.

0👍 | 0👎

09/02/2011 14:07

Por **Marcelo de Souza Cruz** | Montes Claros/MG

Fortalecimento dos hospitais do SUS, com garantias de atendimento rápido e de qualidade para a população.

1👍 | 0👎

09/02/2011 13:41

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Que nos postos de saúde houvesse terapia sendo que muitas doenças são de ordens emocionais, quem sabe em parceria com universidades para o contrato de psicólogos. Mas profissionais comprometidos.

0👍 | 0👎

09/02/2011 10:40

Por **Vinicius M. Ribeiro** | Manhumirim/MG

O estado de MG precisa se comprometer cada vez mais com os avanços obtidos na luta antimanicomial e na política de saúde mental baseada nos direitos humanos, e ainda respeitar as propostas aprovadas pela IV Conferência Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais. Com base nestas referências, além do respeito à experiência comprovada de técnicos em saúde mental de diversas áreas e instituições de Minas Gerais, é preciso avançar a Luta Antimanicomial em nosso estado e fechar definitivamente os hospitais psiquiátricos que ainda restam, ao mesmo tempo investindo nos serviços substitutivos em saúde mental para tratamento aberto e em rede como os CAPS e os NASF. É necessário não fomentar e frear a ampliação da iniciativa privada que investe nos serviços retrógrados e ofensivos aos direitos humanos como tem sido muitas clínicas de saúde mental e as ditas fazendas terapêuticas.

0👍 | 0👎

09/02/2011 10:33

Por **Vinicius M. Ribeiro** | Manhumirim/MG

Garantir concursos públicos para os profissionais de curso superior na área de saúde (médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, odontólogos, etc) com remunerações dignas e cargas-horárias respeitáveis para o profissional. O profissional de curso superior em saúde no Brasil está cada vez mais desrespeitado, mal-tratado e sobre-carregado de trabalho. Deve-se estabelecer salários dignos, consultando os sindicatos de categoria que estabelecem carga-horária e salário compatíveis. Os níveis governamentais federal e estadual, principalmente o estadual, são exemplos para as prefeituras de todo o interior, quando o estado de Minas cria salários vergonhosos para seus servidores isto se repete e se espalha pelas prefeituras de todo o estado. Ao invés de serem valorizados com o tempo o sucateamento das profissões no serviço público está cada vez maior.

1👍 | 0👎

08/02/2011 18:11

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Garantir orçamento para a criação dos Centros de referencia do Idoso o mais rapido possivel nas areas de abrangencia ja georeferenciadas.

2👍 | 0🗨

07/02/2011 12:55

Por **Izabel Cristina Chiodi de Freitas** | Contagem/MG

Fazer um fórum sobre SANEAMENTO RURAL, discutindo-se plano para saneamento rural dos 2,5 milhões de mineiros que não possuem saneamento público e com qualidade garantida. Também incluir tecnologias apropriadas, comitê pró saneamento rural com participação das universidades, moradores dessas áreas, prestadores de serviços de saneamento estadual e municipais.

2👍 | 0🗨

05/02/2011 14:27

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criação de um programa estruturador para garantir o financiamento de ações sistemáticas e continuadas de prevenção do uso indevido e do abuso de álcool e outras drogas em escolas e comunidades, de tratamento e reinserção social do dependente químico, de apoio aos familiares do dependente químico e de pesquisa, desenvolvidas por iniciativas governamentais e não governamentais do terceiro setor, alinhadas com a Resolução da Diretoria Colegiada nº 101, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e RDC 101-Anvisa.

3👍 | 0🗨

05/02/2011 14:11

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Garantia aos servidores do Programa Saúde da Família e PSF e da possibilidade de encaminhamento dos pacientes com dependência química para o atendimento nas diversas redes existentes no Estado de Minas Gerais

2👍 | 0🗨

05/02/2011 13:51

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Em parceria com a Defesa Social, fomentar programas de atividades físicas, esporte e lazer, com o objetivo de prevenir a vitimização secundária dos profissionais da segurança pública, principalmente o estresse, a ansiedade e a depressão, no âmbito estadual extendidos nas instâncias municipais

3👍 | 0🗨

05/02/2011 13:38

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criação, por meio de lei complementar de iniciativa do governo do Estado, de cargos de profissionais de saúde na estrutura da Polícia Civil, da Subsecretaria de Administração Prisional e da Subsecretaria de Atendimento às

Medidas Socioeducativas.

2👍 | 0👎

03/02/2011 17:46

Por **José Geraldo Lucindo** | Betim/MG

Todos anos temos dificuldade em conseguir doadores de sangue. Seria interessante uma lei que reconhecesse o valor dos doadores e estes fossem isentos das taxas de inscrição nos concursos públicos do Estado. BASTANDO TER DOADO 2 VEZES NO ANO ANTERIOR À DATA INICIAL DE INSCRIÇÃO. Já é praxe a isenção para os pobres e desempregados, porque não valorizar quem contribui de maneira efetiva para salvar vidas?

5👍 | 2👎

01/02/2011 10:15

Por **Marcele Diniz** | Belo Horizonte/MG

Expansão do Programa Saúde da Família em todo o Estado mediante parcerias entre os poderes executivos estadual e municipais.

8👍 | 0👎

53 contribuições

Assistência Social

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 16:57

Por **Eleonora Schettini Martins Cunha** | Belo Horizonte/MG

Um tema que deve constar na agenda da ALMG é participação política dos atores sociais que atuam no campo da assistência social, especialmente aqueles que têm estado excluídos do importante debate que tem ocorrido nessa área nos últimos anos (como os usuários) e que tem produzido importantes alterações na sua organização, como a criação do SUAS. A Comissão de Participação Popular pode ser a promotora de processos de formação cidadã, inclusive com ações descentralizadas, ou mesmo apoiar gestores municipais em suas iniciativas e a organização desses segmentos em associações civis. Além disso, a ALMG deve assegurar recursos do orçamento estadual para garantir a manutenção do CEAS (infra-estrutura, recursos humanos do quadro do estado, recursos para apoio ao deslocamento de conselheiros em suas funções), especialmente as ações de mobilização e formação destinadas ao próprio CEAS e também aos CMAS e demais instâncias de participação do Sistema.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:58

Por **William Santos Framca** | Belo Horizonte/MG

Sugiro que os senhores deputados ofereçam maior apoio à região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, região que não é pobre pela escassez de recursos, mas pela má administração dos mesmos, principalmente os recursos

públicos destinados ao desenvolvimento social.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:47

Por **William Santos Framca** | Belo Horizonte/MG

Chamo a atenção dos senhores deputados a legislar pela maioria, em favor dos menos favorecidos.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:44

Por **William Santos Framca** | Belo Horizonte/MG

O desenvolvimento econômico só traz benefícios a uma sociedade quando todos são beneficiários dele.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:42

Por **William Santos Framca** | Belo Horizonte/MG

Todos unidos, contribuiremos para a redução da desigualdade social tão gritante no nosso país e nosso estado de MG.

0👍 | 0👎

28/02/2011 10:22

Por **Neuza Maria de Lima** | Belo Horizonte/MG

Que o legislativo estadual intervenha junto aos municípios e estados na garantia do cumprimento da constituição federal exigindo que o trabalhador da área da assistência social tenha concurso público periodicamente saindo da situação de precariedade em que se encontra hoje o trabalhador e conseqüentemente a política de assistência social nos municípios e estados.

0👍 | 0👎

27/02/2011 15:23

Por **Jacqueline Sávia** | Belo Horizonte/MG

É necessário que a Assembléia discuta mais os temas da Assistência Social, principalmente no que se refere ao Sistema Único da Assistência Social e a questão dos Recursos Humanos.

0👍 | 0👎

26/02/2011 12:31

Por **Carla Andrea Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Apoiar a regulamentação, por meio de Leis Municipais, o SUAS nos municípios, considerando: - Modelo assistencial e instituindo os equipamentos e CRAS e CREAS; parâmetros de qualidade - Modelo de gestão e instituindo os principais dispositivos previstos na regulamentação do SUAS - Parceria com as entidades - financiamento - Carreira específica para os trabalhadores do SUAS

1👍 | 0👎

26/02/2011 12:07

Por **Carla Andrea Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Ampliação do grau de institucionalização do SUAS: estimular os municípios a instituir o órgão gestor exclusivo para o SUAS e pertencente ao nível estratégico da Prefeitura ou Estado

1👍 | 0👎

25/02/2011 12:22

Por **Geralda Gonçalves de Souza Costa** | Crisólita/MG

Primeiramente parabênzo o Estado de Minas Gerais pela implantação do Piso Mineiro de Assistência Social. De fato o nosso Estado precisa investir e ampliar o co-financiamento Estadual para que a Política de Assistência Social seja implementada nos municípios mineiros, principalmente maior investimento financeiro para a área da Criança e Adolescente que segundo preceitos legais é prioridade absoluta na efetivação de políticas públicas.

0👍 | 0👎

24/02/2011 13:03

Por **Maria Thereza Nunes Martins Fonseca** | Belo Horizonte/MG

Fortalecer a discussão sobre os direitos humanos na PNAS (igualdade racial, questões de gênero, orientação sexual, povos tradicionais, crianças e adolescentes...). Estes temas podem contribuir com o perfil pró ativo da vigilância social.

2👍 | 0👎

22/02/2011 19:04

Por **Daniel Paulo Alves da Silva** | Ribeirão das Neves/MG

Poderiam criar uma lei que torne obrigatória a instalação de telões nas rodoviárias , estações BH BUs e Estações do metrô, para que sejam repassados slides das fotos de pessoas desaparecidas , visto a grande concentração de pessoas nestes locais.

0👍 | 0👎

21/02/2011 15:16

Por **Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social** | Esmeraldas/MG

Ampliar o debate sobre o financiamento do SUAS. Implantar uma efetiva política de RH, com isonomia salarial para a categoria. Implementar a Lei Estadual 16.683/07, que dispõe sobre o acompanhamento social nas escolas.

1👍 | 1👎

21/02/2011 10:51

Por **Marlene Caetano de Jesus** | Belo Horizonte/MG

Ampliar a discussão e estabelecer critérios em relação a execução indireta de recursos (federais, estaduais e

municipais) via convênios com entidades. Gasta-se um montante de recursos significativo, existem excelentes iniciativas, propostas, porém de pouco impacto social, pois geralmente o monitoramento pelo município é insatisfatório, além de não ter continuidade ao término da execução dos projetos.

0👍 | 1👎

21/02/2011 08:57

Por **Carla Andrea Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Acredito que a política pública de Assistência Social chegou no seu momento de maturidade com o SUAS. Precisamos implantar e consolidar o SUAS no estado e nos municípios como uma importante estratégia de garantia dos direitos socioassistenciais. Mas, para avançarmos nesse processo precisamos superar alguns desafios: 1) aumentar a robustez institucional do SUAS: aprovação de leis municipais; efetivação de concursados; garantia de aporte de recursos; cobertura significativa das demandas da população. 2) aumentar a noção dos direitos socioassistenciais: a população deve ter a compreensão que a proteção socioassistencial é direito e, portanto, dever do Estado. 3) ampliar o processo de democratização da gestão do SUAS: efetivar a participação da sociedade civil na gestão do sistema, fortalecendo os conselhos e abrindo canais de comunicação com os usuários/cidadão.

3👍 | 0👎

19/02/2011 20:22

Por **Maria Eugênia Ribeiro Franco** | Belo Horizonte/MG

Aplicabilidade das leis existentes e revisão e criação de novas leis e políticas.

1👍 | 0👎

19/02/2011 18:25

Por **Luna Moreira** | Divinópolis/MG

o SUAS não se consolidará com as frágeis gestões municipais... não há compromisso político, constituição de uma carreira pública para os servidores e quanto menos orçamento... verificar possibilidade de atrelar repasses de recursos estadual para prefeituras que se comprometerem com a qualidade da gestão

3👍 | 0👎

19/02/2011 16:17

Por **Cristiano Costa de Carvalho** | Belo Horizonte/MG

A maior tecnologia do SUAS são os seus trabalhadores, assim defendo a criação de uma política de formação também voltada para os profissionais e acadêmicos que forma o RH do SUAS. Reitero sobre a importância da permanente problematização da formação profissional dos `futuros` trabalhadores, bem como do conjunto de áreas do conhecimento que se inserem na nova dinâmica da assistência social, o que precisa estar contemplado nos conteúdos curriculares, mas também em iniciativas e ações pedagógicas que privilegiem um olhar pautado na integralidade, uma vez que devem formar profissionais que respondam aos requisitos demandados pela sociedade. Integração entre as universidades, usuários e gestores do SUAS tendo em vista o seu fortalecimento.

2👍 | 0👎

19/02/2011 15:58

Por **Cristiano Costa de Carvalho** | Belo Horizonte/MG

Assistência Social no Estado está na perspectiva de "alta rotatividade", constituindo-se apenas "vistos temporários para o mundo da proteção social". Na direção de temporários, essas atenções, são extremamente precárias e de baixa qualidade, não garantindo a autonomia e /o desejo da segurança social dos usuários. Situação que é ainda agravada pelo caráter descontínuo atribuído às políticas sociais, que ao invés de serem tomados como uma ação de Estado, portanto de responsabilidade permanente, são considerados, como "programas de governo". Isto lhes dá marcas pessoais do governante, fragilizando a conquista do direito. Assim assistimos uma acelerada dinâmica, conduzida pelo pragmatismo, banaliza o conceito de universalização, de cidadania e de justiça social, pois os sistemas classificatórios e os critérios de permanência dos programas, projetos e serviços propostos pela política de assistência social constituem ferramentas reais de controle dos pobres. Os resultados desses processos, além da reiteração e aprofundamento das desigualdades, aparecem na desmobilização de atores políticos relevantes na luta por direitos. Impõe-se a defesa do pensamento crítico para que se consiga discernir por que tipo de política social trabalha-se para universalizar e por que tipo de direitos está se lutando. Deixa-se aqui o compromisso de resistir e partir para o embate de idéias.

2👍 | 0👎

19/02/2011 15:54

Por **Cristiano Costa de Carvalho** | Belo Horizonte/MG

Em Minas Gerais e em especial no município de Belo Horizonte a lógica da concretização dos direitos sociais para a infância, adolescência e envelhecimento recaíram, de modo especial, à política de assistência social e que tem como um dos grandes desafios superar as estratégias de controle de acesso ao direito, que tem se caracterizado por formas de controle e subalternização da população. No contexto de influência do paradigma neoliberal, a assistência social, não raramente assume o princípio de atribuir ao indivíduo à responsabilidade de superação de sua condição social, questão materializada na metodologia que vem adotando, de psicologização da questão social. Assim assistimos uma acelerada dinâmica, conduzida pelo pragmatismo, banaliza o conceito de universalização, de cidadania e de justiça social, pois os sistemas classificatórios e os critérios de permanência dos programas, projetos e serviços propostos pela política de assistência social constituem ferramentas reais de controle dos pobres. Os resultados desses processos, além da reiteração e aprofundamento das desigualdades, aparecem na desmobilização de atores políticos relevantes na luta por direitos. Nessas circunstâncias não bastam discursos pré-formatados e estagnados, nem a repetição doutrinária de certezas ou esperanças radicais românticas e messiânicas. Impõe-se a defesa do pensamento crítico para que se consiga

2👍 | 0👎

18/02/2011 10:26

Por **Helen Moreira** | Belo Horizonte/MG

É preciso rever as condições de trabalho tendo em vista que em BH os trabalhadores do SUAS vivenciam uma não garantia de direitos além das péssimas condições de trabalho.

3👍 | 0👎

17/02/2011 13:11

Por **Aldevânia Félix Severiano Rocha** | Belo Oriente/MG

Assistência Social é uma política que perpassa por todas as outras, bem com a saúde, educação e etc. Portanto, faz-se importante uma discussão que provoque o fortalecimento desta Política e do Sistema Único de Assistência Social, porque sem uma política de Assistência Social fortalecida, é impossível erradicarmos a pobreza e as

desigualdades sociais, é impossível ser o Brasil um País de todos, ser um País rico, sem pobreza e é também impossível ao Estado de Minas Gerais alcançar sua missão de ser um Estado onde as pessoas vivam mais e melhor.

4👍 | 0👎

17/02/2011 07:16

Por **Carla Andrea Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Instituir uma agenda permanente de discussão de temas voltados para o fortalecimento da participação popular e do controle social. Nesse caso é importante a adequação da linguagem ao público.

2👍 | 0👎

16/02/2011 21:37

Por **Mário Cesar Rocha Moreira** | Belo Horizonte/MG

A superação das situações de vulnerabilidade e risco social não deve ser uma obrigação apenas da assistência social e sim de todas as políticas. Deve haver indução legal para a efetivação da intersetorialidade entre as políticas. A superação do clientelismo e favoritismo nas relações é fundamental. Para isso é necessário garantir perfis mais profissionais no gerenciamento da política de assistência social.

3👍 | 0👎

16/02/2011 16:08

Por **Fabricia Miranda Oliveira** | Belo Horizonte/MG

Aposto no investimento em divulgação a população (usuários ou não da assistência social) sobre os encontros regionais dos usuários da assistência social para melhor apresentação desta política. É importante o trabalho de mobilização, ação que apresenta um grande desafio e que merece uma atenção especial. Precisamos da opinião dos usuários e esclarecermos o que permeia a política de assistência social, tendo para isso que atingir um número maior de pessoas cientes sobre esses eventos.

2👍 | 0👎

16/02/2011 14:31

Por **Marlene Caetano de Jesus** | Belo Horizonte/MG

Não tem como consolidar serviços com quadro de profissionais com contratos precários, sem garantia de seus direitos; bem como sem conhecimento e compreensão do que seja a Política de Assistência Social em todos os níveis hierárquicos (diretores/seuperintendentes, gerentes, coordenadores e técnicos). Assim torna-se necessário ampla discussão e que os gestores locais cumpram o que está preconizado na NOB/Suas-RH. Avalio que deve haver fortalecimento da Proteção Social Básica, com discussão ampla sobre a especificidade das ações e atividades desenvolvidas nos Cras. Existe ainda, mesmo com a Resolução 109, de 11.11. 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, muita controvérsia e ações equivocadas sendo desenvolvidas nos Cras.

8👍 | 0👎

16/02/2011 10:39

Por **Marcelo Emediato Alvares** | Belo Horizonte/MG

Discutir os jovens adolescente em todos os municípios. Como são executados? Porque o esvaziamento deste programa? E como estender este programa em áreas de risco social que não possuem ainda CRAS. Uma vez que o governo federal só financia para áreas que tenham CRAS. Quem sabe o Governo Estadual co-financie programas para jovens e adolescentes em áreas de risco social alto, mas que ainda não tem CRAS. E quando o CRAS vier para esta região estes programas passam a ter o financiamento do governo federal, que já é garantido. Além disso precisamos de qualificar nossos jovens adolescentes. Porque uns dão certo e outros vazios? Criar esta pauta será de grande importância a meu ver. Chamar educadores, ONGs prestadoras de serviços, OS JOVENS – muito importante ouvi-los, criar uma premiação PRO JOVEM ADOLESCENTE DE SUCESSO 2011 e 2012. E por aí vamos... tornar este programa mais atraente que o tráfico. Mesmo que não remunerado, ele tendo atividades de bacanas, vai trazer este público que tanto nos preocupa.

4👍 | 0🗨

16/02/2011 10:32

Por **Marcelo Emediato Alvares** | Belo Horizonte/MG

Creio que para as ações do CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social ter um caráter de verdadeiro controle social, monitoramento e avaliação do SUAS em todo estado, requer uma estrutura melhor. Ferramentas melhores. Há conselhos municipais por esta MG afora que precisam ser bem fiscalizados, conselheiros da soc civil e governamentais, precisam ser bem capacitados. Ver se o papel de Conselho está realmente sendo feito ou somente um local de aprovação de contas do executivo, espaços que funcionam de fachada, etc. Creio que a discussão do Controle Social merece um aprofundamento. Sei que isso incomoda muito os executivos seja municipais, estaduais e federais, mas precisamos colocar isso em pauta.

2👍 | 0🗨

16/02/2011 10:13

Por **William Santos Framca** | Belo Horizonte/MG

Precisamos fortalecer o desenvolvimento social do nosso estado através do apoio dos nossos representantes. O SUAS é uma conquista que, com o esforço de todos diminuirá as desigualdades sociais, tão gritantes.

3👍 | 0🗨

16/02/2011 08:59

Por **Claudia Chaves Rodrigues Barbosa** | Belo Horizonte/MG

Discutir amplamente, com todos os atores envolvidos, a importância da despreciação do trabalho no SUAS, diante das frágeis e irregulares alternativas de contratação criadas a partir da retração das responsabilidades sociais do Estado, de acordo com as diretrizes para a gestão do trabalho, expressas na NOB-RH/SUAS. Discutir a qualificação e formação dos trabalhadores, na perspectiva da educação permanente, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços e a equidade no acesso.

5👍 | 0🗨

16/02/2011 08:40

Por **Marilac Mesquita Nunes de Oliveira** | Gouveia/MG

O SUAS já foi implantado no país, agora precisamos fortalecer, principalmente, os pequenos municípios, no sentido de: 1) Garantir a qualificação do pessoal que atua na área; 2) Garantir que realmente os serviços tipificados sejam oferecidos; 3) Garantir que o Estado repasse aos municípios um "pisso" que garanta a concessão de benefícios eventuais; 4) Garantir que a Política de Assistência gerencie seus serviços e consequentemente os recursos

vinculados a ela. 4) Garantir o fortalecimento do controle social

3👍 | 1👎

15/02/2011 17:47

Por **Ana Pereira dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Debate efetivo e contínuo sobre a efetivação do Sistema único de Assistência Social no município de Minas Gerais. Pautar a qualidade dos serviços oferecidos, expansão daqueles que precisam e, principalmente, condições de trabalho e salários precários pagos aos trabalhadores desta área.

5👍 | 0👎

15/02/2011 14:02

Por **Ana Luiza de Souza** | Guaxupé/MG

É necessário que a Assembleia Legislativa do Estado discuta sobre a Assistência Social no Estado, principalmente os desafios na implantação do Sistema único da Assistência Social

1👍 | 0👎

15/02/2011 13:50

Por **Kennedy Pereira de Aguiar** | Águas Formosas/MG

É imprescindível que discutamos a política de assistência social no Estado de Minas Gerais a fim de aperfeiçoá-la e melhorar cada vez mais o atendimento às pessoas com condição socioeconômica desfavorável de nosso estado.

1👍 | 0👎

15/02/2011 13:49

Por **Eliete Rezende** | Betim/MG

Diante do amplo processo de implantação do SUAS no país e no Estado, torna-se fundamental a consolidação do Sistema em todos os municípios mineiros garantindo-se dessa forma um padrão de financiamento, monitoramento da política e estabelecimento de padrões de qualidade dos serviços prestados pela proteção básica e especial.

1👍 | 0👎

15/02/2011 11:59

Por **Márcia Cristina Luciano Pereira** | Perdões/MG

Acredito que a participação e reforço quanto à importância da política de assistência social nos municípios seja fundamental para a consolidação do SUAS. A cada dia percebo a concretização de ações que há algum tempo não passavam de sonhos. Como é bom compartilhar deste momento histórico na defesa e garantia de direitos de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

1👍 | 0👎

15/02/2011 10:57

Por **Fábio da Silva** | São João del-Rei/MG

Um dos maiores problemas que o país vem enfrentando é a questão das drogas, sobretudo com a juventude. Não podemos permitir com que esse caos continue e fiquemos de braços cruzados. Precisamos de mais investimentos público nas famílias em várias frentes que são interdependentes: 1º criar projetos de geração de renda para famílias em vulnerabilidade social; 2º criar programas de qualificação profissional para nossos jovens, assim ajudando a inseri-los no mercado formal de trabalho. fortalecer o Suas em nosso Estado com mais investimentos tanto em recursos financeiros, como recursos humanos.

9👍 | 3👎

14/02/2011 23:29

Por **Marcelo Emediato Alvares** | Belo Horizonte/MG

Uma grande preocupação e desafio da assistência social e de varias politicas sociais, saude, educação, etc... é lidar com o publico nos limites da grande BH - especialmente Belo Horizonte e Sabará - região do Taquaril e Castanheiras. Terra de ninguém. Um descaso enorme. Esta semana morreu um jovem de 14 anos com doença de ratos. . . varios tem problemas de saude por causa de poeira, estrada sem asfalto, ruas sem esgoto, etc... Ai me perguntam... que tem a assistencia social haver com isso? mas tudo haver... em todos os setores da politica o descaso geral, abre espaço para o crime organizado tomar conta. Porque o estado não cria os CRAS intermunicipais? para casos como estes... para casos como BH e Santa Luzia, - BH e Contagem - BH Betim - Betim - Contagem - etc... um assunto que acho que merece destaque .

3👍 | 0👎

14/02/2011 22:10

Por **Elza Maria da Silva** | Santa Luzia/MG

A discussão da Política de Assistência Social num espaço como o da Câmara fortalecerá os atores municipais tanto governamentais quanto sociedade civil na promoção dos direitos de uma grande parcela da população brasileira.

1👍 | 0👎

14/02/2011 17:25

Por **André Geraldo Ribeiro Diniz** | Belo Horizonte/MG

Ampliação, Modernização e Qualificação da Política de Assistência Social do estado é uma necessidade URGENTE, visto que é a política que alcança a parcela mais vulnerável da sociedade. Além disso, é preciso implementar a NOB-RH de forma a garantir isonomia para o trabalhadores do SUAS e consolidar melhores situações de trabalho.

2👍 | 0👎

14/02/2011 16:40

Por **Isabel Cristina dos Santos** | Pirapora/MG

Precisamos ter um olhar voltado para os mais carentes, tendo em vista que são mais vulneráveis, sofrendo todo tipo de desigualdade social, como a extrema pobreza. Para tanto, torna-se necessário o fortalecimento da Assistência Social.

1👍 | 1👎

14/02/2011 15:42

Por **Wellington Alvim da Cunha** | Muriaé/MG

Fortalecer e revitalizar as 19 Diretorias Regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), com infra-estrutura física e humana, para descentralizar e atender com efetividade as demandas regionais com as frentes de atuação das Subsecretarias e Coordenadorias da SEDESE, como a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os programas e projetos estaduais, para assim aprimorar a capacidade técnica da gestão das políticas sociais no âmbito estadual e consequentemente municipal. Para a implantação e acompanhamento das políticas sociais públicas no Estado de Minas Gerais, é fundamental estruturar os órgãos públicos regionais, seguindo o princípio da descentralização. Com isso obtem-se reais condições para realizar um dimensionamento adequado das ações, focalizando e priorizando aquelas que propiciem a efetiva melhoria da qualidade da população mineira.

7👍 | 0👎

14/02/2011 15:35

Por **José Amarílio de Araújo** | Paraopeba/MG

fortalecer todos os municípios mineiros no que se refere ao SUAS. levar a população o conhecimento e a importância do CRAS para que os usuários possam utilizar as ferramentas ali disponíveis .

2👍 | 1👎

14/02/2011 15:32

Por **Aline Ângela Formiga Penha Monteiro** | Coronel Fabriciano/MG

Ampliação do financiamento da Política de Assistência Social para fortalecimento do SUAS no Estado de Minas Gerais e a transparência nos critérios de repasse de recursos para os municípios.

8👍 | 1👎

14/02/2011 15:10

Por **Luana Christine Soares Dias** | Belo Horizonte/MG

Garantir melhores condições de atendimentos às crianças acolhidas nas Unidades de Acolhimento Institucional no município de Belo Horizonte. Tal condição poderia ser alcançada caso o município aumentasse o valor da verba que é repassado as instituições referente ao convenio que algumas delas possuem. É impossível desenvolvermos um trabalho de qualidade sem o mínimo necessário.

2👍 | 0👎

14/02/2011 15:05

Por **Irene Araujo** | Uberlândia/MG

Assistência Social é um direito que precisa ser respeitado e as ações que o viabilizam precisam ser fortalecidas.

1👍 | 0👎

14/02/2011 14:40

Por **William Santos Framca** | Belo Horizonte/MG

Compromisso dos nossos representantes para a erradicação da pobreza. Este deve ser o lema a ser assumido em toda Minas Gerais.

0👍 | 0👎

14/02/2011 13:42

Por **Denise Amaral Soares** | Belo Horizonte/MG

Fortalecer os municípios mineiros no que se refere ao SUAS. Apoio na criação da Lei Municipal do SUAS-BH.

1👍 | 0👎

12/02/2011 00:43

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Só se pode construir o desenvolvimento de um Estado com planejamento participativo e não com imediatismo e uniteralismo. O que quero dizer é que não podemos mais esperar para atuar hoje, por exemplo, na educação incisiva de meninas em fase estudantil, principalmente, de regiões desfavorecidas, para que quando forem fazer sexo, que façam sexo seguro e que pensem, lembrem e sejam multiplicadoras (dos ensinamentos passados pelos assistentes sociais) das consequências que elas e seus futuros filhos poderão sofrer na vida. O imediatismo quando faz parte do planejamento pode trazer resultados positivos em um futuro breve, essa é a minha sugestão colaborativa.

0👍 | 0👎

08/02/2011 18:15

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Levar ao conhecimento do público alvo a localização e a que se refere os CRAS e CREAS do Estado de MG

7👍 | 1👎

08/02/2011 18:07

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Garantir recursos orçamentários para as Instituições de Longa Permanência de Idosos que cumprem papel fundamental na política da pessoa Idosa em substituição hoje às Casas Lares e ou Repúblicas previstas no Estatuto do Idoso.

11👍 | 0👎

08/02/2011 18:04

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Atualizar a Comissão de Trabalho e Ação Social no que se refere às especificidades de cada uma dessas políticas públicas e ampliando ou criando uma nova comissão para os segmentos do Idoso e Pessoa Deficiente devido a especificidade dessas políticas que perpassam todas as demais políticas públicas.

4👍 | 1👎

08/02/2011 12:16

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Ampliar a política de Assistência Social aos profissionais da Defesa Social e suas famílias, visto os resultados das deliberações identificadas no FORUM TÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA realizado na ALMG em 2010

7👍 | 2👎

55 contribuições

Cultura

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 20:23

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Criar a lei dos os fundos setoriais de cultura do estado de Minas Gerais, prevendo que o valor total dos recursos destinados aos fundos sejam sempre equiparados ao valor destinado à Lei de Incentivo à Cultura.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:10

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Criação de políticas para o reconhecimento e inclusão das Culturas Tradicionais populares, indígenas, afro-brasileiras, dos mestres e mestras dos conhecimentos, saberes, artes e ofícios em políticas públicas que visem incentivar a transmissão desses saberes por meio da criação de um Programa Estadual de Transmissão de Saberes e Práticas das Culturas Populares nas escolas regulares, conforme descrição do parágrafo oitavo do macroprograma – Memórias, Identidades das Culturas Populares que integra o plano setorial das culturas populares que busca e instaurar a possibilidade de sistematização desses saberes, afirmando tanto os seus valores intrínsecos, quanto sua didática própria, sua estrutura e aplicabilidade nos ambientes acadêmicos, científicos e mesmo nos campos econômicos e sociais;

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:08

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Criação de programa de estado para implementação de pontos de cultura estaduais, numa forma de política pública de efeito educativo que preveja a capacitação da sociedade civil, sobretudo nas regiões mais carentes do interior do estado, com intuito de prepará-las a firmarem convênios com o Governo do Estado de Minas Gerais.

0👍 | 0👎

28/02/2011 13:17

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Fortalecer e consolidar o espaço democrático da Comissão Cultura e torná-la uma comissão permanente dentro da Assembleia Legislativa MG. Ampliar os espaços de escuta e inclusão da sociedade e representantes do setor cultural do interior do estado através da regionalização de fóruns, conferências e audiências públicas e outros mecanismos de consulta popular, para a constituição do Plano Plurianual de Cultura do Estado de Minas Gerais.

0👍 | 0👎

28/02/2011 13:14

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Capacitar, ampliar e estabelecer pisos salariais dignos aos quadros operacionais da Secretaria de Cultura e do IEPHA Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais, além de promover a regionalização desses órgãos no estado de Minas Gerais, através da criação de subsecretarias e escritórios regionais nas macroregiões do estado.

0👍 | 0👎

28/02/2011 13:11

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Partindo da constatação de Williams (1981), para que a cultura constitui uma dimensão de todas as instituições e atividades econômicas, sociais e políticas. Buscar a elaboração de legislação que inclua a cultura como elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico do estado de Minas Gerais, tendo em vista o seu caráter transversal e seu papel de articulação entre áreas.

0👍 | 0👎

28/02/2011 13:03

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Elaboração de legislação para o setor cultural do estado de Minas Gerais, que se pautem na incorporação dos valores de afirmação ao Direito à Cultura apontados pelo Plano Nacional de Cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, com a observância e a consideração de suas dinâmicas particulares, respeito à sua diversidade e identidade cultural

0👍 | 0👎

27/02/2011 18:09

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE IX Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG Sobre as discussões do Terceiro Setor na defesa e promoção do Patrimônio Cultural Imaterial, destacam-se: No Estado de

Goiás, a mobilização social das festas populares propiciou a inserção da “Academia” na sociedade, diminuindo distâncias entre pesquisadores, ativistas culturais e mestres, que juntaram forças para a realização de audiências públicas em conjunto com o Ministério Público, no sentido de mobilizar as comunidades, para o mapeamento das manifestações folclóricas do Estado.” No Espírito Santo há a Comissão Espírito Santense de Folclore que apoia a formação de comissões municipais de folclore em vários municípios, fortalecendo o setor. Também nesse Estado configuraram-se formas facilitadas de incentivo financeiro aos grupos mantenedores de tradição, tendo em vista a desburocratização do incentivo público e a capacitação de membros das comunidades para o recebimento e a prestação de contas de verbas públicas.” No Pará tramita o pedido de reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Carimbó, sendo encontrados desafios como a morosidade do procedimento de inventário, em função do baixo recurso público para tal, bem como em função do número insuficiente de técnicos nas Instituições Públicas de reconhecimento dos Patrimônios Culturais Imateriais.

0👍 | 0👎

27/02/2011 18:03

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE VIII Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG “Necessidade de apoiar as medidas de salvaguarda do Patrimônio cultural, eleitas pelos próprios mantenedores do patrimônio. No estudo de caso do Samba de Roda da Bahia, que teve reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN, foram identificadas algumas medidas: o apoio à formalização de associações; fomento às apresentações do Samba de Roda; capacitações para mantenedores da tradição.

0👍 | 0👎

27/02/2011 18:01

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE VII Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG Sobre reformulação legal que relacione a proteção aos conhecimentos tradicionais associados à Propriedade Intelectual e Biopirataria, ter em vista: 3.Sobre a biopirataria e a propriedade imaterial “A previsão constitucional de proteção à cultura representa a superação do paradigma paternalista do Estado; e também a superação do estabelecimento de uma valoração cultural que só leve em consideração aspectos históricos e extravagantes. “A Constituição Federal de 1988 nos levou à criação de uma identidade cultural baseada em referências internas e regionais. A CR/988 também previu formas plurais de proteção à cultura, tais como os inventários, registros, tombamentos, vigilância e desapropriação. “Os grandes desafios que se impõem à cultura, hoje, são a identificação de nossas referências culturais e a delimitação de um ponto de equilíbrio entre os interesses em jogo, nas esferas pública e privada. “O inquérito civil público, promovido pelo Ministério Público, pode se constituir em registro documental para fins de proteção do Patrimônio, na medida em que seus membros se envolvam com a elaboração de relatos escritos, vídeos, fotografias e outras formas de registro.

0👍 | 0👎

27/02/2011 17:50

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE VII Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG Na proposição ou revisão de legislação acerca da salvaguarda de patrimônios culturais imateriais e garantia da transmissão de saberes, ter em vista experiências já existentes como a do estado do Ceará, além de outras abaixo descritas:

0👍 | 0👎

27/02/2011 17:47

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE VI Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG Na proposição ou revisão de legislação, ter em vista: 1. Paisagem cultural e sua relação com o Patrimônio Imaterial ¿ A paisagem cultural deve ser pensada como uma porção peculiar do território nacional à qual a vida e a ciência atribuem valor. ¿ A paisagem cultural não é um mecanismo de proteção, mas um procedimento administrativo que visa reunir diferentes mecanismos de proteção ao Patrimônio Cultural, tais como tombamento, registro e declaração de interesse público sobre obras musealizadas. ¿ Existem dossiês em andamento, mas ainda não foi concedida pelo Poder Público nenhuma chancela de paisagem cultural no Estado brasileiro. ¿ A portaria do IPHAN, editada em 2008, que institui a proteção da paisagem cultural não parece ser o instrumento legal mais adequado para sua finalidade, uma vez que, como simples portaria, tal norma tem sua eficácia limitada.

0👍 | 0🗨

27/02/2011 17:43

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE V Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG No formulação/alteração legislativa no campo dos Patrimônios Culturais Imateriais, ter em vista: ¿ A necessidade eminente de priorizar os inventários de patrimônios culturais imateriais: ¿conhecer para preservar¿, ressaltando a importância do mapeamento que é, ainda, anterior ao procedimento de inventário de bens e manifestações culturais. ¿ R egistros e planos de salvaguarda devem fazer parte da consolidação das políticas públicas para a cultura, em todos os âmbitos da federação, na área da preservação do Patrimônio Imaterial. ¿ Conhecer, sistematizar e possibilitar a transmissão e fruição dos Patrimônios Culturais Imateriais. ¿ Viabilizar meios (bem como estudar formas de conceber estes meios) geradores de sustentabilidade para o Patrimônio Imaterial. ¿ Todas as instituições devem trabalhar com a premissa de que o Estado e a sociedade civil são co-gestores do Patrimônio Cultural. ¿ As comunidades locais são parceiras necessárias nos procedimentos de inventários públicos de Patrimônios Culturais Imateriais. Deve-se estar atento à forma de difusão das informações coletadas, pois existem vários fatores em torno desse tema como o acesso à cultura e os direitos de imagem das comunidades.

0👍 | 0🗨

27/02/2011 17:39

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE IV Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG ¿ Desenvolvimento de Legislação que possibilite o convênio menos burocratizado entre associações no interior do Estado de MG e o poder público, para fins de pesquisa, inventário, fomento dos Patrimônios Culturais Imateriais. Os convênios devem ter regulamentação que facilite a prestação de contas, considerando que mantém tradições culturais no interior do Estado.

0👍 | 0🗨

27/02/2011 17:37

Por **Paloma Goulart** | Belo Horizonte/MG

PARTE 3 Resultados e Propostas do Seminário Nacional Patrimônio Cultural Imaterial – 1ª edição MG ¿ Regulamentação da proteção e registro de mestres como patrimônios vivos, a exemplo do que já ocorre em outros países (Filipinas, França, Tailândia, República Tcheca) e também a exemplo de experiências como a dos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Ceará. O Decreto Mineiro nº 42.505, de 15 de abril de 2002, prevê o

registro de 4 (quatro) tipos de patrimônios imateriais: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares.

0👍 | 0👎

26/02/2011 15:58

Por **Tyciano Maia Ribeiro** | Passos/MG

As ideias boas devem ser copiadas... Que tal fazer um esquema do tipo da "Virada Cultural" que existe em São Paulo (capital e interior) começando por Belo Horizonte?

0👍 | 0👎

22/02/2011 18:38

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Criação, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, de cadastro das casas de cultura espalhadas pelo interior, bem como um observatório das casas de cultura, objetivando apoiar essas instituições e a criação de novas casas de cultura.

1👍 | 0👎

22/02/2011 07:35

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

O Arquivo Público Mineiro deve ser transferido para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, pois trata-se de um órgão ligado à administração. Os Arquivos Públicos, por orientação de Arquivistas, do Consenso Nacional de Arquivos e demais instituições arquivísticas, devem estar ligados às secretarias e ministérios que cuidam da administração pública, ou serem órgãos autônomos, como secretarias de estado ou ministérios, como ocorre na França, Estados Unidos etc. Foi uma lástima, por exemplo, o atual governo federal retirar o Arquivo Nacional do âmbito da Casa Civil e voltá-lo para o Ministério da Justiça.

0👍 | 0👎

19/02/2011 14:16

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

No ano de 2008, através de um Edital do Ministério da Cultura, foram selecionados centenas de Pontos de Leitura no Estado de Minas Gerais. O ex-governador Aécio Neves assinou um termo de cooperação com a finalidade de colocar em prática as ações do Programa Mais Cultura em Minas Gerais. Pergunto: o que o governador Anastasia, através da Secretaria de Cultura, fará a respeito dos Pontos de Leitura selecionados em 2008 e, principalmente, a respeito das ações de incentivo ao livro, à leitura, às bibliotecas públicas e comunitárias, Pontos de Cultura e todas as manifestações culturais no interior do estado? Sou gestora do Ponto de Leitura de São Gonçalo do Sapucaí-MG e torço para que as ações do Programa Mais Cultura continuem sendo implantados aqui no Estado. Os Pontos de Leitura precisam de apoio para continuar difundindo a leitura no coração da comunidade, de onde partem nossas crianças e jovens com destino às escolas da Rede Pública de MG. Se os Pontos de Leitura não tiverem apoio do Estado e do Município, estarão sujeitos ao desânimo e ao desaparecimento, visto que boa parte são mantidos e coordenados por voluntários, pessoas físicas que sabem que através da leitura é que se formam cidadãos conscientes de seus deveres e de seus direitos. Minha sugestão é que se crie um departamento exclusivo para o atendimento dos Pontos de Leitura no Estado de MG, para fazer esse intercâmbio.

1👍 | 0👎

19/02/2011 01:19

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que a Rede Minas, TV pública de Minas Gerais, seja transmitida também pelas parabólicas como a acontece com a TV Brasil, a TV Paraná Educativa e a TV Cultura de São Paulo.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:33

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que além de incentivar a criação de arquivos públicos municipais, que o Arquivo Público Mineiro crie uma Rede de Arquivos Mineiros com banco de dados contendo informações acerca de nosso patrimônio documental.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:32

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que além de incentivar a criação de arquivos públicos municipais, que o Arquivo Público Mineiro, criasse uma Rede de Arquivos Mineiros com banco de dados, contendo informações acerca de nosso patrimônio documental.

0👍 | 0👎

19/02/2011 00:13

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

A Educação de Jovens e Adultos deve ter uma atenção especial e permanente da Secretaria de Estado da Educação de MG. Desta forma, que seja criado um Fórum Ppermanente de Educação de Jovens e Adultos e um Observatório Estadual de Educação de Jovens e Adultos.

0👍 | 0👎

18/02/2011 23:58

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Os museus, mais do que espaços de preservação da memória cultural, são instituições essenciais para a valorização da cidadania de todos nós. Que o Governo de Minas possa implantar uma política permanente de incentivo à criação de museus locais em todos os nossos municípios, criando uma rede de museus de Minas Gerais, conduzido pela Secretaria de Estado do Cultura.

0👍 | 0👎

18/02/2011 18:03

Por **Carlos José de Campos Máximo** | Belo Horizonte/MG

Estabelecer mecanismo que permita a fiscalização da programação das emissoras de rádio de cada município do Estado. O objetivo é assegurar que cada uma das emissoras abra espaço em sua programação para artistas: locais, prioritamente; da área de atuação da rádio - artistas regionais, em segundo lugar; e ainda artistas de Minas Gerais, em terceiro lugar. Seria uma forma de divulgar a música e os artistas do Estado. Justificativa: apesar de, a rigor, a área de radiodifusão seja da esfera federal, acredito que, pelo viés da cultura, pode-se interferir no

processo apresentando legislações válidas, quem sabe, até mesmo por meio do Conselho Estadual de Cultura, com diretrizes para os conselhos municipais de cultura dos municípios mineiros.

0👍 | 0👎

18/02/2011 11:36

Por **Péricles Mattar** | Belo Horizonte/MG

- Discutir a pontuação do critério Patrimônio Cultural da Lei Robin Hood, buscando aprimorá-lo de forma a garantir que os recursos transferidos aos municípios sejam efetivamente utilizados em prol do seu desenvolvimento cultural. - Promover encontros (regionais/estadual) com os Conselhos Municipais de Cultura e Patrimônio Cultural visando o seu fortalecimento e institucionalização para que possam assumir as novas funções previstas no Sistema Nacional de Cultura. - Estimular a criação de alianças intersetoriais envolvendo governo, empresas e sociedade civil organizada visando aumentar os recursos, agilizar processos de implantação de políticas públicas e qualificar a gestão da cultura. - Discutir a estruturação e implantação efetiva dos núcleos de interiorização de cultura criando mecanismos de intercâmbio cultural entre as diversas regiões do estado.

0👍 | 0👎

18/02/2011 09:48

Por **Daniela Figueiredo** | Belo Horizonte/MG

Maior incentivo às políticas públicas de incentivo à leitura e acesso ao livro. BH é uma grande capital e tem somente uma grande biblioteca pública (Luiz de Bessa). O nível de letramento dos cidadãos é indicador de desenvolvimento e, também, um bem cultural. Minas precisa avançar nessa área.

1👍 | 0👎

17/02/2011 19:57

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Concurso para área de cultura para todos os cargos e abertura de festivais de musica como em décadas passadas.

0👍 | 0👎

17/02/2011 14:32

Por **Maria Célia Pinto** | Belo Horizonte/MG

Embora a lei federal 11769, de 2008, obrigue a inclusão de conteúdo de música no currículo da educação artística, o tema não é especificado na lei estadual 19.481, de 2011, que contém o Plano Decenal de Educação. Ainda assim, o parlamento pode trabalhar para tornar esse dispositivo uma realidade. O benefício é triplo: para a cultura, para a educação e até para manter os jovens longe da violência. Temos em Minas exemplos de bandas de músicas formadas basicamente por jovens, que tiveram iniciação musical e hoje apresentam valores e atitudes mais saudáveis, por conviver em um ambiente que congrega cultura, amizade, aprendizado e diversão.

1👍 | 0👎

17/02/2011 14:15

Por **Silvana Vilela Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

REGRAS, VERBAS, DIVULGAÇÃO DE EDITAIS DE CULTURA Para a participação em editais existe uma exigência enorme e correta, mas essa exigência não existe na divulgação. Acho que a forma de divulgação deveria mostrar todos classificados com as notas para que demonstrasse a lisura do processo e a pessoa pudesse comparar e verificar onde pode ser melhorado seu projeto. As regras de classificação e a forma de distribuição da verba poderiam ser de forma que contemplasse os artistas /projetos em níveis diferentes. Como sugestão poderia ter um banco de dados publico onde mostraria quem participa pela primeira vez, quem esta consolidando a carreira ou projeto, quem é de renome, que regiões estão sendo atendidas. Dessa forma a distribuição da verba seria mais justa com quem esta iniciando, com quem precisa consolidar e com renomes. Atualmente percebo que mais projetos de renome tem conseguido verbas, dificultando os iniciantes ou não tão conhecidos. Outra coisa seria disponibilizar treinamento para fazer os projetos. Pois tem muitos artistas que não conseguem fazer um projeto e tem muita gente levando vantagem com isso. Infelizmente a falta de conhecimento permite que haja aproveitadores. Também deveria ser fiscalizado as empresas que prestam serviço de consultoria para projetos.

0👍 | 0👎

17/02/2011 07:43

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Fomentar a construção de estruturas e recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência que as possibilite consumir e visitar museus e casas de espetáculos que por ventura tenham sua estrutura declarada pelo IEPHA sem possibilidades de instalar estes recursos. O IEPHA desconhece que seja legítimo promover tais recursos justificando o tombamento do patrimônio, entretanto sabemos ser possível pois tais estruturas não desqualificam o patrimonio e sua instalação tem as características arquitetônica próprias para que se atinja este objetivo de promover este acesso a estes cidadãos. Temos como exemplo o Museu da Inconfidência em Ouro Preto

3👍 | 0👎

16/02/2011 23:40

Por **João Carlos Ribeiro de Andrade** | Belo Horizonte/MG

É preciso construir aproximações entre Secretarias de Cultura e Educação. Construir formação em serviço nas escolas que oportunizem aos docentes da alfabetização na educação Infantil, Educação de Jovens, Adultos e Idosos e no ensino médio realizar trabalhos em museus, junto à comunidade, nas praças e bairro. No que tange à relação Escola e Museu temos um ótimo trabalho realizado por quatro pesquisadoras mineiras que trabalham na FAE/UFGM e PPGE/FAE/UEMG: Escola e Museu Diálogos e Práticas. Esse material ainda não chegou em todas as escolas do Estado e dos Municípios.

1👍 | 0👎

16/02/2011 00:46

Por **Cláudia Marques de Oliveira** | Pedro Leopoldo/MG

É de suma importância valorizar, estimular e criar estratégias para valorizar e difundir a cultura afro-brasileira e sua produção como forma de democratizar e implementar a valorização da diversidade desfocando da cultura européia e ocidental historicamente dominante e elitizada.

0👍 | 1👎

15/02/2011 11:01

Por **Richiesther Paaltiel da Silva** | Abadia dos Dourados/MG

Acredito que precisamos ultrapassar as barreiras de simples eventos e começar a pensar na cultura como um

todo, penso que a cultura junina de Minas Gerais, tem todos os predicados para ser registrada como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, a Federação de Quadrilhas Juninas de Minas Gerais, já deu a entrada na documentação para este registro e para que possamos elaborar o inventário da cultura junina mineira, para tal, estabelecemos uma parceria com o IEPHA, órgão este que faz parte do Governo de Minas, para que juntos, posamos trabalhar e abrir horizontes, pensando em algo que seja maior do que 25 minutos de apresentação. Parabenizamos o governo de Minas e a ALGM, por todo o empenho no que se refere em ser parceiro do povo mineiro e colocamos toda a nossa federação à inteira disposição de todos. Cordialmente, Richiesther – Presidente FEDERAÇÃO DE QUADRILHAS JUNINAS DE MINAS GERAIS

0👍 | 0👎

14/02/2011 17:13

Por **Guilherme Bragança** | Belo Horizonte/MG

incentivo à formação de grupos corais nas escolas públicas, como uma das iniciativas para implementar a lei federal 11769, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) instituindo a obrigatoriedade do conteúdo de música no currículo da Educação Artística. Implementar festivais de corais de escolas de nível básico e secundário das cidades do interior de Minas.

12👍 | 1👎

14/02/2011 16:54

Por **Jadison Silva Nantes** | Belo Horizonte/MG

Todo ano acontece em BH um belíssimo evento chamado Arraial de Belô, talvez o maior concurso de quadrilhas da região sudeste, um evento que leva até a Praça da Estação milhares de pessoas para assistirem os melhores grupos de Quadrilha da capital, entretanto e infelizmente o estado não promove nenhum apoio no sentido de fortalecer e tornar esse evento ainda maior. A cada ano que passa os Grupos de Quadrilha dessa cidade precisam se desdobrar para se manterem vivos, o fato é que lamentavelmente alguns grupos fecharam suas portas por falta de apoio. Vale salientar que o governo do estado vem contribuindo financeiramente com as escolas de samba da cidade (o que acho muito justo), no entanto o movimento Junino, (as quadrilhas) parecem não ter nenhuma relevância para o poder público estadual, uma pena pois se trata de uma das maiores vertentes da cultura de nosso estado. Em fim buscando o respeito e a sobrevivência dessa genuína expressão cultural mineira, proponho que os Grupos de Quadrilha e a Cultura Junina Mineira de uma forma geral estejam na agenda da Assembleia de nosso estado. Abraço!

0👍 | 0👎

14/02/2011 10:54

Por **Paulo** | Belo Horizonte/MG

Se o Estado fosse capaz de colocar o interesse público em primeiro plano seria um ganho enorme para a cultura de MG. Uma das formas de se fazer isso é valorizar o servidor da cultura, por exemplo, realizando concursos públicos para músicos, atores, dançarinos, escritores, etc., fortalecendo a estrutura e valorizando os sucateados equipamentos públicos estaduais já existentes, ao invés de promover a abertura de novos supostos "excelentes" equipamentos privatizados. Nos poucos centros de excelência fortalecidos, como é o caso do Palácio das Artes, incluir uma gestão de interesse público contribuiria na formação de um artista com uma visão de cultura mais abrangente e menos escravo de patrocínios, empresas e editais, em suma, mais focalizado em arte e cultura em sua dimensão formativa e menos empresarial e privatista, que é a visão hegemônica da cultura estadual. Enfim, sugiro incluir o interesse público como item essencial de qualquer gestão cultural.

3👍 | 1👎

14/02/2011 10:19

Por **Makota Kisandembu** | Belo Horizonte/MG

O Povo Bantu é de grande influencia na população Brasileira e em Minas Gerais esta presença é marcante, Precisamos discutir a influencia Bantu no estado de Minas Gerais e suas influencias nas manifestações culturais e religiosidade mineira.

2👍 | 0👎

14/02/2011 10:16

Por **Makota Kisandembu** | Belo Horizonte/MG

Felizmente o MinC reconheceu a importância da moda no cenário cultural brasileiro, sua diversidade, sua economia criativa que movimenta boa parte da economia do país, sua importância educacional etc. Então esta casa precisa também incluir o tema moda e diversidade cultural neste debate não esquecendo a moda -afro neste cenário. Coloco-me a disposição par contribuir Makota Kizandembu- Mestra em indumentária afribo & designer de Moda-afro

1👍 | 1👎

12/02/2011 01:41

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Levar adiante o projeto de parcerias com empresas privadas para que estas sejam às primeiras a incentivarem seus colaboradores a buscarem lazer cultural (teatro, cinema, enfim) por meio do VALE CULTURA (se é esse mesmo nome, se não me engano) oferecendo-lhes em troca benefícios fiscais, além de premiá-las publicamente. O Estado sabe que não estará perdendo arrecadação, pois o consumidor estará consumindo mais em toda a cadeia em que está envolvida à cultura, esta é a minha sugestão colaborativa.

2👍 | 0👎

11/02/2011 09:21

Por **Virgínia Dolabela de Lima** | Sacramento/MG

A cultura deve ser tratada como um componente primordial a saúde integral do homem, inclusive com o respeito a nossa Constituição Federal. Políticas públicas de respeito a diversidade, de incentivo a cultura e sua profissionalização, fazendo da economia da cultura fator de desenvolvimento e uma ferramenta de geração de emprego e renda, que pode fazer grande diferencial nos pequenos e médios municípios. Devem ser regulamentadas leis que "obriguem" os municípios a terem realmente investimentos em cultura, bibliotecas com bibliotecários, museus com museólogos, casas de culturas ativas e difusoras de músicas, artes visuais, manifestações, literatura, etc. Eventos culturais que proporcionem aos talentos locais se profissionalizarem, o que hoje vemos na maioria dos municípios o pagamento de altos cachês a "duplas e bandas famosas", mas o cantor, dupla ou banda local tem que tocar de graça nas comemorações ou eventos oficiais...A implantação de Escolas Profissionalizantes de Artes e Centros de Referências da Cultura Mineira em todos os municípios; recursos para o resgate e a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial; Centros de Economia Criativa e Feiras de Artesanato. As políticas estaduais de interiorização dos programas culturais devem receber incentivos e recursos financeiros para serem realmente implantados nos municípios, com prioridade para os com até 60.000 hab.

4👍 | 0👎

09/02/2011 13:37

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Que grandes instituições como Sesi Minas ,Palácio das artes,fizessem testes com crianças e adolescentes de vilas e favelas para estudarem dança e teatro e os que forem aprovados recebessem o valor da passagem para poder estudar gratuitamente nestes locais mas sendo preciso bom desempenho escolar e familiar.

9👍 | 1👎

08/02/2011 18:33

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Ampliar para todas as regioes do Estado o Espaço de Convivencia Digital que destina a introduzir o Idosos no mundo digital e redes sociais como forma de manter vinculos familiares e sociais. Termo de parceria existente entre CEI, SEDESE, Ciencia e Tecnologia e Cultura.

6👍 | 0👎

08/02/2011 18:31

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criar Programa de Valorização da Pessoa Idosa como o do Banco Real no ambito do Estado que possibilite nao somente ao Idoso demonstrar habilidades mas, acima de tudo provocar intergeracionalidade com a troca de experiencias.

5👍 | 1👎

07/02/2011 16:13

Por **Ricardo Candéa Sá Barreto** | Belo Horizonte/MG

Já tinha feito um comentário no item desenvolvimento e inovação. Mas acho prudente repeti-lo aqui. É possível criar uma conta satélite para a economia de turismo derivada das tabelas de recursos e usos de Minas Gerais no ano de 2005. Tal proposta está sendo desenvolvida no estado de pernambuco e pode ser feita também em Minas Gerais. Pernambuco para elaborar tal pesquisa disponibilizou um Edital da FACEPE 14/2010 sobre essas contas disponível no link: http://www.facepe.br/pub_files/EDITAL_FACEPE_14-2010_PPE_EconSet.pdf . Minas Gerais e Pernambuco sao os únicos Estados que elaboraram uma matriz de insumo produto para o ano de 2005.

1👍 | 3👎

07/02/2011 11:10

Por **Vilmar Oliveira de Jesus** | Belo Horizonte/MG

Implantar com urgência o Sistema Estadual de Cultura, com ênfase na criação do Conselho Estadual de Cultura do Estado;

2👍 | 1👎

05/02/2011 14:22

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Garantir através de orçamento específico, o financiamento cujos recursos advindos do Fundo Estadual de Cultura

serão direcionado aos projetos e ações culturais voltados para a reinserção e prevenção à reincidência no uso do álcool e de outras drogas

3👍 | 0👎

04/02/2011 18:43

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2011. Boa tarde. Gostaria que fosse implantado nas escolas públicas às antigas fanfarras, onde para participar fosse preciso boas notas, fazer testes para entrar e se possível acompanhamento psicológico dos alunos. E que as fanfarras pudessem se apresentar em grandes eventos da cidade e nos desfiles de 7 de setembro.

0👍 | 1👎

04/02/2011 16:13

Por **Guilherme Gonçalves Rodrigues** | Belo Horizonte/MG

O Estado deveria valorizar mais quem mantém as tradições do Estado em exposições. É muito caro para alguém expor sua produção artesanal no Expominas.

0👍 | 0👎

04/02/2011 13:03

Por **Thiago Ferreira Almeida** | Belo Horizonte/MG

Deveriam promover a expansão de feiras nas cidades, como a Feira Hippie, em outras localidades na capital e também no interior de Minas Gerais. É uma ótima forma de promoção da cultura local e que aumenta os benefícios econômicos das regiões.

1👍 | 0👎

04/02/2011 10:46

Por **Giovanna Mara de Aguiar Borges** | Belo Horizonte/MG

Penso que ao invés de se criar novos critérios para se expor na Feira Hippie, fazendo com que expositores que já estão com suas obras lá a anos tenham que sair por não estarem dentro dos mesmos (e estes critérios não são artísticos, o que é importante ressaltar, são socioeconômicos), deve-se ampliá-la para que novas pessoas possam expor seu trabalho. De repente criar novos espaços na cidade que abarque esses novos expositores.

4👍 | 0👎

04/02/2011 10:03

Por **Marcelo Emediato** | Belo Horizonte/MG

SALVAR A FEIRA HIPPIE DE BELO HORIZONTE. 43 anos de tradição não podem ser destruídos porque uma administração "brigou" com uma associação, legítima, diga-se. Alguém concebe Paris cassando todas as (...) licenças de funcionamento do "Mercado das Pulgas" e acreditando, "honestamente", que poderá ali criar um "novo" mercado e que este "novo mercado" não será um FRACASSO?

3👍 | 1👎

04/02/2011 09:56

Por **Marcelo Emediato** | Belo Horizonte/MG

Retomar, com urgência, o PL 2.603/08 que trata do tombamento da Feira Hippie de BH. Sobre este assunto, me causa grande inquietação a atuação da PBH nos últimos 5 anos. É amplamente sabido que esta de (...) ixou de cumprir com sua função fiscalizadora e hoje tenta acabar com a Feira por meio de aleivosias. Mais preocupante ainda é reconhecer que o administrador da PBH desconhece completamente o tema SUSTENTABILIDADE. Por ignorância ou má fé diz acreditar que pode substituir os feirante atuais e seus produtos sem destruir a Feira. Acredita que o publico vai aceitar esta mudança, assim, assim; sabemos que não é verdade, o público vai sumir a a "nova" feira será um fracasso. Belo Horizonte pagará um preço alto demais pela irresponsabilidade da atual administração. É como ter uma casa de shows de grande sucesso, especializada em Jazz e que, sem mais nem menos, troca seu repertório para " Funk Pancadão": vai perder seu público e até formar outro levará tempo e muito investimento; ainda assim o FRACASSO é o resultado mais previsível.

3👍 | 1👎

03/02/2011 02:34

Por **Carlos Soares** | Belo Horizonte/MG

SALVAR A FEIRA HIPPIE DE BELO HORIZONTE. 43 anos de tradição não podem ser destruídos porque uma administração "brigou" com uma associação, legítima, diga-se. Alguém concebe Paris cassando todas as licenças de funcionamento do "Mercado das Pulgas" e acreditando, "honestamente", que poderá ali criar um "novo" mercado e que este "novo mercado" não será um FRACASSO?

8👍 | 1👎

03/02/2011 02:27

Por **Carlos Soares** | Belo Horizonte/MG

Salvar a Feira Hippie de Belo Horizonte. Alguém imagina Paris a desalojar todos os comerciantes do "Mercado de Pulgas", sob qualquer aleivosia? 40 anos de tradição podem ser apagados e destruídos simplesmente porque uma administração brigou com uma associação, legítima, diga-se de passagem?

8👍 | 2👎

24 contribuições

Esporte e Juventude

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 18:10

Por **Paulo Lobato** | Viçosa/MG

Elaborar uma política voltada para o setor, fundamentada no princípio constitucional de direito de acesso a todo cidadão, com respaldo em orçamento aprovado e garantido ao setor, privilegiando desde a formação desportiva e que possa permitir ao indivíduo a aquisição de valores que o levem a permanecer nessa prática, independente de seu nível de rendimento, por toda sua vida. Estabelecer os parametros para os investimentos em

infra-estrutura desportiva, (para todas as modalidades) publicas e que estejam disponibilizadas para atividades comunitárias até o rendimento Agregar valores à pratica desportiva em diferentes ambitos – desde o escolar ao associativo, estimulando a estruturação e a participação.

0👍 | 0👎

28/02/2011 16:43

Por **Anísia Sudário Daniel** | Belo Horizonte/MG

Fortalecer a Educação Física Escolar já que a maioria das crianças e adolescentes só tem contato com a atividade física,orientada por um professor capacitado,no espaço da escola e é de conhecimento de todos que assim como ler e escrever,as habilidades motoras podem ser aprendidas em qualquer fase da vida, mas existem aquelas mais propícias,quanto mais experiências motoras a criança tiver,maior o número de habilidades ela irá desenvolver na adolescência e aplicar quando for adulta,por isso é tão importante ter um professor especializado em todas as séries e níveis de ensino da educação básica.

0👍 | 0👎

25/02/2011 22:04

Por **Ezio Santos** | Passos/MG

A Assembléia de Minas, através de lei, deve destinar recursos mensalmente diretamente às Ligas de Futebol Amador que estiverem com a documentação legalizada, para serem aplicados no futebol amador, promovendo campeonatos, distribuindo uniformes, material esportivo, pagando árbitros e colaborando na reforma ou construção de campos. Incentivar também a formação de Escolinhas de Futebol ou Futsal para ocupar o tempo das crianças e jovens quando não estão na escola.

0👍 | 0👎

22/02/2011 16:03

Por **Aziz Moisés Filho** | Sete Lagoas/MG

PROPOSIÇÃO = Criar: "Agência(s) Mineira(s), ou; Instituto(s) Mineiro(s) de Tecnologia Aplicada na Pesquisa, para o Desenvolvimento da: Educação Física; Desporto; Para Desporto; e Lazer". OBJETIVO = Identificar, cadastrar, mobilizar e sistematizar toda Classe Esportiva, representada pelas Comunidades Desportivas, num plano tendo perspectivas: Municipais; Regionais; e Estadual, através da elaboração consistente das: Bases de Dados; Banco de Dados; Linhas de Informações e Relações; produzidas no segmento setorial específico, visando: mapear, processar e scanear o Desporto, de forma inédita e modo exclusivo, replicado nas dimensões do Esporte: Municipal; Regional; e Estadual. FUNDAMENTAÇÃO = Incentivar a pesquisa e extensão em todas as áreas aplicadas ao Desporto, formatada de modo; articulado, atualizado, continuado, integrado, e sistematizado, em Rede. JUSTIFICAÇÃO = Contemplar o desenvolvimento equilibrado, harmônico e homogêneo das Regiões do Estado, em todas formas de manifestações esportivas, favorecendo ao "interesse público", na visão do; "Esporte como Direito de todos!, e não privilégio de poucos; poderosos, ricos ou talentosos..." AUTOR = Aziz Moisés Filho – Profissional em Educação Física, Desportista, Pesquisador – residente em Sete Lagoas/MG – Fones: (31) 3774-5555 / 9986-5555. OBS = Estudo recentemente apresentado na SEEJ-MG após reunião realizada em 15/02/2011.

1👍 | 2👎

21/02/2011 23:31

Por **Wellington de Souza** | Baependi/MG

ESTRUTURA DIGNA PARA O ESPORTE ESPECIALIZADO EM MINAS GERAIS, TODAS AS ENTIDADES OFICIAIS DO ESPORTE

ESTÃO SEM APOIOS PARA A REALIZAÇÃO DE SEUS CAMPEONATOS OFICIAIS. – COMO CAPTAR NOVOS VALORES PARA O ESPORTE . – NESTAS CONDIÇÕES COMO PODEREMOS OBTER CONQUISTAS EM 2016. – QUAL SERA O FUTURO DESTAS CRIANÇAS DE HOJE.

0👍 | 0👎

21/02/2011 23:18

Por **Wellington de Souza** | Baependi/MG

Recuperacao dos espacos existentes e criacao de outros destinados a pratica do ciclismo, como forma de inclusao social e busca de novos talentos. Discussao que deveria ser REALIZADA DIRETAMENTE PELOS NOSSOS politicos, (ESPORTE É SAUDE E EDUCAÇÃO).

1👍 | 0👎

20/02/2011 12:43

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Fortalecimento do Programa Minas Paraolímpico e relacioná-lo paralelamente a projetos de incentivo e exigência à formação escolar e acadêmica para ampliar as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho dos atletas com deficiência no momento em que não estiverem na atividade desportista e possam exercer atividade produtiva ao final deste período. Este programa já existente e vai fomentar a adequação das escolas em instalarem recursos e tecnologias de acessibilidade para estes alunos.

1👍 | 0👎

15/02/2011 11:45

Por **Rivadavia Souza e Pinho** | Belo Horizonte/MG

Gostaria que a Assembleia discutisse o assunto e cobrasse medidas mais efetivas do Executivo com relação ao incentivo da prática esportiva nas escolas públicas do Estado. Que se construa novas quadras e ginásios mas, principalmente, que haja a presença de profissionais que possam estimular, treinar e acompanhar os jovens, inclusive para melhor aproveitar os equipamentos que já existem hoje. Todos sabemos que o estímulo ao esporte, o de competição mesmo, com a criação de times e formação integral de atletas, que depois poderão ser patrocinados por empresas privadas, é uma das mais poderosas armas para evitar que milhares de jovens entrem para a marginalidade.

3👍 | 0👎

14/02/2011 23:36

Por **Marcelo Emediato Alvares** | Belo Horizonte/MG

Precisamos de mais areas de lazer nas comunidades abandonadas. Taquaril setor 11, 12 Divisa com castanheiras – Os jovens estão abandonados... precisamos da presença de esporte e lazer na região, dentre outras de BH. Em especial nas vilas e favelas.

1👍 | 0👎

14/02/2011 20:10

Por **Ramon Gonçalves de Limas Junior** | Contagem/MG

Proponho a criação de um Clube Olímpico Mineiro, que seria responsável pela captação de jovens atletas de áreas de risco. Além de evitar que esses jovens entrem no mundo criminoso pode formar talentosos atletas para o Brasil, visto que teremos uma Olimpíada no país em 2016. Quando me refiro á clube digo uma instituição esportiva assim como o Minas Tênis Clube. Seriam feitos concursos públicos para selecionar funcionários e os atletas ficariam no Clube Olímpico ganhando uma bolsa mensal para ajudar sua família. Recursos nós temos, visto que foi dado um aumento desrespeitoso aos deputados. Que haja vontade também para concretizar.

1👍 | 0👎

14/02/2011 11:49

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

O incentivo à prática esportiva, nas suas mais variadas formas, além de ser uma atividade eminentemente saudável, é importante para a socialização dos jovens e o estímulo à competição. O Estado deve instituir políticas públicas que despertem o interesse dos jovens pela prática de esportes e, simultaneamente, promover eventos que os esclareçam sobre o perigo das drogas, do tabaco e do álcool. Esporte é cultura e, ao investir nessa seara, o poder público estará educando os jovens para um futuro melhor e mais promissor.

2👍 | 0👎

14/02/2011 11:49

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

O incentivo à prática esportiva, nas suas mais variadas formas, além de ser uma atividade eminentemente saudável, é importante para a socialização dos jovens e o estímulo à competição. O Estado deve instituir políticas públicas que despertem o interesse dos jovens pela prática de esportes e, simultaneamente, promover eventos que os esclareçam sobre o perigo das drogas, do tabaco e do álcool. Esporte é cultura e, ao investir nessa seara, o poder público estará educando os jovens para um futuro melhor e mais promissor.

3👍 | 0👎

14/02/2011 11:41

Por **Ivan Gustavo Fernandes Guedes** | Nova Lima/MG

Aumentar o salário mínimo do menor aprendiz, que hoje é estipulado em um salário mínimo federal

0👍 | 0👎

14/02/2011 10:48

Por **Everton Wilen** | Belo Horizonte/MG

Percebemos, ano após ano, a redução drástica dos espaços coletivos (públicos) destinados à prática de esportes. Principalmente nos bairros de periferia, essa realidade é mais cruel. Por quê? A falta de opções de lazer sempre foi um problema. Com o avanço das obras da construção civil, que tomam o espaço e aumentam a densidade populacional, essa situação só tende a piorar. Na pauta da Assembleia poderia haver uma agenda permanente de discussão desse assunto, talvez, um grupo de estudo para verificar a possibilidade legal de se criarem instrumentos que obriguem empresários a manter (mesmo que em outras regiões) as áreas que eles mesmo tomaram da população. Seria uma espécie de reflorestamento das áreas esportivas. Corta-se uma, cria-se imediatamente outra. Talvez, assim, a população menos favorecida ficaria protegida do avanço econômico e social inevitáveis em toda sociedade moderna. Obrigado. BH 14 2 -1

5👍 | 0👎

13/02/2011 13:24

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

A prática de esportes é uma ocupação interessante e barata para a juventude, mas não pode ser a única. É preciso incentivar o jovem a se ocupar e querer aprender mais do que jogar futebol, mas a pesquisar, estudar, aprender sobre artes e música. Precisamos qualificar o conhecimento da nossa juventude.

0👍 | 0👎

13/02/2011 13:21

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

Esporte não é só futebol. O Estado de Minas Gerais precisa investir em outros esportes, tanto nos que já são tradição no estado, como vôlei e natação, quanto nos que têm pouco investimento, como a ginástica olímpica, tênis e atletismo.

4👍 | 0👎

12/02/2011 01:55

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Valorizar o profissional de educação física em escolas públicas e criar uma competição entre as escolas públicas com intuito de incentivar não só o esporte em si, mas também o enriquecimento cultural dos alunos por meio do intercâmbio cultural em formas de jogos educativos, esta é a minha sugestão colaborativa.

2👍 | 0👎

10/02/2011 10:43

Por **Cássio Marques Viana** | Belo Horizonte/MG

Com certeza, há várias formas de se promover o desenvolvimento do Estado. Porém, existe uma, pela qual, na minha opinião, passam todas as outras, que é investir no esporte e na juventude. Investir no esporte significa investir na saúde física e emocional, na longevidade, na qualidade de vida do cidadão. O esporte, principalmente o coletivo, ensina a disciplina e o comprometimento, ensina saber perder e lidar com frustrações, ensina saber lidar com a vaidade, ensina valores e bons princípios morais, ensina o cidadão saber se relacionar e viver em grupo, ensina negociar conflitos e obter resultados, ensina obedecer e ser comandado, ensina limites e superar

limites, ensina a pessoa se reerguer, ensina o respeito, cura doenças, enfim, o esporte ensina, acrescenta e forma o cidadão e é capaz de qualificá-lo para ser um líder virtuoso, capaz de atuar com entusiasmo, energia e juventude emocional (independente da idade), no exercício de qualquer função que a vida lhe oferecer, inclusive, no comando de instituições públicas, com a mesma responsabilidade, respeito, comprometimento e bons princípios, que a prática do esporte lhe ensinou.

1👍 | 0👎

08/02/2011 19:00

Por **Lucas Flávio Pereira Motta** | Sabará/MG

1. Reconhecimento e aplicação, pelo Poder Público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais para a juventude. 2. Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico dos Centros Integrados de Educação Pública. 3. Aprovação pelo Congresso Nacional do marco legal da juventude: regime de urgência da PEC nº 138-B/2003, Plano Nacional de Juventude e Estatuto dos Direitos da Juventude PL 27/2007. 4. Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis. 5. Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.

1👍 | 0👎

08/02/2011 18:27

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Criação dos Jogos Estaduais do idoso.

5👍 | 2👎

05/02/2011 14:08

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Reestruturação do Grupo Especializado de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Risco - Geacar-PMMG - , equipando e capacitando seus profissionais, inclusive com o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais - Libras -, com vistas à ampliação de seus serviços para atendimento à mulher, ao idoso, às pessoas com deficiência, às comunidades tradicionais, ao segmento LGBT e grupos vulneráveis, a serem instalados, no prazo de 12 meses, a contar da aprovação desta proposta, nos Municípios sede das Áreas de Coordenações Integradas de Segurança Pública - Acisps - (nível de batalhões de Polícia Militar e delegacias regionais de Polícia Civil) do Estado de Minas Gerais.

5👍 | 1👎

05/02/2011 14:06

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Elaboração, em conjunto com o Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas -, de plano estadual de atendimento às Medidas Socioeducativas - MSEs -, estabelecendo metodologia pedagógica, redefinição da

gestão das MSEs em meio aberto, estratégias, metas físicas e financeiras, visando à eficiência na execução pedagógica e orçamentária das MSEs, para os próximos 10 anos

4👍 | 0👎

04/02/2011 18:49

Por **Simone Souza da Assunção** | Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2011. Boa tarde. Gostaria que fosse implantado nas escolas de favelas, ginástica olímpica, rítmica e futebol feminino como um trabalho extra classe mas com um critério rígido de avaliação e disciplina, também com um cuidado extra social e um acompanhamento junto as famílias para que estes atletas possam permanecer no grupo pelo qual forem inseridos. E se possível encaminhamento aos que mais se destacarem para grandes clubes.

6👍 | 1👎

01/02/2011 12:20

Por **David Montero** | Belo Horizonte/MG

Disponibilizar espaço físico para o corpo Administrativo de todas as Federações Esportivas de Minas Gerais, que estejam regularmente estabelecidas, preferencialmente para as Modalidades Olímpicas.

0👍 | 5👎

224 contribuições

Governança Regional e Urbana

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

26/02/2011 18:47

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

O segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Neto Evangelista (PSDB) participa entre os dias 23 e 25 deste mês, em Fortaleza (CE), de várias reuniões com o objetivo de trocar conhecimento acerca de um tema permanentemente em debate no cenário nacional: a criação de novos municípios e sua divisão política-administrativa. Acompanhado dos deputados André Fufuca (PSDB) e Carlinhos Florêncio (PHS), Evangelista foi recebido pelo presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Roberto Cláudio (PSB); pelo vice-presidente da Casa, deputado José Sarto (PSB) e pelo terceiro secretário da Mesa Diretora, deputado João Jaime (PSDB). Desde 2009, com a aprovação da Lei Complementar 84, de autoria do ex-deputado Domingos Filho (PMDB-CE), hoje vice-governador, o Estado do Ceará assegurou o direito de uma comunidade pleitear a maioria política

0👍 | 0👎

26/02/2011 18:40

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Cerca de 30 povoados no Maranhão querem se tornar independentes. E em sua maioria são de grande extensão territorial e ficam longe das cidades-sede, o que prejudica a gestão dos prefeitos e conseqüentemente deixam a população desassistida. Após reunião com o vice-governador do Ceará Domingos Filho, técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Evangelista, a par de todo processo, saiu convencido de que a competência para legislar é de quem conhece os problemas dos municípios. E quem conhece são os vereadores, prefeitos e deputados estaduais, disse.

0👍 | 0👎

26/02/2011 16:01

Por **Tyciano Maia Ribeiro** | Passos/MG

Gostaria de sugerir algum tipo de incentivo do governo estadual para que as pessoas possam fazer reformas nas fachadas e calçadas de suas casas.

0👍 | 0👎

25/02/2011 22:45

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

A criação de novos municípios já está se tornando o principal tema de debate em várias assembleias legislativas. No Brasil existem 5.565 municípios, já em países de primeiro mundo como Estados Unidos 35 mil cidades, na França 36 mil, na Alemanha 16 mil e na Itália mais de 9 mil municípios.

0👍 | 0👎

25/02/2011 22:37

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

População de Ouro Branco do Sul pede emancipação do distrito Os vereadores de Itiquira, João do Mercado (DEM), Silvano Tunes (PV) e Ademir da Santina (PMDB) entregaram nesta semana ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva (PP), pedido de emancipação do distrito Ouro Branco do Sul. Localizado a 110 quilômetros de Itiquira, região Sul de Mato Grosso, o distrito fica às margens da BR-163. Eles defendem que a comunidade reúne importantes fatores que atendem aos requisitos básicos para se tornar um município. Contudo, essa iniciativa ainda depende do Congresso Nacional, que precisa aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13 para devolver aos estados a competência em legislar sobre a criação e emancipação de municípios. Em Mato Grosso, será criada a Associação Mato-grossense de Áreas Emancipandas e Anexas (Amaea). De iniciativa de Riva, objetivo é mobilizar a sociedade para pressionar o Congresso a votar as matérias que regulamentam a criação de novos municípios. Ouro Branco do Sul tem aproximadamente cinco mil habitantes e se destaca por conter a maior produção de borracha da América do Sul. A Fazenda Plantações Edouard Michelin Ltda (PEM) possui uma superfície de 10 mil hectares, sendo 8,5 mil de seringueira. “Temos uma logística muito boa, com excelente potencial turístico por conter uma parte do Pantanal e grandes empreendimentos. Tudo que um município precisa para proporcionar qualidade de vida à sua população”, justifica João do Mercado. Conforme o vereador, os moradores contam com duas escolas, que atendem aproximadamente mil alunos cada uma; dois Programas de Saúde da Família, um Posto de Atendimento com estrutura para hospital; uma creche que atende 145 crianças e está próxima da usina hidroelétrica Ponte de Pedra. João do Mercado ainda informou que a Michelin doou à Prefeitura de Itiquira uma área de 23 hectares para a instalação de indústria. “A empresa que apresentar o melhor projeto poderá se instalar no local”. Ele lembrou que a distância até Itiquira dificulta o acesso a vários serviços como saúde, educação e manutenção de estradas. “Somente com a criação do município, conseguiremos o acesso pleno a estes serviços. Negar a um território seu direito à emancipação, seu direito de ser autossustentável, é negar ao seu povo a sua dignidade”, diz trecho do documento entregue ao presidente.

25/02/2011 22:32

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Líder do governo na ALE-RR fala das vantagens da emancipação Em entrevista a Programa TV Assembleia, o líder do governo na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), deputado Joaquim Ruiz (PV), enfatizou as vantagens da emancipação para o Estado de Roraima. A maior delas, segundo o parlamentar, é a viabilidade econômica para as regiões em que o poder público não consegue dispor de assistência. Ruiz é defensor árduo da emancipação, com autonomia administrativa que vai atrair investidores e gerar emprego e renda para as mais diversas regiões. Ele citou como exemplo, a nova safra de profissionais formados nas mais diversas áreas que não consegue se estabelecer, devido à saturação do mercado atual. «A criação de novos municípios vai gerar a oportunidade para estes profissionais que atualmente, não tem expectativas de emprego. Além da administração pública, haverá os pequenos investimentos, ou seja, são várias as oportunidades que vão contribuir com a consolidação econômica destas regiões», declarou. Ruiz fez um comparativo com países como a França e Itália que possuem milhares de municípios, fator preponderante no desenvolvimento destas regiões. E destacou a Vila de Campos Novos, no município de Iracema como um grande produtor de banana no Estado, com cachoeiras exuberantes, condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento. Ou seja, uma vez transformada em município, esta região será próspera economicamente. «Temos o Tepequém com seu potencial turístico, o baixo Rio Branco que poderá exportar peixes ornamentais. Precisamos da emancipação, ocupar demograficamente estes espaços para garantir o desenvolvimento. Ou corremos o risco de aumentar as áreas de conservação, como aconteceu com outras regiões», afirma. Diálogo Ruiz disse ainda que, na condição de líder do governo na Casa, segue as orientações do governador Anchieta Júnior (PSDB) para buscar o diálogo na Casa no sentido de ajustar as mais diversas pastas da administração estadual. «Nossa meta é sempre elevar o nível das discussões que envolvam o interesse do Estado de Roraima. Não vamos dar platéia para ninguém, vamos levar em conta o interesse da sociedade», disse.

0👍 | 0🗨

24/02/2011 22:27

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

A exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, gostaria de pedir que o governo do Estado criasse um financiamento para reforma de casas para assalariados. Os bancos Federais não tem uma linha de crédito para reforma de casas para esse público, a não ser os cartões para comprar material de construção. Mas, e o pedreiro, quem pagará. Poderia, talvez, realizar um convênio com os governos Federal e Municipal para o desconto na folha de pagamento para os funcionários públicos. Há muitas casas que necessitam de reformas urgentes nas cidades.

0👍 | 0🗨

24/02/2011 14:41

Por **Marcelo de Souza Rodrigues Machado** | Belo Horizonte/MG

Cabe à ALMG o mérito de termos na RMBH um arranjo metropolitano admirado, objeto de estudos acadêmicos e acompanhamento institucional por parte de entidades nacionais e internacionais. Seis anos depois da LC 88 e 89 e dois anos após a LC 107, sugiro que a ALMG faça um balanço das ações do governo que se encerrou, balanço que balizará os próximos 4 anos que se iniciam. Os incisos I e II do art. 5º da LC 88 poderiam ser objeto específico de seminário público, assim como a consecução dos incisos do art. 4º da LC 107.

0👍 | 0🗨

23/02/2011 11:16

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

PLEBISCITOS PARA EMANCIPAÇÃO GANHAM FORÇA Deputados reúnem comissão técnica para orientação sobre processos de avaliação das regiões Os deputados estaduais Joaquim Ruiz (PV) e Remídio Monai (PR) estiveram nesta segunda-feira, 21, na sala de reuniões do Plenarinho da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) reunidos com a Comissão Técnica da Casa que irá trabalhar na coleta de subsídios que possam contribuir para a celeridade dos processos de criação de novos municípios. A primeira reunião foi de definições dos primeiros passos do estudo de viabilidade das regiões a serem emancipadas. Ruiz e Monai esclareceram quais as metas a serem alcançadas e expuseram seus pontos de vista acerca do tema. Este foi o ponto inicial para os trabalhos que devem preparar a população para a realização das atividades relacionadas ao desmembramento de áreas. A equipe técnica fará o levantamento de todas as características das áreas, desde as potencialidades à estrutura mínima necessária para emancipação. O processo é minucioso, e os parlamentares acreditam que pelo menos 11 municípios novos podem ser criados em Roraima. Os requerimentos para a formação do Grupo Técnico de Servidores e a Comissão Especial Temporária de Parlamentares foi aprovado no dia 17 de fevereiro de 2011. As localidades a serem estudadas possível emancipação são as seguintes: Equador com Jundiá; Nova Colina, Santa Maia do Boiaçu com Terra Preta; Novo Paraíso; Martins Pereira e Petrolina com Serra Dourada; Félix Pinto, Vila União com São Raimundo; Vilhena com São Francisco; Trairão com Tepequém; Apiaú com Campos Novos; Taiano com Projeto de Assentamento Nova Amazônia e Paredão; Entre Rios, Jatapulândia e Jatapuzinho; e Contão com Surumu. Entretanto, a Comissão poderá definir novas localidades a serem emancipadas, bem como, excluir aquelas que não preencherem os requisitos legais para emancipação, tomando-se como base para o estudo inicial as informações populacionais do censo realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - em 2010. Grupos O Grupo técnico é formado pelos servidores: Elias Augusto de Lima Silva, Karen Sheila Rocha Silva Negreiros, Lindomar Peixoto Coutinho, Josiane Salete Daubermann, Francisco Martinho Torres e Tiana Brazão. A comissão de parlamentares está em fase de conclusão para dar início aos trabalhos junto às demais localidades já citadas. Remídio Monai e Joaquim Ruiz esclarecem que toda a comunidade envolvida no processo será ouvida de forma que não haja dúvidas sobre a emancipação. “Vamos envolver a comunidade, buscar subsídios e apoio de todas as instituições para que possamos realizar esse sonho. Estamos falando de desenvolvimento econômico, de prestação de serviço público mais abrangente, de uma nova realidade para Roraima. Todas as localidades do estado tem potencial para desenvolver e a emancipação, a autonomia administrativa é a saída mais viável, seja para a agropecuária, o turismo, ou outras potencialidades”, frisou Remídio Monai.

0👍 | 0🗨

22/02/2011 13:42

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

falta poucos minutos para esse debate interessante onde a descentralização do poder pode ser debatida como forma de desenvolver nosso estado. novos plebiscitos representam muito.

0👍 | 0🗨

22/02/2011 13:35

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

ta chegando o momento do debate importante sobre governança regional e urbana. os nucleos urbanos precisam ser considerados, como xonin que deseja ser emancipado, queremos plebiscito. senhor moderador ta chegando a hora, libere nossos comentários.

0👍 | 0🗨

22/02/2011 13:33

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Assinatura de termo de compromisso ou TAC entre a administração pública e o Legislativo Estadual e Municipal, no prazo de 24 meses, para a adequação de estruturas de acessibilidade e oferta de equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento das pessoas com deficiência e cidadãos com mobilidade reduzida, sob pena de aplicação de multa com base nas unidades financeiras de referência nacionais em caso de descumprimento, a exemplo da multa de R\$ 5 bilhões aplicada às 3 instâncias de Governo em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro

1👍 | 0👎

22/02/2011 09:55

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

Para efeitos do FPM, os municípios são divididos em 16 faixas populacionais; assim, cada um deles recebe recursos proporcionais ao seu número de habitantes, de acordo com cálculos feitos anualmente pelo IBGE. então o distrito de xonin que não recebe nada como fica? essa distribuição precisa ser revista, para incluir os distritos maiores que o menor município.

0👍 | 0👎

22/02/2011 09:47

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

O repasse do FPM é realizado a cada dez dias, totalizando três cotas mensais aos municípios. O objetivo é reduzir as desigualdades regionais e promover o crescimento econômico das cidades mais pobres. se o critério é o número de habitantes, porque Xonin com 3 mil habitantes está excluído e serra da saudade com 815 habitantes, recebe mais de 5 milhões por ano?

0👍 | 0👎

22/02/2011 09:15

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

garantir aos distritos maiores que o menor município do estado o direito no repasse ao fpm, de forma separada ou que se crie um comitê administrativo, ou garanta a esses distritos o direito do plebiscito para emancipação.

0👍 | 0👎

22/02/2011 09:05

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

a nossa esperança é de que realmente as sugestões apresentadas possam ser aproveitadas pelos deputados e comissões temáticas no sentido de fazerem novas leis e requerimentos de favor de quem está prejudicado em nosso estado. essa questão de repasse do fpm é muito estranha a divisão. uma cidade com 815 habitantes recebe todo mês mais de meio milhão e um distrito com mais de 3 mil habitantes não recebe nada. se todos pagam o ipi e ir, é justo dividir melhor esse recurso.

0👍 | 0👎

22/02/2011 08:50

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

hoje é um dia importante demais. vai estar no foco a questão da governança. que acredito ser a oportunidade de nossos deputados realizarem os plebiscitos nos distritos que ficaram prejudicados em 1995. acredito que desarquivar um processo é legal e o plebiscito ser realizado também.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 18:46

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

é uma pena este espaço democrático para reivindicações e apresentação de ideias esteja sendo recheado de ações mesquinhas onde as propostas deveriam ser encaminhadas de forma progressista. já que estamos discutindo desenvolvimento toda proposta é bem vinda. nada de retaliação. por isso acho que quem tá sofrendo na pele deve gritar sim. se xonin quer plebiscito tem um porque.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 18:28

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

UMA GRANDE TRANSFORMAÇÃO DE NOSSO ESTADO COMEÇA COM A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER. NOVOS PLEBISCITOS SE FAZEM NECESSÁRIOS AINDA EM 2011. VAMOS OUVIR O POVO SOBRE O ASSUNTO. ESSE DIREITO OS DEPUTADOS DE MINAS GERAIS PRECISAM GARANTIR AO POVO DE XONIN.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 15:37

Por **Nicodemos Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

aqui em xonin tá precisando de muita coisa, porque o fpm de meio milhão de reais vai para uma cidade de 815 habitantes mas nós que temos mais de 3 mil estamos sofrendo com falta de médico, falta de polícia, falta de ambulância, falta de quase tudo, no quis respeito a investimento de verba pública. a prefeitura de valadares tá quebrada, não tá pagando nem os fornecedores, e abandonou o povo de xonin. queremos independência.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 15:22

Por **Nicodemos Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

queremos minas avançando mais. queremos novos plebiscitos aos distritos maiores que serra da saudade. lá tem 815 habitantes.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 15:15

Por **Nicodemos Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

estamos com uma lei que precisa ser aplicada no que tange a realização de plebiscitos. a lei 37 de 1995 está em vigor, e os distritos de xonin merecem uma nova oportunidade. agora é torcer para que este assunto desperte o

interesse de debatedores e deputados.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 14:31

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

A CONSOLIDAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVA DO VAVE DO RIO DOCE E A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO VALE DO AÇO FARÁ JUSTIÇA SOCIAL. NO PAÍS SE PENSA QUE TUDO É VALE DO RIO DOCE, COM IPATINGA SENDO UMA POTÊNCIA E VALADARES EM DECADÊNCIA, SEPARAR AS DUAS REGIÕES PARA RECEBEREM O TRATAMENTO QUE MERECEM É FAZER JUSTIÇA SOCIAL.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 14:24

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

PRECISAMOS AVANÇAR NO QUE FOI COMEÇADO EM 1995. A CRIAÇÃO DAS 25 REGIÕES ADMINISTRATIVAS PRECISAM FUNCIONAR PARA FAZER O ESTADO FICAR MAIS PROXIMO DO CIDADÃO E 18 DISTRITOS QUE TIVERAM PROCESSOS ARQUIVADOS PRECISAM TER O DIREITO DE NOVA CONSULTA PLEBISCITÁRIA AINDA EM 2011. ISSO VAI AJUDAR O ESTADO A DESENVOLVER.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 14:19

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

SE OS DEBATEDORES AVALIAREM ESTES COMENTÁRIOS, COM CERTEZA TEREMOS UM GRANDE DEBATE NESTA TERÇA-FEIRA. A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER COMO FORMA DE DESENVOLVER O ESTADO.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 14:13

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

CHEGOU UM MOMENTO IMPORTANTE, NESTA TERÇA-FEIRA O DEBATE SOBRE GOVERNANÇA REGIONAL E URBANA, DISTRITOS COMO XONIN SOFREM POR FALTA DE INFRAESTRUTURA URBANA, A FALTA DE UM GOVERNO LOCAL LEVA A POPULAÇÃO A MARGAR COM DIVERSOS PROBLEMAS QUE ATINGE TODAS AS ÁREAS DE RESPONSABILIDADE PÚBLICA

0👍 | 0🗨

21/02/2011 13:18

Por **Daniel Paulo Alves da Silva** | Ribeirão das Neves/MG

A COHAB deve construir mais moradias na região metropolitana de BH, pois as ações são exclusivas para o interior.

0👍 | 0🗨

21/02/2011 07:33

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

amanhã é um dia importante para nós. o tema sobre os plebiscitos poderão ser debatidos. nossa esperança é de que este assunto sensibilize os deputados. para liberar nova oportunidade aos distritos e principalmente nosso xonin.

0👍 | 1👎

20/02/2011 16:53

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

queremos plebiscitos para emancipação.

0👍 | 1👎

20/02/2011 16:41

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

o pleito para realização de plebiscito deve ser retomado pela assembleia em relação á consulta sobre emanipação. esse é um direito constitucional acima de qualquer lei. agora com relação a votação de lei para criação de municipio pode até ser para depois. plebiscito já para Xonin.

0👍 | 1👎

19/02/2011 21:18

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

SOBRE A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITOS EM VÁRIOS COMENTÁRIOS AQUI POSTADOS, QUERO ME ASSOCIAR A ELES E DIZER QUE REALMENTE NADA IMPEDE A REALIZAÇÃO DOS MESMOS, ATÉ PORQUE ESTE É UM INSTRUMENTO LEGAL QUE ANTECE UMA LEI. A CONSULTA É VÁLIDA E OPORTUNA AOS DISTRITOS QUE MANIFESTAREM INTERESSE DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 37 DE 1995.

0👍 | 1👎

19/02/2011 20:35

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

JÁ IMAGINOU NOSSO ESTADO COM 25 SUB-GOVERNADORES, CADA UM CUIDANDO DE FORMA REGIONALIZADA DOS PROBLEMAS DA POPULAÇÃO. O PODER EXECUTIVO ESTADUAL MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO REGIÕES ADMINISTRATIVAS COM SUB-GOVERNADORES Uma importante iniciativa do Executivo estadual, ocorrida no ano de 1995 determinou a criação de 25 regiões administrativas com a finalidade de promover a descentralização administrativa, a fim de agilizar o atendimento à população no interior do estado. Apesar de as discussões terem se iniciado em 1994, no processo eleitoral, as regiões administrativas foram implantadas somente em 1997, tendo à frente do processo o professor Paulo Haddad, ex-Ministro do governo federal de Itamar Franco e conhecedor da temática do desenvolvimento regional. Participaram do projeto vários técnicos da Secretaria de Planejamento, do Instituto de Geociências e da Fundação João Pinheiro. Por meio das administrações regionais, o governo estadual daquele período criou um serviço de atendimento direto ao cidadão, atendendo a reclamações de toda ordem e facilitando o acesso a diversos serviços burocráticos. Além disso, havia a intenção de gradativamente descentralizar as licitações menores, criar serviços de licitações de obras e articular as regionais setoriais dos vários órgãos estaduais que permitissem integrar as várias agências do serviço público estadual no interior, até então desarticuladas. Mas esse processo também foi prematuramente interrompido. O que impossibilitou qualquer resultado e avaliação mais concretos foi a efêmera duração da experiência, iniciada em 1997. Isso

porque, dois anos depois, a referida política de descentralização foi abandonada pelo governo seguinte. Neste caso, sequer tratou-se de um caso clássico de solução de continuidade, embora na prática tenha sido esse o resultado, por conta de um revanchismo político não somente partidário, mas pessoal. Em outras palavras, não houve uma ação direta de extinção das regionais, ordenada pelo governo subsequente. O poder Executivo simplesmente fez *o corpo mole* para as regionais, diminuindo progressivamente os recursos necessários à manutenção da estrutura, gerando natural inércia, até o seu definhamento. Não houve qualquer avaliação qualitativa sobre os impactos que esse arranjo de descentralização político-administrativa possa ter promovido na relação do governo estadual com a população atendida. Nesse ponto da análise, a consideração de aspectos próprios das disputas políticas ajuda a entender, ao menos parcialmente, a interrupção de tais experiências. Segundo avaliações obtidas por meio de entrevistas com atores governamentais, vaidades pessoais foram, como são com frequência nesses casos, a causa não revelada do desinteresse pela referida política.

1👍 | 0👎

19/02/2011 20:16

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

Um comentário interessante e merece ser compartilhado: Estado Unitário simples O Estado unitário simples, sem a existência de regiões administrativas autônomas ou meramente desconcentradas, e sem nenhuma espécie de desconcentração ou descentralização da administração e da jurisdição, está hoje completamente superado. Entretanto, estudando as Constituições dos Estados membros da Federação brasileira, iremos perceber aqueles, que possuem territórios, na maioria dos casos superiores à dimensão de vários Estados nacionais europeus, mantêm ainda, de maneira inadequada, um grau de centralização muito grande. Entretanto alguns Estados da Federação começam a sofisticar a administração do seu território no âmbito de suas competências. Experiência rica ocorre, por exemplo, no Estado de Minas Gerais, em que a Constituição de 1988 abre o caminho para um Estado Unitário desconcentrado ou mesmo descentralizado, regionalizado. A Lei Estadual, n. 11.962, de 31 de outubro de 1995, de Minas Gerais, instituiu 25 regiões administrativas no Estado. É um importante passo para a democratização da administração pública e da gestão governamental até então extremamente descentralizada. Temos, neste caso, uma Federação, que é o Brasil, podendo ser constituída de Estados membros unitários simples, unitários desconcentrados (como Minas Gerais), podendo existir, inclusive, Estados membros unitários descentralizados. O Estado Unitário Simples é um modelo idealizado, mas que só pode ser possível em microestados ou então em Estados membros de uma federação de três níveis, por existir uma descentralização dos Municípios como entes federados por determinação da Constituição Federal, como ocorre no Brasil. Nos modelos federais de dois níveis (modelo clássico), os Estados membros descentralizam competências através de leis estaduais, que organizam os Municípios como entidades autônomas, como ocorre na Alemanha e como ocorreu no Brasil antes da Constituição de 1988.

0👍 | 0👎

19/02/2011 20:10

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

FORTELECIMENTO AS 25 REGIÕES ADMINISTRATIVAS, TALVEZ CRIANDO SUBGOVERNADORIAS PARA GARANTIR MAIS EFICIÊNCIA E TORNANDO O ESTADO MAIS PRESENTE E MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO. Regiões Administrativas - Lei 11.962 30/10/95 REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE MINAS GERAIS RA.1- NOROESTE RA.2- NORTE DE MINAS RA.3- VALE DO JEQUITINHONHA RA.4- VALE DO MUCURI RA.5- VALE PARANAÍBA RA.6- ALTO PARANAÍBA RA.7- VALE DO RIO GRANDE RA.8- MÉDIO SÃO FRANCISCO RA.9- ALTO SÃO FRANCISCO RA.10- ALTO RIO DA VELHAS RA.11- CENTRAL RA.12- VALE DO RIO DOCE RA.13- VALE DO AÇO RA.14- MÉDIO RIO GRANDE RA.15-BAIXO SAPUCAÍ RA.16- ALTO RIO PARDO RA.17- VALE DO SAPUCAÍ RA.18- CAMPOS DAS VERTENTES RA.19- ZONA DA MATA RA.20- ALTO JEQUITINHONHA RA.21- VALE DO RIO POMBA RA.22- VALE DO RIO PIRANGA RA.23-VERTENTE DO CAPARAÓ RA.24-ALTO RIO GRANDE RA.25- SUDOESTE

0👍 | 0👎

19/02/2011 16:20

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

A REGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES É A REGIÃO MAIS POBRE DE MINAS GERAIS, NÃO PARECE PORQUE FIGURA NO VALE DO RIO DOCE, JUNTO COM AS CIDADES QUE ESTÃO NO COLAR METROPOLITANO DO VALE DO AÇO.MAS É A VERDADE. TEMOS QUE SEPARAR O VALE DO AÇO COM IPATINGA, FABRICIANO, TIMOTEO E ACESSITA DE GOVERNADOR VALADARES E LIBERAR OS PLEBISCITOS PARA EMANCIPAR LOCALIDADES COMO XONIN , CACHOEIRA ESCURA E OUTROS DISTRITOS CUJA POPULAÇÃO É 4 VEZES MAIOR QUE SERRA DA SAUDADE.

0👍 | 1👎

19/02/2011 15:43

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

se o plebiscito é um instrumento que antecede a edição de uma lei, será que nossos deputados não podem autorizar plebiscito para consultar o povo sobre desmembrar xonin e xonin de baixo de governador valadares?

0👍 | 1👎

19/02/2011 15:35

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

qual é o papel da lei complementar nº37 de 1995 em relação ao desenvolvimento de nosso estado ,pricipalmente o urbano?

0👍 | 0👎

19/02/2011 15:30

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

novos plebiscitos versando sobre emacipação de distrito, como exemplo xonin. vamos desenvolver nosso estado começando distribui renda de forma mais justa. fpm para 815 habitantes hoje de quse meio milhão, não chaga para população de xonin.

0👍 | 1👎

19/02/2011 15:19

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

PARA:José Abílio Belo Pereira Arquiteto e urbanista Assessor da Presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Seção Minas Gerais (Crea/MG). O senhor concorda com forma de distribuição de FPM,onde distritos com mais de 3 mil habitantes, não recebem nada e uma cidade como Serra da Saudade recebe 500 milhões todos os meses?

0👍 | 1👎

19/02/2011 15:10

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Criar um programa de gestão financeira compartilhada entre a Administraação Municipal e o proprietário de imóvel, em todo Estado de Minas Gerais, para que os recursos adquiridos pelo recolhimento do IPTU sejam

investidos na adequação das vias públicas assim como passeios e rampas de acesso para o trânsito de pessoas com deficiência e cidadãos com mobilidade reduzida, e que evitem acidentes para qualquer outro cidadão nestas vias, visto que os cidadãos não possuem conhecimento técnico para este tipo de instalação e esta gestão seria monitorada pelo cidadão proprietário e executada pela Administração com a comprovação da aplicação deste recurso.

1👍 | 1👎

19/02/2011 00:45

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

A iluminação pública, mais do que clarear ruas, praças, becos, estradas, alamedas etc., é um fator essencial para o bem estar das população, assim como melhoria da segurança pública. Que a Cemig padronize a iluminação públicas de nossas cidades, vilas e povoados, independentemente das condições financeiras de nossas prefeituras.

1👍 | 0👎

19/02/2011 00:21

Por **Marcio Fernandes Monteiro** | Passa-Quatro/MG

Que o Estado implante, em parceria com o Ministérios da Cidade e do Transporte, e com a participação da iniciativa privada, um sistema de transporte nos moldes do VLT - veículos leves sobre trilhos, ligando, a princípios os municípios de Passa Quatro - Itanhandu - São Sebastião do Rio Verde/Pouso Alto e São Lourenço, utilizando-se do leito ferroviário desativado da antiga RFFSA. Esta linha ferroviária - VLT - atenderia uma população aproximada de 80.000 habitantes, além dos turistas que visitam a região.

1👍 | 0👎

18/02/2011 14:29

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

criação de novos municípios: MIRAGUAIA Lideranças emancipacionistas participaram de audiência pública no Legislativo ontem para discutir formas de pressionar o Congresso para devolver aos estados a prerrogativa de legislar sobre as emancipações. Paulo Roberto Fonseca, presidente da Comissão de Emancipação do distrito de Miraguaia, a 19 quilômetros de Santo Antônio da Patrulha, cobrou dos deputados uma maior mobilização para reverter essa decisão e agilizar os processos. Ramos foi uma das lideranças a dar seu depoimento a favor da matéria durante a audiência na Assembleia. "Nossa comunidade é responsável por pelo menos 30% da receita de Santo Antônio da Patrulha. As maiores indústrias de doces estão lá, mas os recursos não retornam na mesma proporção", lamentou. Vários representantes de comunidades emancipacionistas lotaram a sala da Comissão de Assuntos Municipais para discutir a questão. O deputado Ivar Pavan (PT) propôs que o Rio Grande do Sul adote a mesma medida de Rondônia, que solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) autorização para a realização de plebiscito visando emancipar determinadas localidades. "Devemos fazer o mesmo, utilizando como base a lei anterior gaúcha que autorizava os municípios e é muito boa", disse ele, acrescentando que seria uma forma de pressão para devolver aos estados a prerrogativa de legislar sobre o assunto. O presidente da Comissão, deputado Cassiá Carpes (PTB), informou que a mesma vai trabalhar para avançar na questão. "Queremos ajudar no processo emancipacionista, mas precisamos ultrapassar as barreiras."

0👍 | 1👎

18/02/2011 13:56

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

<http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=66350> EXTREMA DE RONDÔNIA - Ministros do TSE homologam plebiscito para emancipação da Ponta do Abunã Quarta-Feira, 18 de Agosto de 2010 - 9:18 Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) homologaram por unanimidade o resultado do plebiscito para a criação do município de Extrema de Rondônia. A criação foi aprovada por 90% dos eleitores no plebiscito realizado em 28 de fevereiro deste ano. A idéia da emancipação remonta há mais de 20 anos, mas só conseguiu avançar mesmo a partir de 2007, quando o deputado Valter Araújo (PTB) liderou uma mobilização na Assembléia Legislativa para aprovar a realização de um plebiscito, custeado com verbas do orçamento do Poder Legislativo, o que foi fundamental no processo de criação do município. O novo município será chamado de Extrema de Rondônia e é composto pelos distritos de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Nova Califórnia

0👍 | 1👎

18/02/2011 13:43

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

MENOS DE 20 KM DE DISTANCIA SEPARA O DISTRITO DE XONIN DA TELEFONIA CELULAR. MORADORES ESTÃO EXCLUIDOS DESSE BENEFÍCIO. EMBORA COM UMA POPULAÇÃO DE 3,5 MIL HABITANTES XONIN E XONIN DE BAIXO QUE CONSTITUIRÃO UM FUTURO MUNICIPIO, ESTÃO EXCLUIDOS DA TELEFONIA MÓVEL. DE UM LADO MARILAC TEM COBERTURA E DE OUTRO MATIAS LOBATO, A DISTANCIA É 20 KM APENAS.

0👍 | 1👎

18/02/2011 13:36

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

COMO PODE UMA COMUNIDADE COM MAIS DE 3 MIL HABITANTES SEM TELEFONIA CELULAR E OUTRA COM 815 HABITANTES TEM O SERVIÇO E MUITO MAIS.

0👍 | 1👎

18/02/2011 13:25

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

ENQUANTO NÃO HAJA UMA REVISÃO NA LEI DE DISTRIBUIÇÃO DO FPM, DE FORMA A INCLUIR MUNICIPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR AO MENOR MUNICIPIO, A SAIDA É A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITOS PARA QUE O POVO DECIDA SOBRE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS. XONIN ESPERA A VISITA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS ATÉ MAIO DE 2011.

0👍 | 1👎

18/02/2011 13:20

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

VEJAM SÓ COMO UM LUGAR COM UMA POPULAÇÃO ATÉ CONSIDERÁVEL SE COMPARAMOS COM O MUNICIPIO DE SERRA DA SAUDADE QUE TEM 815 HABITANTES, PADECE. ISSO MESMO LUGAR COMO XONIN QUE SOFRE COM A FALTA DE ASSISTENCIA DO PODER PÚBLICO. SE CONTARMOS DESDE 1923 QUANDO XONIN FOI ELEVADO A CATEGORIA DE DISTRITO. É POSSÍVEL QUE NÃO TENHA CHEGADO AQUI RECURSOS NO VOLUME DE 4 ANOS DE SERRA DA SAUDADE. EM 4 ANOS O PEQUENO MUNICIPIO DE 815 HABITANTES RECEBE MAIS DE 25 MILHÕES DE REAIS.

0👍 | 1👎

17/02/2011 16:35

Por **Fernando de Almeida de Souza** | Conselheiro Lafaiete/MG

Em outras metrópoles do mundo há incentivo do governo (e das leis) para o transporte fretado usando VANS. O cliente principal deste transporte executivo é exatamente aquele cidadão que costuma sair de carro (e sozinho no carro) todos os dias no mesmo horário e para o mesmo destino. É necessário parar com essa mania de perseguir os fretadores deste tipo de veículo e de discriminar todas as VANS como se só por ser VAN fossem clandestinas. Grupos de pessoas podem contratar fretamento, mas em MG os órgãos tentam impor (sem base legal) que somente grupos de trabalhadores possam fazer este contrato. Ora, os gerentes, diretores e empregados de diversas empresas que ficam na mesma rua podem (segundo o Código Civil) contratar compartilhadamente uma VAN para ir a locais distintos, mas as regras de MG sempre proíbem (inconstitucionalmente) que esses grupos façam contratos. A insistência em deter o veículo VAN como forma de fiscalizar clandestinos só leva aos que podem pagar mais pelo transporte a usarem os seus carros e encherem as ruas e avenidas com grandes veículos com uma só pessoa transportada: o motorista. Se o veículo VAN não é seguro (argumento recorrente das autoridades) então que se proíba sua fabricação (o CONTRAN não proibiu). A boa fiscalização já é feita nos documentos e equipamentos do veículo, na habilitação dos motoristas e no impostos. Não falta fiscalizar mais nada

2👍 | 0🗨

17/02/2011 12:16

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

NADA IMPEDE REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO PARA EMANCIPAÇÃO. O PLEBISCITO É UM ATO QUE ANTECEDE A CRIAÇÃO DE UMA LEI PARA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO.

0👍 | 1🗨

17/02/2011 12:09

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

TODOS NÓS SABEMOS QUE NÃO TEM COMO A ASSEMBLEIA LEGISLAR SOBRE DISTRIBUIÇÃO DO FPM, MAS É UM ARGUMENTO IMPORTANTE PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO, SERRA DA SAUDADE COM 815 HABITANTES SER CIDADE E XONIN COM 3.409 SER APENAS DISTRITO. ATÉ AI AINDA DA PARA ACEITAR, MAS O REPASSE DO FPM CHEGA SER IMPRESSIONANTE, MAIS DE 6 MILHOES POR ANO EM SERRA DA SAUDADE E NADA PARA UM DISTRITO COM ESSE TAL XONIN LÁ EM VALADARES. ISSO É INACEITÁVEL. O POVO DE XONIN MERECE PLEBISCITO.

0👍 | 1🗨

17/02/2011 11:52

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

A VALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR ESATDUAL N 37 DE 1995 É A GARANTIA DE NOVOS PLEBISCITOS PARA DISTRITOS QUE TIVERAM PROCESSOS ARQUIVADOS EM 1995,

0👍 | 1🗨

16/02/2011 22:32

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

SE TODOS NÓS PAGAMOS OS IMPOSTOS QUE CONSTITUEM O FPM, PORQUE SERRA DA SAUDADE RECEBE QUASE 5

MILHÕES POR ANO, E XONIN NÃO RECEBE NADA? PLEBISCITO PELA EMANCIPAÇÃO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR 37 DE 1995

1👍 | 3👎

16/02/2011 22:24

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

UM MUNICIPIO COM POPULAÇÃO ATÉ 10.188 HABITANTES RECEBE A CADA ANO SÓ DE FPM, QUASE 5 MILHÕES DE REAIS. EM 4 ANOS DE UMA ADMINISTRAÇÃO SÃO QUASE 20 MILHÕES DE REAIS. EU PERGUNTO, NEM MESMO SE CONSIDERAR OS 87 ANOS QUE XONIN JÁ É DISTRITO, E DURANTE MAIS 100 ANOS XONIN NUNCA VERÁ UM MONTANTE DESSES. POR ISSO QUEREMOS PLEBISCITO JÁ. PARA DECIDIRMOS SOBRE NOSSA EMANCIPAÇÃO. NOSSA BASE É A LEI COMPLEMENTAR 37 DE 1995.

1👍 | 1👎

16/02/2011 22:18

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

A ESPERANÇA PARA DESENVOLVER DISTRITOS MAIORES COM MELHOR DIVISÃO DE RECURSOS É AUTORIZAR O PLEBISCITO PARA QUE O POVO DECIDA SOBRE A EMANCIPAÇÃO. PRECISAMOS DE MEDICO URGENTE. TELEFONE CELULAR TAMBEM.

0👍 | 2👎

16/02/2011 22:05

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

AGORA VAMOS TORCER PARA QUE NA TERÇA-FEIRA OS DEBATEDORES SE LEMBRE DESSA DESPRORÇÃO .815 HABITANTES DE SERRA DA SAUDADE. TEM MAIS DIREITOS E BENEFÍCIOS QUE A POPULAÇÃO DO DISTRITO DE XONIN QUE JUNTAMENTE COM XONIN DE BAIXO, QUEREM UM PLEBISCITO SOBRE EMANCIPAÇÃO.

0👍 | 1👎

16/02/2011 17:45

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

A VALORIZAÇÃO DO POVO QUE SOFRE MAS CONTINUA PAGANDO SEUS IMPOSTOS. POVO DA ZONA RURAL QUE PRODUZ, MAS QUE VIVE SEM PERSPECTIVAS PELA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS. É O CASO DOS DISTRITOS DE XONINE XONIN DE BAIXO EM GOVERNADOR VALADARES. A REDENÇÃO É O PLEBISCITO PARA EMANCIPAÇÃO.

0👍 | 1👎

16/02/2011 17:35

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

GRANDE AVANÇO ESSE FORUM DEMOCRÁTICO PARA DESENVOLVER MINAS GERAIS. REPENSAR O PACTO FEDERATIVO, GARANTINDO A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 37 DE 1995.

0👍 | 1👎

16/02/2011 13:21

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

APROVEITO PARA PEDIR ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO NO ARTIGO 5 DA LEI 843 DE SETEMBRO DE 1923. LÁ XONIN ESTÁ ESCRITO COM CH, NA VERDADE É COM X.POR SER UM NOME DE ORIGEM INDÍGENA.

0👍 | 0👎

16/02/2011 13:10

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

CRIAR SUB-GOVERNADORIAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO É DESCENTRALIZAR O PODER COM EMANCIPAÇÃO DE 18 ÁREAS QUE TIVERAM PROCESSOS INICIADOS E ARQUIVADOS EM 1995. GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO MELHORANDO A ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.

0👍 | 0👎

16/02/2011 12:56

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

XONIN CRIADO EM 7 DE SETEMBRO DE 1923 PELA LEI ESTADUAL 843 SENTE A AUSENCIA DE POLITICAS GOVERNAMENTAIS, MESMO COM SUA POPULAÇÃO CONTRIBUIDO COM PAGAMENTO DE IMPOSTOS QUE SÃO DISTRIBUIDOS EM OUTRAS CIDADES. SE PELO MENOS O QUE SE ARRECADA AQUI FICASSE PARA SER INVESTIDO AQUI, JÁ SERIA UM AVANÇO. NÃO TEMOS AMBULÂNCIA, NÃO TEMOS MEDICO, NÃO TEMOS TELEFONIA CELULAR, NÃO TEMOS COVEIRO,NÃO TEMOS REDE DE ESGOTO EM VÁRIAS RUAS, NÃO TEMOS POLICIAMENTO FIXO, NÃO TEMOS ESCOLA ESTADUAL TOTALMENTE EM TERRENO PRÓPRIO, NÃO TEMOS CENTRO COMUNITÁRIO. MAS TEMOS CONDIÇÕES DE DESENVOLVER TEMOS DOIS POSTOS BANCÁRIOS, SUPERMERCADOS, MERCEARIAS,PREDIOS PUBLICOS, 32 RUAS, 2 CEMITÉRIOS, MAIS DE 200 LINHAS TELEFONES FIXO, 17 ORELHOES, POSTO DE SAUDE, ESCOLA DE 2 GRAU, ACESSO ASFALTADO PELA MGT-451, CRECHE, LINHAS DE ONIBUS , FOMENTO FLORESTAL, LATICINIO E MUITA GENTE QUE GOSTA DE TRABALHAR.QUEREMOS PLEBISCITO.

0👍 | 1👎

16/02/2011 10:18

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

AVANÇA MINAS GERAIS. O PLEBISCITO É LEGAL, O TSE JÁ LIBEROU EM EXTREMA-RO E PARAISO DAS AGUAS-MS. XONIN QUER O MESMO DIREITO.

0👍 | 1👎

16/02/2011 09:52

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

telefonia fixa e movel nos distritos deve ser objeto de discussão neste forum para desenvolver nosso estados

0👍 | 1👎

16/02/2011 09:41

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

é hora de fazer justiça social para distritos maiores. plebiscitos para quem teve pedido arquivado em

1995.emancipação já

0👍 | 1👎

16/02/2011 08:57

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

ESTAMOS PEDINDO AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PARA TODOS OS DISTRITOS MAIORES QUE O MENOR MUNICÍPIO QUE É SERRA DA SAUDADE. NOVOS PLEBISCITOS, PARA GERAR EMPREGO, DISTRIBUIR RENDA, DESCENTRALIZAR O PODER.

0👍 | 0👎

16/02/2011 08:51

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

NOSSA ESPERANÇA É DE QUE OS DEPUTADOS DE DEBATEDORES RETOMEM A DISCUSSÃO SOBRE NOVOS PLEBISCITOS. FORTALECER POPULAÇÕES É DESENVOLVER NOSSO ESTADO.

0👍 | 1👎

16/02/2011 08:01

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

apesar das muitas manifestações sobre plebiscito nos distritos, parece que esse tema não agradou aos deputados, nem mesmo os meios de comunicação. ninguém comentou nada a respeito disso, mas uma coisa é certa. desenvolver o estado somente com distribuição justa de renda.

0👍 | 0👎

16/02/2011 01:04

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Requalificação do Anel Rodoviário no sentido de elaborar diagnóstico com elementos para a construção do planejamento urbano adequado para oferecer dignidade e condições de segurança às comunidades em seu entorno, além de oferecer maior segurança aos veículos que trafegam nesta rodovia, a fim de que diminua consideravelmente o número de ocorrências dos acidentes e, assim feito, solicitar à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, através da mesa diretora após apreciação do plenário, encaminhamento ao Congresso Nacional a fim de solicitar resposta urgente para a solução imediata dos problemas desta rodovia, que é uma solicitação antiga de todos os cidadãos envolvidos nas regiões ou uso da rodovia como via de abastecimento para as cidades que fazem do ANEL sua via de acesso. É PRECISO ACABAR COM OS ÓBITOS E ACIDENTES PELO DESCASO E DA POUCA PRIORIDADE DADA PELO GOVERNO FEDERAL que é competente para a execução destas melhorias. PEDIMOS AOS DEPUTADOS INTERVENÇÃO E PRESSÃO NO EXECUTIVO FEDERAL utilizando do CONGRESSO NACIONAL juntos aos representantes recém eleitos.

2👍 | 1👎

15/02/2011 17:07

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Financiamento de obras de infraestrutura que promova a acessibilidade para o cidadão com deficiência e mobilidade reduzida, em especial em se tratando do requerimento encaminhado à esta casa para melhoria da

estrutura e revitalização da Praça da Assembléia, solicitação encaminhada ao prefeito Márcio Lacerda e à Comissão da Políticas Urbanas desta casa na oportunidade da realização do CICLO DE PALESTRAS SOBRE MOBILIDADE URBANA promovido em 2010. Resgatar essa solicitação já de conhecimento deste Legislativo

3👍 | 0🗨

15/02/2011 16:06

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

HORA DA MUDANÇA , QUE A ASSEMBLEIA COLOQUE NA SUA AGENDA PARA ESTE TRIMESTRE A LIBERAÇÃO DO PLEBISCITO PARA XONIN E XONIN DE BAIXO DECIDIR SOBRE A CRIAÇÃO DO NOVO MUNICIPIO QUE TEM MAIS DE 3 MIL HABITANTES, MAS QUE ESTÁ ABANDONADO. QUEREMOS UMA VISITA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS. PRINCIPALMENTE DO HELIO GOMES QUE TEVE QUASE 800 VOTOS AQUI.

0👍 | 1🗨

15/02/2011 13:44

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

esperamos que os nossos deputados estaduais, façam uma visita em Xonin e Xonin de Baixo antes de 31 de maio, para garantir a realização do plebiscito aos moradores que desejam se manifestar sobre o desmembramento de governador valadares, que abandonou as duas comunidades que juntas tem mais de 3 mil habitantes, enquanto serra da saudade tem apenas 815 e direito a telefonia celular, policiamento fixo, ambulância, coveiro, viatura policial, medico, coisas que o povo de xoniense não sabe mais o que.

0👍 | 0🗨

15/02/2011 13:38

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

fiquei feliz por saber que este debate sobre plebiscito de emancipção será bem debatido pelos deputados. isso irá permitir o desenvolvimento de minas gerais fazendo justiça social e melhorando a distribuição dos recursos publicos.

0👍 | 0🗨

15/02/2011 13:32

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

agora com a definição das comissões tematicas, a questão do plebiscito em xonin e xonin de baixo pela comissão de assuntos municipais deverá ser tratada com atenção para verificar essa situação do fpm, que não chega em xonin. já foi dito aqui que serra da saudade recebe quase meio milhão todos os meses. xonin tem mais de 6 anos que não recebe nada de investimento.

0👍 | 1🗨

15/02/2011 10:01

Por **Nair Aparecida de Andrade** | Belo Horizonte/MG

Sugiro a inserção do tema relacionado às micro e pequenas empresas nas discussões das políticas de governança regional e urbana. Esse contingente de empresas representam 99% do total de empresas existentes e

respondem por quase 60% do emprego gerado. Dado a sua importância econômica, faz-se coerente uma discussão sobre esse segmento

0👍 | 1👎

14/02/2011 23:41

Por **Marcelo Emediato Alvares** | Belo Horizonte/MG

Uma grande preocupação e desafio é lidar com o público nos limites da grande BH - especialmente Belo Horizonte e Sabará - região do Taquaril e Castanheiras. Terra de ninguém. Um descaso enorme. Esta semana morreu um jovem de 14 anos com doença de ratos. . . varios tem problemas de saúde por causa de poeira, estrada sem asfalto, ruas sem esgoto, etc... para casos como estes... e também... BH e Santa Luzia, - BH e Contagem - BH Betim - Betim - Contagem - etc... um assunto que acho que merece destaque .

0👍 | 0👎

14/02/2011 20:44

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

um bom debate a todos durante esta semana, e que as propostas produzam resultados imediatos. que nossa assembleia realize pelo menos o plebiscito para os moradores de xonin e xonin de baixo. obrigado a todos por este espaço democrático. é hora de rever a divisão do fpm, tem pouca gente recebendo muito. e muita gente em distrito não recebe nada.

0👍 | 0👎

14/02/2011 20:33

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

o estado não está tão presente em xonin, emancipação já e novo plebiscito.

0👍 | 1👎

14/02/2011 20:26

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

que a assembleia continue disponibilizando um canal de opinião livre como este. o poder do povo. agora irá avançar mais com a realização dos plebiscitos nos distritos de xonin e xonin de baixo, que tem condições de ser município.

0👍 | 0👎

14/02/2011 19:54

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

A VISITA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA REGIÃO, INCLUSIVE O MAJORITÁRIO AQUI EM XONIN HELIO GOMES, JUNTAMENTE COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, SE FAZ NECESSÁRIO PARA COMPARAR A REALIDADE DESTA COMUNIDADE BEM COMO XONIN DE BAIXO, COM O PEQUENO MUNICÍPIO DE SERRA DA SAUDADE. PEDIMOS NOVO PLEBISCITO, JÁ QUE EM 1995 A CAMPANHA NÃO FOI DESENVOLVIDA COMO DEVERIA.

0👍 | 1👎

14/02/2011 19:35

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

É TIRSTE SABER QUE UMA COMUNIDADE COM MAIS DE 3 MIL HABITANTES NÃO POSSUI COBERTURA DE TELEFONIA CELULAR, E NÃO RECEBE UM CENTAVO DE VERBA PÚBLICA. POR OUTRO LADO UMA CIDADE COM APENAS 815 HABITANTES TEM TELEFONIA CELULAR, PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, ACESSOS A VERBAS ESTADUAIS E FEDERAIS E AINDA UM FPM DE 405 MIL REAIS.

0👍 | 0🗨

14/02/2011 18:00

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

NOSSA ESPERANÇA, NOSSA REDENÇÃO É O PLEBISCITO PELA EMANCIPAÇÃO DE XONIN. ESTAMOS ABANDONADOS PELA PREFEITURA DE VALADARES. AGORA NOSSO FUTURO ESTÁ NAS MÃOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS.NOS AJUDEM. LIBEREM NOSSO PLEBISCITO.

0👍 | 1🗨

14/02/2011 17:51

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

COM CERTEZA ESTE FORUM SERÁ UM SUCESSO E UM MARCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. O RESGATE DO PACTO FEDERATIVO COM A LIBERAÇÃO DE NOVOS PLEBISCITOS, FARÃO DO FPM UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA SOCIAL. DISTRITOS COM 3,5 HABITANTES SEM PARTICIPAÇÃO MERECEM MANIFESTÇÃO DO POVO. EMANCIPAÇÃO JÁ.

0👍 | 0🗨

14/02/2011 14:37

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

ESPERAMOS QUE ESSAS DEZENAS DE SUGESTÕES PEDIDNO PLEBISCITO NOS MAIORES DISTRITOS POSSAM SER LEVADAS EM CONSIDERAÇÃO PARA AJUDAR MINAS A AVANÇAR MAIS. DESCENTRALIZAR O PODER É DISTRIBUIR RENDA E GERAR EMPREGOS

0👍 | 0🗨

14/02/2011 14:35

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

NOSSOS DEPUTADOS ESADUAIS PRECISAM VISITAR ESSAS COMUNIDADES CONFORME SUGERIDO NOS COMETÁRIOS ABAIXO. TEM LOCALIDADES MAIORES E COM POPULAÇÃO 3,4,5,5,7 VEZES MAIOR QUE SERRA DA SAUDADE E NÃO RECEBE UM CENTAVO DO FPM. AS GRANDES PREFEITURAS INVESTEM POUCO OU NADA NOS DISTRITOS. ELES PRECISAM DE UM PLEBISCITO URGENTE. APELAMOS A SENSIBILIDADE DOS DEPUTADOS ESTADUIAS.

0👍 | 0🗨

14/02/2011 14:27

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

A MELHOR FORMA E O MELHOR CAMINHO PARA DESENVOLVER NOSSO ESTADO E FAZER COMO PAISES IGUAL A FRANÇA, QUE PERMITE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS MESMO EM LOCALIDADES COM PEQUENAS POPULAÇÕES. APOIO ESSA IDEIA DE REALIZAR NOVOS PLEBISCITOS PARA CRIAÇÃO DE MUNICIPIOS. ISSO É URGENTE. O FPM PRECISA CHEGAR NAS COMUNIDADES, CUJA POPULAÇÃO É MAIOR QUE SERRA DA SAUDADE QUE TEM APENAS 815 HABITANTES CONFORME APONTOU O CENSO DO IBGE 2010.

0👍 | 0🗨

14/02/2011 14:22

Por **Paulo de Souza Lima** | Belo Oriente/MG

É URGENTE ESSE DEBATE SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. AGORA É O MOMENTO DE NOSSOS DEPUTADOS AUTORIZAREM OS PLEBISCITOS PARA CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS E CONSEQUENTEMENTE MELHOR DIVISÃO DO FPM.

0👍 | 0🗨

14/02/2011 10:59

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Pelo Decreto-Lei nº 32, de 31 de dezembro de 1937, Peçanha perdeu os distritos de Figueira e Chonin para formação do Município de Figueira, (atual Governador Valadares), recebendo este nome em homenagem ao Governador da época Benedito Valadares Ribeiro. XONIN AJUDOU NA EMANCIPAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES, E HOJE NÃO RECEBE NADA DE INVESTIMENTOS. NOSSO FPM VAI PARA OUTRAS LOCALIDADES.

0👍 | 0🗨

14/02/2011 10:55

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

POPULAÇÃO DE XONIN-MG CENSO DEMOGRÁFICO ANO 2000 TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE: 3.409 HABITANTES
DISTRITOS DE XONIN E XONIN DE BAIXO NÚMERO DE HABITANTES EM XONIN TOTAL..... = 1.842 HOMENS..... = 928
MULHERES.....= 914 RESIDENTES NA ÁREA URBANA DE XONIN TOTAL.....= 1.459 HOMENS.....= 715 MULHERES...= 744
RESIDENTES NA ÁREA RURAL DE XONIN TOTAL.....= 383 HOMENS.....= 213 MULHERES..= 170 CÓDIGO DA UNIDADE
GEOGRÁFICA NO IBGE: 312770125 ----- NÚMERO DE
HABITANTES EM XONIN DE BAIXO TOTAL..... = 1.567 HOMENS..... = 773 MULHERES.....= 794 RESIDENTES NA ÁREA URBANA
DE XONIN DE BAIXO TOTAL.....= 1.390 HOMENS.....= 674 MULHERES...= 716 RESIDENTES NA ÁREA RURAL DE XONIN DE BAIXO
TOTAL.....= 177 HOMENS.....= 99 MULHERES..= 78 CÓDIGO DA UNIDADE GEOGRÁFICA NO IBGE: 312770128

0👍 | 0🗨

14/02/2011 10:45

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

LEI Nº 3.779, DE 14 DE SETEMBRO DE 1993. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DISTRITO DE CHONIN DE BAIXO. A Câmara Municipal de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. § Fica criado o Distrito de CHONIN DE BAIXO, pertencente ao Município de Governador Valadares. Parágrafo Único § A área territorial do Distrito de Chonin de Baixo, é desmembrada do distrito sede de Governador Valadares, sendo divisas do novo distrito as seguintes: 1 § Entre os Distritos de Chonin de Baixo e Governador Valadares; Começa na foz do Córrego do Cedro do Rio Suaçuí Grande; sobe por este córrego, até a foz do córrego formador da Lagoa do Taboão; daí, sobe a encosta fronteira e pelo divisor da vertente da margem direita do Córrego do Cedro, alcança as suas cabeceiras; prossegue por espião, passando pela Serra do Fincudo e contornando as cabeceiras do Córrego Chonin de Baixo, alcança a Serra do Cruzeiro. 2 § Entre os Distritos de Chonin de Baixo e Chonin de Cima.

Começa no divisor da vertente da margem esquerda do Córrego Chonin de Baixo, na Serra do Cruzeiro; continua por esta serra, até o ponto fronteiro à cabeceira do Córrego Porto Alegre, nas divisas com o Município de Jampruca. Art. 2º. 3 Revogadas as disposições em contrário, entrará a presente Lei em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 14 de setembro de 1993. PAULO FERNANDO SOARES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal DÊNIO MARCOS SIMÕES Secretário Mun. de Governo MURILO HEITOR CARNEIRO Secretário Mun. de Administração

0👍 | 0👎

14/02/2011 10:41

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

A PRÓPRIA LEI COMPLEMENTAR 37 DE 95 PERMITE A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO. OS INTERESSADOS DEVEM MANIFESTAR INTERESSE ATÉ 31 DE MAIO DE 2011. É O CASO DE XONIN, DISTRITO DE GOVERNADOR VALADARES, QUE ESTÁ SE MOBILIZANDO, E SOMENTE O DESARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELOS NOSSOS DEPUTADOS IRÁ PERMITIR NOSSO PLEBISCITO, QUEM NO DIA 7 DE SETEMBRO, QUANDO XONIN VAI COMPLETAR 88 ANOS DE CRIAÇÃO. Dos Prazos Art.10 – O encaminhamento dos documentos a que se refere o inciso I do artigo 7º só poderá ocorrer nos 2 (dois) anos anteriores ao das eleições municipais, sendo que, no ano imediatamente anterior, o prazo se esgota no dia 31 de maio. Art. 11 – O plebiscito de que trata o inciso VI do artigo 7º deverá ser realizado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da solicitação feita pela Assembléia Legislativa ao Tribunal Regional Eleitoral. Art. 12 – O projeto de Lei de criação de município só poderá tramitar no ano imediatamente anterior ao das eleições municipais.

1👍 | 1👎

14/02/2011 10:34

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

A criação de Municípios, que é uma manifestação da autonomia do Estado, está paralisada devido à falta de regulamentação de dispositivo da Constituição da República. A inércia do Congresso Nacional, aliado ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem dificultado sobremaneira a emancipação de distritos e a alteração de limites territoriais. Esse estado de coisas tem causado certo desconforto a alguns municípios e insegurança jurídica. Considero importante a discussão do assunto no Fórum e, se possível, a formalização de documento ao Legislativo Federal com vistas à regulamentação da matéria.

0👍 | 1👎

14/02/2011 10:33

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Xonin quase cidade, perdeu a oportunidade de emancipação em 1995, agora moradores lutam para desarquivar processo. Eles esperam uma mobilização dos deputados estaduais no sentido de visitar o distrito para verificarem in loco, a importância da constituição de uma nova unidade administrativa municipal, que também poderá ser estendida às outras 17 áreas emancipandas que tiveram processos arquivados em 1995. O desenvolvimento de meios gerais também passa por estes futuros municípios

1👍 | 1👎

14/02/2011 10:26

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

IMPORTANTE DESTACAR: A CRIAÇÃO DE 18 MUNICÍPIOS EM MINAS GERAIS, NÃO VAI AUMENTAR NENHUM GASTO, NEM MESMO IMPOSTOS PARA O CONTRIBUINTE. HAVERÁ APENAS UMA DIVISÃO DO AUTL BOLO DO FPM. HOJE TEM X BILHÕES

DE REAIS PARA TODOS OS MUNICIPIOS. EM XONIN POR EXEMPLO NÃO CHEGA NADA DE INVESTIMENTOS. COM A EMANCIPAÇÃO TEREMOS PELO MENOS, NA PIOR DAS HIPOTHESES, 405 MIL REAIS A CADA MES. COM UMA ADMINISTRAÇÃO SERIA E COMPETENTE, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, MINISTÉRIO PÚBLICO, IMPRENSA, INTERNET, FICARÁ MAIS DIFÍCIL PARA AS 18 ADMINISTRAÇÕES FUTURAS, NÃO FUNCIONAREM BEM. A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO NUM MUNICÍPIO QUE SE INICIA COM ESSA NOVA REALIDADE POLÍTICA E A MULTIPLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, PODERÁ SER SUCESSO. AS 18 ÁREAS EMANCIPANDAS MERECEM NOVAS CONSULTAS PLEBISCITÁRIAS. DEPUTADOS PENSEM NISSO.

1👍 | 0🗨

14/02/2011 10:16

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

É um momento oportuno para nossos deputados estaduais, autorizarem a realização do plebiscito nas 18 áreas emancipandas, cujo processos foram arquivados em 1995. 18 NOVOS MUNICIPIOS PODERÁ CONTRIBUIR PARA REDUZIR AS DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DO FPM, PERMITINDO QUE AS POPULAÇÕES DOS 18 NOVOS MUNICIPIOS SEJAM CONTEMPLADOS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEDICO, RUAS De acordo com os Ofícios nºs 13.180 e 13.601 e seus anexos do TRE-MG, consultas plebiscitárias apresentaram resultado desfavorável à emancipação dos distritos a seguir enumerados: Número do Requerimento - Distrito (s) - Município de Origem 22 - Justinópolis - Ribeirão das Neves 24 - Fidelândia e Novo Horizonte - Ataléia 47 - Ibitira e Alberto Isaacson - Martinho Campos 60 - São Joaquim - Januária 66 - Tijuco - Januária 84 - Azurita - Mateus Leme 96 - Mucuri e Rio Pretinho - Teófilo Ottoni 97 - Topázio - Teófilo Ottoni 104 - Ermidinha e Nova Esperança - Montes Claros 108 - Melo Viana - Esmeraldas 123 - Carvalho de Brito - Sabará 124 - Duval de Barros - Ibitiré 137 - Correia de Almeida - Barbacena 141 - São Benedito - Santa Luzia 142 - Xonin de Cima e Xonin de Baixo - Governador Valadares 160 - Barra do Ariranha e Limeira de Mantena - Mantena 165 - São José do Triunfo e Cachoeira de Santa Cruz - Viçosa 169 - Quem-Quem e Barreiro da Raiz - Janaúba

0👍 | 0🗨

14/02/2011 10:10

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Em 22 de outubro de 1995 o sonho de emancipação de Xonin é derrotado nas urnas Pelo menos 18 processos de emancipação de distritos ficaram prejudicados após realização de plebiscitos na área interessadas. O processo para criação do município de Xonin, fundamentado no requerimento 142 de 1994, envolveu moradores de dois distritos e um golpe político desarticulou a população votante no distrito de Xonin de Baixo, que em grande maioria votou contra a emancipação. Já no distrito de Xonin de Cima os eleitores votaram a favor da emancipação para garantir a criação de uma nova cidade. O processo de emancipação de Xonin foi arquivado, porque a Lei Complementar 37 de 1995, prevê em seu artigo 14 que o resultado do plebiscito só seria homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral, para criação da nova cidade, mediante aprovação por maioria dos votos válidos em cada distrito, tendo votado a maioria absoluta dos eleitores alistados. Conheça o parecer que determinou o arquivamento do processo de emancipação de Xonin em dezembro de 1995. DIÁRIO DO LEGISLATIVO 14/12/1995 PARECER SOBRE O OFÍCIO Nº 13.180/SJ, DO TRE-MG Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Relatório Por meio do Ofício nº 13.180, de 31/10/95, o TRE-MG comunicou a esta Casa o resultado das consultas plebiscitárias realizadas no dia 22/10/95, em 109 distritos, relacionando, separadamente, os que se manifestaram favoravelmente à sua emancipação e os que não alcançaram um "quorum" ou dois dos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 37, de 1995. (...) Fundamentação O parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar nº 37, de 1995, determina que, na hipótese de não ser alcançada resposta favorável na consulta plebiscitária, o processo será arquivado e não poderá ser reinstaurado na mesma legislatura. Por outro lado, o § 5º do art. 7º da mesma lei complementar dispõe que, na hipótese do não-atendimento dos requisitos necessários, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização concluirá pelo arquivamento do processo. Sabendo-se que a resposta favorável à consulta plebiscitária é um dos requisitos necessários à emancipação de qualquer distrito, pode-se, facilmente, deduzir da combinação dos dois dispositivos supracitados que o arquivamento de qualquer processo de emancipação deve ser objeto de deliberação desta Comissão. Em síntese, de acordo com os Ofícios nºs 13.180 e

13.601 e seus anexos do TRE-MG, consultas plebiscitárias apresentaram resultado desfavorável à emancipação dos distritos a seguir enumerados: Número do Requerimento - Distrito(s)- Município de Origem 22 - Justinópolis - Ribeirão das Neves 24 - Fidelândia e Novo Horizonte - Ataléia 47 - Ibitira e Alberto Isaacson - Martinho Campos 60 - São Joaquim - Januária 66 - Tijuco - Januária 84 - Azurita - Mateus Leme 96 - Mucuri e Rio Pretinho - Teófilo Otôni 97 - Topázio - Teófilo Otôni 104 - Ermidinha e Nova Esperança - Montes Claros 108 - Melo Viana - Esmeraldas 23 - Carvalho de Brito - Sabará 124 - Duval de Barros - Ibirité 137 - Correia de Almeida - Barbacena 141 - São Benedito - Santa Luzia 142 - Xonin de Cima e Xonin de Baixo - Governador Valadares 160 - Barra do Ariranha e Limeira de Mantena - Mantena 165 - São José do Triunfo e Cachoeira de Santa Cruz - Viçosa 169 - Quem-Quem e Barreiro da Raiz - Janaúba Assim, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar nº 37, de 1995, somos levados a determinar o arquivamento dos processos de emancipação dos distritos anteriormente relacionados. Conclusão Pelo exposto, concluímos pelo arquivamento dos processos de emancipação de distritos propostos por meio dos Requerimentos nºs 22, 24, 47, 60, 66, 84, 96, 97, 104, 108, 123, 124, 137, 141, 142, 160, 165 e 169. Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1995. Dimas Rodrigues, Presidente - João Batista de Oliveira, relator - Dílzon Melo - Sebastião Costa - José Braga.

0👍 | 0👎

14/02/2011 10:08

Por *Grupo Xonin de Ação Social* | Governador Valadares/MG

Ano de 1995: o sonho da emancipação próximo de tornar realidade Uma consulta plebiscitária às populações dos Distritos de Xonin de Cima e Xonin de Baixo quanto à emancipação do Município de Governador Valadares, poderia constituir o Município de Xonin. Conheça o parecer sobre o processo de emancipação que resultou no requerimento 142/95. DIÁRIO DO LEGISLATIVO DE 15/06/1995 PARECER SOBRE O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS DE XONIN DE CIMA E XONIN DE BAIXO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES – REQUERIMENTO Nº 142/95 Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Relatório O processo de emancipação dos Distritos de Xonin de Cima e Xonin de Baixo, no Município de Governador Valadares, recebido mediante requerimento do Deputado José Henrique, vem a esta Comissão para receber parecer nos termos do art. 103, III, "b", do Regimento Interno, e do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 8/1/95. Fundamentação O processo em análise foi apresentado tempestivamente, atendendo, portanto, ao prazo determinado no art. 10 da Lei Complementar nº 37, de 1995. Encontra-se anexada ao processo a ata de constituição da Comissão Emancipacionista, registrada em cartório de títulos e documentos (às fls. 5 a 17). A representação vem assinada por 479 eleitores (às fls. 20 a 49), número que supera a exigência de 7% do eleitorado do distrito na última eleição realizada no município, e a entidade que se responsabilizou pela idoneidade das assinaturas encontra-se legalmente constituída, tendo apresentado a ata da eleição e o termo de posse de sua diretoria devidamente registrados em cartório (às fls. 3 e 4). Certidão da Justiça Eleitoral (a fls. 19) comprova a existência de 2.299 eleitores na área emancipanda, e certidão da Prefeitura Municipal de Governador Valadares atesta a existência de mais de 400 moradias no Distrito de Xonin de Cima (a fls. 111), número que supera o exigido por lei. Constatam, ainda, no processo as certidões que atestam a existência de posto de saúde, cemitério, escola pública de 1º grau completo, bem como a presença de serviços de telefonia, correios, energia elétrica e abastecimento de água (às fls. 51 a 60). Verificamos, também, estar anexado ao processo o mapa com a descrição de limites elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas – IGA – (às fls. 107 a 110), além do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis municipais localizados na área emancipanda (às fls. 65 a 105), e a relação discriminada dos servidores municipais lotados na referida área (às fls. 61, 62 e 64). Conclusão Em face do exposto, concluímos pela apresentação de requerimento nos seguintes termos. REQUERIMENTO 142 de 1995 Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização requer a V. Exa., na forma regimental e em observância ao disposto no inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, seja enviado ofício ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando a realização de consulta plebiscitária às populações dos Distritos de Xonin de Cima e Xonin de Baixo quanto à sua emancipação do Município de Governador Valadares, passando a constituir o Município de Xonin, com sede na localidade de Xonin de Cima. Sala das Comissões, 14 de junho de 1995. João Batista de Oliveira, Presidente – José Maria Barros, relator – Ivair Nogueira – Paulo Piau – Dimas Rodrigues – José Henrique.

0👍 | 1👎

14/02/2011 10:06

Por *Grupo Xonin de Ação Social* | Governador Valadares/MG

Assembléia Legislativa de Minas Gerais reconhece Xonin com `X` e não com `CH` Para tirar dúvidas em relação à legalidade, já recomendada pelo Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais, o reconhecimento da grafia adotada com X e não com CH para identificar o distrito de Xonin, está na página da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, siga estes passos: www.almg.gov.br depois basta clicar no link do lado esquerdo "O ESTADO", depois outro cliq no link "DENOMINAÇÕES URBANAS", em seguida no campo "MUNICÍPIOS", busque por GOVERNADOR VALADARES e para finalizar a pesquisa basta clicar no link "Nota explicativa de distrito: 27". GOVERNADOR VALADARES Adoção do nome: 1938 (D.L. 148, de 17/12/1938) Criação do distrito: 1882 (Lei 3.077, de 6/11/1882) Emancipação do município: 1937 (D.L. 32, de 31/12/1937) Denominações anteriores: Quartel de Dom Manuel; Porto da Figueira; Porto da Figueira do Rio Doce; Baguari; Figueira; Santo Antônio da Figueira Distritos Subordinados: Alto de Santa Helena; Baguari (ex-Porto de Figueira); Brejaubinha; Derribadinha; Goiabal; Penha do Cassiano; Santo Antônio do Pontal; São José do Itapinoã; São Vítor; Vila Nova Floresta; Xonim (27) (ex-Xonim de Cima); Xonim de Baixo Nota explicativa de distrito: 27 Adjetivo pátrio: valadarense Município de origem: Peçanha <http://>

www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=durbana&arquivo=denominacoes_urbanas&municipio=629
Xonin se escreve com X NOTA EXPLICATIVA27 "Que se grafe com x o som chiante, nos nomes de origem indígena" prescreve a 6ª Recomendação da Conferência de Geografia de 1926, referendada pela legislação ortográfica ulterior. Assim, não se justifica a grafia generalizada Chonim, visto que o nome se trata, segundo nos informa Joaquim Ribeiro Costa, em sua "Toponímia de Minas Gerais", de "topônimo originário de índios do aldeamento de São Manuel, em princípio do século XIX, na margem do rio Doce". Grafe-se, portanto, Xonim. O link abaixo foi extraído do site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde a grafia Xonin com ç já é adotada. <http://www.almg.gov.br/durbana/notas/nota27.htm> XONIN OU CHONIN? Identificação ao longo dos anos. XONIN – Grafia adotada pelo IGA – Instituto de Geociências Aplicadas do Governo do Estado de Minas Gerais, por ser este nome de origem indígena. (1995) CHONIN – Topônimo adotado quando o distrito foi criado (Veja artigo 5º, inciso XXI da Lei Estadual nº 843 de 7 setembro de 1923). CHONIN DE CIMA – Em 1993 o distrito de Chonin é desmembrado para criação do distrito de Chonin de Baixo em atendimento à Lei do Municipal nº 3.779 de 14 de setembro do mesmo ano. A referida Lei adotou uma nova denominação para identificar os dois distritos. E Chonin passou a figurar como Chonin de Cima. CHONIN DOS CUNHAS ç Denominação utilizada pelos pioneiros em homenagem e referência à família CUNHA, responsável pelo povoamento do distrito. Em 1939 o engenheiro Abeilard de Carvalho Costa em suas anotações para organização do memorial descritivo do patrimônio de Chonin, classificou o Patrimônio em seus documentos como Chonin dos Cunhas. BOM RETIRO DE XONIN ç Expressão escolhida pelos pioneiros de forma extra-oficial para identificar o povoado. (1892) ALDEIA XONIN ç Identificação do aldeamento indígena. (1875)

0👍 | 0👎

14/02/2011 10:01

Por *Grupo Xonin de Ação Social* | Governador Valadares/MG

Em 1923 é criado o distrito de Xonin TEXTO DA LEI ESTADUAL DE CREAÇÃO DO DISTRITO DE CHONIN LEI Nº 843 DE 7 DE SETEMBRO DE 1923 Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei: Art.1º–A divisão administrativa do Estado de Minas Geraes, no decennio a contar da data desta lei, será por esta regulada, na forma dos artigos seguintes: CAPÍTULO I

CAPÍTULO II DISTRICTOS Secção Primeira CREAÇÃO Art.5º– Ficam creados os seguintes districtos:

XXI–de CHONIN, com sede na povoação do mesmo nome, no município do Peçanha com a seguinte divisa: Partindo do rio Suassuhy Grande, em frente à barra do rio Itambacurí, segue em direcção da serra Antonio Cunha e o divisor das águas do ribeirão Capim, continuando a seguir a mesma direcção até o rio Suassuhy Pequeno; e por este acima até encontrar as actuaes divisas com os districtos de SantçAnna do Suassuhy e São Gonçalo do Ramalhete, do mesmo município.

Art.58º–Esta lei entrará em execução na data de sua publicação. Art 59º–Revogam-se as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 7 de setembro de 1923. RAUL SOARES DE MOURA Presidente Fernando Mello Viana

0👍 | 0👎

14/02/2011 09:58

Por *Grupo Xonin de Ação Social* | Governador Valadares/MG

XONIN Formação Administrativa Distrito de Xonin: criado em 7 de setembro de 1923, pela Lei nº 843. Comunidades Rurais: Assentamento Joaquim Nicolau, Baixa do Bugre, Cabeceira do Bugre, Golconda e São Gabriel. Aspectos Físicos: Lote destinado ao patrimônio de Xonin 1.070.000,00 m², dados de 1939. População Residente: Censo

2000=1.842 habitantes sendo 928 homens e 914 mulheres. Clima: Quente Localização: Região Leste de Minas Gerais. Latitude: 18,6447 Longitude: 42,0414 Rodovia de acesso: BR-451 asfaltada em 2006. Transporte: 1 linha de ônibus fixa entre Xonin e Governador Valadares com 6 horários ida e volta e linhas alternativas que atendem outras cidades via distrito. Distância entre Localidades vizinhas: 10 km distrito de Xonin de Baixo, 20 km Marilac, 20 Km Mathias Lobato, 35 km Governador Valadares. Distância da capital mineira: 350 km Aspectos Eleitorais: Dados de 2008=5 seções com 1.660 eleitores aptos, 177 títulos cancelados e suspensos na sede do distrito-1 seção na Fazenda Golconda com 72 eleitores aptos e 3 títulos cancelados- 1 seção na Cabeceira do Bugre com 56 eleitores aptos. Aspectos Econômicos: 2 correspondentes bancários, dezenas de pontos comerciais, 1 laticínio, 1 fábrica de biscoitos, 1 padaria, atividades de garimpo, produção de doces caseiros, atividades agropecuária e fomento florestal. Aspectos Culturais: 1 escola estadual de 1 e 2 graus, 3 escolas municipais rurais, 1 creche escola. Aspectos Urbanos: 602 edificações, 32 ruas, 1 praça, 189 linhas telefônicas e 17 telefones públicos, 1 posto policial, 515 residências atendidas com energia elétrica, 523 ramais de abastecimento de água, 283 postes de iluminação pública, 2 cemitérios, 1 estação de tratamento de água, 1 posto de saúde, 1 posto de medicamentos, 1 Cartório-Serviços Notariais e Registros. Aspectos Religiosos: 1 Igreja Católica, 1 Igreja Batista do Calvário, 1 Igreja Deus é Amor, 1 Igreja Cristã Maranata, 1 Congregação Cristã do Brasil, 1 Igreja Presbiteriana, 1 Assembléia de Deus, 1 Igreja Casa da Bênção e mais 5 Igrejas nas comunidades rurais. Aspectos esportivos: 1 quadra poliesportiva, 1 campo de futebol. Entidades Representativas: Associação Comunitária de Chonin de Cima, Chonin Futebol Clube ; Associação dos Moradores de Chonin de Cima, Associação dos Produtores Rurais de Cassimiro, Associação dos Camponeses Unidos para o Progresso. Aspectos políticos: 1 partido político com sede no distrito. Data Comemorativa: 7 de setembro, data em que Xonin foi elevado à categoria de distrito. Gentílico: Xoniense.

0👍 | 0👎

14/02/2011 09:33

Por **Guilherme Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

Sugiro que se coloque em pauta a exigência de uma política de habitação municipal como condição para receber parte do repasse do ICMS.

1👍 | 0👎

14/02/2011 08:38

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

não podemos, não queremos, nem temos condições de continuar pertencendo ao município de governador valadares que nos abandonou totalmente. o dinheiro que um município como serra da saudade recebe por mês só do fpm, nem mesmo em uma década xonin receberá. está na hora de nossos deputados reverem essa posição. não temos telefonia celular, não temos médico, não temos coveiro, não temos ambulância, não temos policiamento na comunidade, falta muita coisa.

0👍 | 1👎

14/02/2011 08:32

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

não justifica a gente pagar tantos impostos, principalmente aqueles que constituem o fundo de participação dos municípios, e nós aqui com uma população 4 vezes maior que o município de serra da saudade que tem apenas 815 habitantes, passamos dificuldades imensas por falta de distribuição justa dos recursos públicos. queremos plebiscito em 2011, para decidir sobre emancipação de xonin.

0👍 | 0👎

13/02/2011 23:24

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

minas gerais inaugura um novo tempo, com esse forum, abrindo novas oportunidades de discussão para os plebiscitos sobre criação de municípios, principalmente daqueles com processos arquivados em 1995. nossa comunidade está mobilizada e espera este benefício.

1👍 | 4👎

13/02/2011 22:51

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

SEÇÃO III Dos Prazos Art. 10 - O encaminhamento dos documentos a que se refere o inciso I do artigo 7º só poderá ocorrer nos 2 (dois) anos anteriores ao das eleições municipais, sendo que, no ano imediatamente anterior, o prazo se esgota no dia 31 de maio. Art. 11 - O plebiscito de que trata o inciso VI do artigo 7º deverá ser realizado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da solicitação feita pela Assembléia Legislativa ao Tribunal Regional Eleitoral. Art. 12 - O projeto de Lei de criação de município só poderá tramitar no ano imediatamente anterior ao das eleições municipais. Art. 13 - As disposições desta seção aplicam-se, no que couber, aos processos de fusão e de incorporação de município e de anexação de distrito.

0👍 | 0👎

13/02/2011 22:49

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

Do Plebiscito Art. 14 - A tramitação de projetos de Lei de criação, incorporação, fusão e desmembramento de município e de anexação de distrito dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, exigida a aprovação por maioria dos votos apurados em cada distrito ou município onde se processar a consulta, tendo votado a maioria absoluta dos eleitores alistados. Parágrafo único - Consideram-se populações diretamente interessadas as residentes: I - em cada distrito emancipando, no processo de criação de município por desmembramento; II - em cada município a ser extinto, no processo de criação de município por fusão; III - no município a ser incorporado, no processo de extinção de município por incorporação; IV - no distrito a ser anexado, no processo de anexação. Art. 15 - Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral regulamentar a realização da consulta plebiscitária, fixar-lhe a data e baixar as instruções para a sua efetivação, observado o disposto nesta Lei. Art. 16 - O Tribunal Regional Eleitoral comunicará ao Presidente da Assembléia Legislativa o resultado da consulta plebiscitária no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua homologação. Parágrafo único - Na hipótese de, na consulta plebiscitária, não se alcançar resposta favorável, o processo será arquivado e não poderá ser reinstaurado na mesma legislatura.

0👍 | 4👎

13/02/2011 22:47

Por *Leasilva Maria de Souza* | Governador Valadares/MG

DE ACORDO COM O INCISO IX DO ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR 37 DE 1995, NÃO EXISTE OBSTÁCULOS PARA REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO, ATÉ PORQUE É UMA CONSULTA ONDE O POVO DIZ OU NÃO À UMA FUTURA LEI. AINDA MAIS EM SE TRATANDO DE UM PROCESSO QUE TRAMITOU EM 1995, ONDE A COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS JÁ CONHECE A REALIDADE DE XONIN E XONIN DE BAIXO, VALE A PENA FAZER OUTRO PLEBISCITO. ESTE SERÁ UM GRANDE PRESENTE PARA AQUELA COMUNIDADE ABANDONADA PELA PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES IX – elaboração e encaminhamento para tramitação, pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, do projeto de Lei de criação de município, caso seja favorável a consulta plebiscitária.

0👍 | 0👎

13/02/2011 22:42

Por *Leasilva Maria de Souza* | Governador Valadares/MG

Dos Procedimentos Art. 7º – Os procedimentos para a criação de município por desmembramento obedecerão às seguintes etapas: I – formação de uma comissão emancipacionista, que se responsabilizará pela organização dos documentos necessários, por seu encaminhamento à Assembléia Legislativa e pelo acompanhamento do processo em todas as fases; (Inciso com redação dada pelo art. 3º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). II – encaminhamento à Assembléia Legislativa de representação assinada por, no mínimo, 7% (sete por cento) dos eleitores inscritos na área territorial a ser emancipada, identificados por meio do número do título de eleitor, da seção e da zona eleitoral, em lista organizada por entidade legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas, dispensado o reconhecimento de firmas, e instruída com: a) os documentos de que trata o parágrafo único do artigo; b) cópia autenticada da ata de constituição da comissão emancipacionista, registrada em cartório de títulos e documentos; c) cópia autenticada da ata da eleição da diretoria da entidade que se responsabilizar pelas assinaturas de representação, registrada em cartório de títulos e documentos; d) cópia autenticada do cartão de Cadastro Geral de Contribuintes – CGC –, cópia do estatuto registrado em cartório de títulos e documentos, da entidade mencionada na alínea anterior. (Inciso com redação dada pelo art. 3º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). III – recebimento, mediante requerimento de Deputado, da representação, acompanhada da documentação mencionada no inciso anterior; (Inciso acrescentado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). IV – encaminhamento do processo à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembléia Legislativa, para diligências e instrução complementar, com a seguinte documentação: a) mapa da área emancipanda, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas – IGA –, acompanhado da proposta de alteração de limites; b) inventário patrimonial dos bens móveis municipais localizados na área emancipanda; c) relação discriminada dos servidores municipais lotados na área emancipanda. (Inciso acrescentado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). V – elaboração, pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, comprovado o atendimento dos requisitos previstos nesta Lei, de parecer concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia, para que este solicite ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do plebiscito; (Inciso renumerado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). VI – aprovação, pelo Plenário da Assembléia Legislativa, do requerimento da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização a que se refere o inciso anterior; (Inciso renumerado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). VII – solicitação da Assembléia Legislativa ao Tribunal Regional Eleitoral, para que se realize o plebiscito; (Inciso renumerado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). VIII – realização de plebiscito pelo Tribunal Regional Eleitoral, na forma por ele disciplinada, observadas as disposições desta Lei; (Inciso renumerado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 39, de 23/6/1995). IX – elaboração e encaminhamento para tramitação, pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, do projeto de Lei de criação de município, caso seja favorável a consulta plebiscitária.

0👍 | 1👎

13/02/2011 22:39

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

LEI COMPLEMENTAR 37 1995 de 18/01/1995 (texto atualizado)

----- Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências. (Vide Deliberação da Mesa da Assembléia nº1191, de 15/3/1995.) (Vide Lei nº 12030, de 21/12/1995.) (Vide Lei nº 12050, de 29/12/1995.) O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar: CAPÍTULO I Da Criação do Município SEÇÃO I Dos Requisitos e das Exigências Art. 1º - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por Lei estadual, observado o disposto nesta Lei. Art. 2º - O município criado por desmembramento abrangerá território integral de um ou mais distritos. Art. 3º - Para a criação de municípios por desmembramento devem ser comprovados os seguintes requisitos, relativos ao total da área territorial a ser emancipada: I - número mínimo de 2.000 (dois mil) eleitores; II - núcleo urbano já constituído, com mais de 400 (quatrocentas) moradias, destinado a sediar, como cidade, o novo governo municipal; III - edifício capaz de fornecer condições de funcionamento ao governo municipal e aos órgãos de segurança; IV - existência de posto de saúde, escola pública de 1º grau completo, cemitério e serviços públicos de comunicação, energia elétrica e abastecimento de água. Parágrafo único - O atendimento dos requisitos enumerados neste artigo será comprovado por meio de informações escritas fornecidas: a) pela Justiça Eleitoral, no que se refere ao inciso I; b) pelo Serviço de Cadastro e Lançamento da Prefeitura Municipal, no que se refere aos incisos II e III; c) pelas concessionárias dos serviços públicos, pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, por meio de seus órgãos regionais, e pela Prefeitura Municipal, nos serviços por ela mantidos, no que se refere ao inciso IV.

0👍 | 2👎

13/02/2011 22:35

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

MEU PEDIDO PESSOAL É PARA QUE NOSSOS DEPUTADOS AUTORIZEM O DISTRITO DE XONIN A REALIZAR SEU PLEBISCITO SOBRE EMANCIPAÇÃO. XONIN FOI CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº 843 DE 7 DE SETEMBRO DE 1923, E AJUDOU GOVERNADOR VALADARES A SE EMANCIPAR, NA ÉPOCA ERA APENAS FIGUEIRA E XONIN PARA CONSTITUIR O NOVO MUNICIPIO.PASSADOS 87 ANOS, XONIN CONTINUA SEM NADA E GOVERNADOR VALADARES COM TUDO.

0👍 | 0👎

13/02/2011 22:29

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

MERECE AGRADECIMENTOS , AOS RESPONSÁVEIS POR ESTE FORUM QUE VAI DEBATER O DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. JUSTIÇA SOCIAL É GARANTIR UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS. OPORTUNIZAR AOS DISTRITOS MAIORES, E QUE INICIARAM PROCESSOS DE EMEANCIPAÇÃO EM 1995, O DIREITO DE NOVO PLEBISCITO É UM CAMINHO PARA DESENVOLVER COMUNIDADES ABANDONADAS PELO PODER PUBLICO.

0👍 | 2👎

13/02/2011 19:06

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

gostei da ideia de pedir aos deputados uma visita em xonin para ver o abandono do pode publico. queremos nos emancipar de governador valadres.

0👍 | 0👎

13/02/2011 19:03

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

emancipação é autonomia para um distrito de desenvolver e atender as expectativas desse forum de debates. garantir a governança regional e urbana com novos plebiscitos, aos distritos com processos arquivados na assembleia legislativa. a vez de xonin s emanifestar. queremos plebiscito.

0👍 | 0👎

13/02/2011 18:59

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

esse forum para o desenvolvimento de minas gerais veio em boa hora. parabéns. agora é torcer para que nossos deputados assegurem aos distritos maiores que buscam se desenvolver, tenha a oportunidade de realizar seus plebiscitos em 2011.

0👍 | 0👎

13/02/2011 18:38

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

É NO MUNICIPIO QUE VIVE O CIDADÃO. É NO MUNICIPIO QUE SE RESOLVE GRANDE PARTE DOS PROBLEMAS QUE ACOMETE O CIDADÃO. É JUSTO PERMITIR QUE DISTRITOS MAIORES QUE O MENOR MUNICIPIO RECEBA O MESMO TRATAMENTO.

0👍 | 0👎

13/02/2011 18:33

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

ESSE NOME FICOU INTERESSANTE: GOVERNANÇA REGIONAL E URBANA - ISSO SIGNIFICA GARANTIR URBANIZAÇÃO DOS DISTRITOS QUE TIVERAM PROCESSOS ARQUIVADOS E QUE BUSCAVAM UMA FORMA DE CONSTRUIR ADMINISTRAÇÃO PARA FICAR MAIS PROXIMA DA POPULAÇÃO.

0👍 | 0👎

13/02/2011 16:15

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

Emancipações de distritos no Ceará Deputado defende que a emancipação possa ocorrer, alegando que muitos distritos não crescem por falta de contato mais direto com o Município- mãe. Ele dá o exemplo do distrito de Brotas, em Miraíma, que fica mais próximo geograficamente de Sobral e Itapipoca do que do Município sede. O deputado Dedé Teixeira (PT) pretende promover, em março, uma audiência pública para retomar o assunto. Segundo ele, para aqueles que sonhavam em ver seus distritos emancipados, o emperramento do processo foi uma experiência muito "trágica". Os deputados na Assembleia Legislativa ensaiam retomar as discussões sobre a emancipação de distritos, tema que recebeu bastante atenção dos parlamentares no início da Legislatura passada, quando a Casa aprovou Lei de autoria do agora vice-governador do Estado, Domingos Filho. Ontem, o deputado Roberto Mesquita (PV) foi à tribuna defender a emancipação do distrito de Icaraí de Amontada. O discurso dele motivou a retomada do debate sobre emancipação. A não realização dos plebiscitos, no ano passado, como esperavam alguns deputados e lideranças de vários municípios cearenses transferiram as esperanças de que poderiam acontecer este ano, antes das eleições municipais de 2012. Em 2010 a Assembleia aprovou a lei, fez o estudo de viabilidade de cada distrito que deu entrada no pedido de emancipação na Casa,

aprovou 30 decretos legislativos determinando a realização de consultas plebiscitárias encaminhando-os para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

0👍 | 0👎

13/02/2011 16:08

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

Moradores do distrito de Casa de Tábua querem se emancipar Amparados pela Lei complementar de nº 074 de 14 de setembro de 2010, que em seu artigo 83 da Constituição Estadual do Pará, prevê a viabilidade municipal para criação de novos municípios no estado do Pará, um grupo de moradores do distrito de Casa de Tábua, elaboraram um projeto que será encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará-ALEPA, para apreciação dos deputados estaduais. O projeto foi elaborado por uma Comissão de Moradores do distrito, que fizeram um detalhado estudo da viabilidade de desmembramento do distrito, que fica localizado às margens da Rodovia BR 158, e que possui uma infraestrutura de fazer inveja a outros municípios existentes. O estudo, foi entregue pelo prefeito Odacir Dal Santo, ao presidente da Comissão de Criação de Novos Municípios do Sul do Pará, João Cardoso Silva, que esteve acompanhando a elaboração do projeto que será entregue ao deputado estadual João Salame Neto, PPS, que foi escolhido pela comissão de moradores do distrito de Casa de Tábua, para defender o projeto na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. João Cardoso, que defende a emancipação da localidade de Quatro Bocas, na região de Marabá, disse que Casa de Tábua preenche todos os requisitos exigidos pela lei. “Casa de Tábua possui mais de sete mil habitantes, tem cerca de 3 mil eleitores, possui prédios, um centro urbano, comércio forte, mais de 4 mil residências, delegacia de polícia, frigorífico, enfim, todas as exigências da lei, por isso acredito que se tornará um município, quando os deputados votarem os projetos que solicitam a criação de novos municípios”, enfatiza Cardoso. Segundo o prefeito de Santa Maria das Barreiras, Odacir Dal Santo, há uma possibilidade para que no ano de 2011, aconteça a autorização para a realização do plebiscito de criação de novos municípios no estado do Pará. “Tenha a plena certeza, que Casa de Tábua vai passar na análise dos deputados e se tornará um município forte, pois possui um comércio e uma economia forte, uma população trabalhadora”, disse o prefeito. Fonte: Folha do Carajás

0👍 | 0👎

13/02/2011 16:04

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

a lei complementar 37 de 1995 agora neste momento será bem debatida para fortalecer o desenvolvimento das regiões e distritos pelo nosso deputados.

0👍 | 0👎

13/02/2011 15:51

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

este assunto sobre plebiscito para emancipação de distritos está sendo debatido em várias assembleias legislativas de todo brasil. agora vamos torcer para que em minas gerais, nosso deputados autorizem o povo de xonine xonin de baixo votar no plebiscito para votarem sim ou não pela emancipação.

0👍 | 0👎

13/02/2011 15:16

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

São João do Sul na Bahia luta pela sua emancipação Em seu discurso o prefeito de Guaratinga Ademar Pinto

Rocha diz que está de pleno acordo com a emancipação O distrito de São João do Sul, localizado a 24 quilômetros de sua cidade mãe, Guaratinga, se mobiliza para conseguir sua emancipação política e administrativa. Juntamente com mais 112 localidades só no Estado da Bahia, São João do Sul luta pela sua independência. O povoado está localizado a 24 quilômetros da sede do município, em direção a vizinha cidade mineira de Santo Antonio do Jacinto. Tem em sua economia predominante a pecuária de corte, mas também se destaca, juntamente com mais dois povoados vizinhos, Monte Alegre e Buranhém, na agricultura e na extração de granito. A população de São João do Sul se reuniu para se manifestar a favor da emancipação. Os moradores compareceram em massa, e ainda contou com moradores das imediações. Lideranças políticas e antigos moradores, vereadores representantes das comunidades do entorno, proprietários rurais, comerciantes, jovens de todas as idades compareceram ao encontro que marcou a alavancada para pleitear o desmembramento do povoado do município de Guaratinga. Liderado pelo ex-prefeito Deldir Ferreira, o movimento ganha corpo e adesões de pessoas importantes na comunidade, como o Sr. Valdívio do Leite, os jovens Morenilton e Luiz Eduardo, dentre outros. Dos nove vereadores da cidade, cinco se fizeram presentes ao evento e em suas falas demonstraram interesse em apoiar a criação do município. Mas o que mais pesou a favor dos moradores de São João do Sul, foi a aprovação do prefeito do município Ademar Pinto que se fez presente e, em breve discurso deixou provado seu apoio pela emancipação. Todos os presentes assinaram um documento e muitos deles vestiam camisas com estampa específica, com a frase: EU DIGO SIM A SÃO JOÃO DO SUL, mesma denominação dada ao documento ora assinado. Em entrevista, o ex-prefeito Deldir deixou claro sua intenção de lutar até que os congressistas aprovem a lei de emancipação, para que, já em 2012, os eleitores de São João do Sul possam escolher seus representantes para compor os poderes legislativo e executivo. Deldir afirmou que não tem interesse em disputar nenhum cargo eletivo, caso o distrito consiga sua emancipação e que sua luta é pelo povo e não por cargo político.

0👍 | 0👎

13/02/2011 15:03

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

MINAS GERAIS PODE AVANÇAR MAIS, COM NOVOS PLEBICISTOS SOBRE EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS COM PROCESSOS ARQUIVADOS NA ASSEMBLEIA. Moradores querem emancipar Bonança em Pernanbuco Aconteceu na noite da terça (04/01/2011) uma reunião de pessoas ligadas a um movimento que quer tornar Bonança uma cidade. Alguns moradores do distrito morenense, que fica a 10 km do centro de Moreno, já demonstram essa vontade há vários anos. A insatisfação, segundo eles, é por conta do abandono da localidade, o que acabou criando o movimento. O processo de criação de um novo município passaria pela Assembléia Legislativa de Pernambuco e não teria nenhuma interferência local. Além de Bonança, o movimento quer emancipar também Cidade de Deus e pontos da área rural, como povoado de Massaranduba.

0👍 | 0👎

13/02/2011 14:59

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

Moradores querem emancipar Bonança em Pernanbuco Aconteceu na noite da terça (04/01/2011) uma reunião de pessoas ligadas a um movimento que quer tornar Bonança uma cidade. Alguns moradores do distrito morenense, que fica a 10 km do centro de Moreno, já demonstram essa vontade há vários anos. A insatisfação, segundo eles, é por conta do abandono da localidade, o que acabou criando o movimento. O processo de criação de um novo município passaria pela Assembléia Legislativa de Pernambuco e não teria nenhuma interferência local. Além de Bonança, o movimento quer emancipar também Cidade de Deus e pontos da área rural, como povoado de Massaranduba.

0👍 | 0👎

13/02/2011 14:56

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

Distrito de Cachoeira Escura em Minas Gerais trabalha pela emancipação Os moradores do distrito de Cachoeira Escura pertencente ao município de Belo Oriente-MG, estão trabalhando para emancipação aconteça o mais breve possível. No distrito já existe uma Comissão Emancipacionista formada, que se reúne e define as ações para a criação do novo município, que tem hoje uma importante empresa na sua área territorial, a CENIBRA. O deputado Helio Gomes que foi votado naquele distrito deverá ser procurado para ajudar nas articulações visando acelerar o processo de emancipação de Cachoeira Escura.

0👍 | 0👎

13/02/2011 14:10

Por **Associação Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

O distrito de Campo Branco no Rio Grande do Sul quer emancipação Comunidade já fez o estudo de viabilidade e deve entrar com o credenciamento na primeira quinzena deste mês Progresso/RS - A comunidade de Campo Branco, que fica distante 14 quilômetros da sede do município, sonha em se emancipar. As tratativas iniciaram-se em setembro do ano passado, quando lideranças se reuniram para o primeiro encontro. Na ocasião, foi destacada a importância do movimento, tendo em vista o potencial econômico da localidade. Foi definida ainda a comissão responsável em dar seguimento ao assunto. Outras comunidades de Progresso e das cidades de Boqueirão do Leão e Barros Cassal também devem apoiar Campo Branco, totalizando em torno de 1,9 mil eleitores. Conforme o presidente da Comissão Emancipacionista, Valdir Pellenz, na primeira quinzena deste mês o grupo deve entrar com o pedido de credenciamento e entregar o estudo de viabilidade. "A emancipação será importante para o desenvolvimento da região e teremos uma administração mais próxima do povo", justifica. A economia de Campo Branco é baseada na fumicultura, suinocultura, gado leiteiro e de corte, comércio e conta com grandes empresas, como a Mineral Campo Branco e uma madeireira. O distrito também possui posto de saúde, o Clube Internacional de Futebol e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, que a cada ano atrai devotos de diferentes lugares para a tradicional festa em honra à santa. Além disso, enfatiza o presidente da comissão, o local possui terra fértil e uma natureza que favorece a criação de rotas turísticas. Amor à terra De acordo com a diretora da Escola Estadual Luiz Gonzaga, Leni Soares Leite, o desejo de se emancipar é antigo. "Temos riquezas naturais, minerais, população e extensão territorial. Estamos numa região geográfica isolada e, por isso, desfavorecida. Nós tivemos a aprovação do Ensino Médio em 2004, mas não a liberação por falta de espaço físico. É por amor à terra, e também um meio de evitar o êxodo rural, que estamos fazendo isso." Já o prefeito Edegar Cerbaro afirma que a emancipação será benéfica para todos. "Excelente para Progresso e para Campo Branco. Pela nossa grande extensão territorial é difícil conseguir atender todo o município. Campo Branco tem potencial para se manter, pois tem muitas fontes de renda", reforça.

0👍 | 0👎

13/02/2011 13:50

Por **Associação Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

Assembleia Legislativa discute emancipação do Distrito de Arcadas Uma audiência pública realizada nesta quarta-feira, 09, debateu os problemas e as possíveis soluções relacionadas à criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, tendo em vista a alteração introduzida na Constituição Federal pela Emenda 15, de 1996. O evento foi promovido pela Comissão de Assuntos Municipais da ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). A audiência contou com a presença do deputado Edmir Chedid (DEM) que retomou as discussões em relação ao processo 3764, de 1995, instaurado com a finalidade de proceder à emancipação do Distrito de Arcadas, cuja área territorial pertence ao município de Amparo (SP). O processo elaborado pelo deputado Chedid recebeu parecer favorável por estar de acordo com as cláusulas da Lei Complementar 651/90, que dispõe sobre criação, fusão, incorporação e supressão de distritos. O ex-vereador Norberto Franco de Oliveira

Cardoso (Bé 3 PSDB) defendeu o processo aberto pelo parlamentar ao afirmar que o Distrito de Arcadas possui todas as condições suficientes para se tornar município. "O nosso distrito possui as condições técnicas necessárias e, ainda, o apoio da população. Por isso, esperamos que este processo possa ser retomado e o Distrito de Arcadas emancipado para que possamos receber os benefícios do Estado", disse. No processo apresentado à Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa existe um documento elaborado pelo Instituto Geográfico, órgão da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, que, por meio de relatório da Divisão de Apoio Técnico à Divisão Administrativa e Territorial, demonstra não haver nenhum impedimento no processo de emancipação do Distrito de Arcadas a partir da Lei Complementar 651/90. Além disso, em 1995, havia mais de mil eleitores no Distrito de Arcadas, conforme certidão expedida pelo juiz da 8ª Zona Eleitoral da Comarca de Amparo. "Esta certidão também atendia a uma exigência da Lei Complementar. Atualmente, temos cerca de 3,5 mil eleitores e uma população média estimada em 6 mil pessoas. Assim, atendemos as condições a que se refere à legislação", disse o ex-vereador Paulo Roberto Pozzolini (Democratas). Na ocasião, o deputado ressaltou a dificuldade que os municípios têm em atender seus distritos. Segundo o parlamentar, falta interesse efetivo em equacionar o problema por parte do Congresso Nacional que, segundo ele, tem tratado o assunto com desinteresse. "É necessário que haja uma melhor distribuição dos recursos financeiros, que estão concentrados apenas na União. Afinal, a população vive no município, não no Estado ou no país", declarou.

0👍 | 2👎

13/02/2011 13:24

Por **Associação Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

A VISITA DOS DEPUTADOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS NOS DISTRITOS, QUE TIVERAM PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO ARQUIVADOS EM 1995 SERÁ UMA FORMA DE COMPARAR A REALIDADE DESSES DISTRITOS COM MUNICIPIOS EXISTENTES EM MINAS GERAIS COM MENOS DE 2 MIL HABITANTES. A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FPM PRECISA SER MELHORADA. PORQUE UM MUNICIPIO COM 815 HABITANTES RECEBE O MESMO VALOR QUE UM MUNICIPIO COM 10 MIL HABITANTES? PORQUE DISTRITOS COM 3 MIL HABITANTES NÃO RECEBEM UM CENTAVO?

0👍 | 0👎

13/02/2011 13:20

Por **Associação Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

OS MORADORES DE XONIN PAGAM: TAXA DE ESGOTO, TAXA DE ÁGUA, TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TAXA DE EXPEDIENTE, TAXA DE ASSINATURA BÁSICA TELEFÔNICA, ISS, INSS, ISSQN, IOF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS, IPI, ITR, ICMS E AINDA VÁRIOS OUTROS TRIBUTOS. DE TUDO ISSO QUE O POVO DE XONIN PAGA, QUASE NADA RETORNA PARA A COMUNIDADE QUE TEM 3.409 (XONIN E XONIN DE BAIXO), MAS SEM SERRA DA SAUDADE, SÓ O FPM É QUASE MEIO MILHÃO TODO MÊS. É POSSÍVEL QUE NEM EM 10 ANOS XONIN VENHA RECEBER MEIO MILHÃO. POR ISSO QUEREMOS PLEBISCITO PARA VOTARMOS SOBRE EMANCIPAÇÃO.

0👍 | 0👎

13/02/2011 13:13

Por **Associação Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, COM VISITAS URGENTE AOS DISTRITOS MAIORES QUE O MENOR MUNICIPIO DE MINAS GERAIS, AINDA NO PRIMEIRO TRIMESTRE, PARA AVALIAREM A SITUAÇÃO DOS MESMOS, QUE ESTÃO SEM ASSISTÊNCIA. UM DISTRITO COMO XONIN PERTENCER A GOVERNADOR VALADARES, VAI PIORAR CADA VEZ MAIS. ABSURDO A FALTA DE INVESTIMENTO. DE TUDO QUE SE ARRECADA NUM DISTRITO SE FOSSE APLICADO NO PRÓPRIO DISTRITO A DISTRIBUIÇÃO SERIA MELHOR.

0👍 | 0👎

13/02/2011 13:08

Por **Associação Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

O CAMINHO PARA DESENVOLVER NOSSO ESTADO É A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER. CRIAR SUBGOVERNADORIAS SENDO UMA EM CADA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, E PERMITIR PLEBISCITOS AOS DISTRITOS COM PROCESSOS ARQUIVADOS NA ALMG É UM PASSO PARA DISTRIBUIR MELHOR A RENDA E AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, SOCIAL, URBANO. UM GRANDE DISTRITO COMO XONIN, QUE É MAIOR QUE SERRA DA SAUDADE MERECE O DIREITO DE PLEBISCITO PARA DELIBERAR SOBRE EMANCIPAÇÃO.

0👍 | 0👎

12/02/2011 22:15

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

DEPUTADOS DO RIO DE JENEIRO LIBERAM PLEBISCITO PARA DISTRITO DE TAMOIOS. QUEREMOS PLEBISCITO EM XONIN DE BAIXO E XONIN. Votação em caráter de urgência na Assembleia Legislativa do Rio para decidir o futuro de Tamoios, distrito de Cabo Frio. Pode ser o primeiro passo para a emancipação do distrito. Em jogo, além da divisão territorial está a arrecadação dos royalties do petróleo. Pela proposta o município de Tamoios ocuparia uma área de 300 quilômetros quadrados. Seria maior que Cabo Frio, em extensão territorial, e com população estimada de 50 mil pessoas. Mas a independência depende de várias etapas. Etapas da emancipação Se o projeto passar na ALERJ, segue para avaliação do governador do estado. Se Sérgio Cabral também aprovar, aí quem vai decidir se Tamoios vira ou não município será a população. A escolha seria feita num referendo e apenas os moradores do distrito teriam direito a voto.

0👍 | 0👎

12/02/2011 22:10

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

Roberto Mesquita destaca necessidade de emancipar distrito em Amontada O deputado Roberto Mesquita (PV) destacou em seu pronunciamento na sessão plenária desta quarta-feira (09/02) os 25 anos da cidade de Amontada. Segundo o parlamentar, com grande extensão territorial e um litoral de 60 quilômetros, o município tem uma economia frágil, dependente ainda da Prefeitura e do pagamento de aposentadorias. No entanto, sua porção praiana, de acordo com Mesquita, deseja a emancipação política. Para o deputado, a demanda é válida e justa, mas precisa ser implementada com cuidado pelo poder público. Ele sugeriu que o Governo do Estado leve para Amontada uma grande indústria que possa empregar a mão de obra na região e evitar o êxodo rural. Roberto Mesquita destacou que o Distrito de Icaraiá passa por profundas transformações, mas que seu desenvolvimento, focado sobretudo no turismo, está mais veloz que as obras de infraestrutura, especialmente saneamento e estradas. “O perfil do centro da cidade hoje é diferente do perfil do litoral, daí precisarmos criar condições para que a população que vai perder a parte rica do seu território não sofra. É necessário desenvolver políticas públicas naquela região, especialmente na geração de empregos, para que as duas localidades consigam se desenvolver em harmonia”, defendeu. Em aparte, o deputado Dedé Teixeira (PT) destacou que foram identificadas pela Assembleia Legislativa mais de 30 áreas no Estado que poderiam se tornar municípios, uma delas o litoral de Amontada. “É uma região de grande potencial turístico e pesqueiro que já merecia há algum tempo a condição de cidade e um olhar mais cuidadoso do Governo”, reforçou. O deputado Fernando Hugo (PSDB) apoiou a iniciativa de Mesquita de incentivar a emancipação do distrito em Amontada, comentando que frente à omissão legislativa e dada a necessidade da população, a AL não podia ficar à margem desta discussão. O deputado Moésio Loliola (PSDB) reforçou que o Parlamento cearense não pode esquecer o processo de emancipação dos municípios que foi bastante discutido no Estado. MM/CG

0👍 | 0👎

12/02/2011 22:08

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

DISTRITO DO MATO GROSSO SE MOBILIZA. CONSULTA PLEBISCITÁRIA É UM DIREITO. OS MORADORES DE XONIN DE BAIXO QUEREM ESSA OPORTUNIDADE UNIDOS COM XONIN Os moradores de Primavera vão formar esta semana a comissão pró-emancipação para desencadear o processo de desmembramento do distrito. Conforme a proposta apresentada na reunião, o novo município terá cerca de 1.200 Km². A produção estimada é de 500 t. de grãos. ¿Aproximadamente 70% da nossa área está sendo cultivada. Primavera será um município altamente viável¿, defendeu o vereador de Sorriso – eleito pela localidade –, Rudolfo Wick (PMDB).

0👍 | 0👎

12/02/2011 22:04

Por **Conselho Comunitário de Xonin de Baixo** | Governador Valadares/MG

Mais plebiscito no Mato Grosso O deputado Nico Baracat prometeu dar apoio técnico, através de seu gabinete, para que seja feito o encaminhamento do procedimento necessário à emancipação do distrito. Nico argumentou, entretanto, que toda a ação de emancipação passa por um plebiscito envolvendo a população dos municípios afetados pelo desmembramento. ¿O processo é democrático. É preciso informações técnicas sobre a viabilidade da criação de um município e muita responsabilidade; estamos prontos a ajudar no que for necessário¿. Minas Gerais não pode ficar pra traz.

0👍 | 0👎

12/02/2011 16:10

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

Fundo de Participação dos Municípios é uma transferencia constitucional (CF, Art. 159, I, b), composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para Municípios com até 10.188 habitantes, e, o máximo é 4,0 para aqueles acima 156 mil. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81. Do total de recursos 10% são destinados aos Municípios das capitais, 86,4% para os demais Municípios e 3,6% para o fundo de reserva a que fazem juz os Municípios com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3.8), excluídas as capitais. PLEBISCITO JÁ PARA XONIN E XONIN DE BAIXO, NÃO É JUSTO A GENTE PAGAR IMPOSTOS E NOSSO FPM SENDO APLICADOS EM OUTROS LUGARES.

0👍 | 0👎

12/02/2011 15:38

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

Serra da Saudade – MG janeiro/2011 Decêndio 1º 2º 3º Total FPM 199.192,71 79.850,96 125.501,28 404.544,95 ITR 78,07 0,00 0,00 78,07 IOF 0,00 0,00 0,00 0,00 CIDE 0,00 4.451,89 0,00 4.451,89 FEX 0,00 0,00 0,00 0,00 ICMS LC 87/96 0,00 0,00 735,02 735,02 ICMS LC 87/96-1579 0,00 0,00 0,00 0,00 FUNDEF 0,00 0,00 0,00 0,00 FUNDEB 5.936,06 19.409,03 10.589,50 35.934,59 Total 205.206,84 103.711,88 136.825,80 445.744,52 Origens do FUNDEF SERRA DA SAUDADE RECEBEU DE RECURSOS FEDERAIS EM JANEIRO DE 2011 MAIS DE 445 MIL REAIS, LÁ SÓ TEM 815 HABITANTES, XONIN E XONIN DE BAIXO COM MAIS DE 3.409 HABITANTES NÃO RECEBEU UM CENTAVO. NEM DURANTE 4 ANOS RECEBEMOS ESSE VALOR. UMA REFLEXÃO PARA NOSSOS DEPUTADOS ESTADUAIS. EMANCIPAÇÃO COM NOVO PLEBISCITO

0👍 | 0👎

12/02/2011 15:31

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. ENTÃO, DISTRITOS COM POPULAÇÃO 4 VEZES MAIOR QUE O MENOR MUNICIPIO DE MINAS GERAIS, NÃO RECEBE ESSES RECURSOS. XONIN E XONIN DE BAIXO QUEREM PLEBISCITO PARA DECIDIREM SOBRE EMANCIPAÇÃO.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 15:22

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

o poder dos deputados estaduais queremos plebiscito para xonin e xonin de baixo Artigo 1º - A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. Artigo 2º - Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. § 1º - O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 15:12

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

injustiça comoradores de distritos com população superior ao menor município do estado que é minas gerais. se serra da saudade com 815 habitantes recebe verbas que juntamente com o fpm soma quase um milhão de reais por mês, como fica os outros que pagam ipi e ir e ficam sem medico, sem coveiro, sem ambulância, sem coleta de lixo, sem telefonia celular, sem beneficios do governo estadual, do governo federal. em xonin e xonin de baixo, são mais de 3 mil habitantes e nada de verba. queremos umplebiscito este ano de 2011. este é nosso pedido aos deputados estaduais.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 15:04

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

o poder do cidadão é através de nossos deputados, que podem autorizar plebicito para que o povo que paga ipi e ir para constituir o fpm, de distritos como xonin e xonin de baixo se manifeste sobre desmembrar de governador valadares, que literalmente abandonou a população das duas comunidades. falta medico, coveiro, telefone celular, calçamento em ruas, rede de esgoto, capina nas ruas, coleta de lixo domestico, falta policiamento fixo, e muitas outras coisas.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 14:53

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

Jurisprudência sobre realização de plebiscito para criação de municípios. O TSE apenas autorizou a realização do plebiscito para emancipação do distrito de Extrema em Rondônia, em conformidade com o artigo 18 da Constituição já que a Lei Complementar Federal, apenas definirá o período de criação de municípios O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou a realização de plebiscito para a criação do município de Extrema de Rondônia, com o desmembramento de distritos pertencentes à capital Porto Velho (RO). “Havia lei estadual determinando o desmembramento e outros pressupostos foram respeitados no caso. Não há óbice para a realização da consulta plebiscitária”, afirmou o relator do processo, o ministro Fernando Gonçalves. O relator ressaltou, no entanto, que a criação efetiva do município, se aprovada pela população interessada e atendidos outros estudos e pressupostos, entre eles o de viabilidade econômica, somente poderá ocorrer após a publicação da Lei Complementar Federal, determinada pela Constituição. “O TSE está aqui apenas autorizando a realização do plebiscito. Não a sua criação de fato”, destacou o ministro.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 14:45

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

a assembleia legislativa de minas gerais não pode negar esse direito constitucional aos distritos de xonin e xonin de baixo que querem realizar plebiscito, plebiscito não significa criação de município, por isso nada impede essa ação de nossos deputados estaduais

0👍 | 0🗨

12/02/2011 14:42

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

ano que vem tem eleições, mas de acordo com a lei complementar de minas, numero 37 / 95, este ano é que deve acontecer os plebiscitos dos distritos que deseja emancipação.esperamos uma resposta dos deputados estaduais.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 14:36

Por **Eliete Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

é hora de resgatar o pacto federativo. poder aos deputados estaduais para autorizarem a realização de plebiscito aos distritos com processos arquivados na assembleia. exemplo de xonin e xonin de baixo.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 13:51

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

A omissão do congresso nacional em regulamentar a emenda 15 de 1996 abre brecha para deputados estaduais, autorizarem a realização de plebisitos para os distritos que iniciaram processos de emancipação em 1995. os plebiscitos serão um instrumento para despertar o congresso nacional a resgatar o pacto federativo.

0👍 | 0🗨

12/02/2011 13:34

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

A CRIAÇÃO, A INCORPORAÇÃO, A FUSÃO E O DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1969 E 1988. Nos termos da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, a criação de Municípios, bem como sua divisão em distritos, dependerá de lei estadual, sendo que Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios (artigos 14 e 15 da EC nº1/69). Por outro lado, o texto constitucional de 1988 estabelece em seu art.18, § 4º, com a redação dada pela emenda constitucional nº 15, que, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Percebe-se que a atual Carta Política, no que diz respeito ao tema sob comento, foi mais abrangente, exigindo das áreas que pretendem se emancipar um estudo de viabilidade municipal, ou seja, deverá ser demonstrada a capacidade de aquela área vingar, diminuído, portanto, o crescimento desenfreado de novos municípios. Desta feita, partindo da análise dos dispositivos constitucionais, conclui-se que deverão ser observados certos requisitos para a criação do município, como legítimo ente da federação da brasileira. São eles: 1) Lei complementar federal 2) mediante a qual será determinado o período para a criação do município. Todavia, cabe aqui destacar, que, até o presente momento o legislativo quedou-se inerte, não elaborando a norma que estabeleceria o procedimento para a criação do município. Desse modo, diversas leis estaduais estão criando municípios desprezando-se a omissão legislativa; 3) Estudo de viabilidade municipal 4) através do qual a região que pretende se emancipar deverá demonstrar a viabilidade da criação do município; 5) Plebiscito 6) quer isto dizer que as populações diretamente interessadas deverão ser previamente ouvidas antes da elaboração de qualquer lei estadual de criação do município; 7) Lei estadual 8) a criação do município deverá dar-se mediante a elaboração de lei estadual dentro do período que a lei complementar federal houver definido. Impende destacar, por oportuno, que, para afastar a inconstitucionalidade formal na criação de novos municípios, por conta da inexistência da referida Lei Complementar, recentemente, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional n. 57, adicionando o artigo 96 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, nos seguintes termos: 9) Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação. Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/45672/1/Aspectos-Juridicos-do-Processo-de-Formacao-do-Municipio-de-Horizonte-do-Estado-do-Ceara/pagina1.html#ixzz1DI82vnCI>

0 0 | 0 0

12/02/2011 13:11

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Distritos do Ceará que buscam emancipação conseguiram autorização para realização de plebiscitos A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou por unanimidade em sessão plenária, 11 decretos legislativos, de autoria da Mesa Diretora, que determinam a realização de consultas plebiscitárias em municípios para emancipação de nove distritos. No total, 29 pedidos de criação de municípios já foram aprovados pela Assembleia Legislativa em todo estado. A realização dos plebiscitos é uma garantia constitucional, mesmo que a lei de criação dos municípios venha acontecer posteriormente.

0 0 | 0 0

12/02/2011 12:22

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

JURISPRUDÊNCIA SOBRE REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO PARA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou a realização de plebiscito para a criação do município de Extrema de Rondônia, com o

desmembramento de distritos pertencentes à capital Porto Velho (RO). No entanto, se a população envolvida na consulta for favorável à criação de Extrema de Rondônia, os ministros destacaram que o município somente poderá ser criado de fato após a elaboração pelo Congresso Nacional da Lei Complementar Federal, exigida pela Constituição, que deverá tratar da criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios. “Havia lei estadual determinando o desmembramento e outros pressupostos foram respeitados no caso. Não há óbice para a realização da consulta plebiscitária”, afirmou o relator do processo, o ministro Fernando Gonçalves. O relator ressaltou, no entanto, que a criação efetiva do município, se aprovada pela população interessada e atendidos outros estudos e pressupostos, entre eles o de viabilidade econômica, somente poderá ocorrer após a publicação da Lei Complementar Federal, determinada pela Constituição. “O TSE está aqui apenas autorizando a realização do plebiscito. Não a sua criação de fato”, destacou o ministro.

0👍 | 0👎

12/02/2011 12:18

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Momento O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Levandowski, quando questionado pela reportagem do Diário do Nordeste, sobre se a Justiça Eleitoral teria estrutura para a realização dos plebiscitos, disse que a Corte está estudando o assunto. “Isso está sendo estudado e nós vamos equacionar isso no momento oportuno”, disse o ministro, ao deixar claro que a prioridade em 2010 é das eleições gerais, e que isso deverá ser debatido em outro momento.

0👍 | 0👎

12/02/2011 12:17

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

Em entrevista, por ocasião da visita do ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Levandowski ao Ceará, o desembargador Gerardo Brígido disse ser favorável a criação de novos municípios, elogiou a elaboração da Lei pelo Legislativo estadual

0👍 | 0👎

12/02/2011 12:15

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

No TRE, os Decretos Legislativos aprovados pela Assembleia autorizando a realização de plebiscito em vários municípios do Estado estão com o juiz Jorge Luiz Girão, designado relator que só após a manifestação do Ministério Público Eleitoral vai decidir como levará o seu voto para julgamento do Pleno do TRE, advertindo que há necessidade de se levar em consideração se há recurso técnico e financeiro para a realização de consulta plebiscitária.

0👍 | 0👎

12/02/2011 12:04

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

O PODER QUE EMANNA DO POVO = SOBERANIA POPULAR = PLEBISCITO = DEPUTADOS FAZENDO A LEI DE CRIAÇÃO = PERÍODO QUE LEI COMPLEMENTAR FEDERAL DETERMINAR. A LEI FEDERAL NÃO PODE DETERMINAR REGRAS, ISSO É COMPETÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS. Dos Princípios Fundamentais Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa

humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.

0👍 | 0👎

12/02/2011 11:59

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

O QUE OS MORADORES DE XONIN E XONIN DE BAIXO QUEREM É A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO. A CONSTITUIÇÃO É CLARA. A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 15 DE 1996, NÃO PROIBE A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO, ELA DEIXOU CLARO QUE A CRIAÇÃO DE MUNICIPIOS É COMPETENCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, POR LEI ESTADUAL, AGORA O PERIDO PARA APROVAR A LEI DE CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS MUNCIPIOS É QUE DEVERÁ SER DETERMINADA POR LEI COMPLEMENTAR FEDERAL.

0👍 | 0👎

12/02/2011 11:53

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

DIREITO CONSTITUCIONAL – PLEBISCITO ESTÁ EM PRIMEIRO LUGAR NA ORDEM DOS DIREITOS PREVISTOS NO ARTIGO 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular. O POVO DE XONIN E XONIN DE BAIXO PEDE ISSO AOS DEPUTADOS ESTADUAIS.

0👍 | 0👎

12/02/2011 11:46

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

O ARTIGO 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTÁ SENDO MODIFICADO POR LEI COMPLEMENTAR NO CONGRESSO, E TIRANDO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ESSE DIREITO. O TEXTO É BEM CLARO, AS REGRAS EM RELAÇÃO A NUMERO DE HABITANTES, E OUTROS DADOS É DE COMPETENCIA DOS ESTADOS. A LEI FEDERAL DEVERÁ APENAS DETERMINAR O PERIODO DA CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS MUNCIPIOS. O PLEBISCITO PE COMPETENCIA DA ASSEMBLEIA. Artigo único. O § 4º do Art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 18..... § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei."

0👍 | 0👎

12/02/2011 11:42

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

EM RORAIMA, RONDONIA, CEARÁ E OUTROS ESTADOS, OS DEPUTADOS ESTADUIAS, LIBERARAM A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO SOBRE EMANCIPAÇÕES, MAS EM MINAS OS DISTRITOS QUE TIVERAM PROCESSOS ARQUIVADOS EM 1995, QUEREM NOVO PLEBISCITO.

0👍 | 0👎

12/02/2011 11:34

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

EM MINAS GERAIS, QUASE 500 MUNICIPIOS, PARA RECEBEREM O FPM, QUE PE PRINCIPAL FONTE DE RECEITA TEM POPULAÇÃO ABAIXO DE 10.188 HABITANTES QUE A FAIXA POPULACIONAL PARA O REPASSE 0,6. AGORA COMO PODE UM MUNICIPIO COM 815 HABITANTES COMO SERRA DA SAUDADE-MG RECEBER O MESMO FPM DE UM MUNICIPIO COM 9 OU 10 MIL HABITANTES. A POPULAÇÃO DE XONINE XONIN DE BAIXO É DE 3.409 HABITANTES E NÃO RECEBE UM CENTAVO DE FPM. AQUI EM XONIN FATA QUASE TUDO NO QUE DIZ RESPEITO A SERVIÇO PUBLICO, FALTA TELEFONE CELULAR, FALTA MEDICO, FALTA COVEIRO, FALTA UMA ESCOLA DO ESTADO COM PREDIO TOTALMENTE PROPRIO, FALTA MUITA COISA, QUE COM UMA ADMINISTRAÇÃO PODERIA SE CONQUISTAR RAPIDAMENTE. ONDE CHEGA FPM, OS PEQUENOS MUNICIPIOS TEM TUDO ISSO E MUITO MAIS. PLEBISCITO, DIREITO CONSTITUCIONAL. XONIN E XONIN DE BAIXO QUEREM SE MANIFESTAR EM PLEBISCITO SOBRE EMANCIPAÇÃO.

0👍 | 0👎

12/02/2011 11:20

Por **Grupo Xonin de Ação Social** | Governador Valadares/MG

SOBRE A CRIAÇÃO DE MUNICIPIOS: O FPM PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS PEQUENOS MUNICIPIOS, É ORIUNDO DO IPI E IR, NÃO É JUSTO CADA CIDADÃO PAGAR PARA GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA DE TODOS OS MUNICIPIOS DO BRASIL E NÃO TER O DIREITO DE SE MANIFESTAR EM PLEBISCITO SOBRE A EMANCIPAÇÃO DE UM DISTRITO COMO É O CASO DE XONIN E XONIN DE BAIXO EM GOVERNADOR VALADARES.

0👍 | 0👎

12/02/2011 01:45

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Favor dar ampla publicidade em cadeia nacional (antes do Jornal Nacional e outros), emissoras de rádios, etc, sobre este Fórum e suas expectativas, essa é a minha sugestão colaborativa.

0👍 | 0👎

11/02/2011 22:26

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

É CURIOSO A DIVISÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DE MUNICIPIOS. A LEI DIZ QUE MUNICIPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 10.188 TEM DIREITO AO FPM 0,6 QUE EQUIVALE A 300 MIL E 400 MIL TODOS OS MESES. SERRA DA SAUDADE QUE TEM 815 HABITANTES TEM DIREITO A ESSA VERBA FEDERAL TODOS OS MESES. ENQUANTO XONIN E XONIN DE BAIXO COM MAIS DE 3 MIL HABITANTES NÃO RECEBE UM CENTAVO DE VERBA. E TODOS PAGAM IMPOSTOS PARA DIVIDIR COM OUTROS MUNICIPIOS. PAGAMOS: CIDE, INSS, PIS, COFINS, IOF, IPI, E DEZENAS DE TRIBUTOS. ISSO É JUSTO? EMANCIPAÇÃO JÁ. XONIN QUER SER MUNICIPIO.

0👍 | 1👎

11/02/2011 22:18

Por **Ayres da Silva Coelho** | Governador Valadares/MG

O PARLAMENTO MINEIRO ESTÁ DE PARABENS POR DEBATER TEMAS IMPORTANTES DE INTERESSE DA POPULAÇÃO. A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER É UMA DELAS. PERMITIR A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PLEBICITÁRIAS AOS DISTRITOS QUE TIVERAM PROCESSOS ARQUIVADOS É UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA. SE TEMOS CIDADES COM 815 HABITANTES, UM DISTRITO

COM MAIS DE 3 MIL HABITANTES MERECE CONSIDERAÇÃO.

0👍 | 0🗨

11/02/2011 21:50

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

hoje temos um municipio em minas gerais com 815 habitantes. nosso distrito de xonin e xonin de baixo de acordo com o censo de 2000 , tem 3.409 habitantes, 4 -quatro vezes mais, mas o processo de emancipação de xonin foi arquivado em 1995. queremos uma oportunidade de novo plebiscito ainda em 2011. pelo resgate do pacto federativo e autonomia dos deputados estaduais sobre esse assunto.

0👍 | 0🗨

11/02/2011 21:37

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

chegou o momento de nossos deputados, decidirem sobre os plebiscitos sobre criação de municípios. o povo quer se manifestar. é hora de conceder esse direito, já que todo poder emana do povo. moradores de xonin e xonin de baixo querem novo plebiscito para se manifestarem sobre desmembramento de governador valadares.

0👍 | 0🗨

11/02/2011 12:19

Por **Ivone Luiza Moreira Silva** | Belo Horizonte/MG

Conclusão das obras de reforma do prédio situado na Av. Amazonas esq. São Paulo, onde funcionará a Casa dos Conselhos, a fim de possibilitar um melhor entrosamento entre os conselhos dos diversos seguimentos que possuem interesses comuns, por ex. idoso com a identidade racial, com a mulher e assistência social.

2👍 | 2🗨

11/02/2011 12:16

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

assuntos municipais é o caminho para o desenvolvimento de minas gerais. descentralização do poder com novas emancipações. isso é governança regional e urbana. a vez dos distritos maiores que o menor município de minas gerais, serra da saudade tem 815 habitantes e é município. temos distritos com mais de 3 mil habitantes, que não podem nem ser consultados em plebiscito. pedimos uma ação dos deputados nesse sentido.

0👍 | 0🗨

11/02/2011 10:30

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

novos deputados, novo tempo, novas oportunidades para quem deseja emancipar. a realização de plebiscito ao povo de xonin e xonin de baixo.

0👍 | 0🗨

11/02/2011 10:12

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

o pacto federativo precisa ser resgatado, com a liberação de plebiscitos aos distritos que tiveram processos iniciados em 1995. quem cria estado é a união. quem cria distrito e o município, que cria município deve ser o estado. xonin quer ser município

0👍 | 0👎

11/02/2011 10:03

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

O CASO DE PARAISO DAS AGUAS NO MATO GROSSO DO SUL, É INTERESSANTE. ELES FIZERAM O PLEBISCITO EM 2003, E ATÉ HOJE NÃO FOI INSTALADO O MUNICIPIO. SENDO ASSIM NADA IMPEDE REALIZAR O PLEBISCITO. O POVO TA PEDINDO. XONIN E XONIN DE BAIXO EM GOVERNADOR VALADARES-MG, QUEREM ESSA OPORTUNIDADE.

0👍 | 0👎

11/02/2011 09:59

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

VÁRIOS ESTADOS NO BRASIL, COMO CEARÁ, RONDONIA, RIO DE JANEIRO, MATO GROSSO DO SUL, LIBERARAM CONSULTAS PLEBICITÁRIAS PARA EMEANCIPAÇÃO DE DISTRITOS. MESMO QUE A LEI DE CRIAÇÃO DE MUNICIPIOS NÃO SEJA CONSOLIDADA, MAS UMA MANIFESTAÇÃO DA POPULAÇÃO INTERESSADA NÃO DEVERIA SER NEGADA. EM XONIN E XONIN DE BAIXO, MUNICIPIO DE GOVERNADOR VALADARES, O POVO QUER DESARQUIVAR O PROCESSO DE 1995.

0👍 | 0👎

11/02/2011 09:55

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

CONSULTA PLEBICITÁRIA SOBRE CRIAÇÃO DE MUNICIPIOS. PEDIMOS NOVA OPORTUNIDADE AO DISTRITO DE XONIN E XONIN DE BAIXO. QUE 2011 SEJA O ANO PARA QUE MORADORES SE MANIFESTEM SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE GOVERNADOR VALADARES. PEDIMOS O DESARQUIVAMENTO DO PROCESSO, REQUERIMENTO 142 DE 1995.

0👍 | 0👎

10/02/2011 23:39

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

PEDIMOS AOS DEPUTADOS PARA SE EMPENHAREM NA REALIZAÇÃO DE UM PLEBISCITO PARA QUE OS MORADORES DE XONIN E XONIN DE BAIXO SE MANIFESTEM SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE GOVERNADOR VALADARES. EM 1995 OS DOIS DISTRITOS, NÃO CONSEGUIRAM ARTICULAR A VOTAÇÃO NO PLEBISCITO E POR FALTA DE QUORUM O RESULTAO FOI DESFAVORÁVEL. O DESARQUIVAMENTO DO PRECESSO FRUTO DO REQUERIMENTO 142 DE 1995, PODE DAR UMA NOVA CHANCE AO POXO DE XONIN E XONIN DEBAIXO. ISSO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PODE FAZER. A LEI DE CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO MUNICIPIO FICA PARA QUANDO A MATERIA FOR REGULAMENTADA.

0👍 | 0👎

10/02/2011 23:30

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

Adiada decisão sobre a primeira eleição em Paraíso das Águas Agência TSE/HR Pedido de vista da ministra do TSE, Cármen Lúcia Antunes Rocha suspendeu o julgamento de pedido feito Ministério Público Eleitoral (MPE) para anular resolução do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS) que determinou a realização das primeiras eleições do município de Paraíso das Águas fora das regras previstas na Constituição Federal. O município foi criado em 2003, a partir do desmembramento de outros três municípios em Mato Grosso do Sul. Até o momento, há um voto para anular a determinação do TRE-MS, do relator da matéria, ministro Aldir Passarinho Junior. Para ele, o pleito deve ser realizado segundo as regras constitucionais que determinam que a eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores deve ser feita por meio de votação direta realizada simultaneamente em todo o país. Para o relator da matéria, as eleições do novo município devem ser realizadas seguindo as regras do inciso I do artigo 29 da Constituição Federal. Esse dispositivo determina que a eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, para mandato de quatro anos, deve ser feita mediante pleito direto e simultâneo a ser realizado em todo o país. A regra se repete no inciso II do parágrafo único do artigo 1º da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições). O ministro Passarinho Junior ressaltou que o TSE respondeu a uma consulta sobre o tema e confirmou a regra da simultaneidade das eleições para municípios criados após 31 de dezembro de 2006. O ministro votou nesse sentido no dia 28 de agosto do ano passado, quando o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Histórico O TRE-MS havia determinado que as eleições de Paraíso das Águas seriam realizadas em 14 de março de 2010, mas no dia em 11 de fevereiro do mesmo ano o pleito foi suspenso por decisão do plenário do TSE, que concedeu o pedido de liminar feito pelo MPE. Agora, os ministros analisam o mérito da ação do Ministério Público Eleitoral. O município de Paraíso das Águas foi criado a partir do desmembramento de Água Clara, Costa Rica e Chapadão do Sul. A criação da cidade foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3018). Alegou-se que a lei estadual que determinou o desmembramento não teria cumprido requisitos constitucionais. Com a Emenda Constitucional 57/08, a criação do município foi validada e a ADI foi arquivada por perda de objeto. A Emenda Constitucional 57 acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios. O artigo tem a seguinte redação: "Art. 96. Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo estado à época de sua criação".

0👍 | 0👎

10/02/2011 23:26

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

QUE NOSSA ASSEMBLEIA LIBERE A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO SOBRE A CRIAÇÃO DOS DISTRITOS QUE FICARAM PREJUDICADOS EM 1995. Paraíso das Águas é um município brasileiro da região Centro-Oeste, do estado de Mato Grosso do Sul. Até então distrito de Costa Rica, é um dos mais novos município de Mato Grosso do Sul. O anúncio foi feito na manhã do dia 03 de dezembro de 2009 pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski. Com esse são no total 79 municípios, com uma população de aproximadamente 4.500 habitantes, seu território abrangerá parte dos municípios de Água Clara, Costa Rica e Chapadão do Sul

0👍 | 0👎

10/02/2011 23:14

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

O deputado ainda explica que os municípios poderão ser instalados até janeiro de 2013, desde que a publicação da lei de criação do novo município tenha sido feita até a data da publicação da Emenda Constitucional, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação. O prazo de cinco anos é porque somente vai haver eleições em 2012, com a posse dos prefeitos em janeiro de 2013

0👍 | 0👎

10/02/2011 23:01

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

O ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, autorizou a emancipação político-administrativa do distrito de Paraíso das Águas, que deverá ser o 79º município de Mato Grosso do Sul. O anúncio foi feito hoje de manhã em reunião do primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, deputado estadual Ary Rigo (PSDB), com os prefeitos de Chapadão do Sul, Jocelito Krug (PMDB), e de Água Clara, Edvaldo Alves de Queiroz, o Tupete (PDT). STF deve liberar emancipação de Paraíso das Águas... » ver as 2 relacionadas No despacho de ontem, Lewandowski afirmou que a ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Procurador-geral da República, perdeu o objeto com superveniência da Emenda Constitucional que convalidou os diplomas normativos. "Isto posto, julgo prejudicada esta ação direta de inconstitucionalidade", ressaltou, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3018. Com a decisão do STF, Rigo e os prefeitos, junto com o governador André Puccinelli (PMDB) vão solicitar ao presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), desembargador Luiz Carlos Santini, para convocar eleições, em 60 dias, para eleger os primeiros prefeito, vice-prefeito e vereadores de Paraíso das Águas. Pedido - Na terça-feira, Rigo, Puccinelli e os prefeitos, incluindo-se o representante de Costa Rica, Jesus Baird (PMDB) pediram ao ministro do STF o julgamento da Adi 3018, já que tinha uma liminar impedindo a emancipação de Paraíso das Águas. Segundo Rigo, após a promulgação da Emenda Constitucional, que dispensa a regulamentação de artigo da Constituição sobre criação de novos municípios, não existe óbice legal para a emancipação de Paraíso, aprovado por mais de 90% dos moradores da região em plebiscito realizado em 2003. Em 2003, apenas Figueirão acabou se emancipando. Na mesma situação estavam dois distritos de Santa Catarina e um do Pará, que acabaram sendo citados na Emenda Constitucional.

0👍 | 0👎

10/02/2011 22:54

Por **Juvenal Gonçalves de Oliveira** | Governador Valadares/MG

que maravilha este debate. espero que nossos deputados fortalecem o legislativo mineiro. legislar sobre criação de municípios liberando a realização de plebiscitos pelo menos aos distritos que ficaram prejudicados em 1995. Plebiscito é uma consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido. O projeto de lei para criação do município de Xonin só poderá ser elaborado depois do resultado do plebiscito que deverá ser homologado pela Justiça Eleitoral. Viabilidade Lideranças comunitárias dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo acreditam que com o FPM e outras fontes de receitas, o novo município tem condições de se desenvolver e se manter. A viabilidade municipal da área emancipanda supera a realidade de muitos municípios existentes em Minas Gerais e no Brasil.

0👍 | 0👎

10/02/2011 22:14

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

Número do Requerimento - Distrito (s) - Município de Origem 22 - Justinópolis - Ribeirão das Neves 24 - Fidelândia e Novo Horizonte - Ataléia 47 - Ibitira e Alberto Isaacson - Martinho Campos 60 - São Joaquim - Januária 66 - Tijucó - Januária 84 - Azurita - Mateus Leme 96 - Mucuri e Rio Pretinho - Teófilo Ottoni 97 - Topázio - Teófilo Ottoni 104 - Ermidinha e Nova Esperança - Montes Claros 108 - Melo Viana - Esmeraldas 123 - Carvalho de Brito - Sabará 124 - Duval de Barros - Ibitiré 137 - Correia de Almeida - Barbacena 141 - São Benedito - Santa Luzia 142 - Xonin de Cima e Xonin de Baixo - Governador Valadares 160 - Barra do Ariranha e Limeira de Mantena - Mantena 165 - São José do Triunfo e Cachoeira de Santa Cruz - Viçosa 169 - Quem-Quem e Barreiro da Raiz - Janaúba Assim, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar nº 37, de 1995, somos levados a determinar o arquivamento dos processos de emancipação dos distritos anteriormente

relacionados. Conclusão Pelo exposto, concluímos pelo arquivamento dos processos de emancipação de distritos propostos por meio dos Requerimentos nºs 22, 24, 47, 60, 66, 84, 96, 97, 104, 108, 123, 124, 137, 141, 142, 160, 165 e 169.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1999

0👍 | 0👎

10/02/2011 22:11

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular. Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. § 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

0👍 | 0👎

10/02/2011 22:01

Por **Leasilva Maria de Souza** | Governador Valadares/MG

Senhor Presidente, Nos termos do artigo 7º, Inciso II, VII e VIII da Lei Complementar nº 37 de 1995, apelamos a este colegiado, que viabilize a realização de CONSULTA PLEBISCITÁRIA aos moradores do distrito de CHONIN, que desejam o desarquivamento do PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS DE XONIM DE CIMA E XONIM DE BAIXO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES – REQUERIMENTO Nº142/95. Queremos ser cidade. Buscamos nossa autonomia para melhorar a qualidade de vida da população Choniense. Pleiteamos a realização do plebiscito pelo fortalecimento da democracia. LEASILVA MARIA DE SOUZA PRESIDENTE

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:43

Por **Olíer Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

Senhor Presidente, Nos termos do artigo 7º, Inciso II, VII e VIII da Lei Complementar nº 37 de 1995, apelamos a este colegiado, que viabilize a realização de CONSULTA PLEBISCITÁRIA aos moradores do distrito de CHONIN, que desejam o desarquivamento do PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS DE XONIM DE CIMA E XONIM DE BAIXO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES – REQUERIMENTO Nº142/95. Justificativa Os poderes constituídos poderiam viabilizar nova consulta plebiscitária para que os moradores do distrito de Chonin decidam através do voto se desejam a emancipação. A manifestação popular é a mais legítima forma de expressão democrática. Os poderes constituídos não poderiam negar ao povo de Chonin o direito de se manifestar no plebiscito. Quanto mais perto o poder, mais desenvolvimento. Queremos a descentralização do poder. Queremos essa oportunidade. Ir às urnas para uma decisão. Isso é soberano no Estado democrático de direito. Esperamos ter nosso sonho atendido, com a realização do plebiscito.

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:40

Por **Olíer Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

1-Porque o princípio federativo é cláusula pétrea da Constituição Federal; 2-Porque, pelo PRINCÍPIO DA SIMETRIA, é dada, à União, a competência de criação de Estados; aos Estados é dada a competência para criar Municípios e, aos Municípios é dada a atribuição de criar distritos e bairros; 3-Porque a competência estadual para estabelecer

os critérios das futuras emancipações é preceito constitucional que decorre do pacto federativo; 4-Porque devolve aos legislativos estaduais a competência para estabelecer os critérios para as futuras emancipações; 5-Porque as emancipações, realizadas com critérios, propiciam uma melhor distribuição de renda, nos Estados, sem aumento de despesas para a União (O FPM é o mesmo); 6- Porque a proposta não “abre porteirolas” para emancipações, pois apenas devolve para os Estados a autonomia de definirem os critérios com base nas particularidades regionais. 7-Porque é impossível para a União estabelecer, num texto único, as medidas necessárias que contemplem as diferenças e as peculiaridades regionais, conforme prevê a Emenda Constitucional nº 15 de 1996. NA FRANÇA EXISTEM PELO MENOS 36 MIL MUNICÍPIOS COM TAMANHO MÉDIO DE 15 KM², JÁ NOS ESTADOS UNIDOS SÃO 34 MIL COM ÁREA DE 275 KM², ENQUANTO NA ALEMANHA SÃO 16 MIL COM EXTENSÃO DE 22 KM². NA ITÁLIA SÃO PELO MENOS 9.900 COM ÁREA DE 30KM² E NO BRASIL EXISTEM APENAS 5.562 MUNICÍPIOS COM ÁREA DE 1.554 KM². NOS PAÍSES DE PRIMEIRO MUNDO A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NÃO É LIMITADA. É O PODER MAIS PERTO DO POVO. PEC 52 APROVAÇÃO JÁ! PELO RESGATE DO PACTO FEDERATIVO CONQUISTADO EM 1988.

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:34

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

Da: Comissão Emancipacionista de Xonin Para: Comissão de Assuntos Municipais Assembléia Legislativa de Minas Gerais Assunto: Realização de consulta plebiscitária Em 14 de junho de 2.010. Senhor Presidente, Nos termos do artigo 7º, Inciso II, VII e VIII da Lei Complementar nº 37 de 1995, apelamos a este colegiado, que viabilize a realização de CONSULTA PLEBISCITÁRIA aos moradores dos distritos de XONIN E XONIN DE BAIXO, que desejam o desarquivamento do PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS DE XONIN E XONIN DE BAIXO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES – REQUERIMENTO Nº142/95. Justificativa A Comissão Emancipacionista de Xonin apresenta à Assembléia Legislativa de Minas Gerias pedido de desarquivamento do processo de emancipação iniciado em 1995 através do Requerimento 142/1995, com a realização de plebiscito sobre a criação do município de Xonin, envolvendo os distritos de Xonin e Xonin de Baixo. Defendemos que a Assembléia Legislativa aprove o plebiscito para acontecer durante as eleições deste ano, permitindo que os moradores decidam sobre a possibilidade de emancipação. Com isso, poderia se aproveitar a estrutura das eleições e incluir nas urnas eletrônicas a pergunta sobre a emancipação de Xonin. A pergunta seria: "VOCÊ QUER A EMANCIPAÇÃO DE XONIN?". O plebiscito está previsto na Constituição Federal. “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I “ plebiscito (CF)”

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:31

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

O futuro município de XONIN tem condições de se viabilizar economicamente, assim como 491 municípios em Minas Gerais com população de até 10.188 habitantes que tem como principal fonte de receita o FPM 0,6. A imensa área territorial do futuro município de XONIN, já conta com empreendimentos que geram empregos e renda para a população dos distritos de XONIN e XONIN DE BAIXO. Pode-se registrar a existência do Posto Pinheiro de Combustíveis, 1 hotel, vários restaurantes, 1 laticínio, 1 fabrica de biscoitos, 3 postos de medicamentos, 1 padaria, 3 açougues, 2 correspondentes bancários, 1 supermercado, várias mercearias e pontos comerciais, barracas de côco, 3 borracharias, 2 serralherias, produção de derivados de leite e pequenas fabricas de doces caseiros, fomento florestal, atividades agrícolas, pecuária e extração mineral. O censo do IBGE ano 2000 registrou uma população de 3.409 habitantes. Os dados da Justiça Eleitoral em abril de 2.010 registraram um total de 2.957 eleitores aptos. Informações da TELEMAR em 2007 confirmaram a existência de 379 linhas telefônicas residenciais e 34 de uso público e internet discada. Em 2007 a CEMIG declarou que 966 residências eram atendidas com energia elétrica e ainda a existência de 460 postes de iluminação pública. A Polícia Militar atende a área interessada pela emancipação, com policiais, viaturas e dois postos de atendimento. A Prefeitura Municipal de Governador Valadares atestou a existência de 3 escolas rurais atendidas pelo Micropolo Xonin e ainda de uma creche escola em pleno e regular funcionamento. A 13ª Superintendência Regional de Ensino declarou a existência de Escola

Estadual em funcionamento atendendo aproximadamente 800 alunos em turmas de 1º e 2º graus. O DER/MG confirma trecho asfaltado ligando os distritos de Xonin e Xonin de Baixo através das BRs 116 e 451. A Prefeitura Municipal atesta a existência de 3 cemitérios na área do futuro município. A área reservada para patrimônio do distrito de Xonin totaliza 1.070.000,00 m² e de Xonin de Baixo totaliza 1.486.250,00 m². A área territorial do futuro município em Km², não possível encontrar ou encomendar ainda. No distrito existe água encanada com distribuição domiciliar através de uma estação de tratamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto. O futuro município de Xonin conta com serviços básicos dos Correios. Uma Equipe do Programa de Saúde da Família atende a população dos dois distritos e comunidades rurais em dois postos bem equipados. Linhas de ônibus interdistritais e intermunicipais atendem toda a população xoniense. Outros dados estão sendo pesquisados e alguns serão atualizados periodicamente até a realização da nova consulta plebiscitária que acreditamos se viabilizará. Comparando a realidade dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo, com os municípios abaixo relacionados, poderemos verificar a viabilidade municipal para a criação do município de Xonin, que se credencia para uma nova consulta plebiscitária para garantir sua autonomia administrativa estando apto a se desenvolver. Os moradores dos dois distritos estão se unindo e buscando apoio através de esforço concentrado para sensibilizar as autoridades competentes para viabilizar o desarquivamento do processo de emancipação que tramitou na Assembléia Legislativa de Minas Gerais em 1995.

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:27

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN - MG O Brasil começa sua grande transformação nos municípios, mesmo nos menores. -DEFENDEMOS A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN, com áreas dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo no município de Governador Valadares, para viabilizar uma melhor distribuição de renda e a fixação de dezenas de famílias no campo, como forma de inibir o êxodo rural. -Queremos A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN para garantir o fortalecimento político e democrático desse antigo distrito criado em 7 de setembro de 1923, que muito colaborou para a emancipação do antigo distrito de Figueira, atual Governador Valadares, que se tornou um grande e importante pólo regional no leste de Minas Gerais. -A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN se justifica pela ausência do Estado com ações de políticas públicas. Na verdade os investimentos não chegam aos distritos de Xonin e Xonin de Baixo. -Os moradores dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo defendem a criação do MUNICÍPIO DE XONIN, para garantir uma estrutura administrativa mínima que viabilize o seu desenvolvimento. -A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN é o caminho para o desenvolvimento social dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo. -A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN é o caminho para o desenvolvimento econômico dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo. -A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XONIN é o caminho para o desenvolvimento urbano dos distritos de Xonin e Xonin de Baixo. **UM PAÍS É TANTO MAIS DEMOCRÁTICO, QUANTO MAIOR A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER.**

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:25

Por **Oliver Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

MUNICÍPIO DE CEDRO DO ABAETÉ-MG Região: Central Microrregião: AMASF-Associação dos Municípios do Alto São Francisco Distância de BH (km): 252 Área (Km²): 279,91 População (2008): 1.228 hab. Eleitores: 1.304 FPM (2009): 0,6 IDH-M (2000): 0,75 ICMS (consolidado 08/2009): 0,01617775 PIB/hab (2006): R\$ 5.698,13 IMRS (2004): 0,638 Ranking: 231 Dados político-culturais Emancipação: 30/12/1962 Aniversário: 2/Mar Padroeira: N.Sra. Rosário Adjetivo pátrio: Cedrense Prefeito: HILÁRIO DARCK DOS REIS-PMDB Vice-Prefeito: JOSÉ DE PAIVA SILVA Servidores ativos (adm.direta/2008): 125 R. CEL. JOSÉ LOBATO, 879 CEP: 35624-000 Tel: (37)3544 1136 Fax: (37)3544 1140 www.cedrodoabaete.mg.gov.br prefeito@cedrodoabaete.mg.gov.br R. CEL. JOSÉ LOBATO, 850 CEP: 35624-000 Tel: (37)3544 1285 Fax: (37)3544 1285

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:23

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

CONHEÇA A REALIDADE DOS 5 MENORES MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE SERRA DA SAUDADE-MG Região: Centro-Oeste Microrregião: AMASF- Associação dos Municípios do Alto São Francisco Distância de BH (km): 275 Área (Km2): 335,58 População (2008): 889 habitantes Eleitores: 1.067 FPM (2009): 0,6 IDH-M (2000): 0,74 ICMS (consolidado 08/2009): 0,01630874 PIB/hab (2006): R\$ 8.507,08 IMRS (2004): 0,704 Ranking: 30 Dados político-culturais Emancipação: 30/12/1962 Aniversário: 1/Mar Padroeira: N.Sra.Carmo Adjetivo pátrio: Saudadense Prefeito: NEUSA MARIA RIBEIRO-PDT Vice-Prefeito: WALDEMAR JOSÉ DE CAMARGOS Servidores ativos (adm.direta/2008): 235 PÇA. ADEMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA, 130-CEP: 35617-000 Tel: (37)3555 1112 Fax: (37)3555 1112 www.serradasaudade.mg.gov.br prefeito@serradasaudade.mg.gov.br PÇA. ADEMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA, 130 CEP: 35617-000 Tel: (37)3555 1191

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:20

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

Segundo o presidente da Assembléia, os pareceres favoráveis aos 19 distritos deverão ser publicados na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE), a fim de que os mesmos sejam lidos no plenário da Assembléia Legislativa, amanhã, e encaminhados às comissões técnicas para apreciação e, posteriormente, deliberação no plenário. Decretos Acontecendo tal processo, os pedidos são convertidos em decretos legislativos e encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), para que este prepare os processos de plebiscitos dos distritos que querem se emancipar dos respectivos municípios, com o intuito de saber se as populações destas regiões são ou não favoráveis ao desmembramento. "Após o plebiscito, o resultado é encaminhado à Assembléia e é convertido em projeto de Lei para a criação do novo Município, e, com a aprovação, segue para a sanção do governador", explicou o presidente da Comissão de Triagem, Elaboração de Projetos e Criação de Novos Municípios do Ceará, Luiz Carlos Mourão.

0👍 | 0👎

10/02/2011 21:14

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

PLEBISCITO, UM DIREITO DO POVO O plebiscito está previsto na Constituição Federal. 2Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I 2 plebiscito (CF)2 Plebiscito é uma consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido. O projeto de lei para criação do município de Xonin só poderá ser elaborado depois do resultado do plebiscito que deverá ser homologado pela Justiça Eleitoral.

0👍 | 1👎

10/02/2011 21:03

Por **Olier Ferreira Simões** | Governador Valadares/MG

eu peço aos nossos deputados, que se esforcem para liberar a realização de novos plebiscito para os distritos que tiveram seus processos de emancipação arquivados, por votação contrária. todo poder emana do povo. logo o plebiscito é uma forma de ouvir o povo sobre criação de novos municípios. a gente sabe que um plebiscito é apenas uma consulta da vontade do povo. a lei de criação pode ser depois que o congresso nacional se posicionar.

10/02/2011 20:20

Por **Ana Márcia Lutterbach Rodrigues** | Belo Horizonte/MG

Governança supõe responder às demandas da sociedade, e essas demandas supõem um alto grau de informação. O governo de Minas deve promover o acesso à informação governamental com qualidade e de maneira compreensível. Não apenas o executivo, mas também o legislativo e o judiciário.

3👍 | 0👎

10/02/2011 15:12

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

Em relação a questões levantadas por céticos ou simplesmente indecisos a respeito das vantagens das emancipações, podem ser tecidas as seguintes considerações: 1) de fato, não ocorreram novos tipos de transferências Constitucionais ou legais ou Voluntárias da União ou dos Estados para os municípios, em função da criação de novos municípios, ou que tenham privilegiado os municípios novos; desde a Constituição de 1988, a estrutura legal do governo brasileiro, especialmente no que se refere aos municípios, apresenta-se bastante estável, não tendo sido criadas novas rubricas importantes de transferências de receitas para os municípios, tendo elas permanecido bastante estáveis (mormente as constitucionais), sem aumentos de percentuais, como é o caso do FPM; outrossim, conforme pode ser visto nos dados do IBGE, efetivamente ocorreu somente pequena ampliação de municípios a partir de 1996, basicamente ainda por distritos que tinham assegurado seus direitos de emancipação antes da promulgação da alteração constitucional naquele ano; (observação: a criação de algumas rubricas de transferências legais, como do pagamento de royalties pela exploração de petróleo, beneficiam poucos municípios e Estados, e sem distinção de município); 2) os municípios em geral, incluindo novos e antigos, não estão diminuindo sua receita tributária própria como percentagem da sua receita corrente total; essas conclusões podem ser obtidas de estudos publicados amplamente por instituições como a CNM, e estão inclusive disponíveis em bancos de dados oficiais (FINBRA), indicando que os municípios, principalmente a partir do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), se organizaram melhor, estão com dívidas menores, com suficiências de caixa maiores, com superávits primários maiores, e também com percentuais de receitas tributárias maiores, em relação às suas receitas correntes totais; o que houve basicamente foi um aumento das receitas totais dos governos, incluindo a União, em função do expressivo volume de recursos arrecadados pela União via contribuições, que supera inclusive outras formas de receitas, como os impostos (tais como o IR), mas que infelizmente não são partilhadas com os Estados e os municípios (a capacidade de arrecadação para a União foi realizada no contexto da reforma do Estado brasileiro, em que a União assumiu no final da década de 90 a responsabilidade sobre as dívidas dos Estados e dos municípios, além das suas próprias);

0👍 | 0👎

10/02/2011 15:10

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

Os recursos transferidos pelos níveis de governo estadual e federal, mormente FPM e ICMS, constituem repasses de recursos arrecadados nos municípios; a União e os Estados apenas possuem as competências de arrecadação, mas os méritos das arrecadações realizadas são de todos os níveis, incluindo os municípios, porque a produção de valores (progresso) ocorre dentro dos mesmos e com esforços de viabilização e mesmo de investimentos dos mesmos; por isso, não constitui demérito ocorrerem transferências de um nível de governo para outro, apenas constitui uma forma mais eficiente de operacionalização de arrecadação do sistema todo; de acordo com estimativas da própria receita federal, de todos os recursos arrecadados pelos 3 níveis de governo dentro dos municípios, a União retém 57,85%; os Estados, 25,75%; e os municípios, somente 16,75%; existe, assim,

uma estrutura legal constitucional atribuindo diferentes competências e responsabilidades aos 3 níveis de governo, dentro de um funcionamento sistêmico harmônico; esta divisão de competências de arrecadar e de responsabilidades de implementar (ações governamentais) foi previamente definida pela Constituição, com algumas alterações importantes no que concerne de forma mais direta as arrecadações (pela qual, a União aumentou expressivamente seus recursos de contribuições, que superam os R\$ 300 bilhões por ano); alterações substantivas e

0👍 | 0👎

10/02/2011 15:08

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS Ao se criarem melhores condições de atendimento local nos pequenos municípios, freia-se a busca de melhores serviços nos centros maiores; por isso, os municípios menores justamente diminuem a sobrecarga dos serviços em centros maiores, ao atenderem localmente suas populações com melhores escolas, melhor atendimento da saúde (com inúmeros PACS, PSFs etc), e com melhores atendimentos em geral, inclusive em áreas como da cultura; atualmente existem muitos municípios pequenos que, com o apoio de programas federais, estão criando ginásios, centros culturais, centros sociais, centros de informática, e muitos outros serviços que qualificam as populações do interior;

0👍 | 0👎

10/02/2011 15:07

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

O registro por parte do IBGE de que os pequenos municípios do Brasil estão conseguindo aumentar suas populações é altamente indicadora de que as emancipações são positivas; de fato, pelas melhores condições de infra-estrutura que são criadas, mormente na área da educação e da saúde, assim como em função dos mais de 150 programas federais disponibilizados aos municípios (sempre com comprometimentos), as populações rurais (geralmente de municípios menores) têm migrado menos para grandes centros, principalmente para áreas de periferias urbanas; isso é altamente positivo para a melhoria da qualidade de vida geral de regiões e Estados; os grandes problemas de segurança que se verificam em praticamente todas as áreas metropolitanas, com riscos inclusive de fugir do controle do Estado (como no Rio de Janeiro) se devem a migrações descontroladas para as periferias de cidades, onde o Estado não tem mais condições adequadas para atender e oferecer adequada estrutura de serviços aos cidadãos; sobrecarrega-se, assim, os governos com despesas na área da segurança, na área da saúde pública, na área habitacional e inúmeras outras, porque os cidadãos saíram indevidamente (por pressão econômica e social) dos seus meios naturais, onde poderiam viver uma vida mais autêntica e realmente mais humana; tivesse o país criado melhores condições de subsistência e assistência às populações.

0👍 | 0👎

10/02/2011 15:04

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

EMANCIPAÇÃO DE DISTRITOS Os pequenos municípios tiveram expressivos avanços sócio-econômicos nos últimos anos, que é comprovada pela melhora dos seus indicadores sociais, mormente na área da saúde (como os avanços em termos de diminuição da mortalidade infantil, melhoria da alfabetização, aumento do percentual de alunos em salas de aula, diminuição das incidências de doenças etc), que são confirmados por indicadores da Unesco (indicando geralmente municípios menores com maiores avanços na área de atenção a crianças), do próprio Ministério da Educação, da Saúde e outros organismos oficiais; os melhores avanços na área da educação e da saúde, recentemente publicados com grande cobertura da mídia, ocorreram em municípios micros da área rural, que foram emancipados após 1988;

10/02/2011 15:02

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

As pesquisas têm indicado, de forma objetiva e concreta, os municípios emancipados desde 1982 melhoraram a produção da riqueza nacional (aumentando a economia e a arrecadação do país), melhoraram os indicadores sociais (como podem ser confirmados por dados publicados pelo IBGE, pela UNESCO, pelo MEC, MS e outros); e melhoraram a qualidade de vida da sociedade brasileira em geral; não é mera coincidência que os Estados com mais municípios justamente são os estados com melhores indicadores sociais e econômicos; há uma relação estatística clara de causa e efeito entre as variáveis; ou seja, a emancipação gera mais progresso econômico e social, que é uma expectativa de todos nós brasileiros;

06 | 06

10/02/2011 15:00

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

DL 14/12/1995 PARECER S/ OFÍCIO 13180/SJ, DO TRE-MG Com. Ass. Municipais e Regionalização Relatório P/ meio do Ofício 13180, de 31/10/95, o TRE-MG comunicou a esta Casa o resultado das consultas plebiscitárias realizadas no dia 22/10/95, em 109 distritos, relacionando, separadamente, os que se manifestaram favoravelmente à sua emancipação e os que não alcançaram um "quorum" ou dois dos previstos no art. 14 da Lei Complementar 37/1995. Tendo em vista as respostas favoráveis à emancipação de determinados distritos, esta Comissão elaborou e apresentou o PL 562/95, que cria novos municípios e dá outras providências. Posteriormente, o mesmo Tribunal, por meio dos Ofícios 13293 e 13363, trouxe ao conhecimento desta Casa a resposta favorável da população interessada à criação dos Municípios de Veredinha (incluindo-se o Distrito de Mendonça) e Setubinha, os quais foram incluídos no Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, ao PL 562/95. Em 22/11/95, o TRE-MG, por meio do Ofício 13703/SJ, trouxe ao conhecimento desta Casa o resultado das consultas plebiscitárias realizadas no dia 19/11/95, cuja homologação por aquela Corte ocorreu na sessão do dia 21/11/95. Tais resultados foram favoráveis à emancipação dos Distritos de Reduto, no Município de Manhuaçu; Glaucilândia, no Município de Juramento; Gameleiras, no Município de Monte Azul, e Cônego Marinho, no Município de Januária. Já nos Distritos de Riacho da Cruz e Levinópolis; os quais pretendem, mediante fusão, desmembrar-se do Município de Januária, o resultado foi contrário, por falta de "quorum" de comparecimento em Levinópolis; portanto, o resultado definitivo está pendente de solução, em virtude de representação que aponta a existência de erro material quanto ao número de eleitores inscritos. Sob a forma de emenda, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no Parecer para o 2º Turno do PL 562/95, incluiu os Distritos de Cônego Marinho, Gameleiras, Glaucilândia e Reduto nos municípios a serem criados, tendo em vista o resultado favorável verificado nas consultas plebiscitárias feitas nos mencionados distritos. Fundamentação O parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar 37/1995, determina que, na hipótese de não ser alcançada resposta favorável na consulta plebiscitária, o processo será arquivado e não poderá ser reinstaurado na mesma legislatura. Por outro lado, o § 5º do art. 7º da mesma lei complementar dispõe que, na hipótese do não-atendimento dos requisitos necessários, a Com. Ass. Municipais e Regionalização concluirá pelo arquivamento do processo. Sabendo-se que a resposta favorável à consulta plebiscitária é um dos requisitos necessários à emancipação de qualquer distrito, pode-se, facilmente, deduzir da combinação dos dois dispositivos supracitados que o arquivamento de qualquer processo de emancipação deve ser objeto de deliberação desta Comissão. Em síntese, de acordo com os Ofícios 13180 e 13601 e seus anexos do TRE-MG, consultas plebiscitárias apresentaram resultado desfavorável à emancipação dos distritos a seguir enumerados: Em Minas gerais existem 84 áreas interessadas na emancipação, abaixo algumas com processo em tramitação na ALMG (...) Assim, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar 37/1995, somos levados a determinar o arquivamento dos processos de emancipação dos distritos anteriormente relacionados. Conclusão Pelo exposto, concluímos pelo arquivamento dos processos de emancipação de distritos propostos por meio dos Requerimentos 22, 24, 47, 60, 66, 84, 96, 97, 104, 108, 123, 124, 137, 141, 142, 160, 165 e 169. Sala das Comissões, 13/12/1995. Dimas Rodrigues, Presidente - João Batista de Oliveira, relator

10/02/2011 14:58

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

considero que ao Congresso Nacional cabe definir diretrizes estratégicas gerais bastante amplas a respeito das emancipações; e às Assembléias Legislativas Estaduais, cabe analisar cada caso de área emancipanda, verificando mais detalhadamente suas razões e mesmo direitos de se emancipar, de forma que seus cidadãos possam, com autonomia, organizar-se para uma vida melhor; o Brasil será mais forte e progressista, com maior qualidade de vida, de forma irrefutável, se tiver municípios bem estruturados e motivados, atuando em sintonia, de forma sistêmica, com os demais níveis e entes governamentais, ou seja, a União, os Estados e municípios, todos com uma malha bastante extensa de apoios administrativos aos municípios, que por sua vez são os que têm melhores condições para realizarem, a nível local, o desenvolvimento econômico e social. De fato, constituem os "braços avançados da nação brasileira", levando, de forma capilarizada, o progresso econômico e social para o mais interior dos rincões do país, lá onde a mão do Estado e da nação têm dificuldades de chegar por vias próprias, se não por vias desse nível de governo. Não é por outras razões maiores que o progresso têm chegado em áreas nos últimos anos aonde não havia chegado antes: por causa das emancipações ocorridas no período de 1982 a 1996. Precisamos agora avançar de forma racional e consciente com esta orientação, para o bem do país.

0👍 | 0👎

10/02/2011 14:57

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

DIÁRIO DO LEGISLATIVO DE 15/06/1995 PARECER SOBRE O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS DE XONIM DE CIMA E XONIM DE BAIXO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES - REQUERIMENTO Nº 142/95 Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Relatório O processo de emancipação dos Distritos de Xonim de Cima e Xonim de Baixo, no Município de Governador Valadares, recebido mediante requerimento do Deputado José Henrique, vem a esta Comissão para receber parecer nos termos do art. 103, III, "b", do Regimento Interno, e do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 8/1/95. Fundamentação O processo em análise foi apresentado tempestivamente, atendendo, portanto, ao prazo determinado no art. 10 da Lei Complementar nº 37, de 1995. Encontra-se anexada ao processo a ata de constituição da Comissão Emancipacionista, registrada em cartório de títulos e documentos (às fls. 5 a 17). A representação vem assinada por 479 eleitores (às fls. 20 a 49), número que supera a exigência de 7% do eleitorado do distrito na última eleição realizada no município, e a entidade que se responsabilizou pela idoneidade das assinaturas encontra-se legalmente constituída, tendo apresentado a ata da eleição e o termo de posse de sua diretoria devidamente registrados em cartório (às fls. 3 e 4). Certidão da Justiça Eleitoral (a fls. 19) comprova a existência de 2.299 eleitores na área emancipanda, e certidão da Prefeitura Municipal de Governador Valadares atesta a existência de mais de 400 moradias no Distrito de Xonim de Cima (a fls. 111), número que supera o exigido por lei. Constam, ainda, no processo as certidões que atestam a existência de posto de saúde, cemitério, escola pública de 1º grau completo, bem como a presença de serviços de telefonia, correios, energia elétrica e abastecimento de água (às fls. 51 a 60). Verificamos, também, estar anexado ao processo o mapa com a descrição de limites elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA - (às fls. 107 a 110), além do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis municipais localizados na área emancipanda (às fls. 65 a 105), e a relação discriminada dos servidores municipais lotados na referida área (à fls 61, 62 e 64). Conclusão Em face do exposto, concluímos pela apresentação de requerimento nos seguintes termos. REQUERIMENTO 142 de 1995 Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização requer a V. Exa., na forma regimental e em observância ao disposto no inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, seja enviado ofício ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando a realização de consulta plebiscitária às populações dos Distritos de Xonim de Cima e Xonim de Baixo quanto à sua emancipação do Município de Governador Valadares, passando a constituir o Município de Xonim,

com sede na localidade de Xonim de Cima. Sala das Comissões, 14 de junho de 1995. João Batista de Oliveira, Presidente – José Maria Barros, relator – Ivair Nogueira – Paulo Piau – Dimas Rodrigues – José Henrique.

0👍 | 0👎

10/02/2011 14:55

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

Plebiscito para a emancipação de municípios em Minas Gerais é realizado em 22 de outubro de 1995 O caso Xonin: Xonin de Baixo e Xonin de Cima, distritos pertencentes de Governador Valadares (119ª Zona Eleitoral), tentaram unir-se para formar o município de Xonin. A Assembléia Legislativa, em 21 de junho de 1995, aprovou consulta plebiscitária em 111 municípios, através da Lei Complementar 37/95. Essa lei foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 23 de junho de 1995. Para se tornar município, o distrito teria de estar de acordo com as exigências de quorum da Lei Complementar 37/95, que, em seu artigo 14, definia: 1º Art.14 é A tramitação de projetos de Lei de criação, incorporação, fusão e desmembramento de município e de anexação de distrito dependerá de consulta previa, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, exigida a aprovação por maioria dos votos apurados em cada distrito ou município onde se processar a consulta, tendo votado a maioria absoluta dos eleitores alistados. Parágrafo Único: Consideram-se populações diretamente interessadas as residentes: I é em cada distrito emancipado, no processo de criação de município por desmembramento; II é em cada município a ser extinto, no processo de criação de município por fusão; III é no município a ser incorporado no processo de extinção de município por incorporação; IV é no distrito a ser anexado, no processo de anexação. Relatório de Votação em Xonin de Cima é 22.10.1995: Eleitorado: 1.515 eleitores Comparecimento: 782 eleitores Abstenção: 733 eleitores Votos a favor da emancipação: 591 Votos contra: 139 Votos brancos: 15 Votos nulos: 37 Quorum: maioria Resultado: SIM À EMANCIPAÇÃO Relatório de Votação em Xonin de Baixo é 22.10.1995: Eleitorado: 784 eleitores Comparecimento: 382 eleitores Abstenção: 402 eleitores Votos a favor da emancipação: 57 Votos contra: 306 Votos brancos: 10 Votos nulos: 9 Quorum: não houve Resultado: NÃO À EMANCIPAÇÃO Assessoria de Imprensa, Comunicação e Cerimonial Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais 11.05.2010 ascom@tre-mg.gov.br (31) 3307-1177

0👍 | 0👎

10/02/2011 14:54

Por **Fabio Persi** | Governador Valadares/MG

Em síntese, de acordo com os Ofícios nºs 13.180 e 13.601 e seus anexos do TRE-MG, consultas plebiscitárias apresentaram resultado desfavorável à emancipação dos distritos a seguir enumerados: Em Minas gerais existem 84 áreas interessadas na emancipação, abaixo algumas com processo em tramitação na Assembléia Legislativa Número do Requerimento - Distrito (s) - Município de Origem 22 - Justinópolis - Ribeirão das Neves 24 - Fidelândia e Novo Horizonte - Ataléia 47 - Ibitira e Alberto Isaacson - Martinho Campos 60 - São Joaquim - Januária 66 é Tijuco - Januária 84 - Azurita - Mateus Leme 96 - Mucuri e Rio Pretinho - Teófilo Otôni 97 - Topázio - Teófilo Otôni 104 - Ermidinha e Nova Esperança - Montes Claros 108 - Melo Viana - Esmeraldas 123 - Carvalho de Brito - Sabará 124 - Duval de Barros - Ibitiré 137 - Correia de Almeida - Barbacena 141 - São Benedito - Santa Luzia 142 - Xonin de Cima e Xonin de Baixo - Governador Valadares 160 - Barra do Ariranha e Limeira de Mantena - Mantena 165 - São José do Triunfo e Cachoeira de Santa Cruz - Viçosa 169 - Quem-Quem e Barreiro da Raiz - Janaúba Assim, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar nº 37, de 1995, somos levados a determinar o arquivamento dos processos de emancipação dos distritos anteriormente relacionados. Conclusão Pelo exposto, concluímos pelo arquivamento dos processos de emancipação de distritos propostos por meio dos Requerimentos nºs 22, 24, 47, 60, 66, 84, 96, 97, 104, 108, 123, 124, 137, 141, 142, 160, 165 e 169. Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1995. Dimas Rodrigues, Presidente - João Batista de Oliveira, relator - Dílzon Melo - Sebastião Costa - José Braga.

0👍 | 0👎

10/02/2011 13:13

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

é grande a manifestação dos moradores de xonin distrito de governador valadares, pela realização de um novo plebiscito para saber se querem emancipar. que nossos deputados liberem isso.

0👍 | 3👎

10/02/2011 12:50

Por **Edson Saldanha Marinho** | Governador Valadares/MG

esse debate sobre a criação de novos municípios vem numa hora boa. no para estão lutando para criar dois estados. quem deve fazer as leis para criar novos municípios deve ser sim os deputados estaduais. vamos torcer para que esse tema vem ser debatido, e que os distritos que fiarm prejudicados em 1995 tenham nova chance em 2011. novos plebiscitos em 2011, esse direito os distritos tem.

0👍 | 7👎

10/02/2011 12:13

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

novas emancipações, com realização de plebisto aos distritos com mais de 2 mil habitantes, que tiveram processo arquivado em 1995 por resultado desfavorável. Confira as cidades Minas Gerais com população inferior a 2 mil habitantes: 1-Passa-Vinte - 1.980 habitantes 2-Pedra Dourada - 1.965 habitantes 3-Douradoquara - 1.934 habitantes 4-Pedro Teixeira - 1.930 habitantes 5-Aracitaba - 1.854 habitantes 6-Queluzito - 1.838 habitantes 7-Paiva - 1.774 habitantes 8-Seritinga - 1.749 habitantes 9-Chácara - 1.714 habitantes 10-Consolação - 1.692 habitantes 11-Tapiraí - 1.649 habitantes 12-Santo Antônio do Rio Abaixo - 1.618 habitantes 13-São Sebastião do Rio Preto - 1.530 habitantes 14-Grupiara - 1.458 habitantes 15-Antônio Prado de Minas - 1.453 habitantes 16-Doresópolis - 1.426 habitantes 17-Cedro do Abaeté - 1.205 habitantes 18-Serra da Saudade 815 habitantes

0👍 | 4👎

10/02/2011 12:05

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

em defesa da criação de novos municípios. os deputados precisam deliberar sobre esse assunto.

0👍 | 4👎

10/02/2011 11:51

Por **Nicodemus Pinheiro de Queiroz** | Governador Valadares/MG

a criação de novas cidades (ou municípios) é um tema que a assembléia de minas deve retomar. a comissão de assuntos municipais, precisa rever os processos arquivados, com resultados desfavoráveis no plebiscito. se SERRA DA SAUDADE COM 815 HABITANTES, TEM DIREITO DE SER MUNICIPIO, OS DEPUTADOS DEVERIAM DAR OPORTUNIDADE AS COMUNIDADES DE SE MANIFESTAR SE QUEREM OU NÃO SER MUNICIPIOS.

0👍 | 4👎

10/02/2011 11:51

Por **Humberto Alvim Guimarães** | Belo Horizonte/MG

Cada órgão da administração direta ou indireta do Estado possui algum grau de regionalização. No entanto, cada região é diferente dependendo da instituição. Por exemplo, a RISP adotada pelos órgãos de defesa social não coincide com a Circunscrição do DER, as Superintendências Regionais de Ensino não são similares às regiões adotadas pelos órgãos da Saúde. Dessa forma, os cidadãos ficam perdidos, pois para resolver cada tipo de demanda tem que se dirigir a uma cidade diferente (quando não é a Belo Horizonte). Não que todas as regiões administrativas de cada órgão tenham que ser idênticas, já que cada tema tem sua especificidade, mas deveria haver algum tipo de uniformização dessa descentralização administrativa, para aproximar o cidadão do poder público estadual. A ALMG deveria provocar esse debate junto à sociedade e ao poder executivo estadual.

1👍 | 0👎

10/02/2011 11:44

Por **Humberto Alvim Guimarães** | Belo Horizonte/MG

O Estado de Minas Gerais possui dimensões territoriais enormes. Por isso, é praticamente impossível uma boa prestação de serviços estando o poder decisório localizado quase sempre em Belo Horizonte. A ALMG deveria iniciar um debate com a sociedade e com o poder executivo estadual acerca da necessidade de descentralização administrativa, criando Secretarias Regionais, que centralizassem as demandas oriundas das centenas de municípios. Essa Secretaria é que seria responsável por solucionar as demandas junto aos órgãos temáticos do Estado (p. ex. Secretaria de Estado de Educação, DER, Polícia Militar, etc). É uma transversalidade urgentemente necessária para que os serviços públicos estaduais ganhem em qualidade e eficiência.

1👍 | 0👎

10/02/2011 11:41

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

SERIA INTERESSANTE QUE OS DEPUTADOS ESTADUAIS, VOTASSEM PELO MENOS REQUERIMENTOS AUTORIZANDO A CONSULTA PLEBISTÁRIA AOS DISTRITOS INTERESSADOS. A GENTE SABE QUE PLEBISCITO ANTECEDE A ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE UMA LEI. SENDO ASSIM NADA IMPEDE REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 37 DE 1995, OU PELO MENOS AOS DISTRITOS QUE TIVERAM OS PROCESSOS ARQUIVADOS EM 1995. DE ACORDO COM DADOS DO CENSO 2010, ESSES DISTRITOS TEM POPULAÇÃO SUPERIOR A VÁRIOS MUNICÍPIOS EXISTENTES, MUITOS DELES COM MENOS DE 2 MIL HABITANTES. TEMOS DISTRITOS OU ÁREAS EMANCIPANDAS COM MAIS DE 3 MIL HABITANTES E COM NÚCLEO URBANO CONSTITUÍDO, SUPERIOR A MUITAS CIDADES. EXEMPLO EM MINAS GERAIS: CACHOEIRA ESCURA EM BELO ORIENTE, E OS DISTRITOS E XONIN E XONIN DE BAIXO EM GOVERNADOR VALADARES.

1👍 | 0👎

10/02/2011 11:31

Por **Geraldo Rosa Soares** | Governador Valadares/MG

UM TEMA IMPORTANTE QUE OS DEPUTADOS PRECISAM DEBATER, DIZ RESPEITO À CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS, ATÉ MESMO PARA RESGATAR O PACTO FEDERATIVO. MESMO QUE NÃO SEJA POSSÍVEL LEGISLAR SOBRE O TEMA, MAS ABRIR NOVAS DISCUSSÕES É IMPORTANTE. SOBRETUDO PERMITIR NOVAS CONSULTAS PLEBICITÁRIAS AOS DISTRITOS QUE TIVERAM PROCESSOS ARQUIVADOS EM 1995, POR TEREM SIDO PREJUDICADOS NOS RESULTADOS DO PLEBISCITO. DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER. CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS JÁ. RESGATE DO DIREITO AOS DEPUTADOS ESTADUAIS.

2👍 | 0👎

10/02/2011 09:45

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Revisão da PMDI ao que se refere na divisão do Estado em 11 macroregiões. Esta divisão não contempla mais a realidade do Estado assim como não condiz com a gestão moderna que microregionaliza considerando que os problemas e soluções assim como a aplicação das políticas públicas tornam-se de mais fácil aplicação.

3👍 | 0👎

09/02/2011 18:06

Por **Edmo Luiz da Cunha Pereira** | Belo Horizonte/MG

A diversidade e as longas distâncias de nosso estado requer medidas para entendê-las e atendê-las. Assim, considero importante que sejam criados mecanismos que facilitem a relação com as diversas regiões. A criação de Conselhos Regionais, com a participação de lideranças da sociedade, dos empresários e do governo, seria uma boa medida para contribuir com os desafios desta diversidade do estado. Como dizia Guimarães, "Minas é muitas".

3👍 | 0👎

08/02/2011 18:43

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Acessibilidade em todos os municípios, escolas e prédios públicos do Estado.

3👍 | 0👎

07/02/2011 22:54

Por **Sônia Maria Moreira Mariquito Naime Silva** | Pará de Minas/MG

Precisamos divulgar o Plano Diretor da Região Metropolitana e criar mecanismos para envolver os prefeitos, pois estes estão muito descomprometidos com este assunto tão sério e urgente .

3👍 | 0👎

07/02/2011 15:19

Por **Ronaldo Sousa** | Santa Luzia/MG

Promover uma capacitação de "Como administrar" para os prefeitos que forem eleitos. Na minha cidade vejo que esta capacitação seria de grande utilidade, pois o prefeito eleito não tem nenhuma capacidade de administrar a cidade, tanto que o vice-prefeito deixou o cargo por existirem diversas irregularidades na atual administração. Infelizmente não temos bola de cristal para prever o futuro, tanto que hoje Santa Luzia, em especial o bairro São Benedito, não apresenta saúde, segurança, trânsito e o esquecimento das nossas ruas. O bairro está esquecido sem nenhuma presença do poder público municipal. Falo em capacitação administrativa para tentar melhorar um pouco as condições de vida na região, uma vez que estamos presenciando um total esquecimento municipal.

0👍 | 0👎

07/02/2011 14:57

Por **Humberto Alvim Guimarães** | Belo Horizonte/MG

O Estado de Minas Gerais deveria assumir de fato o gerenciamento do transporte público metropolitano, e o fazendo de maneira integrada com os municípios. Os moradores das áreas mais periféricas da RMBH não podem

ficar à mercê de um transporte público de baixa qualidade e sem controle efetivo do estado. A ALMG deveria entrar fundo nesse debate, cobrando do Estado o cumprimento da legislação que já existe, tanto a de criação da Agência Metropolitana quanto da MetroMinas, e fazendo discussões mais aprofundadas sobre o problema da mobilidade urbana.

2👍 | 0👎

05/02/2011 14:03

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Reestruturação do Conselho de Defesa Social, para torná-lo órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador de iniciativas e ações voltadas para a defesa social no Estado de Minas Gerais, e tripartite, nos moldes do Conselho Nacional de Segurança Pública e Conasp, mediante a apresentação, por esta Casa Legislativa, no prazo de 120 dias a contar da aprovação desta proposta, de projeto de emenda à Constituição para alteração do art. 134 da Constituição Estadual e de projeto de lei para alteração da Lei Delegada nº 173, de 2007, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho

2👍 | 1👎

05/02/2011 13:10

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Encaminhar ao Governador relatórios sobre os resultados alcançados durante a realização dos Fóruns Técnicos e Ciclo de Palestras realizados na Assembléia Legislativa, cujas propostas finais dos eventos favoreçam a execução estratégica no monitoramento e execução de resultados dos Programas Estruturadores a cada avaliação do PPAG.

2👍 | 0👎

04/02/2011 19:27

Por **Pedro Afonso** | Itamarandiba/MG

Urge descentralizar e desconcentrar, repensar a hierarquia urbana do estado colocando os direitos subjetivos do cidadão a frente da economia, já que não resta outra coisa às populações das pequenas cidades senão a manifestarem inconformismo com o modelo levado a cabo nos dias de hoje que coloca a economia a frente dos direitos e garantias fundamentais das pessoas que vivem em municípios os mais interioranos. Ou seja, as prestações civilizatórias do estado, a exemplo, dos serviços públicos prestados estão demasiadamente centralizados em centros urbanos de maior hierarquia, que privam o cidadãos de outras regiões do acesso a esses serviços e direitos, portanto, o atual modelo acaba por revitimizar as pessoas dessas localidades, já que precisam arcar pessoalmente com transportes e outros custos, muitos vezes desnecessários se tivessem em seus próprios municípios a administração pública estadual atuante, ademais os municípios acabam sobrecarregados na tentativa de através de convênios suprir de alguma forma a omissão do governo mineiro. Minas tem maior nº de municípios e a maior quantid. deles são pequenas cidades, todas cobertas pela omissão, pela centralização dos serviços públicos concentrados nos grandes e médios centros. Em Itamarandiba, por exemplo, já deveria de ter uma Agência do IPSEMG e também a Administração Fazendária avançada, isso é direito vetado pela economia.

3👍 | 0👎

04/02/2011 10:04

Por **Marcelo Emediato** | Belo Horizonte/MG

Retomar, com urgência, o PL 2.603/08 que trata do tombamento da Feira Hippie de BH. Sobre este assunto, me causa grande inquietação a atuação da PBH nos últimos 5 anos. É amplamente sabido que esta de (...) ixou de cumprir com sua função fiscalizadora e hoje tenta acabar com a Feira por meio de aleivosias. Mais preocupante ainda é reconhecer que o administrador da PBH desconhece completamente o tema SUSTENTABILIDADE. Por ignorância ou má fé diz acreditar que pode substituir os feirante atuais e seus produtos sem destruir a Feira. Acredita que o publico vai aceitar esta mudança, assim, assim; sabemos que não é verdade, o público vai sumir a a "nova" feira será um fracasso. Belo Horizonte pagará um preço alto demais pela irresponsabilidade da atual administração. É como ter uma casa de shows de grande sucesso, especializada em Jazz e que, sem mais nem menos, troca seu repertório para " Funk Pancadão": vai perder seu público e até formar outro levará tempo e muito investimento; ainda assim o FRACASSO é o resultado mais previsível.

0👍 | 1👎

03/02/2011 09:34

Por **Cantídio Silveira** | Montes Claros/MG

Na minha concepção o Legislativo devia se descentralizar, porque investindo na descentralização pode ficar mais perto das bases e dos problemas que realmente merecem enfrentamento. Hoje em dia ele já faz muito, indo nas regiões com as comissões. Mas fica só na reunião. Acho que uma cidade como Montes Claros podia ter uma sede regional permanente da Assembléia, com atendimentos ao público, escritório dos deputados da região, cursos da escola do legislativo e etc.

4👍 | 1👎

03/02/2011 02:22

Por **Carlos Soares** | Belo Horizonte/MG

Retomar, com urgência, o PL 2.603/08 que trata do tombamento da Feira Hippie de BH. Sobre este assunto, me causa grande inquietação a atuação da PBH nos últimos 5 anos. É amplamente sabido que esta deixou de cumprir com sua função fiscalizadora e hoje tenta acabar com a Feira por meio de aleivosias. Mais preocupante ainda é reconhecer que o administrador da PBH desconhece completamente o tema SUSTENTABILIDADE. Por ignorância ou má fé diz acreditar que pode substituir os feirante atuais e seus produtos sem destruir a Feira. Acredita que o publico vai aceitar esta mudança, assim, assim; sabemos que não é verdade, o público vai sumir a a "nova" feira será um fracasso. Belo Horizonte pagará um preço alto demais pela irresponsabilidade da atual administração. É como ter uma casa de shows de grande sucesso, especializada em Jazz e que, sem mais nem menos, troca seu repertório para " Funk Pancadão": vai perder seu público e até formar outro levará tempo e muito investimento; ainda assim o FRACASSO é o resultado mais previsível.

3👍 | 2👎

02/02/2011 22:38

Por **Delson Pereira** | Carlos Chagas/MG

O Estado de Minas Gerais quer fazer com que os usuarios de onibus seja propriedade das Empresas de onibus legisla sobre o transito o que não é copetencia dele e cria lei anticonstitucional e ainda não da condição para que a livre escolha do passageiro seja respeitada. Acredito que seja hora dos senhores Deputados e Governador acordar e respeitar usuarios do transporte publico de Minas Gerais, tambem puderas há informações de que o presidente da casa ALMG) seja empresarios do ramo de tansporte. è hora de fazer uma legislação não que atenda interesse de empresarios mas legislação que atenda a população.

1👍 | 0👎

01/02/2011 12:16

Por **David Montero** | Belo Horizonte/MG

Disponibilizar espaço físico para o corpo Administrativo de todas as Federações Esportivas de Minas Gerais, que estejam regularmente estabelecidas, preferencialmente para as Modalidades Olímpicas.

0👍 | 6👎

01/02/2011 11:04

Por **Anísio Farias dos Santos** | Teófilo Otôni/MG

Seria de suma importância a descentralização do sistema de governo que temos atualmente, a criação de um Órgão da Administração Pública Indireta Regional, possibilitaria o cidadão expor as suas necessidades e sugestões, conseqüentemente a ações do governo seriam eficazes. Este órgão teria um representante em cada Associação de Municípios. Seria um espécie de governo itinerante, a nossa AMUC tem 27 municípios, este representante poderá fazer audiências em cada município junto ao cidadão! De acordo com CF/88. At. Anísio Farias Teófilo Otôni A FORÇA DE MINAS

7👍 | 2👎

57 contribuições

Defesa Social

Confira as sugestões que os participantes da consulta pública deram sobre os grandes temas propostos, a fim de contribuir para a construção da agenda de debates e atividades da Assembleia de Minas para os próximos dois anos. A ALMG promoveu a consulta pública com o objetivo de atuar em sintonia com a sociedade na identificação e enfrentamento dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. **Contribuições encerradas.**

28/02/2011 20:13

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Integração de políticas públicas para a infância e juventude com o desenvolvimento de ações e projetos transversais e capilarizados no estado de Minas Gerais, que conjuguem os interesses de desenvolvimento social e humano nas áreas da Cultura, Educação, Esporte, Direitos Humanos, Assistência Social, Defesa Social e Saúde que possam contribuir ao enfrentamento do grave problema psicossocial das drogas e da violência, nas várias regiões do estado de Minas Gerais, em suas zonas rurais e urbanas.

0👍 | 0👎

28/02/2011 14:17

Por **Célio Augusto Souza Pereira** | Belo Horizonte/MG

Investir em modelos preventivos de ação na área da segurança pública através da integração de políticas públicas para a juventude com o desenvolvimento de ações e projetos transversais capilarizados que conjuguem os interesses da área de desenvolvimento social e humano nas áreas da Cultura, Educação, Esporte, Direitos Humanos, Assistência Social, Defesa Social e Saúde que possam contribuir ao enfrentamento do grave problema psicossocial das drogas e da violência, nas várias regiões do estado de Minas Gerais, em suas zonas rurais e urbanas.

0👍 | 0👎

28/02/2011 09:58

Por **Elvis da Costa Barbosa** | São Francisco de Sales/MG

SEGURANÇA PÚBLICA- QUEM VIVE EM PAZ SEM POLÍCIA NAS RUAS? É notório a evolução da máquina policial no Brasil principalmente em Minas Gerais armas modernas viaturas novas rede de comunicação super copetente atendimento pelos policiais com alta educação solução de crimes em tempo record. Pois bem há um fator que o governo esqueceu "O INSENTIVO HUMANO" Os policiais mineiros estão muito mal remunerados pelo alto grau de profissionalismo que apresentam e isto pode causar uma queda de produtividade talvez irreversível. Srs. de aos policiais de Minas Gerais o que é de direito remuneração justa pois já estão desanimando de tanto trabalhar de graça e ver seus familiares passarem falta de tudo pensem bem isto pode desencadear mais dores de cabeça para os governantes deste estado "pois ninguém apanha por toda vida".

0👍 | 0👎

28/02/2011 09:09

Por **Viviani Helena de Melo** | Lagoa da Prata/MG

É preciso estruturar melhor a polícia mineira, a Polícia Militar e principalmente a Polícia Civil. Falta tudo nas delegacias, faltam gasolina, computadores, impressoras e principalmente, faltam recursos humanos. É preciso aumentar o quadro de funcionários, melhorar as condições de trabalho dos policiais, pois trata-se de um trabalho massacrante psicologicamente, é preciso também melhorar os salários dos mesmos. As cidades do interior possuem quadro muito reduzido de funcionários, isso tem que acabar, pois apesar de se tratar de cidades menores, os poucos funcionários que existem nas delegacias ficam sobrecarregados. É preciso viabilizar a existência de plantonistas em todas as unidades....

0👍 | 0👎

26/02/2011 17:25

Por **Jose Gouvea Teixeira Junior** | Manhuaçu/MG

Autonomia plena da Perícia Criminal Oficial. A prova material necessita de autonomia plena na sua produção. Inserida no arcabouço da Polícia Civil a Perícia Criminal torna-se parcial nos objetivos investigativos da instituição. Ademais, sem autonomia a Perícia Criminal Oficial não consegue se aperfeiçoar posto que encontra entraves administrativos com os chefes que são Delegados de Polícia. Conceder autonomia não significará prejuízo nas investigações, pelo contrário haverá mais eficiência na medida em que a administração estará nas mãos dos próprios peritos criminais, conhecedores das necessidades para aprimoramento da atividade pericial no Estado.

1👍 | 1👎

25/02/2011 19:29

Por **Marcelo Elias Leal** | Ibirité/MG

A valorização da segurança pública passa antes pela valorização dos policiais, Bombeiros e agentes penitenciários. Valorização em treinamentos, em logística, mas, sobretudo, valorização salarial. De nada adianta o Policial/Bombeiro ser extremamente preparado e equipado, se estiver preocupado como irá pagar seu aluguel, sua compra e enfim, coisas do tipo.

1👍 | 1👎

25/02/2011 18:35

Por **Carolina Ávila** | Belo Horizonte/MG

Pelo o que é visto no cotidiano das ações policiais se faz necessário uma corregedoria independente dos órgãos policiais

1👍 | 1👎

25/02/2011 18:33

Por **Carolina Ávila** | Belo Horizonte/MG

Minas gerais como um Estados mais importantes da federação já deveria ter implantando a autonomia plena dos órgãos de Pericia Oficial.Pelo o que é apresentado nos países mais desenvolvidos em termos de Perícia e pelo o que já foi apresentado na 1ª CONSEG a autonomia da Perícia Oficial é sim um clamor popular!

1👍 | 1👎

25/02/2011 07:54

Por **Lorenzo Leme de Castro** | Montes Claros/MG

A Polícia Civil de Minas está anêmica. Precisamos Urgentemente melhorar as condições de trabalho, aumentar o salário de acordo com os requisitos do cargo, uma ves que os cargos de investigadores de poliícia são peritos em provas subjetivas, temos que investir do setor de inteligência da PCMG com enfase no combate as drogas, que é o alicerce da maior parte da violência mineira. A PCMG está se sentindo ultrajada ppor causa da equiparação dos cargos, que sao conciderados pela lei organica cargos tecnicos jurídicos, com o menor cargo da PM, soldado, e a comparação de delegado, que estudou 5 anos de Direito e rpestou concurso de extrema dificuldade equiparado com o cargo de Oficial que somente fez um curso de 3 anos que foi a pouco tempo aceito pelo mec como curso superior e ainda se exigia somente ensino médio. É claro e evidente a forma errada e sem analise de como está sendo feita a questao da integração das polícias. A integração tem que ser mais discutidas sobre pena de haver mais coonflitos entre policiais como já vem havendo. Tem que ser criada uma cartilha de atuação policial para que a PM nao usurpe mais as funções da PCMG. Criação de concursos periódicos para a PC, pois o ultimo da PM teve mais de 5 mil vagas. A valorização da Polícia Civil é preceito básico para a diminuição da violência, sendo quie a função de repressão do estado, que é da PC, é a mais importante .

0👍 | 1👎

24/02/2011 16:54

Por **Carlos Alberto Gadbem** | Três Corações/MG

A Perícia Criminal do Estado de Minas Gerais agoniza... não há motivos para que não ocorra IMEDIATAMENTE a autonomia total da Perícia Criminal Mineira (autonomia Funcional, Administrativa, Técnica E ORÇAMENTÁRIA), seguindo a tendência nacional de independência dos órgãos periciais. O quadro funcional pede socorro e providências urgentes para modificação da atual estrutura. A Perícia Oficial Mineira, necessita urgentemente de investimentos em infra-estrutura, recursos humanos, capacitação, equipamentos e na atual estrutura, é histórico e estatístico que investir em ciência e tecnologia (elementos basilares do trabalho pericial), não faz parte das prioridades da Polícia Civil MG, órgão ao qual a Perícia Criminal encontra-se subordinada.

2👍 | 1👎

24/02/2011 14:53

Por **Cláudio V. Rodrigues** | Três Corações/MG

No Estado Democrático de Direito é preciso conciliar a apuração eficaz dos crimes com o respeito aos Direitos Humanos, sob pena de a sociedade ficar desprotegida. Neste contexto, a Perícia Oficial Criminal é um ator essencial para a realização deste ideal de Justiça da sociedade. Portanto, a Perícia Oficial Criminal é um

instrumento de repressão qualificada ao crime. Para cumprir sua missão institucional, os órgãos periciais demandam investimentos em instalações, equipamentos, pessoal e nas novas tecnologias à disposição da perícia. E, para realizar estas demandas, os órgãos periciais precisam ter acesso ao orçamento público de seu respectivo ente federado e serem dirigidos por peritos oficiais criminais (peritos criminais, médicos legistas e odonto legistas) para que estes dirigentes possam negociar e alocar as verbas no orçamento, definir as prioridades de investimento, estabelecer as metodologias de gestão de pessoas e proteger o órgão pericial sob seu comando de ingerências, tanto no gerenciamento quanto na produção da prova pericial, principalmente quando o caso envolver agentes do Estado. Logo, para se atingir estes objetivos e modernizar o sistema de segurança pública e justiça criminal, é imprescindível que os órgãos periciais tenham autonomia administrativa, orçamentária e funcional.

1👍 | 1👎

22/02/2011 22:03

Por **Henrique Hiroyuki Miyamoto** | Belo Horizonte/MG

É imperativo repensar sobre o modelo de Integração da Defesa Social. Não está errado querer que todas as instituições atuem juntas focando um só objetivo, o que está errado é tentar fundir todas as instituições e não respeitar suas diferenças e suas atribuições. Cada uma tem que fazer sua atribuição da melhor forma possível, buscando impactar cada vez mais positivamente no objetivo comum, sem interferir na atribuição alheia. Pensando assim, não há motivos para que não ocorra a autonomia total da Perícia Criminal do Estado de Minas Gerais. O Governo do Estado deveria buscar seguir a tendência não só dos outros estados brasileiros, mas uma tendência mundial da separação dos órgãos periciais. A Perícia Criminal do Estado de Minas Gerais agoniza... necessita urgentemente de independência, autonomia, investimentos, infra-estrutura, recursos humanos, capacitação e equipamento. É importante a conscientização de todos!

10👍 | 1👎

22/02/2011 19:50

Por **Paulo Marinho** | Nanuque/MG

Os Peritos Criminais de MG, principalmente do interior, trabalham sem recusus, sem equipamentos, sem viaturas, sem infra-estrutura, sem cursos de aperfeiçoamento/atualização, e quase sempre dentro da estrutura física da delegacia, onde o ambiente é parcial. É necessária a valorização da perícia oficial mineira, salários dignos, estrutura e qualidade para atender a sociedade como ela merece! Autonomia funcional, administrativa, técnica e financeira já!!!

10👍 | 1👎

22/02/2011 14:40

Por **Adriana Karime Soares** | Belo Horizonte/MG

É necessário que haja autonomia funcional, administrativa, técnica E ORÇAMENTÁRIA da perícia criminal mineira. O quadro funcional pede socorro e providências urgentes para modificação da atual estrutura. São essenciais investimentos em pessoal e infra-estrutura física e de equipamentos, para que a sociedade seja atendida com qualidade e presteza.

9👍 | 1👎

22/02/2011 09:29

Por **Haroldo Alessandro Fernandes Lage** | Pirapora/MG

Uma justiça que honre seu nome passa por uma Perícia Criminal autônoma de fato. Não há autonomia política sem autonomia financeira. Minas perde diariamente por estar entre os últimos estados sem uma Perícia Criminal autônoma.

7👍 | 1👎

21/02/2011 17:46

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

Uma polícia preventiva e ostensiva, em perfeita integração e interação com o cidadão, é um dos mais seguros indicativos de que podemos reduzir e minimizar os efeitos do crime e da violência, mas é antes de tudo fundamental que também se assegure ao cidadão, que esta mesma polícia esteja comprometida com a prestação de contas ao cidadão de seus atos, ações e planos. Não obstante, ainda ser um tema polêmico, compreendemos que somente com a indicação do chefe de polícia ou comandante, com participação da Assembléia Legislativa, por meio de lista tríplice, assim poderemos ter um dirigente mais afinado e identificado com as demandas do cidadão, o que também inverte a lógica de se ter um dirigente representante do povo na condução dos negócios da segurança pública, ao invés de termo mais um representante do governo, fiel às suas políticas e projeto de poder. Precisamos começar a construir de fato uma polícia cidadã, e sabemos o quanto é nefasto as disputas pelo cargo nas instituições policiais e ao interesse da segurança pública. Lista tríplice já! para o comando da Polícia Militar e Civil.

2👍 | 0👎

21/02/2011 17:29

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

A copa de 2014 se avizinha, o Brasil se prepara para um evento de repercussão internacional, a economia será incrementada nos Estados Sede dos jogos, o sistema de segurança pública como um todo será sobrecarregado com as demandas próprias do intenso fluxo de turistas e cidadãos, que certamente sofrerão com o aumento ou diversificação de crimes e violência. Os policias e bombeiros militares, como guardiãs da ordem e tranquilidade pública, também sentiram os efeitos que naturalmente surgiram dos desdobramentos e do esforço para gerar segurança pública. O Governo se prepara com investimentos astronômicos em infra-estrutura, mas não vimos nenhuma ação concreta para recompensar e incentivar os trabalhadores da segurança pública, que serão os mais sacrificados. Assim é fundamental que se institua instrumentos compensatórios financeiros e intra-jornadas de trabalho, para fazer face as demandas e a excepcionalidade do evento, como pagamento pelo serviço extraordinário e pela sobrecarga de trabalho que será o desdobramento da segurança, fazendo com que haja uma melhor e mais equânime distribuição e emprego dos policiais e bombeiros militares, possibilitando assim sua justa remuneração pelo esforço concentrado na copa 2014. Tudo uma questão de justiça e reconhecimento, pelas muitas horas e turnos dedicados a segurança dos torcedores e cidadãos, nacionais e estrangeiros.

2👍 | 0👎

21/02/2011 11:54

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

A concepção de uma polícia cidadã, garantidora e promotora de direitos humanos e garantias fundamentais, começa exatamente por se promover, garantir e implementar política que assegurem aos policiais militares, o mínimo para que exerçam seus direitos, contrariamente o que estamos vendo, testemunhando e presenciando nas instituições policiais. Assim é fundamental que na construção de uma polícia essencialmente cidadã, haja a instituição de instrumentos para garantir-lhe o exercício livre, pleno e desembaraçado de seus direitos, garanias e liberdades públicas. A discussão para ser legítima do ponto de vista institucional deve ser respaldada pela voz dos praças, que em sua maioria são aliados de meios para sua efetivação, quando ocorrem violações de seus

direitos, e quando fica impedido ou por deficiência do Estado ou por ações deste mesmo Estado que impedi, dificulta e até proíbe que os policiais militares possam exercê-los sem constrangimento ou coação moral. E mesmo que ainda possa ganhar na defesa de seus mais elementares direitos de cidadania, acaba por ser penalizado, a posteriori, com alguma medida de natureza disciplinar ou administrativo, quase sob o pseudo manto da legalidade. Propomos assim que seja implementada alguma medidas de alteração legislativa, que possa dar concretude aos ditames constitucionais e que tais medidas sejam sempre acompanhadas por alguma comissão.

2👍 | 0🗨

21/02/2011 09:12

Por **Lucia Helena Gonçalves Araujo** | Uberaba/MG

direitos humanos para todos dentro do sistema prisional; criar em cada unidade prisional o núcleo de atendimento ao servidor do sistema prisional (NASP) com os profissionais fisioterapeuta, psicólogos, segurança do trabalho, médico clínico e psiquiátrico e nutricionista para o atendimento dos servidores; participação dos empresários do município e prefeituras nas atividades e desenvolvimento do sistema sem burocracias. capacitação e qualificação para os agentes penitenciários e gestores;

1👍 | 0🗨

20/02/2011 16:19

Por **Vanusa Reis Eugenio Paulo** | São Gonçalo do Sapucaí/MG

Solicito a criação (ou destinação) de uma base do corpo de bombeiros para São Gonçalo do Sapucaí, até os bombeiros se deslocarem de Pouso Alegre, Varginha ou Três Corações até aqui, casas já se queimaram, afogados já faleceram, árvores já destruíram caindo sobre casas e carros, etc.

1👍 | 0🗨

18/02/2011 12:48

Por **Virgínia Lúcia Menezes Pacheco** | Sabará/MG

PREZADOS SENHORES DEPUTADOS! GOSTARIA MUITO DE PARABENIZÁ-LOS PELA REALIZAÇÃO DESTE FÓRUM DEMOCRÁTICO, SENDO QUE O TEMA DEFESA SOCIAL É BASTANTE AMPLO E MERECE SER CONSTANTEMENTE DEBATIDO. A SEGURANÇA PÚBLICA É DEVER DO ESTADO E OBRIGAÇÃO DE TODOS NÓS ENQUANTO CIDADÃOS. CADA UM DE NÓS TEM QUE FAZER A SUA PARTE! A UNIÃO; OS ESTADOS E OS MUNICÍPIOS NÃO DÃO CONTA SOZINHOS. A SOCIEDADE CIVIL TEM MUITO QUE CONTRIBUIR! É PRECISO QUE A FALTA DE EFETIVO NAS DELEGACIAS; NOS QUARTÉIS DA PMMG; NA DEFENSORIA PÚBLICA E EM OUTROS ÓRGÃOS, SEJA SUPRIDA O MAIS BREVE POSSÍVEL, POIS A CRIMINALIDADE VIOLENTA ESTÁ AVANÇANDO. COM UM EFETIVO ADEQUADO ÀS DEMANDAS LOCAIS, COM A DEVIDA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E COM INVESTIMENTO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, COM CERTEZA PROMOVEREMOS UMA MELHOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO NOSSO PRINCIPAL CLIENTE: A SOCIEDADE!

1👍 | 0🗨

18/02/2011 12:37

Por **Lucia Helena Gonçalves Araujo** | Uberaba/MG

¿ Capacitação aos agentes penitenciários; ¿ Plano de carreira; ¿ Inclusão das Universidades no sistema prisional como parceiros nos cursos de graduação aos servidores do sistema; ¿ Inclusão das Universidades no sistema prisional como parceiros nas atividades para o desenvolvimento humano(cursos, fomento aos detentos e servidores);

1👍 | 1👎

18/02/2011 11:04

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Instituir nas Escolas Estaduais a Disciplina de Educação Ambiental e Educação para o Consumo com material didático e infra estrutura para o Tema.

3👍 | 0👎

18/02/2011 11:01

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Promover Lei que o Estado e iniciativa privada se responsabilize em recuperar e restituir a vegetação nativa de todas as regiões do Estado, principalmente o Noroeste/Sul e Nordeste (Vale do Jequitinhonha) de Minas.

1👍 | 0👎

18/02/2011 11:00

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Promover Lei que o Estado e iniciativa privada se responsabilize em recuperar e restituir a vegetação nativa de todas as regiões do Estado, principalmente o Noroeste/Sul e Nordeste (Vale do Jequitinhonha) de Minas.

1👍 | 0👎

18/02/2011 10:52

Por **Rodrigo Bolívar dos Santos** | Belo Horizonte/MG

Promover Referendo e Plebiscito para a Legalização da Maconha, abrindo precedentes constitucionais em outro Estados, visando diminuir gastos com segurança pública e militarismo, ao mesmo tempo que reforçaria a Saúde e Educação.

0👍 | 2👎

17/02/2011 16:27

Por **Valmir Ribeiro de Abreu** | Teófilo Otôni/MG

A discussão no ensino fundamental e médio, como matéria curricular, dos temas envolvidos na defesa social, visando conhecimentos das realidades em que vivem, possibilitando cobranças dos Entes federados, apresentando sugestões e contribuindo para a melhoria e aperfeiçoamento da sociedade em que estão inseridos.

1👍 | 0👎

16/02/2011 16:41

Por **Heuber Dornas Pereira** | Belo Horizonte/MG

É urgente equipar a Perícia em Minas Gerais. Precisamos de uma Perícia atualizada, com capacitação constante dos seus quadros e embarque urgente nas novas tecnologias. É necessária a valorização de pessoal. Hoje o Perito Criminal tem o perfil de pós-graduado para cima, no entanto o Estado não dá o devido reconhecimento. O Perito

não pode ser o quebra-galho das delegacias é preciso rever toda a política que envolve este setor. Minas merece uma Polícia autônoma, independente e profissionalizada.

12👍 | 1👎

16/02/2011 11:12

Por **Murilo Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

A Segurança Pública, há anos, foi esquecida em nosso Estado. Órgãos sucateados, falta de treinamento, profissionais desmotivados e desvalorizados – esse é o retrato da segurança pública em Minas Gerais. Basta entrar em qualquer delegacia de polícia para constatar tal situação. Os órgãos públicos, assim como em qualquer empresa, só apresentarão bons resultados se ocorrer uma política de investimento adequada – tecnologia, equipamentos e recursos humanos. Vejam os casos da Polícia Federal e da Receita Federal, boas condições de trabalho e remuneração justa atraem bons profissionais e permitem dedicação e empenho à função. Temos hoje, órgãos respeitados e extremamente eficientes em sua atividade fim. Infelizmente, em Minas, vivenciamos situação totalmente oposta. Srs. Deputados, abram uma nova página na Segurança Pública mineira, façam de nosso Estado uma referência nacional. A sociedade e os operadores de segurança não aguentam mais argumentos como "falta de recursos" e a "lei de responsabilidade fiscal", para postergar mudanças que já deveriam ser apresentadas há anos. Nosso Estado tem a segunda maior arrecadação do Brasil – vamos apresentar uma segurança compatível com esse título.

4👍 | 3👎

16/02/2011 09:59

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

Não precisa-se ser um estudioso e especialista para compreender que temos duas polícias, uma que cuida do policiamento preventivo e ostensivo, e outra que cuida da investigação, ou seja em tese uma preventiva e ou repressiva, mas há neste entrelaçamento de atribuições sérios e profundos conflitos, em que as autoridades insistem em tratar como casos isolados. Sendo assim é de vital importância para o processo de integração que haja uma discussão responsável e aprofundada sobre o ciclo completo de polícia, pois tal atribuição de organização das polícias é do estado, sem que tenhamos que desconstitucionalizar a segurança pública, pois trata-se de atividade típica de Estado, ou seja as que não podem ser concedidas a terceiros. Há um zona de conflito cinzenta sobre o ciclo completo, cuja fronteira se localiza entre os limites da prevenção e repressão, atribuições bipartidas que fomentam a disputa de poder, espaço e notoriedade, colocando ambas polícias, quase com frequência em confronto e conflitos de parte a parte, ficando assim o cidadão a mercê do que pode e tem como ser resolvido, bastando que possamos trazer para o centro do debate, o ciclo completo de polícia. Havendo interesse nos colocamos a disposição para apresentar e discutir o ciclo completo de polícia, nesta ou outra oportunidade.

2👍 | 2👎

16/02/2011 09:50

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

O recrudescimento da criminalidade e a escalada da violência, que gravitam em torno da segurança pública, são hoje um dos principais temas de preocupação da sociedade, estando entre a educação e saúde, variando muito pouco entre um e outro. Sendo assim é mais do necessário e justo que haja por parte do poder público, que representa o cidadão, a adoção de uma política remuneratória que possam assegurar aos policiais um salário justo e digno para que possa se dedicar com segurança, tranquilidade para exercer suas atividades de segurança pública. Muitos outros Estados, bem mais distante na colocação de desenvolvimento econômico e social, já adotaram uma política salarial, compatível com a importância, reconhecimento e complexidade do trabalho, policial, e a Polícia Militar, por intermédio de seus homens é que representam o canal entre o cidadão e o

Estado, ou seja é o primeiro a estender sua mão protetora sobre a vítima e autor. Sem uma política remuneratória, como política de valorização do Estado, com data base, e um reescalonamento vertical, estaremos pedindo algo que mesmo que o policial queira dar, ele não terá para dar, que é justiça salarial para cumprir seu papel de velar e zelar pela segurança de todos indistintamente.

1👍 | 2👎

16/02/2011 09:39

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

Em termos do exercício da cidadania sempre trabalhamos contra o tempo, e para possamos erradicar conflitos de competência e atribuições, acreditamos que como o Estado detém competência constitucional para organizar suas polícias, precisamos implementar a formação conjunta de policiais civis e militares, como estratégia para aproximação e consolidação de uma única cultura de formação, de doutrina, de ideologia democrática e de aplicação no serviço policial da filosofia de direitos humanos, e do incremento e popularização do policiamento comunitário, como ferramenta para integração com o cidadão, que em última instância é a quem as polícias devem prestar contas.

1👍 | 1👎

16/02/2011 09:31

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

ORTARIA INTERMINISTERIAL – SEDH/MJ Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010 – DOU 16.12.2010 Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. Como há na pauta de discussão um nivelamento do trabalho e atividades desenvolvidas no país, que acredita na tese da integração, como uma ferramenta de gestão para resultado, Minas Gerais pode se concentrar na implementação da Diretriz, com a criação de um forum permanente de estudo e discussão junto a comissão de segurança pública e direitos humanos para que estas diretrizes possam se transformar em ações concretas. As polícias padecem de maior inserção e garantia dos direitos humanos em suas organizações, isto devido a momentos históricos porque passou o Brasil, mas já sem tempo um trabalho específico para que no plano da realidade, possa ter garantido estes direitos, como também lhe seja exigido completo e incondicional para que possa exercer sua atividades como guardião e promotor dos direitos humanos da sociedade.

1👍 | 0👎

14/02/2011 11:05

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

É necessário que haja mais capacitação dos policiais civis e militares, mais interação entre os órgãos de segurança pública e entre estes e a sociedade civil. A política de valorização dos policiais, a começar pela remuneração justa, e a realização de cursos de aprimoramento, são fatores fundamentais que concorrem para a redução da corrupção e a efetiva proteção da sociedade.

6👍 | 2👎

14/02/2011 10:21

Por **Antônio José Calhau de Resende** | Belo Horizonte/MG

A superlotação dos estabelecimentos prisionais é uma anomalia do sistema penitenciário estadual, o que configura flagrante desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. O Estado precisa dar solução para esse grave problema, sob pena de não promover a ressocialização do preso. O momento é propício à discussão

de políticas públicas voltadas para esse assunto, que requer atenção especial do Legislativo, do Executivo e da sociedade civil.

1👍 | 2👎

14/02/2011 02:30

Por **Ricardo Duarte** | Belo Horizonte/MG

A cada dia percebemos um infrator mais técnico e uma polícia e legislação voltada ao mesmos problemas de 50 anos atrás, a população mineira não está preocupada se é a PM ou PC ou MP ou qualquer outro órgão que vai resolver o problema dela, ela está preocupada se estes órgãos estão preparado resolver. Em todas as corporações existem pessoas com formações diversas em nível técnico e superior em vários ramos, porquê não reconhecer isso e colocar a serviço do povo mineiro, em troca valorizar o agente ou policial militar ascendendo a algum cargo na sua carreira . Seria uma oportunidade para todos saírem ganhando. Infelizmente ainda dispomos de uma lei penal que não fala absolutamente nada de crimes como os voltados para internet, portanto não sabem os policiais como investigar(PC) ou prevenir(PM) ou Fiscalizar se ambos estão tomando atitude (MP), ou julga-los conforme a lei(Judiciario) por falta de amparo legal. As instituições policiais estão atendendo em locais precarios como mostrado na TV a pouco tempo com salários miseráveis , com funcionarios desmotivados.Devemos pensar que são esses profissionais que tomam conta da minha familia enquanto eu durmo, acho que é direito , o melhor salário para aqueles que mais se dedicam, E esta é uma profissão de grande dedicação , Parabéns aos Policiais Militares e Cíveis de Minas que literalmente fazem de limão uma limonada.

0👍 | 2👎

13/02/2011 13:26

Por **Maressa da Silva Miranda** | Belo Horizonte/MG

A segurança pública não pode se restringir à polícia na rua e vagas em presídios. É fundamental que a ressocialização das pessoas privadas de liberdade seja verdadeira, e não um jogo de palavras para encobrir o estado de desrespeito aos direitos humanos destas pessoas.

0👍 | 0👎

12/02/2011 02:02

Por **Renato Gonçalves Valente** | Belo Horizonte/MG

Desenvolver um projeto com o sugestivo nome, Quer me conhecer, venha até aqui, buscando incentivar o funcionário público (em especial, os Promotores do Ministério Público) a irem a campo conhecer a realidade de cada comunidade, esteja ela onde estiver, a fim de que possam compreender melhor a realidade por qual estão passando tal comunidade, essa é a minha sugestão colaborativa.

0👍 | 0👎

11/02/2011 22:47

Por **Paulo Alberto Bernardino** | Belo Horizonte/MG

Espero dos deputados estaduais uma efetiva valorização da segurança pública, com melhorias contínuas, melhores equipamentos para as polícias, melhores prédios para alocação de companhias e delagacias, melhores salários com vistas para o fim da corrupção. Sendo o estado de Minas a segunda economia do país no meu ponto de vista faz-se necessário que seja no mínimo o segundo melhor também na segurança pública, enfim que se faça uma profunda reestruturação no âmbito da defesa social com valorização direta, eficiente e plausível daqueles que fazem de Minas um local seguro e bom de se viver, valorizemos aqueles que nos protegem.

1👍 | 1👎

11/02/2011 20:09

Por **Marcelo Armstrong da Silva** | Juiz de Fora/MG

O governo de Minas tem que investir em recursos humanos , pois mais de 430 municipios de minas não têm a figura do Delegado , portanto faz necessário urgente abrir concurso publico e remunerar bem os policiais civis , pois a policia civil , tem o pior salario do Brasil , e os delegados estão migrando para outras carreiras juridicas , defensoria , ministerio publico , magistratura , e outras carreiras juricidas de outros estados ,pois o delegado em minas ganha menos do que o promotor e o juiz paga de imposto de renda ; Valorização já dos operadores de segurança publica de minas .

1👍 | 1👎

10/02/2011 20:36

Por **Waldir de Souza Santos** | Teófilo Otôni/MG

A SEGURANÇA PÚBLICA É VISTA PELOS GESTORES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO POLÍTICA, SERIA O MOMENTO DE PRIORIZAR A ÁREA E TORNÁ-LA POLÍTICA DE ESTADO, DESSA FORMA OS INVESTIMENTOS SERIAM MELHOR FOCALIZADOS, OS PROFISSIONAIS VALORIZADOS E A POPULAÇÃO FICARIA MAIS SATISFEITA.

1👍 | 0👎

10/02/2011 17:53

Por **Cel. PM Zeder Gonçalves do Patrocínio** | Belo Horizonte/MG

Acredito ser chegada a hora de se implantar definitivamente e fazer funcionar em sua plenitude e regularmente, em nosso Estado, o Sistema de Defesa Social, conforme previsto no Art. 133 da Constituição Estadual. A Assembleia Legislativa, nesse início de legislatura, pode e deve estimular o Executivo mineiro a instalar o Conselho de Defesa Social, cujo presidente é, pela Constituição, o Vice-Governador do Estado, não devendo faltar, para isso, a necessária vontade política. O Conselho de Defesa Social, considerando a transversalidade das ações que lhe são afetas, envolvendo órgãos e entidades da administração pública, representantes da sociedade civil organizada e os três Poderes do Estado, é o órgão de assessoramento de mais alto nível do Governador do Estado, na formulação das políticas públicas pertinentes, que devem ser não apenas de governo mas de estado.

5👍 | 1👎

10/02/2011 15:55

Por **Marcos Antônio O. Costa** | Montes Claros/MG

É extremamente necessario que as politicas sobre drogas possam avançar no nosso Estado, não é novidade para quem milita na área, que a violencia e que a maioria da população carceraria esta direta ou indiretamente ligado as drogas, precisamos maior investimento na prevenção e no tratamento com enfase nas comunidades terapeuticas que historicamente vem tratanto com os que sofrem com tão grande mal.

3👍 | 1👎

10/02/2011 06:44

Por **José Luiz Barbosa** | Belo Horizonte/MG

As reformulações e as novas ferramentas adotadas para melhorar a segurança pública nos últimos anos, vem demonstrando que apesar dos investimentos para o setor, a política de segurança pública se ressentiu do principal, investimento em valorização profissional dos policiais e bombeiros militares, com uma política remuneratória justa e digna, porque estamos vendo altos investimentos em reequipamento e infra-estrutura, mas nada de valorizar os profissionais que são os recursos mais importantes do sistema. Se não houver um investimento a altura da responsabilidade, importância e do reconhecimento das atividades policiais, estaremos em pouco tempo fadados ao fracasso total das políticas de segurança pública, porque esqueceram do mais importante no processo de reformulação do sistema: o homem.

2👍 | 0👎

09/02/2011 20:54

Por **Daniel Paulo Alves da Silva** | Ribeirão das Neves/MG

Boa noite. Não esquecendo do Sistema Prisional, posso citar alguns pontos que podem melhorar o papel do Estado no cumprimento de penas. 1º- Construção de Presídios, com a separação de faixas etárias (18 a 24 anos) e artigo do CPB; 2º- criação do cargo de oficial de condicional na carreira de Agentes Penitenciários; 3º- implantação do sistema de raios-x do modelo utilizado nos aeroportos europeus (no Rio de Janeiro já está sendo utilizado em algumas unidades prisionais) nas portarias das Unidades, para agilizar a entrada de visitantes e funcionários, além de aumentar a Segurança; 4º- Maior autonomia da Suapi, com a criação da Secretaria de Assuntos Prisionais; 5º- Mais investimentos em logística, com a aquisição de armamento, viaturas, coletes, algemas, computadores, acesso à internet para todas as Unidades do Estado (as do interior são as mais carentes neste aspecto). A abertura de concurso público para a carreira de Agente Penitenciário, equiparação salarial com as Polícias Civil e Militar, aposentadoria especial, adicional de periculosidade, cursos de capacitação periódicos e valorização dos servidores da carreira são pontos importantes.

0👍 | 0👎

08/02/2011 18:23

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Aumentar policiamento no dia de recebimento de aposentadoria pelo segmento Idoso devido às necessidades e carencias deste segmento.

4👍 | 0👎

08/02/2011 18:21

Por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior** | Belo Horizonte/MG

Trabalhar junto à população Idosa e aos motoristas mediante campanha de conscientização destes junto à este segmento maior vítima de acidentes.

2👍 | 0👎

08/02/2011 16:23

Por **Emerson Dias Silva** | Aimorés/MG

Vejo que assembleia legislativa, não está desempenhando o papel importante na segurança pública, pois vejo nos rincões de Minas Gerais uma diferença muito grande no tratamento das polícias civil e militar. Observo que as Delegacias são mal estruturadas e nos Quarteis da Polícia Militar "exclusivos para os militares", tem uma estrutura invejável. Gostaria de saber porque motivo as Delegacias que são utilizadas para o atendimento do povo e deste jeito? E o Quartel que é só para militar é só luxo? OUTRA COISA QUE VEJO É A QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES EM

08/02/2011 09:49

Por **Thales Vinicius Mendes Ribeiro** | Belo Horizonte/MG

01) Integração dos órgãos de defesa social, PCMG, PMMG, BMMG e os demais; 02) Desvinculação de Salário PC e PM; 03) Aumento de salário para a PM e para a PC; 04) Realização de concurso público na PCMG, principalmente para os cargos de perito, delegado e escrivão, atualmente extremamente defasados e com alto índice de exonerações em especial os dois ultimos; 05) Melhorar o plano de carreira da PCMG; 06) Criação de concursos internos na PCMG a exemplo da PMMG; 07) Melhorias no hospital da PCMG a exemplo do hospital da PMMG; 08) Investimento em todas as unidades da PCMG a exemplo da PMMG; 09) Investimento em desenvolvimento de tecnologias na PCMG e aprimoramento das atuais; 10) Mudança nos critérios de promoção da PCMG, que hoje não dependem da capacidade do servidor e sim de indicação de chefia. 11) Maior repasse de verba para PCMG; 12) Investimento no setor de RH da PCMG, pois os servidores dessa instituição precisam ser melhor valorizados; 13) Adicional noturno, hora extra e periculosidade para todos os policiais e bombeiros do estado, a exemplo do que ocorre em outros setores do estado; 14) Campanhas publicitárias que divulguem para a população a imagem das instituições PCMG, PMMG e BMMG, visando maior valorização das mesmas; 15) Criação de sistema informatizado de cadastro de policiais e bombeiros, com consulta no ambiente WEB de forma publica, com foto e nome do servidor.

1👍 | 0🗨

05/02/2011 21:42

Por **Anderson Correa das Silva** | Governador Valadares/MG

Melhorias salariais aos policiais militares e civis do estado. Com melhor adequação no projeto de integração entre as classes.

2👍 | 0🗨

05/02/2011 16:01

Por **Cristiano Alves** | Aimorés/MG

A Polícia de Segurança Pública está muito defasada. Vejo discrepancias gritantes no interior do Estado em relação as Policias Civil e Militar. Parece que a Polícia Militar está mais bem equipada. Vejo sempre quando vou nas Delegacias, Policiais Civis reclamando do tratamento diferenciado entre as duas instituições, alegam que trabalham em escalas de plantão desumanas e não são remunerados. Isso não causaria mal atendimento ao cidadão? vez que nas Delegacias são realizados vários procedimentos: Documentos de Veículos, Registros de Boletins de Ocorrências, Carteira de Identidade, reconhecimento de pessoas e coisas, Carteiras de Habilitação, atendimento geral do público. Ao contrário da Polícia Militar que somente registra os Boletins no interior do Quartel e o restante do atendimento do Público é feito na Rua. PERGUNTO porque investe mais nos batalhões do que nas Delegacias, local onde o maior numero de pessoas são atendidas. O Fato pode ser comprovado em qualquer cidade, onde haja Delegacia, Companhia ou Batalhão. Pelo que vejo nas reportagens a Polícia Militar parece que tem poder de veto no Governo e na Assembleia Legislativa. Pode se notar que: do servidor do cafezinho até o soldado patrulheiro são policiais militares lotados nos interiores dos quartéis: ou seja: A Segurança é falha, pois os militares estão realizando trabalho administrativos. ao invés de ...

2👍 | 0🗨

05/02/2011 14:25

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Garantia de recursos orçamentários para criação e ampliação de locais de tratamento destinados a crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, vítimas da dependência química, ampliando parcerias, inclusive com o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e fortalecendo as já existentes.

7👍 | 0👎

05/02/2011 14:19

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Desenvolver mecanismos de articulação intersetorial das políticas sociais e como as de educação, assistência e inclusão social, saúde, esporte, cultura, inclusão produtiva, juventude e apoio às famílias e com as políticas de segurança pública, propiciando uma atuação preventiva mais integrada com vistas à superação do ciclo da pobreza e de defesa das famílias expostas a situações de vulnerabilidade social

5👍 | 0👎

05/02/2011 13:35

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Ampliação do número de abrigos capazes de acolher mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, vítimas de violência, em condição de risco de morte, em qualquer dia da semana e horário, de acordo com a demanda, por período necessário à sua reestruturação, resguardando o sigilo de seu acolhimento

4👍 | 0👎

05/02/2011 13:29

Por **Kátia Ferraz Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Inclusão, na grade curricular dos cursos de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, de conhecimento básico para correta identificação de pessoas com deficiência, incluindo o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais e Libras e, visando ao atendimento adequado e humanizado

5👍 | 0👎

05/02/2011 11:10

Por **Eduardo de Nazare Silva** | Jenipapo de Minas/MG

Que haja mudanças radicais na área Defesa Social em Minas Gerais, com ações preventivas, trabalho com crianças e jovens, principalmente com os programas que a PMMG oferece, PROERD e JCC, modernização dos armamentos e equipamentos policiais e viaturas policiais, valorização dos profissionais de segurança pública através de salários condizentes com a realidade social. Aumento do número de cadeias e centros de ressocialização dos condenados. Que haja mudanças em nível nacional na lei penal. A crimes graves penas graves aos crimes leves penas alternativas, mas que sejam cumpridas.

4👍 | 0👎

04/02/2011 12:51

Por *Haliston Manoel de Almeida* | Belo Horizonte/MG

Boa tarde, O estado deve dar uma atenção urgente para a Segurança Pública!! A bandidagem tá tomando conta!
Outro fator primordial é mudança de leis! Leis mais duras! Principalmente o Código Penal!

1👍 | 2💬
